



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

AFRÂNIO TADEU BOPPRÉ

A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO: impasses e perspectivas de concepções de cidade em
Florianópolis

Florianópolis, SC

2022

Afrânio Tadeu Boppré

A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO: impasses e perspectivas de concepções de cidade em
Florianópolis

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia
da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção
do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Elson Manoel Pereira, Dr.

Florianópolis, SC

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Boppré , Afrânio Tadeu

A contradição em processo: impasses e perspectivas de concepções de cidade em Florianópolis / Afrânio Tadeu Boppré ; orientador, Elson Manoel Pereira, 2022.
200 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Planejamento Urbano. 3. Florianópolis. 4. batalha de ideias. 5. Plano Diretor. I. Pereira, Elson Manoel. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Afrânio Tadeu Boppré

A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO: impasses e perspectivas de concepções de cidade em Florianópolis

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profª. Dra. Rosemy da Silva Nascimento
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Samuel Steiner dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dr. Gustavo Pires de Andrade Neto
Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Geografia.

Profª. Rosemy da Silva Nascimento
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Elson Manoel Pereira, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2022

RESUMO

A presente pesquisa busca, no estudo de caso florianopolitano, explorar a importância das ideias no desenvolvimento efetivo do processo de construção da cidade. No caso específico, a pesquisa pretende compreender a projeção de futuro (teleologia) que os agentes sociais relevantes fazem sobre o curso histórico do porvir da formação sócio-espacial e a influência, alcance e resultado das ideias a partir dos interesses conflitantes entre esses agentes sociais constituídos historicamente e entrelaçados entre si. Busca-se identificar os principais conflitos, a razão de suas existências e a multifacetada correlação de forças engendrada no processo real da disputa sobre os rumos de Florianópolis, a partir da seguinte questão: **como os agentes sociais hegemônicos da sociedade de Florianópolis reagiram ao processo de ocidentalização da sociedade?** O tempo presente, ou melhor, a situação atual é ponto de partida não só para explicar o passado mas, por nela estar contido e concentrado elementos dinâmicos de natureza política, econômica, moral, cultural, geográfica e histórica, e por conseguinte, ser capaz de apontar com certa “clarividência” os impasses e perspectiva futura. A atualização teórica (estado da arte) e uma avaliação situacional do estágio de desejos e interesses para o futuro florianopolitano é a finalidade da pesquisa. Importa conhecer para ampliar as capacidades de superação.

Palavras-chave: Planejamento Urbano, Florianópolis, batalha de ideias, cidades, Plano Diretor, Antonio Gramsci, Aparelho Privado de Hegemonia.

ABSTRACT

This search search in florianopolitano case study, exploring the importance of ideas in the development of the construction of the city. In the specific case, the research aims to understand the future projection (teleology) that the relevant social agents make about the historical course of the future socio-spatial formation and influence, reach and result of the ideas from the competing interests between these social agents constituted historically and intertwined with each other. The aim is to identify the main conflicts, the reason of their existence and the multifaceted correlation of forces in the actual process of the dispute over the direction of Florianópolis, from the following question: **how did the hegemonic social agents of Florianópolis society react to the process of Westernization of society?** The present time, or better, the current situation is the starting point not only to explain the past but, for her to be contained and concentrated dynamic elements of political, economic, moral, cultural, geographical, historical, and therefore, be able to point to a certain "clairvoyance" deadlocks and futuristic perspective. The theoretical update (State of art) and a situational assessment of stage of desires and interests for the future florianopolitano is the purpose of the research. It is important to know to extend the capabilities of overcoming.

Keywords:

Urban Planning, Florianópolis, battle of ideas, cities, Master Plan, Antonio Gramsci, Private Hegemony Apparatus.

LISTA DE SIGLAS

ACATE – Associação Catarinense de Tecnologia
ACIF – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
APH – Aparelho Privado de Hegemonia
APHE – Aparelho Privado de Hegemonia Empresarial
CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas
COMCAP – Companhia de Melhoramento da Capital
CONJARDIM – Conselho Comunitário Jardim Cidade Universitária Florianópolis/SC
DOM – Diário Oficial do Município de Florianópolis
FACISC – Federação das Associações Empresárias Comerciais e Industriais de Santa Catarina
FECOMERCIO – Federação do Comércio de Santa Catarina
FES – Formação Econômica e Social
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FLORIPAMANHÃ – Associação FloripAmanhã
GTA – Grupo de Trabalho Ampliado
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PROTUR – Fundação Pró-turismo de Florianópolis
RP – Roteiro de Perguntas
SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
SINTRASEM - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Edital de Imigração – Açores.....	78
Figura 02: Anos 1950/60 onde hoje é a rua Afonso Pena no Estreito.....	86
Figura 03: Fotografia do centro de Florianópolis década de 1960	90
Figura 04: Evento de capacitação do Movimento Floripa Sustentável	102
Figura 05: Viagem Internacional de lideranças de Florianópolis.....	102
Figura 06: Parque Urbano e Marina da Beiramar/ Florianópolis	106
Figura 07: Praia de Jurerê Internacional	110
Figura 08: Projeção do Projeto Jurerê Internacional 2050	110
Figura 09: Capa do documento Floripa 2030	111
Figura 10: Vista panorâmica do Costão do Santinho Resort.....	112
Figura 11: Peça publicitária AS Propague - Ponta do Coral	119
Figura 12: Peça publicitária AS Propague – Ponte Hercílio Luz	120
Figura 13: Nota Oficial do IPUF.....	135
Figura 14: comparação da LC 482 com a Minuta do IPUF – artigo 284.....	139
Figura 15: distribuição das entidades do GTA Floripa 2030.....	146
Figura 16 - Florianópolis, população flutuante e residente por distrito, 2005-2030	152
Figura 17: Síntese do Fluxo das Ideias	154

SUMÁRIO

PRÓLOGO	1
I. INTRODUÇÃO	4
II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
II.1 A CIDADE CAPITALISTA, PAPEL DO ESTADO E APONTAMENTO SOBRE TRANSIÇÃO	19
II.2. A IMPORTÂNCIA DAS IDEIAS	31
II.3. A SOCIEDADE CIVIL.....	37
II.4. A CIDADE COMO LUGAR DO CONFLITO	44
II.4.1. A CIDADE CAPITALISTA, CONFLITOS E DESAFIOS DA RESISTÊNCIA	44
II.4.2. AS FORÇAS DA RESISTÊNCIA	51
II.5. NOVAS LEIS, NOVA INSTITUCIONALIDADE DA POLÍTICA URBANA BRASILEIRA.....	60
III. FLORIANÓPOLIS: OCIDENTALIZAÇÃO E APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA.....	69
III.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS – TEORIA E HISTÓRIA	69
III.2. EPISÓDIOS PRETÉRITOS QUE REVELAM A AÇÃO CONSERVADORA EM FPOLIS	96
III.3. AÇÕES ESTRUTURADAS PARA A FORMAÇÃO DE UM PENSAMENTO HEGEMÔNICO CONSERVADOR	
100	
III.4. O PENSAMENTO DA CLASSE HEGEMÔNICA EM FLORIANÓPOLIS POR SEUS AGENTES.....	112
III.5. A REVISÃO DO PLANO DIRETOR COMO MOMENTO ESPECIAL DE VIABILIZAÇÃO DO CAPITAL	121
IV. FLORIPAMANHÃ: APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA.....	140
IV .4.1. O DOCUMENTO FLORIPA2030: UMA VISÃO DE CIDADE IMPORTADA.....	140
IV .4.2. UMA LEITURA DO DOCUMENTO FLORIPA 2030	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	163
APÊNDICE A –COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA FLORIPAMANHÃ DE 2005 ATÉ 2012.	171
APÊNDICE B - COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA FLORIPAMANHA DE 2012 ATÉ 2019.....	173
APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO ÍNTEGRA DO PRONUNCIAMENTO NA ALESC DE ROBERTO COSTA	178
APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO - DIÁRIO CATARINENSE DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2017.....	179

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS.....	180
ANEXO A – REDAÇÃO FINAL DA LEI PARQUE MARINA DA BEIRA-MAR.....	181
ANEXO B – MANIFESTO FLORIPA SUSTENTÁVEL / UMA VITÓRIA DA CIDADE	183
ANEXO C – DIÁRIO CATARINENSE/ UM FUTURO MELHOR PARA FLORIANÓPOLIS.....	184
ANEXO D – MANIFESTO FLORIPASUSTENTÁVEL – OS VENTOS DO SÉCULO XXI	185

PRÓLOGO

Escrevi este trabalho, que ora lhes apresento, ao longo de um período atabalhado na vida do autor no tocante à gerência e aplicação do tempo. Há nele um tensionamento entre a prevalência do agente político e a prevalência da necessidade de tempo para o pesquisador. Esta foi a minha sina. Um tensionamento vívido que, a grosso modo, poderia ser resumido da seguinte forma: pesquisar ou viver intensamente o objeto da própria pesquisa. Lidar com esse tensionamento exige uma série de cuidados e precauções permanentes. Um disciplinamento. Adotei o caminho de assumir essa circunstância sem negar uma das características, ou seja, meu ponto de partida é reconhecer que tudo o que é dito, é dito por alguém. Seja aquilo que é dito por meio de uma fotografia, um olhar, um texto, um roteiro de teatro, todas as manifestações humanas têm autoria. Essa autoria não é neutra. Está contido no autor e no próprio universo de pesquisa capacidades cognitivas com: 1) crenças e conhecimentos acumulados; 2) cegueira situacional com a impossibilidade de se colocar no posto de observação do emaranhado conjunto de agentes relevantes que atuam no cenário e objeto de pesquisa; 3) bem como, por estar vinculado e submetido a uma variedade de sentimentos e emoções. Estes três elementos constitutivos do “mapa cognitivo”, ao dizer do economista Carlos Matus, ex-ministro do presidente Allende (Chile), estão sempre presentes.

Todos que atuam na academia são sabedores que a variável tempo é indispensável para o evoluir da tarefa de pesquisa. No meu caso, não houve a oportunidade de uma exclusiva dedicação. No período em que formalmente cursei o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Geografia estive ao mesmo tempo no palco e nas galerias. No palco, porque como vereador eleito em Florianópolis pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2012, 2016 e 2020 acompanhei de um ângulo privilegiado o desenvolvimento do fazer e do debate em torno dos rumos do município de Florianópolis. A atuação como vereador, que não se restringe ao viver interno da casa legislativa, possibilitou conhecer situações, conjunturas, agentes, bastidores, ideias, dinâmicas que se restringido estivesse ao papel de pesquisador talvez, o autor, não viesse a ter a mesma oportunidade. Nas galerias, porque a posição situacional da condição de pesquisador assim exigia. Se afastar do

evento, mergulhar na teoria, escrever, entrevistar, levar o acumulado ao professor orientador e com equidistância buscar a posição da ciência. Afinal, como bem definiu Thomas Kuhn: O mundo do cientista é tanto qualitativamente transformado como quantitativamente enriquecido pelas novidades fundamentais de fatos ou teorias. (KUHN, 2000, p.27).

Desde já antecipo que o leitor atento ao trabalho poderá com facilidade perceber essa dupla personalidade contida nele ou seja, o observador, pesquisador, cientista de um lado e o agente político, militante, vereador de outro, que no meu modo de entender são complementares, onde os fatos vividos são teorizados e a teoria é praticada. Afinal, na própria academia é profundamente discutida a existência, sim ou não, de neutralidade científica. Toda explicação está comprometida com quem a explica. O mundo não é o explicado, mas sim, o explicado é a forma particular de determinado sujeito cognoscente de dizer como é o mundo a partir de sua cegueira situacional, seu compromisso emocional e de suas crenças e conhecimentos.

A personalidade do autor relativa à sua vivência política não nasceu no mesmo período do doutoramento. O inverso. Desde que me despertei para a política nos idos dos anos 80, quando o Movimento Estudantil ativamente se organizava para derrubar a ditadura civil e militar brasileira atuei politicamente. Ainda cursando Ciências Econômicas na UFSC, assumi a responsabilidade de organizar o escritório regional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em Santa Catarina, entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro e fundada em 1955, para desenvolver pesquisas em favor da luta dos trabalhadores. Assumi por decorrência a supervisão regional do Departamento e me dediquei durante mais de oito anos neste trabalho até que, por razões que não vêm ao caso, fui eleito em 1992 vice-prefeito de Florianópolis na chapa da Frente Popular, encabeçada por Sérgio José Grando¹. Ainda tive a oportunidade de no primeiro ano do governo da Administração Popular assumir a secretaria de Finanças. Mais tarde fui deputado estadual em duas legislaturas. Não por outra razão, o interesse na pesquisa nasceu da necessidade do aprimoramento da ação política, da necessidade de sua qualificação e ao mesmo tempo ampliavam, ampliaram e ampliam as capacidades de ação política. Neste Prólogo, não está o propósito de uma autobiografia do autor e por isso vou parando por aqui. Mas, tão somente uma breve contextualização de elementos e circunstâncias que motivaram e determinaram o desenrolar da pesquisa. Aproveito para reiterar

meus agradecimentos pelo apoio, paciência e entusiasmo que obtiver entre professores, amigos e familiares.

I. INTRODUÇÃO

*“Se a urbanização é tão crucial para a história da acumulação do capital,
e se as forças do capital e seus inumeráveis aliados
devem mobilizar-se sem descanso para
revolucionar periodicamente a vida urbana,
então uma luta de classe de algum tipo,
não importa se explicitamente reconhecida como tal,
está inevitavelmente envolvida.”*

David Harvey

Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana

O presente trabalho desenvolvido para a obtenção do título de Doutor em Geografia e submetido ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina é uma contribuição, **certamente inédita**, para a luz da teoria marxista, mais precisamente pela renovada e revitalizada contribuição de Antonio Gramsci, problematizar e atualizar o debate sobre a Formação Econômica e Social florianopolitana. A partir de um patrimônio teórico pesquisado, estudado e **cientificamente assentado**, trazemos agora ao público uma leitura contemporânea no âmbito das ciências sociais. O leitor perceberá a aplicação da teoria no universo específico de nosso estudo de caso e ao mesmo tempo que dele se busca harmonizar e sorver a ciência como indispensável instrumento explicativo da realidade. Sua **relevância** reside na elucidação do curso histórico da Formação Econômica e Social, suas características e potencialidades econômicas bem como, na ampliação das capacidades cognitivas para conduzir o futuro da cidade. Afinal, importa conhecer para ampliar as capacidades de superação. Partimos do pressuposto que o futuro não está escrito. O futuro é um horizonte aberto de possibilidades. O que irá acontecer amanhã depende daquilo que iremos fazer hoje e que por sua vez, está diretamente associado as capacidades cognitivas dos agentes sociais inseridos no contexto da luta real. O futuro não é uma decorrência meramente evolutiva, ele está marcado por idealidades, antecipações cognitivas, desejos, planos, utopias. O futuro é receptáculo do resultado da ação conflitiva e definida pelas relações de forças dos agentes sociais. Seguimos.

Florianópolis sofreu processos de redefinições quanto a sua função geoeconômica e geopolítica. Depois de ter assumido, ao passar de seu tempo histórico, um conjunto marcadamente

variado de funções (militar, agrícola, portuária, comercial, pesqueira, administrativa)¹ vem se constituindo com novas características e funções contemporaneamente. Possui novas atribuições no contexto regional e da divisão social do trabalho. Vem se afirmando cidade prestadora de serviços, turística e centro de economia criativa². A capital de Santa Catarina com seu desenvolvimento tardio, e que por decorrência acabou preservando determinadas características culturais, arquitetônicas e ambientais, assumiu com o passar do tempo, lugar mais definido com dupla função: explorar direta e também apoiar indiretamente a exploração capitalista que se dá sobre apropriação privada do tempo de trabalho excedente e sobre as riquezas naturais. Vale apontar que sinais desse desenvolvimento tardio estão também registrados no artigo do professor Ewerton Vieira Machado: A Inserção de Florianópolis na Formação Socioespacial Brasileira Contemporânea. Vejamos:

A capital dos catarinenses como local de “centro comercial” com um porto e uma ponte servindo de comunicação marítima ou rodoviária, respectivamente, com o resto do estado e do país e até países meridionais sul-americanos, mergulhou, a partir dos anos 30, num gradual decréscimo em suas atividades e manteve sua paisagem quase intacta, voltando a expandir-se na década de 1960 por influência de iniciativas estatais. (MACHADO, 2003, p. 247).

A função de apoio e colaboração em favor do processo de acumulação capitalista a que se sujeita o município de Florianópolis, pode ser melhor compreendida se levarmos em consideração a categoria de cooperação.

[...] a categoria marxista de cooperação desde que, não simplificada às relações estabelecidas entre os trabalhadores exclusivamente na unidade produtiva, mas compreendendo que na própria cidade, com a concentração populacional, com a concentração dos meios de produção e de um ambiente de necessidades e prazeres, se estabelece uma nova qualidade da cooperação e que esta também se amplia, por meio dos vínculos constituídos nas relações entre as cidades. (BOPPRÉ, 2003, p.53)

No entanto, para melhor compreender o conceito, não nos furtaremos em citar Marx. No

¹ Uma importante descrição do processo de ocupação do município de Florianópolis podemos encontrar, mesmo que resumidamente, no livro “Orquídeas Nativas de Florianópolis – conhecimento, educação e conservação” de Marcelo Vieira Nascimento. A partir da página 14 até 26 está o “Breve histórico sobre Florianópolis” cuja autoria é do geógrafo Marcelo Vieira Nascimento e da arquiteta urbanista Eliane Veras da Veiga.

² O jornal Diário Catarinense em 12 de julho de 2018 em sua página impressa, de número 6, aponta que segundo dados do Observatório Acate – Panorama 2018, a Grande Florianópolis alcança destaque nacional. Com quase 4 mil empresas, a região gera faturamento de R\$ 6,4 bilhões e emprega 16,5 mil pessoas. Florianópolis é líder nacional de profissionais empregados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2018/07/empresas-de-tecnologia-empregam-47-mil-pessoas-em-santa-catarina-10488156.html> acessado em 19 de novembro de 2018.

Capítulo XI (Cooperação) do Livro I, volume I, de O Capital ele expõe seu entendimento.

A cooperação permite ampliar o espaço no qual se realiza o trabalho, sendo exigida por certos processos de trabalho em virtude da extensão do espaço em que se executa. É o que ocorre com a drenagem, com a construção de diques, com obras de irrigação, canais, estradas, ferrovias etc. Além disso, ela possibilita que a produção, relativamente à sua escala, seja levada a cabo num espaço menor. Essa redução do espaço do trabalho simultaneamente com a ampliação de sua eficácia, com o que se elimina uma série de custos dispensáveis, torna-se possível com a aglomeração dos trabalhadores, a conjunção de vários processos e a concentração dos meios de produção. (MARX, 2001, p.382)

Mais adiante Marx demonstra as vantagens potencializadas para o capital com a concentração dos trabalhadores, dos meios de produção e o relacionamento entre ambos constituindo um processo de produção. Esse fenômeno desenvolve uma força produtiva que deixou de ser individual. Marx desnuda a existência de uma força combinada, algo novo e que não decorre da soma isolada de trabalho. Os trabalhadores agora, estão vinculados organicamente ao capital. Não são trabalhadores individuais, mas sim trabalhadores sociais.

Quando cooperam, ao serem membros de um organismo que trabalha, representam apenas uma forma especial de existência do capital. Por isso, a força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é a produtividade do capital. A força produtiva do trabalho coletivo desenvolve-se gratuitamente quando os trabalhadores são colocados em determinadas condições, e o capital coloca-os nestas condições. Nada custando ao capital a força produtiva do trabalho coletivo, não sendo ela, por outro lado, desenvolvida pelo trabalhador antes de seu trabalho pertencer ao capital, fica parecendo que ela é força produtiva natural e imanente ao capital. (MARX, 2001, p.386)

Se por digressão aceitarmos que a cidade seja concebida como uma grande unidade de produção, fica exposta a necessidade, para o capital, de articular planejadamente as relações. Mas ela, a cidade, é a um só tempo planejamento e anarquia da produção vez que o próprio capital é planejável em escala fabril, por exemplo, particular, em cada unidade produtiva, no entanto, anárquico em sua escala ampla, global. Ao dizer de Henri Lefebvre em “A cidade do Capital”: A ordem capitalista gera um caos urbano (LEFEBVRE, p. 17). Já a cidade é o inverso. Ela permite o planejamento de sua estrutura enquanto condição geral (malha viária, saneamento, hospitais, escolas, energia elétrica etc.), mas incapaz de conter a fúria decorrente da dinâmica particular da unidade produtiva. Por sua natureza anárquica o capital em sua dinâmica intrínseca não reúne condições de por si mesmo, se auto-regular. Vale apontar a importante observação de Jean Lojkin em: O estado capitalista e a questão urbana.

[...] longe de ser um fenômeno menor, a urbanização desempenha, a nosso ver, papel tão importante quanto a multiplicação da potência mecânica do trabalho na unidade de produção. Marx demonstrou no capital que o modo de produção capitalista é obrigado a “revolucionar” incessantemente seus meios de produção para aumentar a parte do trabalho excedente com relação ao trabalho necessário. Longe de ser pura necessidade técnica, o aumento da produtividade é imprescindível ao desenvolvimento da acumulação capitalista. Ora, esta análise bem conhecida das relações entre desenvolvimento das forças produtivas e acumulação do capital não se limita absolutamente, como às vezes se acredita, ao trabalho na oficina ou mesmo na unidade de produção. A socialização das forças produtivas, consecutivas ao desenvolvimento da mais-valia relativa, não está em absoluto limitada à formação do “trabalhador coletivo” no local da produção; para Marx, esse conceito de socialização estende-se também de fato ao conjunto da reprodução do capital social. Com mais exatidão, pode-se dizer que ela abrange simultaneamente a divisão técnica do trabalho na oficina e a divisão do trabalho no conjunto de uma sociedade. Assim Marx é levado a desenvolver um novo conceito para definir a relação entre o processo imediato de produção e de circulação, por um lado, e, por outro, o processo global de produção e de circulação do capital: é o que ele chama as condições gerais da produção. (LOJKINE, 1981. p. 122-123)

O Estado encontra aí uma de suas funções: a harmonizadora. O capital em determinada medida passa a ser intermediado, disciplinado, regulamentado, contido, estimulado e a cidade também. Este processo amplia as capacidades de regulação e por conseguinte viabiliza a cooperação. Para Marx, “A cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista.” (MARX, 2001, p.388)

O modelo econômico para o município de Florianópolis, condicionado, por suas determinações materiais, objetivas, e sua formação sócio-espacial, mas não reduzido exclusivamente a elas, é atualmente objeto de intenso e polêmico debate e tem na Revisão do seu Plano Diretor³ (2021 e 2022) um dos elementos condensadores. O debate sobre a Revisão do Plano Diretor é uma oportunidade especial para se conhecer com maior clareza as opiniões dos principais agentes sociais. A disputa de hegemonia/contra-hegemonia. No entanto, nota-se com facilidade, que as opiniões por parte de interlocutores oficiais e não oficiais, não são abertas nem transparentes. Pelo contrário, são veladas, ocultas e por parte de alguns destacados agentes sociais, e sendo assim, não é exclusividade da atual gestão a frente da prefeitura municipal de Florianópolis (2021-2024), tentou-se implementar uma estratégia que viabiliza dada concepção de cidade sem garantir nitidez

³ O debate sobre a Revisão do Plano Diretor tornou-se polêmico não só pela proposta apresentada pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) mas também, pela metodologia de discussão. Para melhor entender, ler a matéria do jornal local. Disponível em https://ndmais.com.br/infraestrutura/discussao-do-plano-diretor-de-florianopolis-sera-ampliada/?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=ndmais_share acessado em 04 de janeiro de 2022.

e conhecimento social, ferindo nitidamente, todo o arcabouço legal. Para compreender o complexo jogo social da disputa sobre o município de Florianópolis reservamos um capítulo exclusivo sobre o assunto.

Podemos concluir decorrentemente que não há sequer entendimento comum entre o próprio empresariado local. Na hipótese de se liberar forte potencial construtivo (o que do ponto de vista dos Planos Diretores há amparo), estimula-se a acumulação do capital da indústria da construção civil, mas, em contrapartida, as características e condições ambientais e paisagísticas são ameaçadas pela lógica da cidade mercado imobiliário, comprometendo o capital turístico e o meio ambiente. O setor turístico, por sua vez, visa conciliar sua necessidade construtiva com a preservação ambiental, o que em muitos casos não agrada nem ao capital da construção civil nem ao interesse de preservação ambiental. Em *Ilha de Santa Catarina – desenvolvimento urbano e meio ambiente*, Débora Lima, reforça esse entendimento:

O Turismo é outro fator importante que vem criando descaracterização da paisagem da cidade de Florianópolis, gerando desordenadamente uma urbanização sem planejamento. É importante termos presente que, de fato, o banho de mar, o veraneio, o turismo e tudo que veio no seu rastro provocaram uma mudança bastante grande na capital catarinense. (LIMA, 2007, p. 173)

A primazia da dinâmica de um setor econômico sobre outro está em franca e aberta disputa em Florianópolis. O conflito se instala em uma rede complexa de relações. Importante entender que não há opinião monolítica entre os setores do capital com relação ao motor econômico florianopolitano. Mesmo que em baixa tensão, o conflito por ora, está estabelecido. Com o passar do tempo, a força do capital de um setor sobre outro e a concorrência entre capitais, tendem a produzir a preponderância de um dos setores que se torna dinâmico com maior intensidade, e, mais cedo ou mais tarde, o conflito pode se acentuar entre as frações do capital. Para melhor compreender a natureza desses conflitos entre as frações de classe e suas relações intra-burguesas o professor Jorge Miglioli assim contribui:

Uma das mais importantes funções do Estado nas sociedades capitalistas é a de coordenar e harmonizar os interesses diversificados da burguesia como um todo. Ela não é uma classe homogênea. Dentro de uma nação a burguesia pode dividir-se por regiões e, o que é mais importante, fracionar-se por setores de atividade (rural, comercial, industrial etc.) e essas diferentes frações (regionais ou setoriais) podem ter conflitos entre si; por exemplo, a burguesia de uma região protestando contra os favorecimentos estatais a outras regiões, diversas frações setoriais reclamando das taxas de juros dos bancos, comerciantes clamando pela queda das tarifas de importação para aumentar suas vendas de bens

importados, contrariamente aos industriais que desejam a elevação dessas tarifas para que seus produtos vençam a competição de preços com os importados, e assim por diante. É preciso haver um órgão para resolver essas pendências; esse órgão é o Estado. Se as diversas frações tivessem igualdade de forças dentro do Estado, seria necessário encontrar um equilíbrio para as políticas estatais. Mas o mais comum é a preponderância de uma fração dentro do bloco burguês; nesse caso é preciso fazer concessões às outras frações para preservar a unidade do bloco. Isso nem sempre acontece e pode, então, surgir conflitos em seu interior, inclusive com lutas pela tomada do poder do Estado. (MIGLIOLI, 2006, p.17)

A professora de história da Universidade Federal Fluminense, Virginia Fontes, em artigo intitulado como: “Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes?”⁴ assim como Miglioli, mas a partir do arcabouço teórico gramsciano, fornece elementos para uma melhor capacidade explicativa da complexidade social da dominação no seio da formação social burguesa. Vejamos:

Gramsci não apreende as classes sociais como entidades compactas, e esmiúça as múltiplas formas de suas manifestações. Nem dominantes nem dominados são homogêneos ou constituem blocos unitários. Estão em permanente tensão, da qual resultam visões de mundo e formas de consciência ao mesmo tempo rígidas e instáveis (como as peças de um mosaico incompleto). (FONTES, 2018, p. 220)

Além disto, o campo de conhecimento denominado urbanismo parece estar em crise decorrente dos impasses do modelo econômico e do próprio urbanismo, haja visto que nos tempos atuais, com o processo de constituição da sociedade civil, da socialização da política, do protagonismo de novos e variados agentes sociais, a tecnocracia vem sendo constrangida e seu poder diminuído.

Em Florianópolis, o órgão municipal de planejamento foi gradativamente enfraquecido por circunstâncias internas e externas. Em importante tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, o arquiteto Samuel Steiner dos Santos detalha aspectos de um processo de enfraquecimento da autarquia de planejamento no início dos anos 1990.

Já neste momento, portanto, alguns técnicos de carreira passam a externalizar as dificuldades de atuação e os limites de influência do IPUF no desenvolvimento da cidade. O desprestígio por parte do poder executivo, as duras críticas recebidas por setores da

⁴ Disponível em http://outubrevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/09_Virginia-Fontes.pdf acessado em 11/11/2021.

imprensa local e as afrontas desferidas por membros do legislativo municipal fazem com que surgissem as primeiras fissuras mais profundas na estrutura organizativa do órgão. A ata de uma reunião ocorrida em 28 de junho de 1990, que reuniu a diretoria do IPUF e o então prefeito municipal Antônio Henrique Bulcão Viana, dá conta das várias críticas, internas e externas, direcionadas ao IPUF. No que tange as autocríticas, presentes neste documento, podemos destacar:

- O fato da PMF não assumir politicamente as ações de planejamento da cidade;
- A elaboração de instrumentos de planejamento urbano e legislação urbanística ficaram em nível secundário dentre as atividades do IPUF;
- Isolamento do IPUF da estrutura da Prefeitura e perante a comunidade;
- Dificuldade do IPUF em consolidar a legislação urbana para o município;
- Complexidade inútil da legislação, que dificulta a sua aplicação;
- Compartimentação excessiva do órgão, que funciona a partir da delegação de competência a alguns técnicos sobre assuntos específicos: Lírio, transportes; Betina, patrimônio; Rocha, legislação; e Otacílio, meio ambiente. Isto estava configurando “quatro IPUF’s” dentro de um só. Esta especialização deu origem à segmentação de posições técnicas e um trabalho de baixo poder integrativo;
- A existência de “donos da opinião” em cada setor, resultando em uma centralização excessiva e impossibilitando a delegação de tarefas;
- Alguns processos ficam parados propositalmente nas mesas dos diretores;
- A ausência de detalhamento suficiente dos planos;
- A existência de escritórios particulares mantidos por técnicos do IPUF, durante anos, oportunizou a opinião de que estes se tornaram facilitadores de processos no âmbito da prefeitura; e
- Informação interna deficiente, muitas vezes de maneira intencional; Tais aspectos reforçam o grau de dificuldades e o nível de desgaste institucional enfrentado pelo IPUF a partir dos primeiros anos da década de 1990. (SANTOS, 2015 p. 290 e 291)

No plano institucional, esta diminuição e constrangimento são auxiliados pelo desmonte, nos últimos anos, da autarquia de planejamento municipal IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) e em boa medida pela dinâmica imposta pelos escritórios particulares de arquitetura e empresas da construção civil que ampliam sua influência na estrutura administrativa municipal e decorrentemente na ordenação espacial. Em *Ilha de Santa Catarina – desenvolvimento urbano e meio ambiente*, Débora Lima, faz uma importante constatação e que vem apoiar nosso entendimento, qual seja:

[...] o sistema de planejamento urbano não tem conseguido concretizar uma política de gestão dos recursos disponíveis que esteja à altura dos novos desafios criados. Isto tem sido evidenciado pelos impasses induzidos por grupos de interesses incrustados no interior do sistema e influenciando as tomadas de decisão quanto ao uso de recursos escassos. (LIMA, 2007, p. 182)

Em Florianópolis é regular e culturalmente alargada a prática de obter vantagens pela influência política e uso do aparelho de Estado. Este “estilo metodológico” pode ser classificado como *rent seeking*⁵, ou seja, uma técnica de relação entre o setor privado para com o setor público

⁵ Charles Henrique Voos em “Quem manda na cidade – poder e *rent-seeking* urbano” define *rent seeking* como uso de recursos por um agente social para obter privilégios sociais especiais (*special social privileges*) por meio do processo

onde a eficácia empresarial é substituída pela construção de vínculos estreitos entre ambos. O capital parasitariamente se nutre do Estado. Há uma necessidade na relação, na perspectiva de ampliar as capacidades concorrenciais entre os capitalistas, por meio de fraude em licitações, favorecimentos diversos como emissão de Decretos e Medidas Provisórias em favor de empresas ou de setores de dada economia em escala nacional, estadual, regional ou municipal. *Rent seeking* é aqui entendido como uma estratégia de empresas e/ou setores empresariais para influenciar na gestão do Estado. Essa estratégia acontece de forma variada e é organizada a partir do controle de agentes políticos como: partidos, candidatos, campanhas eleitorais, e no exercício efetivo da ação governamental por meio da coordenação de prefeituras, câmaras de vereadores, e demais esferas e órgãos do Estado, tanto legislativo, executivo como judiciário. Exemplo de práticas de *rent seeking* são inúmeros⁶. Podemos apontar, no caso florianopolitano, o Projeto de Lei 17.536/2018 de origem do Poder Executivo que “Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos conselhos de desenvolvimento regionais e dá outras providências”. No referido projeto de lei o prefeito Gean Loureiro diz em sua mensagem de número 31/2018 à Câmara de Vereadores precisamente o que segue:

A presente proposta de Lei visa regulamentar a participação popular em Florianópolis para que a sociedade possa escolher projetos (SIC!). Esta metodologia é de iniciativa da sociedade e conta com a união de forças dos poderes executivo e legislativo para transformar a capital de Santa Catarina em um modelo de gestão participativa. (MENSAGEM PMF – 31/2018).

Trata-se de um projeto que, em sua versão original, na aparência visa fortalecer a participação popular, mas que em essência é uma regulamentação de conselhos burocratizados, cuja habilitação exige critérios com objetivo de impor barreiras e seletividade. Serão reconhecidos cinco conselhos a saber: I – Norte da Ilha; II – Sul da Ilha; III – Leste da Ilha; IV – Centro e V – Continente. Estes conselhos só podem ser compostos por entidades associadas e os seus cargos de

político. Ou seja, o ganho privado obtido pelo agente resulta em significativos prejuízos para a sociedade. (VOOS 2018)

⁶ A revelação do estreitamento e controle de empresas e setores empresariais sobre o poder público pode ser identificada em casos que ferem a legalidade e a ética ou em situações de normalidade. Os casos como operações da polícia federal a exemplo da Operação Moeda Verde e Operação Ave de Rapina elucidam o primeiro e a aprovação do PL./17536/2018 o segundo. A Operação Ave de Rapina envolveu empresários, vereadores, e agentes públicos do poder executivo municipal. Maiores informações disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Ave_de_Rapina acessado em 03/11/2018.

diretoria são das entidades e não de pessoas físicas. A lei dá poderes consultivo, deliberativo, propositivo e fiscalizador no que diz respeito às suas competências previstas no artigo 6º resumidamente: 1) apontar para a prefeitura demandas que desejam ser executadas; 2) Fiscalizar o desempenho das ações da Prefeitura e 3) Vistoriar obras, escolas, unidades de saúde e de saneamento.

Quando em sua mensagem o prefeito diz “esta metodologia é de iniciativa da sociedade”, ele está fazendo alusão indireta ao interesse objetivo da ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis). É sabido que a elaboração e o acompanhamento de sua tramitação no âmbito da câmara municipal contou com o envolvimento direto da ACIF. Como entidade associativa de caráter empresarial, a ACIF encontrou um mecanismo para influenciar diretamente na elaboração e execução orçamentária. Adotou uma estratégia de cercar a integração de pessoas no processo decisório preferindo entidades representativas. A Câmara aprovou a matéria com somente dois votos contrários (vereador Lino Peres-PT e vereador Pedro Cabral-PSOL⁷).

O professor Elson Manoel Pereira aponta outras razões para essa crise do urbanismo:

[...] se houve um grande avanço na conquista da participação no processo de planejamento, ainda existe alguma desconfiança de muitos atores em relação ao poder público. Isto devido a uma longa história de tecnocratismo e de sujeição da população ao papel secundário de fonte de informação no desenvolvimento de políticas públicas municipais de Florianópolis (PEREIRA, 2011, p. 292).

Também reforça os limites do modelo de planejamento, no entanto, apontando outro enfoque, o entendimento de Débora Lima ao afirmar:

Os limites políticos do atual sistema de planificação, porém, estão dados, fundamentalmente, pela ausência de uma perspectiva democrático-participativa, e de mecanismos capazes de favorecer a incorporação da dimensão socio-ambiental no processo de desenvolvimento. As práticas usuais têm condicionado a percepção do fenômeno urbano como problema de natureza físico-espacial, bloqueando uma apreensão que leva em conta outras dimensões cruciais, a exemplo do exercício da cidadania e da busca de soluções estruturais ou preventivas aos desequilíbrios socioambientais, e a formulação dos vários planos de desenvolvimento urbano tem expressado a persistência desta visão reducionista. (LIMA 2007, p. 182-183).

⁷ O professor e vereador em exercício, Pedro Cabral, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) assumiu em substituição ao vereador Afrânio Boppré também do PSOL entre novembro a dezembro de 2018. Neste período o Projeto de Lei 17.536/2018 de origem do Poder Executivo foi discutido e aprovado em plenário.

Ainda corrobora, para confirmar a decadência do “modelo tradicional de urbanismo”, as palavras do economista e professor Carlos Vainer ao apontar o tensionamento existente entre modelos que buscam substituí-lo. “Entre os modelos de planejamento urbano que concorrem para ocupar o trono deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário está o chamado planejamento estratégico” (VAINER, 2000, p. 75).

Poderíamos colecionar um conjunto ainda maior de opiniões a respeito do esgotamento e fragilidade do paradigma tradicional do urbanismo, no entanto, o central de nossa preocupação é apontar sua crise e a disputa pela sua superação. O debate a respeito do planejamento urbano o questiona. Há espaço para o planejamento propriamente dito? As forças do *laissez faire* suplantaram o planejamento? O neoliberalismo prescinde de planejamento? Se não, o que queremos planejar para as cidades?

Em síntese, a confluência entre dois elementos estratégicos que determinam o futuro da cidade (a disputa sobre o motor econômico de desenvolvimento municipal e a crise do paradigma tradicional do urbanismo) trazem preocupações e ameaças para o futuro de Florianópolis que aberto está e nos levam a questionamentos mais gerais sobre o próprio papel do Estado frente a essas questões.

O presente trabalho aconteceu a partir de uma acumulação de estudos decorrentes já da produção de minha dissertação submetida em 2003 ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFSC.⁸ Para a pretensão do doutoramento segui o mesmo princípio metodológico, ou seja, o espaço geográfico como ponto de partida. Não há linearidade cronológica. Projetos de empreendimentos urbanos, iniciativas dos poderes locais, equipamentos, a conjuntura municipal, artigos, seminários, simpósios, conferências, entrevistas e o território florianopolitano propriamente dito, a práxis, são as fontes dos elementos que possibilitaram compreender e explicitar as perspectivas e concepções de Cidade em Florianópolis. Soma-se a isso, o conteúdo das disciplinas cursadas que abriram clarões no universo da pesquisa, além do inestimável apoio do corpo docente e da orientação do professor Dr. Elson Manoel Pereira.

Diante do exposto, apresentamos a seguinte **questão da pesquisa**.

⁸ A dissertação a que me refiro levou o título Expansão Urbana em Florianópolis – conflito entre a cidade real e a cidade legal e está disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85765>.

Como os agentes sociais hegemônicos da sociedade de Florianópolis reagiram ao processo de ocidentalização da sociedade?

Nossa hipótese é que a ocidentalização brasileira revelada por uma legislação crítica e uma nova institucionalização aberta à participação mais ampla da sociedade civil, exigiu maior qualificação dos agentes sociais hegemônicos em Florianópolis.

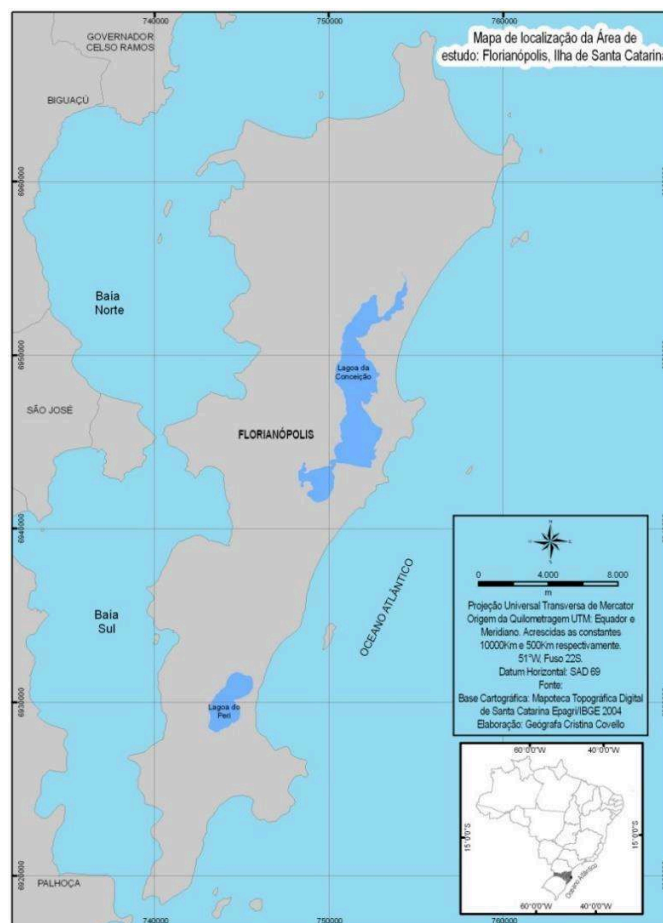
Desta forma, **nosso objetivo geral** é o de analisar os elementos constitutivos do pensamento de desenvolvimento urbano hegemônico, modelo de cidade, em Florianópolis, no século XXI e apontar como eles foram sendo construídos historicamente.

Para alcançar o objetivo geral, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar e caracterizar os principais agentes sociais hegemônicos em Florianópolis;
2. Identificar estratégias de ação desses agentes;
3. Caracterizar elementos que definem o modelo de cidade hegemônico hoje da cidade de Florianópolis;
4. Identificar os principais conflitos e entraves sociais para a viabilização do pensamento hegemônico.

O trabalho exigiu vincular o reconhecimento da formação socio-espacial florianopolitana a partir de pesquisa de campo e leitura de sua territorialidade. Observar suas determinações e cenários tendenciais identificando a existência de influências de ideias relevantes para seu desenvolvimento. Quais atores movimentam-se para a defesa de que ideias? Se existe e aonde está o campo de confronto?

Mapa 1: Localização do município de Florianópolis



Fonte: COVELHO, Cristina. HORN FILHO, Norberto Olmiro e BRILHA, José. P.107

O acervo de dissertações e teses, em especial dos cursos de economia, geografia, arquitetura e história da Universidade Federal de Santa Catarina e outras serviram de apoio para ampliar e apoiar nossa investigação. Buscamos atualizar o conhecimento e o domínio do tema e suas relações com as diversas áreas e pesquisas por meio do levantamento bibliográfico utilizando os recursos digitais para acessar arquivos históricos, periódicos e bibliotecas universitárias. A partir de temas selecionados com alcance de grande impacto na capacidade de produzir tendências para o desenvolvimento (grandes questões), a exemplo do plano diretor e do especial momento em que o prefeito Gean Marques Loureiro (DEM) acionou iniciativas para a revisão do plano diretor; ou de execução de projetos e empreendimentos, como o Parque Marina da Beira-mar, aeroporto de

Ratones, shopping ou ainda a disputa pelo poder político com seus conflitos e consequente exposição de ideias, a exemplo das eleições municipais para a câmara de vereadores e o seu funcionamento ou para a prefeitura municipal, obtivemos a oportunidade de melhor conhecer os agentes sociais relevantes, o conteúdo de classe, suas alianças e estratégias. Em todas essas oportunidades (grandes questões, projetos ou empreendimentos, agenda política etc.) buscamos identificar as forças sociais diretamente envolvidas e inclusive, pessoas e personalidades de destaque no contexto. O corte de classe enquanto categoria teórica deverá aportar por determinação da necessária explicação da realidade e na conquista da primazia de dominação classe.

O trabalho de tese perseguiu a busca de informações primárias cujo propósito foi colecionar o leque de opiniões, ideias, sonhos, utopias e idealidades a respeito do conceito de cidade na realidade florianopolitana. Para tanto, usamos como técnicas de levantamento de dados: entrevistas, matérias jornalísticas, publicações de revistas e com frequências a coleta e análise de folhetos e encartes propagandísticos produzidos pela indústria da construção civil e pelo setor turístico, de modo a vender, qualificar e valorizar seus imóveis e serviços a serem comercializados, o que chamamos de produção de um “varal publicitário” voltado ao mercado imobiliário e para a indústria do turismo.

Especial atenção foi dedicada na análise de documentos oficiais tramitados ou em tramitação nas esferas do poder público seja municipal (como no caso da revisão do plano diretor), estadual ou federal. A análise dos referidos documentos serviu para identificar as suas motivações, os sujeitos protagônicos, o fluxo do seu desenvolvimento e a forma final assumida ou desejada.

As entrevistas, semi-estruturadas, serviram para produzir revelações a respeito da forma de pensar e agir sobre a cidade. Obtivemos uma variedade de entendimentos, sejam eles, coletivos ou individuais, setORIZADOS por temas ou fragmentados pelo território. Espalhados por vários segmentos sociais.

As entrevistas foram seletivamente dirigidas para obter as opiniões de agentes sociais influentes e relevantes no pensar e agir da realidade florianopolitana. O Laboratório de Planejamento Urbano - Cidade e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o qual participo, produziu uma série de entrevistas com agentes sociais relevantes que incidem no processo de desenvolvimento político, econômico, social e urbano do município de Florianópolis. Estas entrevistas seguiram o mesmo questionário, com as mesmas perguntas dirigidas aos

entrevistados e ocorreram no primeiro quadrimestre de 2021. Tivemos acesso a três destas entrevistas com importantes personagens florianopolitanas de representantes de destacas entidades. São elas: Associação FloripAmanhã (entrevista efetuada em 08 de abril de 2021), Movimento Floripa Sustentável (entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2021) e Sindicato da Indústria da Construção Civil de Florianópolis e Região – Sinduscon (entrevista realizada em 23 de março de 2021). Na ocasião em que as entrevistas foram realizadas as referidas personalidades ocupavam os seguintes cargos respectivamente, Presidente da Associação FloripAmanhã, Coordenação do Movimento Floripa Sustentável e Diretor de Desenvolvimento Urbano do SINDUSCON. O Laboratório de Planejamento Urbano - Cidade e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi especial instrumento para permitir uma mediação entre os entrevistados, que não serão identificados, e o doutorando deste trabalho dada suas características políticas principalmente. A relação estabelecida por meio de um questionário comum e objetivo assegurou a indispensável impessoalidade na pesquisa e permitiu um elevado nível de qualidade nas repostas.

A pesquisa tem como característica um Estudo de Caso numa abordagem qualitativa e deu especial atenção a análise do discurso e ações práticas de agentes sociais relevantes. Os Estudos de Caso por si representam um “mergulho” em uma realidade concreta e buscam extrair elementos relacionados e tipicamente expressivos desta própria realidade. Em situações sociais semelhantes a que nos propomos pesquisar (o caso florianopolitano), o Estudo de Caso expressa a cultura, a época, as dinâmicas e predominâncias econômicas, particularidades geográficas, enfim, a sua identidade, a formação sócio-espacial.

Estruturamos a tese buscando uma dinâmica que salvaguardasse facilidades expositivas, encadeamento teórico e com os resultados da pesquisa que foram sendo selecionados e aproveitados para apoiar a explicação de “como os agentes sociais hegemônicos da sociedade de Florianópolis reagiram ao processo de ocidentalização da sociedade?”, nossa questão. Na presente **Introdução** apontamos a existência do modelo de desenvolvimento econômico ainda em disputa pelo predomínio de sua supremacia e ao mesmo tempo, a crise do urbanismo enquanto teoria para amparar o desenvolvimento do município. Nossa **Fundamentação Teórica** está vinculada a produção e atualização do marxismo como teoria viva sem pretender refutar nem combater autores e nem suas conclusões, mas está fundamentalmente relacionada a obra de Antonio Gramsci dado o seu ponto de vista crítico e fecundo buscando entender o mundo em que viveu e sua

contemporaneidade. Partiu de Marx e Engels, sem negá-los, produzindo uma atualização capaz de interpretar as modificações engendradas no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e que muito nos serviu para trilhar a pesquisa e fundamentá-la a exemplo do conjunto de conceitos como Sociedade Civil, Oriente e Ocidente, Aparelhos Privados de Hegemonia, Hegemonia e Contra-hegemonia, Estado amplo e Estado estrito, Hegemonia Couraçada de Coerção dentre outros. Também discutimos o importante tema trazido por vários autores sobre a ascensão do neoliberalismo como modelo de gestão das cidades.

Por ser um Estudo de Caso, mergulhamos na **Formação Econômica Social florianopolitana** onde nela localizamos empiricamente os conceitos teóricos, e se descortinaram o pensamento da classe hegemônica em Florianópolis, suas visões para o futuro da cidade. A pesquisa impôs a necessidade de trilhar o desenvolvimento da Formação Social de Florianópolis desde as origens, passando pelo processo de povoamento açoriano, as mudanças decorrentes da Revolução de 30, o processo de industrialização e a conformação de uma rede urbana no Brasil, a invenção da Florianópolis turística (Terra de Sol e Mar), a participação do Estado nos investimentos infraestruturais bem como, os investimentos para assegurar Florianópolis como centro administrativo. Também identificamos na oportunidade da **Revisão do Plano Diretor**, momento especial para analisar e conhecer a atuação de agentes sociais importantes. Ao longo da pesquisa cresce o entendimento da importância de determinados **Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial** notadamente o FloripAmanhã, o Sinduscon, e o Movimento Floripa Sustentável. No decorrer da pesquisa, sentimos a necessidade de aprofundar os aspectos constitutivos da **cidade capitalista, sua relação com o Estado e elementos da transição** que acabou por merecer um específico capítulo. Não menos importante, estudamos também os elementos da **Resistência** com relação ao projeto e pensamento hegemônico no município de Florianópolis. Partimos então, para nossas **considerações finais**. Dado o vigor e forte presença do capital no município de Florianópolis, apontamos para a existência de uma situação preocupante. Assim como em outras cidades, Florianópolis vive um acelerado processo de transformações de modo a se adaptar e atender a vontade da lógica predominante e de sua elite empresarial coalizada com segmentos políticos e partidários. O desejo de valorização do capital, descompassadamente com investimentos em infraestrutura, por exemplo, produz grandes ameaças. Esse trabalho está no campo da batalha das ideias e sem ser pretensioso, pretende servir a arma da crítica.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Jamais se conseguirá decifrar as leis sociais que produzem uma cidade sem um aporte teórico. Partimos desse pressuposto e buscamos aqui seguir um caminho para ampliar as capacidades explicativas sobre a origem e desenvolvimento do município de Florianópolis, sua formação econômica e social. A teoria nos oferece a chave para penetrar em um mundo que não é palpável, visível. Neste capítulo, o leitor encontrará elementos que auxiliam nesse empreendimento.

II.1 A CIDADE CAPITALISTA, PAPEL DO ESTADO E APONTAMENTO SOBRE TRANSIÇÃO

Foi por isso que, para compreender o papel econômico das cidades, tivemos que lembrar toda a teoria da mais-valia, da divisão do trabalho, etc.

Henri Lefebvre

A cidade do tipo capitalista, nascida de um longo processo evolutivo, é a cidade do tempo presente. Histórias evolutivas diferentes, determinações geográficas diferentes, culturas diferentes criaram por conseguintes cidades também diferentes, mas com identidade em comum.

Nosso ponto de partida é demonstrar alguns elementos constitutivos desta identidade para poder doravante firmar o sentido capitalista da cidade. Não há como atribuir a função capitalista para a cidade sem antes definir o que é capitalismo.

O modo de produção capitalista tem no capital seu motor. A sociedade do reino do capital criou pelos seus elementos intrínsecos as condições indispensáveis para a sobrevivência do próprio capital; produção e reprodução, sendo que a cidade assumiu a função indispensável de “condição geral” para tal intento. Fato determinante para prevalecer socialmente o capitalismo, foi a dissociação do trabalhador dos meios de produção. No capítulo de número XXIV (A Chamada Acumulação Primitiva), em O Capital, Karl Marx discorre sobre o processo histórico dessa dissociação. Vale citar:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.

A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela. (MARX, 2001, p. 828)

Adotemos o pressuposto de que o modo de produção capitalista (MPC) representa um estágio avançado de desenvolvimento da humanidade. Não nasceu de um estalido de relâmpago. Marx também vê assim:

Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade... Com esta organização social termina assim, a Pré-História da sociedade humana. (MARX, 1983, p. 25)

Quando Marx afirma que a acumulação primitiva “constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” ele faz esta afirmação para cravar a noção de que o capital é anterior ao modo de produção capitalista. De que o capital surgiu em um ambiente não capitalista ou ainda, de “uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida.”. (MARX, 2001, p.827).

Já Istiván Mészáros nos auxilia na distinção que por ora estamos apresentando (capital e capitalismo) com a seguinte questão:

...o capital é uma força controladora, você não pode controlar o capital, você somente pode se livrar dele por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade – é impossível enganá-lo. Ou ele o controla ou você se livra dele, não há solução intermediária. (MÉSZÁROS, p. 131, 1995)

Mészáros completa:

O que importa aqui, sem dúvida, é que o objetivo, o alvo da transformação socialista é superar o poder do capital. O capitalismo é um objetivo relativamente fácil nesse empreendimento, pois você pode, num certo sentido, abolir capitalismo por meio do levante revolucionário e da intervenção no plano da política, pela expropriação do capitalista. Ao fazê-lo, você colocou um fim no capitalismo, mas nem sequer tocou no poder do capital. O capital não depende do poder do capitalismo e isso é importante também no sentido de que o capital precede o capitalismo em milhares de anos. O capital pode sobreviver ao capitalismo, é de esperar que não por milhares de anos, mas quando o capitalismo é

derrubado numa área limitada, o poder do capital continua, mesmo que numa forma híbrida. (MÉSZÁROS, p. 130, 1995)

Ao se falar em cidade capitalista indubitavelmente estamos falando de cidade do capital. No entanto, ao se falar de capital não necessariamente estamos falando de capitalismo ou de cidade capitalista. O capital trouxe consigo uma nova relação social que feito uma metástase se espalhou pelo mundo. Alcançou também Florianópolis. Esta relação social que define e constitui o capital está resumidamente bem descrita por Leo Huberman em “História da riqueza do homem”. Vejamos:

As mercadorias, que antes eram feitas não para serem vendidas comercialmente, mas apenas para atenderem às necessidades de casa, passaram a ser vendidas num mercado externo. Eram feitas por artesãos profissionais, donos tanto da matéria-prima como das ferramentas utilizadas para trabalhá-las, e vendiam o produto acabado. (Hoje, os trabalhadores na indústria não são donos nem da matéria-prima nem das ferramentas. Não vendem o produto acabado, mas a força do trabalho. (HUBERMAN, 1974, p. 63).

Ainda vale citar Marx, na medida em que ele completa a descrição que transcrevemos acima com as palavras de Leo Huberman no tocante a nova relação social de produção contida no capital. Vejamos:

... no início, era necessária certa magnitude mínima de capital individual, a fim de que o número dos trabalhadores explorados ao mesmo tempo e a consequente quantidade de mais-valia produzida fossem suficientes para liberar o empregador do trabalho manual, e transformá-lo de mestre artesão em capitalista, estabelecendo-se, assim, formalmente o sistema capitalista. (MARX, 2001, p. 383).

Esta “quantidade mínima de capital individual” a que se refere Marx, derivou da acumulação primitiva, sua gênese. É ela que vai engendrar o sistema capitalista, fazer germinar uma nova classe social, emergente portando, os capitalistas, e ao mesmo tempo, uma outra classe social antagônica, ou seja, os despossuídos dos meios de produção e proprietários tão somente de força de trabalho, os assalariados, fonte de mais-valia, os trabalhadores.

Prossegue Marx:

O comando do capitalista no campo da produção torna-se então tão necessário quanto o comando de um general no campo de batalha.

... Um violinista isolado comanda a si mesmo; uma orquestra exige um maestro.

... Antes de tudo, o motivo que impede e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital. (MARX, 2001, p. 383 e 384).

Daqui é perfeitamente possível compreender que o capital ao trazer ao mundo uma nova relação social (proprietários e não proprietários dos meios de produção) trouxe também consigo um compromisso subjacente: assegurar incessante e interruptamente o processo de sua expansão. A expansão do capital (indispensável), alcançará cedo ou tarde territórios, formas organizativas, produzirá um revolucionamento permanente das forças produtivas e inclusive alcançará o campo e a cidade como um todo. A cidade torna-se palco organizado para o desempenho de unidades comerciais, financeiras, de serviços, industriais na lógica capitalista, mas também ela em si tornou-se mercadoria. Em uma perspectiva macro, ela é vendida em um ambiente mundial de competições entre cidades. Esta competição busca atrair a partir de determinadas características (matéria prima em abundância, paisagens, clima, capacidades produtivas etc.) “investidores”. A cidade passará a cumprir uma função estruturante enquanto “condição geral”. Vejamos Jean Lojkin,

...longe de ser um fenômeno menor, a urbanização desempenha, a nosso ver,

papel tão importante quanto a multiplicação da potência mecânica do trabalho na unidade de produção. Marx demonstrou no capital que o modo de produção capitalista é obrigado a “revolucionar” incessantemente seus meios de produção para aumentar a parte do trabalho excedente com relação ao trabalho necessário. Longe de ser pura necessidade técnica, o aumento da produtividade é imprescindível ao desenvolvimento da acumulação capitalista.

Ora, esta análise bem conhecida das relações entre desenvolvimento das forças produtivas e acumulação do capital não se limita absolutamente, como às vezes se acredita, ao trabalho na oficina ou mesmo na unidade de produção. A socialização das forças produtivas, consecutivas ao desenvolvimento da mais-valia relativa, não está em absoluto limitada à formação do “trabalhador coletivo” no local da produção; para Marx, esse conceito de socialização estende-se também de fato ao conjunto da reprodução do capital social. Com mais exatidão, pode-se dizer que ela abrange simultaneamente a divisão técnica do trabalho na oficina e a divisão do trabalho no conjunto de uma sociedade. Assim Marx é levado a desenvolver um novo conceito para definir a relação entre o processo imediato de produção e de circulação, por um lado, e, por outro, o processo global de produção e de circulação do capital: é o que ele chama as condições gerais da produção. (LOJKINE, 1981, p. 122 e 123)

Se faz necessário apresentar esquematicamente o processo de valorização do capital em sua forma elementar a mercadoria, ou melhor, a metamorfose da mercadoria. Para Marx, o capital-dinheiro (D) é inicialmente convertido em mercadoria (M) que por sua vez assume forma de

elementos materiais do processo de trabalho: meios de produção (MP) e de força de trabalho (FT) indispensáveis para organizar o processo produtivo (P) constituindo-se em capital produtivo que busca como resultado o capital-mercadoria (M') cujo valor é maior que o capital inicial (D) onde (') é a mais-valia. Esta nova mercadoria acrescida de mais-valia no processo de produção deve agora se realizar no processo de circulação transformando-se em capital valorizado (D'). Neste sentido, a forma D, M, MP, FT, P, M' e D' são apenas formas sociais distintas que o capital assume, com a finalidade de se reproduzir. A partir de agora, tudo é produzido para ser capital mercadoria e na forma mercadoria elas passam a ser conforme define Marx o capital valorizado, grávido de mais-valia (M' e D'). Este processo identificado nos permite então fazer uma definição marxiana de capital, qual seja: capital é valor-que-se-valoriza. Esse dinamismo impregnado no processo de produção deve se repetir n' vezes. Este ciclo é vital e deve se completar sem interrupções de maneira a seguir permanentemente sua expansão seja em escala micro, individual (particular) ou escala macro enquanto capital social.

Há farta literatura que interpreta o desenvolvimento do capitalismo como resultado evolucionário de um processo não planejado. O modo de produção capitalista não foi previamente pensado e nem cognitivamente engendrada a sua implantação. Não foi concebido por ninguém com antecedência e nem desejado como objetivo a ser desenvolvido, alcançado. É ele resultado de um processo de longa duração, contraditório e que socialmente se produziu a desconstrução da formação social que o antecedeu sem que houvesse um Sujeito elaborador e responsável pela tarefa de realizá-lo. Ele não foi previsto, mas veio ao mundo. O professor e historiador Jacob Gorender em *Marxismo sem utopia* afirma:

Nenhum dos protagonistas desse processo pensou, sequer vagamente, em algo que pudesse ser entendido como 'construir o capitalismo'. O capitalismo se constituiu espontaneamente, o que não quer dizer inconscientemente. As classes sociais e os seus representantes individuais agiam em estado consciente, deliberavam e tomavam decisões conscientes e procuravam adequar suas ações a tais decisões. Mas isso não implicou, em momento algum, que tivesse havido a intenção ou a deliberação, por parte de instituições ou de indivíduos, no sentido de algo como uma **construção** do regime capitalista. Este não surgiu por efeito de um plano, indispensável a qualquer construção. O seu surgimento e expansão ocorreram como processo puramente objetivo, criando situações e condições que provocaram respostas conscientes. Ao invés de um plano com um grau mínimo de deliberação centralizada, o surgimento do capitalismo se efetivou como resultado imprevisto e imprevisível da ação dispersa de muitos milhares de mestres artesãos, agricultores, comerciantes e empresários variados. Do intercâmbio entre eles, milhares de vezes repetido, tomou corpo e ganhou consistência o mercado apropriado às características do capital. (GORENDER, 2000, p.18)

As pegadas dessa passagem são também objeto de profundo estudo e debate entre os mais notáveis intelectuais, dentre citamos, Charles Parain (SD), Eric J. E. Hobsbawn (SD), Maurice Dobb (2004), Paul Sweezy (2004), Giuliano Procacci (2004), Rodney Hilton (2004) , dentre tantos que travaram a polêmica sobre como se deu a transição de um modo de produção a outro ou, do feudalismo ao capitalismo.

As opiniões díspares entre este refinado leque de historiadores, economistas e sociólogos marxistas estão registradas em importantes obras⁹. Não é de nosso interesse recuperar o debate sobre as hipóteses aventadas e defendidas por estes autores, mas colher o esforço do convencimento sobre a necessidade de se conhecer para superar.

Se é certo que o fenômeno histórico já acontecido (passado) provoca uma variedade de opiniões divergentes, o debate sobre a transição do capitalismo para uma formação social pós-capitalista e o papel das cidades é produto de enormes divergências e polêmicas. Não há similitude na passagem de um modo de produção para outro, mas nem por isso é dispensável o conhecimento das leis econômicas e sociais que os presidem.

É certo que a humanidade migrou para um novo estágio com o advento do capitalismo. Estudiosos investigam caminhos para uma nova transição. A pretensão é repleta de incertezas e polêmicas. Fazer a sociedade transitar e alcançar de fato uma nova formação social é polêmico não por ser decorrente apenas da inexistência de condições sejam elas objetivas ou não. Mas também, em meio a complexidade de direcionar com êxito esta movimentação, está a divergência de qual é o caminho mais seguro, mais exequível, que se deve trilhar e o que deve ser erigido como superação à ordem social burguesa, posto em seu lugar. Neste sentido o aspecto político do debate cresce em magnitude e importância. No entanto, a economia e a política se tornam necessidades indispensáveis para elucidar a viabilidade do por vir. Mas bem adverte Lefebvre:

Esta superação resulta de uma “massa de condições materiais prévias que não se consegue alcançar com a simples vontade”, e muito em especial do crescimento das forças produtivas bem como de novas relações de produção (e por consequência de um outro modo de produção e de uma outra sociedade). A superação não resulta portanto de um decreto nem uma intenção da consciência. Existe uma *tendência nesse sentido*, é esse o

⁹ Sobre a exposição das ideias dos autores apontados vale ler: A Transição do feudalismo para o capitalismo. Paz e Terra, 2004 - Rio de Janeiro. SWEEZY, Paul e outros bem como: Capitalismo – Transição. Editora Moraes – São Paulo/SP.

sentido da tendência histórica, a de toda a prática e de toda a sociedade, que assim se explicita. (LEFEBVRE, 1972, p 52)

A conquista do capitalismo é uma longa caminhada evolucionária. Esta caminhada certamente não foi linear, progressiva e ascendente em que pese, como resultado represente ascensão. É possível se falar em um processo de acumulação política e econômica que redundou em capitalismo. Este processo de acumulação pode ter sofrido desacumulações, regressões e também estagnações, desde que visto sobre ele realizado, consumado, mas em permanente movimento, é a contradição em processo.

Neste curso histórico dentre uma variedade de fatores há o reconhecimento do papel das cidades no sentido de apoiar a “ultrapassagem”. A produção de excedentes econômicos no campo gerou condições para liberar trabalho e só assim criou-se a possibilidade de assegurar a reprodução da existência de um contingente de pessoas desresponsabilizado pela própria produção de sua subsistência. Este contingente de pessoas derivou para outros afazeres (que não o trabalho agrícola) e viabilizou a cidade que enquanto efeito sinérgico apoiou o campo (segurança, religião, serviços...). A cidade é pré-capitalista, no entanto, contou para o processo de acumulação capitalista. A cidade é apenas um dos fatores que forjou o capitalismo. Sendo assim, interessa explorar seus impactos, e potencialidades para uma nova formação social.

Michel Beaud em História do capitalismo – de 1500 aos nossos dias afirma que:

... assim que é constituída a sociedade feudal inicia-se o seu processo de decomposição: mutação da prestação em trabalho em prestação em gêneros ou em dinheiro, com desenvolvimento do trabalho livre e de formas de propriedades camponesas; simultaneamente, retomada do comércio: feiras comerciais, reativação do artesanato (no âmbito das corporações), renascimento da vida urbana, formação de uma burguesia comerciante, etc. É nessa decomposição da ordem feudal que vai se enraizar a formação do capitalismo mercantil. (BEAUD, 2004, p. 18)

Depreende-se que há um conjunto de causas que viabilizaram o capitalismo, dentre elas a cidade. Questionemos: até que ponto a cidade pró-tende ao capital ou à sua superação. Assim colabora na resposta Henri Lefebvre.

A cidade, como tal, faz parte das condições históricas implícitas no capitalismo. Resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se efetua nela e por ela). É uma *coisa social* na qual se tornam perceptíveis (se tornam sensíveis) relações sociais que por si, não são perceptíveis, havendo que concebê-las pelo pensamento a partir da sua realização concreta (prática). (LEFEBVRE, 1972, p. 130 e 131)

Aqui, temos necessidade de apresentar e sustentar uma diferença substantiva na rota que enveredou o feudalismo ao capitalismo e deste para sua possível superação. Referimo-nos ao papel das ideias (tratado em um capítulo específico deste trabalho) que enquanto base material atuam como força produtiva e espaço privilegiado do fazer político.

O modo de produção que poderá suceder a formação social capitalista difere também na medida em que é resultado de uma antevisão, isto é, sem existir enquanto realidade é possível vislumbrar a sua potencialidade e sua possibilidade histórica, não que seja inexorável. Neste sentido ele é planejado e previamente desejado enquanto objetivo e já fora tentado e experimentado havendo regredido também. Adolfo Sanchez Vazquez assim adverte:

Ainda que o socialismo tenha que ser tão variado e plural como as circunstâncias e condições em que surge, suas formas históricas concretas não podem deixar de ter certas características que o marxismo considera indispensáveis para distingui-lo de outras formações sociais, como o capitalismo. E essas características devem ser buscadas nas relações de produção (particularmente, na forma de propriedade dos meios de produção e na superestrutura política, tipo de Estado e de suas relações com a sociedade). (VAZQUEZ, 2010, p; 176)

A percepção de existência de uma nova ordem social é resultante da análise da realidade concreta do modo de produção capitalista e dos modos de produção que o antecederam. Mas esta análise é cognitiva. A apreensão cognitiva de suas potencialidades e possibilidade históricas lhe dão envergadura, ampliam a capacidade de se tornar realidade vez que se pode traduzir em ação política. Nasce então um par inseparável: idealidade (cognição, saber, conhecimento, teoria) e realidade. Daí deriva a assertiva: sem teoria revolucionária não há prática revolucionária (LENIN, Que fazer?, 1979). Logo, a transição a um novo patamar de sociedade não prescinde da política e ao invés de predominantemente evolucionária assume caráter revolucionário.

Chegamos à conclusão que no tocante a transição os processos são invertidos. A transição ao capitalismo levou em primeiro lugar a uma afirmação de circunstâncias econômicas e sociais culminando com processos de ascensão política da burguesia enquanto classe emergente e isto aconteceu a posteriori. Já a transição a um novo estágio societário e até aqui tem havido experiências e tentativas, vem em primeiro lugar da afirmação política da classe explorada ou em

seu nome e a posteriori se “afirmando” economicamente e socialmente. Por isso, prevalece em nosso entender que sem desconsiderar o estágio do desenvolvimento objetivo do capitalismo, sua superação só se constituirá se resultado de uma ação consciente de um sujeito histórico politicamente organizado e disposto a pôr fim a ordem social prevalecente. Sendo assim, abrimos o debate para a discussão sobre que sujeito social é este e se a cidade o contém. Afirmamos anteriormente, que a cidade fez parte das condições objetivas do nascimento do capitalismo, teria ela participação na sua negação? Partilhamos do convencimento de se estudar a transição, ou melhor, as transições e o papel das cidades na superação da formação social burguesa que tão interessou a Lefebvre. Lefebvre ao levantar a pergunta antes trazida por Marx e Engels assim aponta para o debate; qual é o Sujeito da história? E responde:

Marx debruçar-se-á, mas mais tarde, sobre o problema do Sujeito, que só nos *Grundrisse* se explicita. O Sujeito coletivo, o sujeito da história, o sujeito ao qual deve ser imputado o global, a práxis no seu conjunto, já não é o Estado hegeliano, que Marx refutou na sua crítica do hegelianismo (filosofia da história e história da filosofia, teoria do Estado e do Direito). Mas então quem é? Marx sempre hesitará em dar resposta definitiva. Será a “sociedade”? O modo de produção? As classes? O proletariado, como classe privilegiada negativa e positivamente? Talvez considerando a interrogação em si como especulativa (filosófica e não prática e/ou política), Marx parece ter-se absterido de responder – apesar de ter formulado a interrogação clara e distintamente.

Aqui, o Sujeito da história é incontestavelmente a Cidade que se apresenta com vários caracteres preciosos: (LEFEBVRE, 1972, p.50)

A transição então, não é uma mera movimentação a esmo. De algo que não se sabe de onde vem e nem para onde vai e tampouco se sabe as leis que o presidem. O termo transição aqui aplicado, está referenciado em um observador coletivo que de um determinado posto de observação “enxerga” algo que transita, e sendo assim, é conexo a ideia, tem um ponto de partida, movimentação, passagem, ultrapassagem, processo, espaço, tempo, ponto de chegada e superação. Desde já esclarecemos de modo a evitar confusões que ponto de partida não é sinônimo de começo, e nem ponto de chegada é sinônimo de final. A contradição está em processo.

Até aqui tratamos de definir a distinção entre capital e capitalismo, localizamos historicamente seus rebentos e avançamos em um debate sobre o papel da cidade como sujeito de superação da ordem social burguesa. É chegada a hora de aportar um sócio deste processo: o Estado. Antes, porém uma advertência de Alysson Mascaro:

É preciso entender que, no Brasil e no mundo, a política é ainda, e cada vez mais, do capital, não do Estado. Isso porque as decisões políticas das sociedades contemporâneas se ligam mais ao interesse do poder econômico que ao dos próprios governantes. Os Estados, que têm um papel fundamental na reprodução capitalista, ainda que decidam e atuem, vêm-se revelando, nas últimas décadas, caudatários das decisões imediatas de grandes grupos econômicos. Assim sendo, as questões mais importantes da política acabam por ser, diretamente, aquelas que interessam ao capital. Quando as decisões são tomadas a favor do povo ou de modo contrário às burguesias, por exemplo, os grandes grupos econômicos e seus interesses têm alta força de contenção e mesmo de sabotagem em relação a tais políticas. (MASCARO, 2020, p.165)

Consideramos a questão levantada por Mascaro uma advertência para o debate. Como vimos, o capitalismo ao se constituir transformou o conjunto das relações de produção e deste processo emergiram classes sociais que objetivamente antagonizam-se. O controle dos meios sociais de produção cabe ao proprietário por decorrência da dissociação entre trabalhadores e meios de produção, como vimos. O capitalista enquanto proprietário, não exerce a partir da propriedade apenas o “direito” de exploração do trabalhador, de apropriação de tempo de trabalho excedente. Para o exercício da extração de mais-valia ele coaduna-se com elementos sofisticados de dominação. A condição de assalariamento de grande massa de trabalhadores tem que ser preservada a qualquer custo. Afinal, o salário não é a contrapartida do resultado de trabalho. Isto é ilusório, um fetiche. Há uma substantiva diferença entre trabalho e força-de-trabalho. Esta última é a capacidade de trabalhar. É a capacidade de trabalhar que é vendida-comprada e não o trabalho. É por esta razão que no âmbito da teoria do valor trabalho (teoria marxista) se afirma que a força-de-trabalho é a única mercadoria que quando vendida-comprada produz mais valor do que a ela foi pago. Gera um excedente, a mais-valia. Este é um segredo, uma relação social que oculta a origem da riqueza e também por esta razão, institui legalmente o direito de o capitalista explorar os trabalhadores impondo a partir desta situação, uma alienação na esfera político-estatal. Esta situação, tem de ser sustentada por relações para além da dinâmica econômica vez que este “segredo” eventualmente pode ser quebrado. Ademais, diferentemente da escravatura, a relação social típica do modo de produção capitalista não é tão exposta e visível. Ela esconde a condição de exploração, de submissão e opressão criando a falsa sensação de liberdade. O Estado cumpre aí uma função decisiva. Quando o conjunto das classes subalternas ou setores dinâmicos de sua composição tomam consciência “de si e para si” se criam condições de natureza subjetiva para a contestação da condição de exploração e dominação a que estão submetidos.

Sendo assim, o Estado deve permanentemente atuar de modo a se colocar como entidade acima, supra classes sociais, como se a razão de sua existência fosse em nome de uma representação social de todos. Aí reside mais um “segredo”, o Estado parece ser, mais não é, autônomo e independente das classes sociais. Em essência, O Estado tem sua origem decorrente de relações concretas entre as classes. Não é uma invenção desconectada do real. É falso atribuir ao Estado, em última instância, uma representação geral, ou ainda, que o mesmo fosse uma entidade em si. Porém, dialeticamente, o Estado se transformou. O Estado que temos hoje não é o mesmo da época de Marx e Engels, por exemplo. Na medida em que há mudanças na sociedade ele se atualiza e vice-versa. Ao longo deste trabalho já nos aproximamos da teoria desenvolvida por Antonio Gramsci por diversas oportunidades e aqui, não será diferente¹⁰. É enganoso acreditar que a atualização progressiva das características do Estado se reveste de um afastamento dos interesses burgueses em detrimento de também progressivamente mudar sua natureza e caráter para bem atender os interesses das classes exploradas e oprimidas. Quando o Estado mutaciona, ele está preservando os interesses originais. Ele se sofisticava com o propósito de manter o compromisso de classe com o capital. É de Gramsci o aspecto teórico que relaciona a dominação enquanto um processo de “hegemonia coraçada de coerção”. O Estado a serviço dos interesses dominantes tem de agir de maneira plausível para mistificar seu verdadeiro compromisso de classe de modo a obter o consentimento geral de sua atuação. A coerção é uma reserva que mesmo não estando acionada, influencia na construção do consenso dado a sua ameaça presente e permanente. Porém, quando o consenso é quebrado, o Estado pelo monopólio da força, usa a coerção mesmo quando contraproducente politicamente. Até aqui trouxemos o debate sobre a gênese do Estado, suas mutações no decorrer da história, seu caráter de classe e sua aplicação objetiva. E a cidade? O que tem a ver com isso? Não é difícil perceber que as capacidades do Estado em influir na política e na economia “aterizam” nas cidades. As formas são diferenciadas, mas o compromisso não se descola das formas. O Estado continua agindo por motivações capitalista, no entanto, na cidade. Vários autores recalibram as palavras de Marx e Engels no Manifesto Comunista seja por entenderem estreitas demais comparativamente a outros textos de suas próprias lavras ou por servirem tão somente para retratar a época em que viveram. Destacamos aqui o entendimento do professor do

¹⁰ Para maiores detalhes e maior aprofundamento, vale ler Carlos Nelson Coutinho em especial o capítulo nº 1 (A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista) do livro “Marxismo e Política – a dualidade de poderes e outros ensaios”, 1994.

Departamento de Sociologia da Unicamp, Jorge Miglioli, no artigo “Dominação burguesa nas sociedades modernas”, da Revista Crítica Marxista nº 22 quando lucidamente esclarece:

No capítulo 1 do *Manifesto Comunista*, Engels e Marx afirmam que o “poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios de toda a classe burguesa. A afirmação é verdadeira mas parece exagerada por causa da palavra “comitê” e da expressão “nada mais é do que”. Isso soa como se um grupo de burgueses estivesse permanentemente reunido para cuidar dos interesses exclusivos da burguesia. ...

... a burguesia não fica diariamente tramando sua dominação, a qual se dá rotineiramente através das leis; estando em vigor essas leis, a dominação está garantida através de sua aplicação, e para isso existem os órgãos competentes do Estado. (MIGLIOLI, 2006, p. 17)

Discutimos em um capítulo específico neste trabalho as correntes burguesas de pensamento (keynesianismo e neoliberalismo), aqui cabe acentuar que são propostas e entendimentos distintos sobre a gestão do capital e nenhuma delas prescinde do Estado. O debate entre essas correntes burguesas se reapresenta no debate sobre a gestão da cidade sem, contudo, abrir mão de elementos reguladores. O que diferem entre si é o peso da intervenção, um pouco maior um pouco menor. Ainda sobre o papel e a importância do Estado temos no capítulo III, “A teoria marxista do Estado” do livro “A produção capitalista do espaço” a importante contribuição de David Harvey.

A produção e troca capitalista são inerentemente “anárquicas”. Os indivíduos, todos em busca dos seus interesses privados, não podem levar em consideração “o interesse comum”, mesmo o da classe capitalista, em suas ações. Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sobre os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar um papel no provimento de “bens públicos” e infra-estruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo. (HARVEY, 2006, p. 85)

II.2. A IMPORTÂNCIA DAS IDEIAS

É no contexto apresentado na introdução, que a batalha de ideias se desenvolve na especificidade da Formação Econômica e Social (FES) florianopolitana. Novos arranjos se constituem em processo permanente na perspectiva de acordos, produção de conflitos, alinhamentos, alianças, mesmo que parciais, tudo isso, conformando definições e redefinições na correlação de forças entre agentes sociais relevantes. Instituições a exemplo do Ministério Público seja ele estadual ou federal e dos poderes judiciário, legislativo e executivo agem com legitimidade e apoiados no complexo jogo social. A grande mídia e as redes sociais interferem, na formação das ideias e inclusive participam ativamente do jogo do poder. Exemplo elucidativo está apontado no livro de Marcelo Lopes de Souza intitulado como: *Dos Espaço de Controle aos Territórios Dissidentes – Escritos de divulgação científica e análise política*. Ao discorrer, no caso do município do Rio de Janeiro, sobre o papel da grande imprensa com relação o que denomina “militarização da questão urbana” o autor assim conclui. Vejamos:

No momento, observa-se no Rio de Janeiro, uma interessante mudança de tom por parte da mídia, em especial por parte da TV Globo (e da Globonews, de TV a cabo) e do jornal O Globo: em vez de fundamentalmente, explorar os fatos relativos à criminalidade violenta, conferindo ao Rio de Janeiro um destaque parcialmente desproporcional (uma vez que, no que se refere a vários tipos de crimes violentos, a começar pelos homicídios, desde a década de 1980 que se pode facilmente constatar como outras capitais, por exemplo Recife, geralmente apresentaram índices mais elevados que o Rio), a mídia “global” passou a investir maciçamente no que poderia ser chamado de a construção de um “épico” fortemente ideológico: as Forças do Bem contra as Forças do Mal, o “Dia D”, a colaboração e apoio da população (por meio do “Disque Denúncia” e, também, constatável mediante pesquisa de opinião).

Corações e mentes (os corações muito mais do que as mentes) vêm sendo inusitadamente mobilizados para dar suporte de massas às “operações de guerra” empreendidas pelo Estado. (SOUZA, 2015, p. 45-46).

No plano florianopolitano, um manifesto lançado nos principais jornais de circulação local de Florianópolis por um movimento chamado Floripa Sustentável (que se define como Movimento apartidário que defende soluções criativas e inteligentes para melhorar o futuro da cidade, reunindo entidades de classe, ONGs, profissionais liberais, estudantes, sindicatos e empresas) intitulado “Os

Ventos do Século XXI”¹¹ é expressão exemplar dos elementos de conflito constitutivos do que expomos anteriormente. Os signatários concluem que no bojo do resultado eleitoral de 2018 está contido um entendimento de negação da tutela do Estado e mais do que isso:

Os mesmos ventos dizem que é a hora de Florianópolis dar um basta às forças externas que vêm retardando o seu desenvolvimento; de afirmar que deseja ser soberana para decidir suas questões simples e complexas; de proclamar que tem quadros competentes e responsabilidade social e ambiental para administrar o seu destino. Florianópolis rejeita que decisões distantes de suas idiossincrasias queiram modelar os seus verdadeiros interesses. Eis que há duas décadas a intromissão indevida de agentes estranhos e a insegurança jurídica bloqueiam a viabilização dos seus grandes projetos. (FLORIPASUSTENTÁVEL – MANIFESTO OS VENTOS DO SÉCULO XXI)

O referido Manifesto aponta um desejo de ruptura com a República e pugna por um afastamento de instituições de controle para viabilizar os “seus grandes projetos”. Neste caso fica visível a disposição da criação do Movimento para conflitar. Não há uma tática exclusiva. No entanto, observando a estreita relação do Movimento Floripa Sustentável com a Associação FloripAmanhã, torna-se compreensível a finalidade de um e de outro. O primeiro, beligerar, bater e agredir e o segundo propor, hegemonizar. São na prática braços orgânicos da mesma política. Toda essa complexidade é reflexo e também está determinada por conflitos, dissonâncias e consensos. Neste jogo social complexo os agentes sociais interagem e desenvolvem um leque variado de ações estratégicas entre si. Dentre elas podemos citar: estratégias de cooptação, dissuasão, conflito negociado, conflito direto e aberto etc. Aqui, é relevante afirmar o lugar da política, das disputas de ideia.

Por mais que reconheçamos a força da estrutura econômica seria um equívoco aceitar a existência de um mundo sem política, sem a arte de lidar com ideias, conflitos, antagonismos e interesses diversos. Se fosse assim, não haveria espaço para disputa de hegemonia. Há, por conseguinte, uma inserção ativa na definição sócio-espacial que deriva, mas não somente, da superestrutura, da política, da cultura, das ideias. Convém aqui reforçar esta opinião com as conclusões de Antonio Labriola.

“Essas categorias econômicas são elas próprias resultado de um processo e estão em processo, como tudo o mais, pois os homens se modificam quanto a capacidade e à arte de vencer, subjugar, transformar e usar as condições naturais; pois os homens mudam de

¹¹ Manifesto intitulado: Os ventos do Século XXI também disponível em: <http://floripasustentavel.com.br/manifesto-os-ventos-do-seculo-xxi/> acessado em 20 de novembro de 2018.

ânimo e de atitudes, pela reação de seus instrumentos sobre eles próprios; pois os homens se modificam em suas respectivas relações de convivência e, por isso, dependem de diferentes maneiras uns dos outros. Trata-se, em suma, da história, e não do seu esqueleto. Trata-se da narração, e não da abstração; trata-se de expor e de esboçar o conjunto, e não apenas dissolvê-lo e de analisá-lo. Trata-se, para dizê-lo com uma palavra, tanto agora como antes e como sempre, de uma arte”. (LABRIOLA, In GRUPPI Pág. 31)

Em seu clássico livro “O Jogo da Direita” o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), René Dreifuss, bem classificou o que chamou de *tipos de operações*. O conjunto dessas operações quando utilizadas de maneira isolada, parcial ou mesclada como um todo, constituiu um potente instrumento de interferência e condicionamento da realidade sócio-espacial. Vejamos:

A ação política dominante se desdobra em diversos tipos de operações, desenvolvidas por variados meios:

- a) operações coercitivas, que envolvem o uso aberto e ostensivo da força encastelada no estado ou seu emprego sub-reptício e indireto, através de mecanismos paralelos;
- b) operações propagandísticas, que envolvem o emprego de recursos de comunicação ideológica e convencimento doutrinário. O emprego desses recursos é apoiado em realizações de impacto, abrangentes ou localizadas, que possam ser exploradas no seu efeito galvanizador de expectativas e ainda se realiza pela exploração de receios e preconceitos coletivos interiorizados na estrutura social;
- c) operações econômicas, destinadas a potencializar a própria infra-estrutura logística e a estrutura de ação, assim como coagir público-alvos;
- d) operações sociais, destinadas a criar espaços de apoio e legitimação ampla para desenvolver a ação estratégica de modificação das relações de poder,
- e) operações administrativo-institucionais, destinadas a delimitar e enquadrar os adversários, a população ampla e os públicos-alvos, ou potencializar as próprias ações, utilizando-se de recursos partidários, da instrumentalização de instituições públicas e de aparelhagem legal e burocrática. (DREIFUSS, 1989, p.21)

Mais importante do que a classificação apresentada acima (que não pode ser lida como estática) é reconhecer que elas são operações fartamente aplicadas no cotidiano da vida social. Servem para a disputa social em sentido amplo. São aplicadas na concorrência entre empresas, na disputa entre grupos sociais, classes, partidos, sindicatos patronais e de trabalhadores, ONG`s e etc. O professor Dreifuss nos dá demonstração de que há um amplo espaço de disputa na esfera superestrutural e de que cada vez mais há sofisticações nesse processo. Ademais, conhecer as formações sociais por si, e em particular o caso florianopolitano tem valia desde que o esforço para tal esteja conectado com a ação transformadora, é o nosso entendimento. O conhecimento assume caráter transformador quando consegue conciliar a apropriação da realidade objetiva com a

potencialização da sua superação em sentido histórico. Henri Lefebvre nos traz importante reflexão a este respeito:

Deixando a análise das formações econômico-sociais passadas para abordar as perspectivas (e com elas os problemas) da ação, o marxismo não abandona a razão, o conhecimento e o domínio científico. Esses dois pontos de vista, o do conhecimento e o da ação, apenas são considerados separadamente por doutrinas estáticas e não dialéticas. A análise das formações econômicas-sociais do passado já é uma análise do devir histórico. É ainda dessa análise que a dialética marxista tira suas previsões, suas palavras de ordem e suas apreciações. Para a dialética, o possível não se separa do realizado – nem os valores se distinguem da realidade – nem o direito se distingue do fato. O devir engloba esses diferentes aspectos: o possível não é mais do que a tendência profunda do real. (LEFEBVRE, 2016, P. 103)

Para reforçar nosso entendimento sobre a importância das ideias no curso do desenvolvimento histórico, recorreremos também a Guiorgui Valentinovitch Plekhanov (1856-1918) em excepcional texto intitulado: O Papel do Indivíduo na História. Neste clássico livro, Plekhanov, aponta inexistir uma inexorabilidade do processo histórico. Há para ele, por vezes, a participação de sujeito histórico mesmo quando esse sujeito é apenas um indivíduo, vejamos:

Assim, pois, os indivíduos, graças a determinadas particularidades de seu caráter, podem influir nos destinos da sociedade. Por vezes, a sua influência pode ser considerável, mas, tanto a própria possibilidade dessa influência quanto suas proporções, são determinadas pela organização da sociedade, pela correlação de forças que nela atuam. O caráter do indivíduo constitui “fator” do desenvolvimento social somente onde, exclusivamente na época, e unicamente no grau em que o permitem as relações sociais.

Pode-se objetar-nos que o grau da influência pessoal depende também do talento do indivíduo. Estamos de acordo. Mas o indivíduo não pode manifestar seu talento senão quando ocupa na sociedade a situação necessária para poder fazê-lo. (PLEKHANOV, 2006, p. 138).

Ainda vale citar os ensinamentos do professor Milton Santos no que diz respeito ao conceito de **Formação Econômica e Social** (FES) que ao nosso entender, assume centralidade para elucidar elementos determinantes da realidade que vivenciamos. O referido conceito tem um longo trajeto, sua produção é original em Marx e Engels e tem atualizações e aplicações enriquecidas por uma série de autores e agentes políticos relevantes. Desde já, apontamos que nosso objetivo não é a discussão conceitual em sentido estreito e sim, o uso do conceito como elemento de apreensão da realidade. Para tanto, adotaremos como referência, o clássico artigo do professor Milton Santos

publicado no Boletim Paulista de Geografia em 1977¹². O conceito de Formação Econômica e Social tem sua aplicação para as sociedades específicas, friso no plural, historicamente datadas e concretas. Não trata de sociedade em geral. Por isso, é distinto, não se confunde com conceitos mais amplos que buscam alcançar vários momentos e espaços gerais datando-os em largas escalas temporais. Sendo assim, para precisar a conveniência e a aplicabilidade conceitual em seu sentido dinâmico e processual o professor Milton Santos esclarece:

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliadas à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. (SANTOS,1977, p. 81)

A cidade, desde sua primeira formação, é uma produção social complexa e que ao passar do tempo amplia cada vez mais sua complexidade. Quem a vê como obra humana, não obtém de imediato a explicação de sua gênese, da rede causal que a produziu, suas motivações, sejam elas subjetivas, emocionais, culturais, econômicas, políticas, sociais e ideológicas, nem mesmo, por exemplo, suas determinantes estruturais morfológicas ou o nível do desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção a ela constitutiva.

Também apontamos aqui: somente a partir de determinado entendimento do conjunto entrelaçado das causas é que se construirá a possibilidade de ação efetiva e técnico-politicamente consequente, bem como, de sua direcionalidade no sentido da superação dos problemas que nela (cidade) consiste, mesmo sabendo que seu final é aberto. Em outras palavras, o mundo da “aparência” é elemento constitutivo da explicação, mas não explica suficientemente a produção social complexa por inteiro. É necessário atravessar o mundo da aparência que sempre é capitado pelos sentidos animais numa primeira apreciação (visão, audição, olfato, paladar e tato) para penetrar, no entanto, no sexto sentido, aqui entendido como cognição, saber, teoria ou

¹² O referido artigo leva o seguinte título: Sociedade e Espaço – A Formação Social como Teoria e como Método. Disponível em <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949> acessado em 13/07/2021.

conhecimento. Aparência faz parte da explicação, mas sem invadir o mundo da essência não se obtém a indispensável percepção para uma melhor explicação. Aí a importância da ciência e em especialmente em nosso objeto de estudo, a ciência social. O conceito de FES está neste campo último mencionado. É um conceito indispensável para penetrar o mundo da essência e dele (o conceito) pretendemos tirar proveito para melhor compreender a disputa de hegemonia em Florianópolis.

Seguimos. Mais a frente o brotense e eminente professor Milton Santos sustenta:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. (SANTOS, 1977, p. 84).

Aí está uma decisiva contribuição metodológica. Podemos derivar que na busca do conhecimento sobre a realidade florianopolitana não há como simplificar por meio de generalizações. Falar em Florianópolis implica fazer recortes e buscas de especificidades culturais, históricas, econômicas, geográficas etc. Ao se falar em especificidades e/ou recortes já está implícito a existências de universos maiores, outros, interações e convivências e que ao mesmo tempo é contido pelo todo e também o contém.

II.3. A SOCIEDADE CIVIL

A disputa sobre os rumos da cidade de Florianópolis, que não acontece somente e nem se reduz a escala municipal é também uma disputa de ideias. É particular e universal. Particular na medida em que é travada em território definido e universal pois é o debate que desafia todas as cidades do mundo contemporâneo. Tem múltiplas dimensões, esferas e escalas. É composta por uma rica variedade de agentes sociais. O “resultado” é e será determinação da intrincada correlação entre todas as forças visíveis e invisíveis sejam elas, políticas, eclesiásticas, intelectuais, econômicas, estatais, maçônicas etc., que incidem direta e indiretamente na realidade municipal. Para entender essa materialidade é imprescindível recorrer ao arcabouço teórico gramsciano¹³.

Por que Gramsci? É de nosso convencimento que Antonio Gramsci buscando entender o mundo em que viveu, adotou a partir de Marx e Engels, uma atualização capaz de interpretar as modificações engendradas no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista. Partiu de Marx e Engels, sem negá-los, mas convencido de que determinadas conclusões dos clássicos do marxismo estavam desatualizadas e eram datadas. Insistir em conclusões vencidas, seria abandonar o sentido maior do trabalho de Marx e Engels. Para Carlos Nelson Coutinho:

[...] a essência do método de Marx é o revisionismo. Afinal, o que é o método de Marx? É a fidelidade ao movimento do real. E o que é o real? É uma permanente dialética de conservação e renovação; usando uma bela expressão de Lukács, o real é o jorrar incessante do novo. Portanto, se não renovo minhas categorias, se não as reviso para poder conceituar o real em seu incessante devir, sou infiel ao marxismo, ao método histórico-dialético de Marx. (COUTINHO, 2006, p. 191)

Em nosso entendimento Marx e Engels, principalmente em O Capital, desvendaram as leis de funcionamento da sociedade capitalista. Interpretaram a dinâmica de seu desenvolvimento porque a época em que viveram assim permitiu. No entanto em suas produções teóricas, além de abertas e inacabadas (em especial “O Capital”), existe uma irrefreável necessidade de atualização, pois o social se redefine, o econômico se reconstitui em formas superiores, e “nada do que foi será”. Enquanto houver capital, a maneira de conceber o mundo, suas relações sociais de produção serão

¹³Antonio Gramsci (1891-1937). Italiano responsável por renovar e atualizar o pensamento marxista introduzindo um sistema teórico voltado as mudanças sofridas no processo de desenvolvimento capitalista.

sempre úteis e atuais. No período de suas existências, o capitalismo já havia amadurecido o suficiente para se obter determinadas conclusões e prospecções tendenciais. Não resolveram tudo. Não descobriram tudo. Mas ofereceram um vasto campo para expandir suas produções.

O que notabilizou Marx em O Capital foi sua genial competência para desvendar o segredo, o lado oculto da realidade social na qual estava inserido. É impossível falar de “capital” sem reconhecer que a interpretação de Marx está nele contida, ele decodificou o capital propriamente dito, eis sua atualidade. Entendeu sua gênese, suas leis de funcionamento, sua capacidade destruidora e, dialeticamente, criativa. Ao localizar em o capital a sua forma afirmativa tendente à expansão também identificou nele próprio a possibilidade real de sua negação. O épico e revolucionário marxiano está na capacidade de engendrar metodologicamente os fundamentos estruturais do capital, inaugurar conceitos relacionados entre si. Conceitos que isoladamente ajudam no entendimento das coisas, como mais valia, por exemplo, mas que sem a conexão com a totalidade perdem força. (BOPPRÉ, 2017. p.52)

O italiano Antonio Gramsci inovou porque percebeu que mesmo que importante e decisiva a descoberta de Marx e Engels, no tocante ao conteúdo de classe contido no Estado e de que o Estado é dele decorrente, concluiu que essa descoberta se deu dentro de um contexto histórico específico e que o mesmo já havia sofrido mudanças substantivas. Sendo assim, Gramsci fundou conseqüentemente uma inédita maneira de interpretar os novos tempos. Produziu, não um revisionismo, – vez que no Brasil o revisionismo é tido como uma releitura/abandono da teoria marxista – mas sim, uma atualização e uma continuação. Certamente, em razão de suas circunstâncias de vida não foi um empreendimento fácil.¹⁴

Encerrado este esclarecimento, prévio e sumário, vamos ao que interessa em Gramsci para o nosso trabalho: a sociedade civil. O conceito de sociedade civil apostado pelo sardo, é uma vital atualização da concepção marxista do Estado. Para Carlos Nelson Coutinho:

A *gênese* do Estado, para Marx, reside na divisão da sociedade em classes: O Estado só existe *quando e enquanto* existir essa divisão, a qual provém, por sua vez, do modo como se apresentam as relações sociais de produção; e a *função* do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir esta divisão em classes, assegurando que os interesses particulares de uma classe se imponham como se fossem os interesses universais da sociedade. (COUTINHO, 2006. p. 32)

A partir da necessidade de interpretar o novo momento histórico e as suas conseqüentes

¹⁴ Ver por exemplo o importante livro biográfico de autoria de Aurelio Lepre: O Prisioneiro – A vida de Antonio Gramsci. Editora Record – Rio de Janeiro, 2001.

determinações, Gramsci dedicou-se a criar um conjunto de conceitos teóricos, que reunidos acabaram por apresentar uma nova forma de interpretar a realidade social capitalista que já alcançava seu novo estágio. Não cabia mais reduzir o Estado à condição de “comitê dos negócios da burguesia” e reconheceu ser insuficiente a afirmação de que o Estado é um instrumento de dominação de classes, reduzido à coerção e ditadura (Estado estrito). Identificou o surgimento de um Estado liberal-democrático desconhecido por Marx e Engels e sem nenhuma semelhança com autocracia czarista com quem os bolcheviques se defrontaram e em uma laboriosa revolução suplantaram. A força renovadora de suas ideias está precisamente no fato de perceber um processo de *socialização da política*, criando uma sociedade cada vez mais complexa e que por decorrência o Estado também modificou sua função e estrutura, metamorfoseou-se. A este processo Gramsci chamou de *ocidentalização* em seus escritos pré-carcerários:

[...] A revolução dos bolcheviques se baseia mais em ideologias do que em fatos. (Por isso, no fundo, pouco nos importa saber mais do que sabemos.) Ela é a revolução contra *O Capital* de Karl Marx. *O Capital* de Marx era, na Rússia, o livro dos burgueses, mais do que dos proletários [4]. Era a demonstração crítica da fatal necessidade de que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma **civilização de tipo ocidental** (grifo nosso), antes que o proletariado pudesse se quer pensar em sua desforra, em suas reivindicações de classe, em sua revolução. [...] (GRAMSCI, 1917 *in* COUTINHO, 2011, p. 62)

Ou ainda no conjunto de seus Cadernos do Cárcere como, por exemplo, na passagem da abordagem do tema: guerra de posição e guerra manobrada ou frontal. “[...] No **Oriente**, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no **Ocidente**, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. [...]” (GRAMSCI, 1917, *in* COUTINHO, 2011, p. 297 grifos nossos). Leandro Konder em seu livro *O Marxismo na Batalha de Ideias* bem localiza o sentido da aplicação conceitual de Gramsci. Vejamos:

Gramsci pensou o Ocidente não como um conceito geográfico e sim como uma realidade histórico-cultural específica, na qual a luta política assumia formas cada vez mais sofisticadas, exigia novas modalidades de ação, colocava novas preocupações nos horizontes dos revolucionários. (KONDER, 2009 p. 28)

As conclusões a que chegou Gramsci decorrem de sua análise do mundo real e concreto existente em sua época. Somente assim poderemos entender a conclusão de que a formação social do ocidente (Europa e Estados Unidos) é distinta da formação social do oriente (Rússia Czarista).

Nesta última o Estado é estrito, forte e se afirma pelo peso da violência, coerção. A sociedade civil é fraca, primitiva e submissa. Já nas formações ocidentais, há um equilíbrio e o Estado ampliou-se, tornou-se complexo e a socialização da política foi um fenômeno alastrado. Esta ocidentalização contagiou os quatro cantos do planeta. Mesmo o fenômeno do Estado liberal-democrático tendo ocorrido em um epicentro definido, ele não se restringiu à Europa e Estados Unidos. Mais tarde, o Brasil entrou em vias de ocidentalização também, assim como outros países.

[...] o Brasil emergiu do longo período ditatorial iniciado em 1964 com uma sociedade civil complexa e articulada. Malgrado todas as tentativas (muitas vezes exitosas) de reprimir e/ou neutralizar essa nova sociedade civil, a ditadura militar não foi capaz de inverter uma tendência que já se configurava como dominante, pelo menos desde os anos 1930: refiro-me à “ocidentalização” de nossa sociedade, ou seja, à constituição (como diria Gramsci) de “uma justa relação entre Estado e sociedade civil”, que supera a antiga situação “oriental” na qual “o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa” (COUTINHO 2006, p. 42).

Há de nossa parte, necessidade de conhecer determinadas manifestações desse processo de ocidentalização brasileira e seus impactos em Florianópolis no início do século XXI. Logo, considerando que emergiu uma sociedade civil no Brasil, conseqüentemente enquanto processo nacional também alcançou a formação social florianopolitana. A via desta ocidentalização brasileira também é discutida amplamente por segmentos acadêmicos e políticos brasileiros tais como: Florestan Fernandes - Nova República?, (FERNANDES, 1986), Octávio Ianni - O Ciclo da Revolução Burguesa, (IANNI, 1984), partidos e organizações de esquerda em geral. Não convém aqui invadir este debate.

De outra parte, a professora aposentada e voluntária no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Olinda Evangelista, e também pesquisadora, ao proferir palestra no I SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIAS - I SEAH (07 de novembro a 05 de dezembro de 2020) nos traz um importante registro de seus estudos a respeito dos Aparelhos Privados de Hegemonia sobretudo, com relação ao nascimento e evolução do fenômeno social organizativo.

Qual o nosso objetivo em analisar os Aparelhos Privados de Hegemonia? Compreender o que efetivamente eles são no desenvolvimento histórico. A gente começa uma primeira datação deste movimento importante a partir do final dos anos 80. Não quer dizer que não existisse as formas organizativas burguesas e nem formas organizativas da classe trabalhadora antes desse momento, mas isso quer dizer que a partir do final dos anos 80 a burguesia brasileira encontra uma forma particular de organização por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia. Por meio destes Aparelhos a burguesia começa a atuar

organizadamente como uma classe nacional e portanto, há uma nova qualidade na forma organizativa da burguesia ou de frações da burguesia. Então, o nosso interesse ao estudar os Aparelhos Privados de Hegemonia burgueses é compreender seu desenvolvimento, onde, quando, como e porque eles eclodem de forma mais sistemática no final anos 80, ganham uma dimensão importante nos 90 e depois nos anos 2000 nós vamos ver uma proliferação desses aparelhos. Hoje então, nem precisamos falar porque atualmente é difícil inclusive saber todas as ramificações desses aparelhos no Brasil dada a sua extensão.”¹⁵ (EVANGELISTA, 2020.)

No entanto, uma exposição mais detalhada do instrumental teórico gramsciano ainda é indispensável. É necessário acostar seus conceitos que auxiliam, na leitura da realidade florianopolitana. Seguiremos na exposição.

Para Gramsci, o novo estágio societário, trouxe a partir do processo de socialização da política, a sociedade civil: resultado da intensa disseminação de organizações e ações de toda ordem (escolas, igrejas, partidos, sindicatos de trabalhadores e patronais, meios de comunicação de massa etc.) e por decorrência produziu uma complexização social, com múltiplos agentes sociais e indivíduos interagindo entre si e intra si. Esta acumulação de organizações, indivíduos e agentes sociais produziu um novo estágio e alcançou a superação gradual da sociedade oriental. Essa acumulação, que foi histórica, mas não foi linear, se constituiu em uma base material própria, aí residindo o ineditismo gramsciano, o nascimento de sociedades ocidentais. Para ele, as sociedades orientais são constituídas de Estado estrito e as sociedades ocidentais de Estado amplo. Logo, o Estado amplo não se desfez do Estado estrito, ele cambiou-se, ampliando-se e diferenciando-se. O Estado amplo contém o Estado estrito (sociedade política/Estado - coerção/ditadura) e a sociedade civil que se constitui então como espaço relativamente autônomo. Base material própria e específica – elemento então desconhecido por Marx, Engels e Lenin. As relações sociais de produção capitalistas (proprietários e não proprietários de meios de produção) são reconhecidas por Gramsci como determinantes da superestrutura social. A infraestrutura (base econômica da sociedade) e a superestrutura constituem o bloco histórico. Não é aceitável considerar que Gramsci descolou-se do plano econômico e se restringiu ao universo superestrutural da sociedade, assim entende Carlos Nelson Coutinho.

Para Gramsci, a produção e reprodução da vida material continuam a ser o fator ontologicamente primário na explicação da história. Deixar claro este ponto me parece essencial para avaliar de modo adequado o lugar de Gramsci na evolução do marxismo, bem como o seu conceito de sociedade civil: Gramsci não nega as descobertas essenciais

¹⁵ I SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIAS - I SEAH (07 de novembro a 05 de dezembro de 2020). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BddFNa3NMQ4> acessado em 18/08/2021.

em Marx, mas as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma plena aceitação criadora do método do materialismo histórico. (COUTINHO, 2006 p. 31-32)

O Estado amplo é resultado da composição historicamente determinada entre sociedade política (Estado estrito/coerção/ditadura) e sociedade civil (hegemonia). De outra forma esta composição (sociedade política + sociedade civil) é definida pelo sardo em Cadernos do Cárcere (GRAMSCI, 2011, p. 269) como “hegemonia couraçada de coerção”, ou ainda Estado integral, o que em síntese é unidade na diversidade. Neste sentido, não há nesta relação possibilidade nem espaço para deixar de conceber um processo em totalidade, sem isolamentos entre os componentes, pois se ambos fossem completamente espaços isolados, autômatos, não haveria condições de se obter a supremacia de poder de determinado grupo social. Ao definir os conceitos ‘sociedade política’, ‘sociedade civil’ e ‘sociedade econômica’, estas definições qualificam, mas não podem ser valorizadas como elementos exclusivos (coerção, consenso e economia). São inter-relacionadas e definidas pelo princípio da totalidade.¹⁶

No seio da sociedade civil, que jamais pode ser considerada deslocada da sociedade política, estão os ‘Aparelhos Privados de Hegemonia (APH)’, organismos voltados à busca do consenso e não aparelhos de coerção, estes últimos, típicos da sociedade política (aparelhos burocráticos/policial-militar/Estado estrito/sociedade política/ditadura). Para Coutinho (2006), Gramsci identifica duas diferenciações entre as esferas da sociedade política e a sociedade civil, a saber: a primeira diferenciação estaria na *função* que elas exercem na vida social, na articulação e reprodução das relações de poder e a segunda, por suas *materialidades sociais próprias* (institucional). Com relação a segunda diferenciação consideramos importante destacá-la.

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos de natureza voluntária, relativamente autônomos, em face da sociedade política. (COUTINHO 2006, p. 38).

O esforço até aqui em apresentar sinteticamente o pensamento de Antonio Gramsci é decorrente de que em boa medida o interpretamos enquanto atual e de maior extensão. É útil para

¹⁶ No marxismo a totalidade é uma categoria teórica decorrente do reconhecimento de que a realidade é composta por um todo e que seus elementos estão relacionados e ligados entre si. Para maior esclarecimento ler artigo de Edmilson Carvalho disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/07/totalidade-como-categoria-central-da.html> acessado em 09/12/2018.

entender entidades, associações, partidos políticos, organizações profissionais, sindicatos sejam de trabalhadores ou empresariais, seus desempenhos e funcionalidades no estágio societário que nos encontramos e “abrasileiradamente”. Com o advento do processo de ocidentalização brasileira; a promulgação da constituição federal de 1988; e de um conjunto de direitos infra-constitucionais conquistados ao longo da história, a exemplo do Estatuto da Cidade, a regulação do uso do solo como um todo, ganhou forte regulamentação atribuindo maiores poderes ao município. Logo, os agentes sociais constitutivos do poder local obtiveram novo impulso. Deles foi exigido uma nova qualificação técnico-política vez que a cidade passou a ser ainda mais, foco de disputa entre os interesses de direcioná-la, pois no município condensou-se poderes relativos de auto-regulação. A necessidade de classe dirigente hegemônica no plano municipal se acentuou.

Mesmo que possamos reconhecer a precariedade dos aspectos que regulam o Estado democrático-liberal brasileiro, o processo histórico engendrou maior equilíbrio entre Estado estrito e sociedade civil. Ainda Carlos Nelson Coutinho nos oferece boa oportunidade para entender esta nova realidade, senão vejamos:

Ora, a partir do momento em que, com a ida da maioria da oposição ao Colégio Eleitoral criado pela ditadura, terminou por preponderar uma solução “pelo alto”, conciliadora, concretizou-se o risco principal deste tipo de transição “negociada”: o de que o regime político dela resultante terminasse por reproduzir, ainda que atenuados, alguns dos traços mais característicos e perversos do tradicional modo “prussiano” e “passivo” de promover as transformações sociais no Brasil. Uma transição desse tipo – que poderíamos chamar de “fraca” – implicava certamente uma ruptura com a ditadura implantada em 1964, possibilitando em consequência a criação de um regime de liberdades formais; mas conservava muitos dos traços autoritários e excludentes que caracterizam o modo tradicional de se fazer política no Brasil. (COUTINHO 2006– p. 46).

II.4. A CIDADE COMO LUGAR DO CONFLITO

Neste espaço abrimos o debate sobre a noção de que a cidade como um ente vivo está em processo de transformações. Nela há conflitos de diversas ordens. Conflitos que reúnem possibilidades de acordos parciais, superações de impasses negociados, mas também conflitos irreconciliáveis. A função social da cidade é apresentada como uma contradição em processo que historicamente vai se metamorfoseando. Seu futuro está em disputa e é um horizonte aberto de possibilidades.

II.4.1. A cidade capitalista, conflitos e desafios da resistência

A cidade é uma produção do ser humano engendrada ao longo da história. Representa um processo contínuo de afastamento de suas condições naturais em uma rota de sua criação social. A cidade passou a ser ao mesmo tempo criação e condições de vida para a criatura que a criou. Uma certa transferência para o mundo recriado, de endereço.

Com o advento do capitalismo, a humanidade engendrou uma nova cidade. A cidade enquanto processo em permanente formação mudou sua forma, conteúdo, estrutura e função não por ser um ente autônomo que se reinventa para si. Historicamente ela passou a responder às necessidades superiores de quem alcançou a supremacia de sua construção. Ela se subordinou aos ditames do capital. Esta conversão se deu historicamente assim como o próprio capital. A cidade do capital a ele passou a estar submetida e sendo assim, é resultado, mas também pressuposto para sua reprodução. A cidade é produção e reprodução do conjunto das relações sociais capitalistas. Nela está contido o “DNA” do capital.

Ao se pensar assim, também se pode deduzir que ela pode ser transformada, revolucionada vez que, nas relações sociais capitalistas repousam possibilidades intrínsecas para a sua própria negação. Vejam, estamos afirmando a existência de possibilidades e não da inexorável superação. Afinal, como aceitar que o capitalismo é uma produção social; concordar com a possibilidade de sua superação enquanto estágio de desenvolvimento da sociedade (de que ele não é o fim da história) sem também aceitar e concordar com a superação da cidade do capital? No capítulo “A Visão de Henri Lefebvre” do livro “Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana”, David Harvey não só reconhece o potencial transformar das cidades, como também localiza um

novo sujeito revolucionário trazido por Henri Lefebvre, vejamos:

Lefebvre entendia muito bem, particularmente depois de seu estudo sobre a Comuna de Paris, publicado em 1965 (uma obra inspirada, até certo ponto, pelas teses situacionistas sobre o tema), que os movimentos revolucionários frequentemente, se não sempre, assumem uma dimensão urbana. Isso o colocou imediatamente em conflito com o Partido Comunista, que sustentava que o proletariado fabril era a força de vanguarda para a transformação revolucionária. Ao comemorar o centenário da publicação de *O Capital* de Marx com um apêndice sobre o direito à cidade, Lefebvre claramente faz uma provocação ao pensamento marxista convencional, que nunca concedera ao urbano grande importância na estratégia revolucionária, ainda que mitologizasse a Comuna de Paris como um acontecimento central em sua história.

Ao invocar a “classe trabalhadora” como agente da transformação revolucionária ao longo de seu texto, Lefebvre estava sugerindo tacitamente que a classe trabalhadora revolucionária era formada por trabalhadores urbanos, e não exclusivamente por operários fabris. (HARVEY, 20XX, p. X)

A cidade precisaria ser reinventada como nova força produtiva não capitalista com uma certa antevisão intelectual e antecipação histórica, assim como o próprio socialismo. Não confundir essa reinvenção com isolamento e independência da cidade do indispensável processo de superação geral. Não há espaço para a cidade socialista sem romper com a sociedade capitalista. Mas é a partir da sociedade capitalista que ela nascerá. Ela advirá do processo geral de transformação da ordem social capitalista, com seus conflitos e contradições, e com ele produzindo energias colaborativas para tal, um tensionamento permanente para uma revolução sócio-espacial. Se como afirmou Marx o capital traz consigo a possibilidade de sua negação e é contradição em processo, a cidade do capital também, sem mecanicismos, encerra essa contradição. Importante anotar o sentido de lei tendencial em Marx. O historiador Jacob Gorender, em resumidas palavras assim concluiu:

Apesar de atuar intelectualmente num século de prestígio dominante da ciência física, Marx não extraiu dela sua idéia de lei. Não teve em vista as leis dinâmicas, que se caracterizam pela uniformidade inflexível do efeito com relação à causa. Embora a idéia da lei dinâmica fosse dominante na física e nas demais ciências naturais de sua época, Marx elaborou sua própria idéia da lei vigente na esfera da sociedade humana como lei tendencial. (GORENDER, p. 27, 2000)

Ocorre que no interior da vida da cidade há conflitos. Conflitos esses decorrentes do resultado das leis de funcionamento da ordem do capital e suas múltiplas determinações. Sejam resultados diretos e imediatos ou indiretos e de longo prazo já materializados, inclusive. Sejam nuclearmente específicos ou universalmente gerais. Sejam econômicos, sociais, ambientais, culturais ou políticos. A cidade é espaço real de conflito porque também há nela a possibilidade e está o não direito à cidade. Ora, se o capital girou o sentido e a razão das atividades produtivas, ou seja, não mais assegurar a reprodução da vida mas a sua reprodução, isto é, o lucro, a apropriação

do trabalho excedente, a produção e reprodução do próprio capital enquanto valor-que-se-valoriza, é razoável concluir que a relação social de produção nele contida (proprietários e não proprietários dos meios de produção) produtora de enfermidades sociais, desigualdades econômicas e opressões políticas estejam vivas, latentes e em conflito. Em “Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana” David Harvey aponta sinteticamente alguns resultados desse processo e traz desafios políticos importantes, vejamos:

Em grande parte do mundo capitalista, as fábricas ou desapareceram ou diminuíram tão drasticamente que dizimou-se a classe operária industrial clássica. O trabalho importante e em permanente expansão de criar e manter a vida urbana é cada vez mais realizado por trabalhadores precários, quase sempre em jornadas de meio expediente, desorganizados e com salários irrisórios. O chamado “precariado” substitui o “proletariado” tradicional. Se viermos a ter algum movimento revolucionário em nossa época, pelo menos em nossa parte do mundo (em oposição à China, em processo de industrialização), o problemático e desorganizado “precariado” terá de ser levado em conta. O grande problema político consiste em saber como grupos tão desorganizados poderiam se auto-organizar de modo a constituir uma força revolucionária. E parte do trabalho consiste em entender as origens e a natureza de suas queixas e exigências. (HARVEY, p. 18, 2014)

As “queixas e exigências” do direito à cidade que se constituem em conflitos e resistências são importantes e decorrem sobremaneira da sonegação do “direito à cidade”. No entanto, de nossa parte, há também concordância com a observação do professor e economista Carlos Vainer que refletindo sobre as manifestações brasileiras de junho de 2013 escreveu em seu artigo “Quando a cidade vai às ruas”, o que segue:

Uma fagulha pode incendiar uma pradaria, dizia Mao Tse-Tung. Ora, qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva histórica deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar. A pradaria, como agora se sabe, estava seca, pronta para incendiar-se.

Essa pradaria são as nossas cidades. O que aconteceu nelas nos últimos anos que as preparou para tornar-se não apenas o cenário como também – e sobretudo – o objeto e o alvo das lutas de milhões? (VAINER, 2013, p. 36 e 37).

Ao nosso modo de entender, essas observações são necessárias para não se discutir a cidade como elemento a-histórico ou socialmente universal, sem conflitos e lutas de classes. A cidade que conhecemos hoje não foi a mesma cidade sempre, e nem será. A validade desta afirmação não reside tão somente em razão de sua permanente modificação física, urbanística, territorial. Mas na sua funcionalidade objetiva e material enquanto condição geral que passou a ser para a acumulação capitalista em seus diferentes estágios. Sua formação foi metamorfoseando-se com o processo que erigiu a formação do modo de produção capitalista (MPC) e qualquer passagem para um modo de produção pós capitalista deverá engendrar a mutação da cidade para este novo mundo e novo endereço.

A cidade neoliberal existe? Sim e não.

Muito se tem falado em cidade neoliberal. Ao nosso modo de entender, para se discutir se existe ou não “cidade neoliberal” é necessário entender como se deu esta ascensão neoliberal sobre as cidades, e implica antes reconhecer que algo estava presidindo o desenvolvimento e a gestão das cidades e que, de uns tempos para cá, entrou em vias de definhamento criando espaço para a ascensão do neoliberalismo. Sendo assim, é indispensável localizar o que foi substituído bem como, pelo que foi substituído. O que estava posto?

Está em curso uma guerra intelectual de longa duração. Desde a crise econômica de 1929-33 que avassalou o mundo capitalista, há uma guerra teórica sobre a gestão do capitalismo. É clássico o primeiro capítulo do famoso livro de John Maynard Keynes “Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro – Inflação e Deflação”. Neste capítulo, em palavras concisas, Keynes apresenta sua ruptura intelectual e abre uma nova corrente de pensamento (o keynesianismo), vale reproduzi-lo na íntegra, vejamos:

Denominei este livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da moeda, dando especial ênfase ao termo geral. O objetivo deste título é contrastar a natureza de meus argumentos e conclusões com os da teoria clássica, na qual me formei, que domina o pensamento econômico, tanto prático, como teórico, dos meios acadêmicos e dirigentes desta geração, tal como vem acontecendo nos últimos cem anos. Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. Ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência. (KEYNES, p. 15, 1983)

A ruptura intelectual apresentada por Keynes e sua capacidade militante de defendê-la produziu uma ruptura com o passado e abriu uma nova hegemonia no pensamento econômico que passou a ser conhecida como “revolução Keynesiana”. Quando Keynes nega a existência de situação de equilíbrio, ele está se referindo a relação entre oferta e procura (Lei de Say) e vai demonstrar que no estágio em que o capitalismo se encontrava, o desequilíbrio já era uma constante e decorrentemente tratará de inovar com o seu princípio teórico da demanda efetiva. Exigirá Keynes então, um repensar da teoria econômica tradicional vigente. É oportuno dizer que Marx já havia explicado as leis de funcionamento do capital e que essas leis tendencialmente o impulsionavam à crises periódicas. Sendo assim, a partir da revolução keynesiana e toda a política macroeconomicamente engendrada (acordo de Breton Woods), a intervenção do Estado na economia da sociedade passa a assumir centralidade, ocorreu uma mudança de paradigma: o equilíbrio (oferta e procura) só é possível com a participação de um Estado ativo e regulador. Nosso objetivo aqui não

é discutir o postulado keynesiano mas sim, localizar o sentido histórico em que ele assume hegemonia no pensamento econômico e que também perdeu força abrindo a oportunidade para a nova ascensão do neoliberalismo nos tempos recentes.

A crise econômica mundial de 1929-33 expôs a fragilidade da teoria econômica prevalecente à época (não foi a primeira vez). Em essência revelou uma dupla crise: a crise econômica propriamente dita e a crise da teoria econômica vigente naquela época. Da história concreta nasceu a decadência da escola clássica e a supremacia keynesiana que durou longo período. Esse período passou a ser denominado mundialmente como os anos de ouro do capitalismo. Não obstante, houve um relativo reconhecimento do predomínio keynesiano por partes de seus rivais (Hayek, Friedman, Von Mises dentre outros) que organizaram um recuo temporário sem, contudo, deixarem de se preparar para uma “desforra” em um momento subsequente de uma possível decadência keynesiana, aguardando o vento da história virar. Esta espera não foi passiva. Ao contrário, uma luta dura e acirrada se estabeleceu. Os rivais keynesianos a que nos referimos acima são intelectuais neoliberais. Essa rivalidade é uma disputa entre dois grupos que se ofereciam para melhor gerir o capitalismo. Uma disputa entre e intra burguesa.

Para Perry Anderson , professor do Departamento de História da Universidade da Califórnia, Los Angeles, o fim da guerra fria foi uma oportunidade para a ascensão do neoliberalismo, vejamos:

En Occidente, la Guerra Fría fue presentada como una batalla entre la democracia y el totalitarismo. El bloque occidental no utilizaba el término “capitalismo” para autorreferenciarse, ya que éste era considerado básicamente un concepto del enemigo, un arma contra el sistema en lugar de una descripción del mismo. Occidente se expresaba en nombre del “Mundo Libre” y no del “Mundo Capitalista”.

En este sentido, el fin de la Guerra Fria produjo que, por primera vez en la historia, el capitalismo comenzara a proclamarze como lo que era, una ideología que anunciaba la llegada de un punto final del desarrollo social construido sobre los supuestos del libre mercado más alla del cual resultaba imposible pensar mejoras substanciales. Francis Fukuyama dio la expresión teórica más amplia e ambiciosa de esta visión del mundo em su libro El Fin de la Historia. Pero en otras expresiones más vagas y populares también se difundió el mismo mensaje: el capitalismo es el destino universal y permanente de la humanidad. No hay nada fuera de este destino pleno.

Éste es el núcleo del neoliberalismo em tanto doctrina econômica todavía masivamente dominante a nivel de los gobiernos en todo o mundo. Esta jactancia fanfarrona de um capitalismo desregulado, como el mejor de todos los mundos posibles, es una novedad del sistema hegemónico actual. Ni siquiera en los tempos victorianos se proclamaban tan clamorosamente la virtudes y necesidades del reino del capital. Las raíces de este cambio histórico son claras: es un producto de la victoria cabal del Occidente en la Guerra Fría. Entiéndase bien, no simplemente de la derrota sino más bien de la desaparición total de su adversario soviético, y de la consiguiente embriaguez de las clases poseedoras, que ahora no necesitaban más eufemismos o circunlocuciones para disfrazar la naturaleza de su dominio. (ANDERSON, p. 37 e 38, 2004)

Já a professora Leda Paulani em seu livro “Brasil Delivery” reforça o processo da ascensão neoliberal na sociedade contemporânea com outros argumentos:

O movimento de regulação e de intervenção estatal que marcou o capitalismo depois do término da Segunda Guerra produziu aquilo que ficou conhecido na literatura como “os anos de ouro do capitalismo”, ou seja, um período de quase trinta anos em que a economia cresceu aceleradamente no mundo todo, com desemprego muito baixo (praticamente no nível friccional) e inflação reduzida. Em meados dos anos 1970 esse mundo vem abaixo, com as duas crises do petróleo (1973 e 1979), as crises fiscais dos Estados centrais e o retorno da inflação. A elevação dos juros norte-americanos por Paul Volcker em 1979 é a consumação desse processo, que prepara o capitalismo para ingressar numa nova fase. Esta é marcada pela exacerbação da valorização financeira, pela retomada da força do dólar norte-americano como meio internacional de pagamento, pela intensificação, em escala ainda não vista, do processo de centralização de capitais e pela eclosão da terceira revolução industrial, com o surgimento da chamada “nova economia”.

Seja em razão do fim da Guerra Fria conforme assinala Anderson ou pelas crises do petróleo, as crises fiscais e o retorno da inflação conforme registra Paulani, o dado é que essa situação concreta abriu espaço para derrocada keynesiana e a ascensão neoliberal. A luta entre as formas de gestão do capitalismo se acentua e mediante a conjuntura política com as lideranças de Ronald Reagan (presidente dos EUA) e Margareth Thatcher (Primeira Ministra do Reino Unido) guindadas ao topo do poder, criou-se ainda melhores condições para a virada tão esperada por Hayek e demais intelectuais.

Toda essa disputa e acirramento entre formas de pensar e agir sobre a gestão do capitalismo em escala mundial (intervenção estatal na economia e regulação versus capitalismo desregulado), cedo ou tarde, acabou chegando nas cidades.

O professor e economista Carlos Vainer identifica a mudança de paradigmas (consenso keynesiano versus consenso de Washington) da seguinte forma:

A adoção das diretrizes e concepções neoliberais que reconfiguraram as relações entre capital, Estado e sociedade a partir da última década do século passado teve profundas repercussões a respeito do lugar e do papel da cidade no processo de acumulação. Sob a égide do consenso keynesiano, a cidade dever ser regida por necessidades mais gerais de acumulação e circulação do capital, cabendo ao planejamento (modernista) a tarefa da racionalização e funcionalização espacial através de instrumentos que se generalizaram a partir da Segunda Guerra Mundial, colocando planos diretores e zoneamentos em primeiro lugar.

Agora, sob a égide do Consenso de Washington, a cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização e financeirização do capital. Concebidas

enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades cada vez mais móveis (foot loose) recursos públicos (subsídios, terras, isenções). A guerra fiscal é apenas uma das formas da urbanidade global, que empurra coalizões locais de poder a buscarem articulações em níveis nacional e internacional que assegurem a cada cidade – leia-se, aos capitais e capitalistas localizados – uma inserção, mesmo que subordinada, no mercado global. (VAINER, p. 37 e 38, 2013)

Posto frente a frente o duelo entre as concepções burguesas de gestão do capitalismo (keynesianos e neoliberais) é chegada a hora de responder a questão: existe cidade neoliberal? Nossa resposta é que a cidade contemporânea é a cidade do capital e que se pode encontrar nuances de gestão diferentes. Dizemos dessa forma, para suprimir a falsa ideia tão presente no senso comum de que a cidade neoliberal não é cidade capitalista. Guardando semelhança com que disse Anderson, a cidade neoliberal é ideologia de gestão, é a cidade que se diz e se busca fazer enquanto cidade livre, sem regulações do estado e pura no sentido econômico e por isso dura.

O neoliberalismo contemporaneamente triunfou mesmo que se reconheça existir uma luta em franco curso entre as correntes burguesas de pensamento sobre a gestão do capitalismo, e ao falar sobre gestão, estamos nos referindo à teoria econômica e as ações e políticas econômicas que dela derivam. É necessário reconhecer que o neoliberalismo goza atualmente de amplo prestígio nos meios acadêmicos, governamentais e está alojado na consciência da grande massa da sociedade. Questionar seus postulados é quase que questionar a natureza de tão fecundo e reinante que se tornaram. Para sustentar o triunfo da doutrina neoliberal e sua invasão Perry Anderson concluiu: “Quaisquer que sejam as limitações que persistam contra sua prática, o neoliberalismo, como um conjunto de princípio, reina soberano por todo o globo: a ideologia mais bem-sucedida da história mundial”. (ANDERSON 2000 p. 18). A partir dessa afirmação de Anderson, cabe ainda comentar. O neoliberalismo é doutrina e não é ciência. Ciência se comprova e doutrina se professa. Seus postulados se colocados em prática produzem consequências desastrosas socialmente e nada asseguram sobre o equilíbrio e o ótimo social, ao contrário. Mas como então pode o autor concluir: “a ideologia mais bem-sucedida da história mundial”? Sim, é porque é ideologia. É o falseamento da realidade e uma fetichização. Uma observação sobre esse duelo ainda cremos ser necessária. A história concreta do desenvolvimento do capitalismo produz crises cada vez mais profundas e intensas, com alcance mais planetário e em menor intervalo temporal. As crises do capitalismo que são objetivas, revelam a insuficiência de ambas teorias econômicas (keynesiana e neoliberal) e a prescrição de seus receituários. Com o propósito de perseguir a resposta para a pergunta A cidade neoliberal existe? Ainda vale citar o professor e economista Carlos Vainer:

O que caracteriza essa nova concepção neoliberal de cidade e de governo urbano? Em primeiro lugar, fiel à inspiração neoliberal, o novo modelo levará ao banco dos réus a pretensão estatista e dirigista do planejamento moderno e seus planos diretores, com sua

ideia de estabelecer modos, ritmos e direções do crescimento urbano. Na cidade, como na sociedade de modo geral, a intervenção do Estado é vista como algo nefasto, que inibe o livre jogo das forças de mercado, que pelos cânones do liberalismo econômico asseguraria a alocação ótima dos recursos. Mutatis mutandis, trata-se de abandonar a pretensão compreensiva e dirigista dos planejadores racionalistas e submeter a intervenção do Estado às lógicas, dinâmicas e tendências de mercado. Trata-se portanto, de adotar, seguindo a fórmula do Banco Mundial, o “planejamento amigável ao mercado” (market-friendly planning), ou o “planejamento orientado para/pelo mercado” (market-oriented planning). (VAINER, 2013, p. 38)

Coerentemente com os postulados gerais da doutrina liberal, o receituário contemporâneo para a cidade neoliberal é: o melhor governo é aquele que menos governa. Nada de regulações; somente incentivos para o capital. Nada de regra universal; a negociação é o melhor caminho. Nada de pré-estabelecimentos o mercado é quem dita a regra. Neoliberalizar a cidade é dar liberdade ao capital e defender o Estado mínimo. Em meio ao conflito dos paradigmas burgueses, de longa duração que muda de intensidade ao longo da história, há espaço para a negação e é urgente que se negue tanto o paradigma keynesiano como neoliberal.

II.4.2. AS FORÇAS DA RESISTÊNCIA

É fácil afirmar e reconhecer que a cidade é um espaço de conflito. Talvez senso comum. No entanto, é necessário conhecer a natureza dos conflitos, suas manifestações, consequências e os elementos contratendentes a eles de modo administrá-los, atenuá-los em alguns casos e em outros anestesiá-los ou ainda, a partir deles buscar forças transformadoras. No decorrer do nosso trabalho já expusemos o entusiasmo de alguns autores sobre o advento das cidades e suas capacidades transformadoras, é o caso de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1972), por exemplo. Os conflitos das e nas cidades estão presentes de diversas formas. Em um grau de abrangência mais geral, trazemos a contribuição do professor Milton Santos em “O retorno do território”. Após classificar as três formas do “acontecer simultâneo” em homólogo, complementar e hierárquico ele as distingue atribuindo a esta última, a primazia de normas pela relevância da política não mais pela técnica como no caso das duas primeiras e conclui.

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de

todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse Mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte e pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial. (SANTOS, 2005, p. 259)

Esta maneira contemporânea de ver os conflitos a partir de relações mundiais entre o local e o global e as normas hierarquicamente estabelecidas por “governos mundiais” e renovados, com seus instrumentos organizativos internacionais, braços de ação imperialista, nos permite entender as subordinações e as formas de server riquezas dinâmica e organicamente integradas ao capital globalizado, em seu estágio de capital financeiro, que se expande para alcançar sua valorização. Vale também registrar que historicamente as formas de dominação se transformaram relativamente ao passado. Observemos o que dizem Marx e Engels a esse respeito, em 1848, no Manifesto do Partido Comunista.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em todas a parte, criar vínculos em toda a parte...

...A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização da política. (MARX e ENGELS, 1993, p. 79 e 80).

Por suas características expansivas decorrentes das leis gerais que o presidem, o capital, incondicionalmente atravessou continentes e assumiu um novo caráter: o imperialista. Esta nova forma de se reproduzir exigiu, para o conjunto da humanidade, uma mudança paradigmática em termos gerais e também a escala do conflito. A dimensão econômica, política, militar, social etc. forçosamente passou por mudanças em relação a percepção, o conhecimento e as capacidades de ação em escala cada vez mais global. No capítulo 2 “Como o poder norte-americano se expandiu” do livro “O novo imperialismo” David Harvey assim define o imperialismo.

Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentido tão diferentes que seu uso é difícil sem que se dê dele uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político de parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos, e militares) e os “processos moleculares de acumulação do capital na espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas num mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante. (HARVEY, 2003, p. 31 e 32).

As citações acima colecionadas (SANTOS 2005, MARX e ENGELS 1993, HARVEY 2003) dão alcance a uma dimensão de conflitos das e nas cidades que não são diretamente perceptíveis, palpáveis mas assumem um duro e poderoso vetor hierárquico, vertical, nas normatizações de modo a obter controles e capacidades de acumulação de capital. A imposição de normatizações decorrentes de políticas verticalizadas não acontecem sem ocorrer resistências. Em artigo intitulado “Insurgências em espaços institucionais: entre interesses do capital e o espaço banal” o professor Elson Manoel Pereira aponta a existência de resistências no “lugar”. Vejamos:

Num espaço onde amenidades estão tão fortemente presentes, como é o caso da ilha de Santa Catarina, é de se esperar que o grande capital imobiliário almeje que ele seja preparado para o investimento destinado a alta renda, pois numa sociedade patrimonialista como a brasileira, isso é considerado “normal”. Mas, também neste caso, as flechas da globalização encontram resistências no lugar e horizontalidades são construídas e se não conseguem impedir o prosseguimento do curso da flecha, ao menos entortam sua direção. (PEREIRA, prelo, p.15)

Não queremos aqui reduzir e nem levar a simplificações a existência de conflitos às relações imperialista do capital mas tão somente marcar o debate sobre essa realidade. Em nosso estudo do caso florianopolitano certamente um conjunto de outros fatores que levam a conflitos abertos ou dissimulados estão presentes. O professor Luiz Felipe Falcão colabora para ampliar o palco dos conflitos e resistências com seu artigo intitulado “Quando os ‘nativos’ e os ‘haoles’ se encontram”

e apresenta a dimensão de manifestações de conflitos culturais, especialmente em Florianópolis, e faz algumas considerações gerais.

As transformações que levam eventualmente ao crescimento de uma cidade, quer provocadas por um surto de dinamismo econômico, quer vinculadas aos benefícios em termos de melhores opções de vida que ela promete oferecer, tendem a apresentar com o passar do tempo um conjunto de tensões e conflitos socioculturais na medida em que elas aproximam e colocam em contato estreito populações criadas em diferentes tradições, costumes e referenciais culturais em geral. Em outras palavras, os moradores nascidos ou já habituados a um determinado lugar tendem a sentir e a representar os moradores novos como forasteiros que buscam, nem sempre com os cuidados e a habilidade que deles esperam, um espaço econômico, político e cultural que muitas vezes se afigura como desrespeitoso e agressivo aos usos do local em que pretendem se estabelecer. E, por sua vez, os novos moradores tendem a sentir e a representar os moradores antigos como uma sociedade fechada, em certos aspectos até mesmo egoísta, que não se dispõem com facilidade a recebê-los e a dividir com eles os espaços existentes e muito menos a admitir uma presença ostensiva de outras referências culturais sem externar hostilidades em gradações variadas.

Estas circunstâncias, decerto bastante genéricas e que podem ser observadas num grande número de cidades, no Brasil e em outras partes do mundo, produzem situações fronteiriças saturadas de aceitações e de rejeições, de tal sorte que configuram um processo complexo e contraditório no qual acontecem acolhimentos, recusas, permutas e transferências mútuas e simultâneas nas quais práticas e signos são continuamente modificados, perdendo qualquer sentido de "pureza original", ainda quando tais mudanças são negadas por indivíduos ou grupos que se consideram encarregados de preservar o que julgam serem as relações adequadas de sociabilidade ou as verdadeiras e legítimas heranças dos antepassados...

... O momento pelo qual vem passando a cidade de Florianópolis é, quanto a isto, bastante ilustrativo. Nas últimas quatro décadas, ela, bem como outras áreas urbanas do litoral do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, tem experimentado uma expansão demográfica expressiva que abrange a incorporação de populações forasteiras provenientes de outras regiões catarinenses, de outros Estados da federação e mesmo de outros países (e isto, sem contar o fato de que ela atrai todos os anos centenas de milhares de turistas, sobretudo durante a temporada de verão). (FALCÃO, 2005, p. 1 e 2)

Em nosso entender, o conflito é decorrente de relações sociais e assume múltiplas formas. Por óbvio, não é exclusivo nem das sociedades europeias nem de sociedades contemporâneas. Porém, assume nos dias atuais posição de destaque nas cidades vez que elas se tornaram espaços concentrados e assumiram a própria condição de força produtiva para a modo de produção capitalista. No entanto, sem querer reduzir, pois sabemos do grau de complexidade constitutivo da sociedade em variadas classes sociais, frações e sub-frações de classes, campo, cidade etc. é dela (a sociedade) que os conflitos se originam e ganham grandes proporções e dimensões. No campo do pensamento marxista há concordância da existência de duas esferas que dão sustentação ao

capitalismo, a esfera da infraestrutura (base material, objetiva, economia) e a esfera da superestrutura (política, ideologia, moral, religião, por exemplos). Em ambas esferas há conflitos interiores e elas se relacionam entre si também conflitivamente. A cidade está presente nos dois universos produzindo e recebendo a carga de seus conflitos em suas múltiplas naturezas.

A sociedade em que vivemos cujo motor é o capital, engendra processos de exploração também variado. Os setores mais dinâmicos do capital impõem ritmos e relações que extrapolam a relação clássica de assalariamento. As capacidades do capital em se apropriar de riqueza não se resumem à relação entre classes mas também alcança a relação intra classe, em outras palavras, o conflito pela distribuição da acumulação de riquezas não está somente na luta entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, patrão e empregados, vendedores e compradores de força de trabalho mas, acontece também em uma ferrenha disputa de capital *versus* capital, por intercambio desigual ou transferência de valor alcançando inclusive, a escala internacional. Esse dinamismo está determinado por leis objetivas da dinâmica do próprio capital que acabam concentrando e centralizando cada vez mais, ou seja, um maior volume de capital (concentração) nas mãos de cada vez menos capitalistas (centralização).

Ainda vale destacar que quem enxerga, por exemplo, uma humilde casa no Morro do Horácio (Maciço do Morro da Cruz – pelo lado do Bairro Agrônômica) e a comparada com uma mansão no Jurerê Internacional (no Norte da Ilha) não percebe automaticamente as razões da desigualdade. A explicação não está a olho nu. Quem enxerga o iate do magnata e o compara com a bicicleta do operário percebe a desigualdade mas não tem no ato de olhar a explicação da desigualdade. Em boa medida, a desigualdade é constatada no ambiente da cidade (mas não só) e a explicação sobre ela é de difícil apreensão. Pela mesma razão o arcebispo de Olinda, Dom Helder Câmara, disse: “quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto porque eles são pobres, me chamam de comunista.”¹⁷ A busca pela explicação das desigualdades produz desconfortos. As leis que presidem o capital estão presentes no cotidiano da sociedade, mas são difíceis de serem decifradas. Por essa razão, acabam sendo socialmente naturalizadas. Questioná-las é quase igual a questionar a lei da gravidade.

¹⁷ Disponível em: https://www.ebiografia.com/dom_helder_camara/ acessado em 13/02/2022.

Aqui mesmo, em nossa região, temos o importante relato de Célia Maria e Silva no livro “Ganchos/SC – Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira”, que ilustra o conflito decorrente da relação de classes na atividade da pesca da baleia¹⁸. Vejamos:

... o exercício da captura do animal, pela destreza que exigia daqueles trabalhadores, colocava-os em grande risco de vida, não sendo poucas às vezes que, ao serem vencidos pelo domínio da natureza, as tripulações regressavam incompletas.

Este, possivelmente, o motivo de maior resistência dos pescadores de embarcar ao mar. Daí as diversas lutas manifestadas em forma de greves e paralisações sendo que a mais expressiva, ocorrera a 30 de julho de 1784, quando baleeiros se revoltaram e sob a liderança do arpoador José Pereira Ruivo, se negaram a embarcar. Por outro lado, o poder dos capitais mercantis, instalados na Armação, praticaram um verdadeiro massacre àqueles trabalhadores, e encaminharam Ruivo ao Rio de Janeiro, onde foi torturado. (SILVA, 1992, p. 59).

A partir do registro feito por Célia Maria e Silva (1992) sobre a prisão de José Pereira Ruivo, nos interessamos em buscar maiores informações junto ao Arquivo Nacional pois a prisão de Ruivo nos serve a título de ilustração de conflitos regionais do passado e encontramos os seguintes dados. Vejamos:

Conjunto documental: Correspondências dos governadores de Santa Catarina

Notação: códice 106, vol. 07

Datas-limite: 1784-1784

Título do fundo: Secretaria de Estado do Brasil

Código do fundo: 86

Argumento de pesquisa: baleia, pesca da

Ementa: ofício emitido pelo vice-rei, Luiz Vasconcellos e Souza, ao governador de Santa Catarina, brigadeiro Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira, referente ao pedido de prisão do arpoador José Pereira Ruivo (cabeça de uma desordem que havia ocorrido entre os baleeiros) pelo administrador do contrato da pesca de baleias da dita ilha, Jean Moraes Vieira. O vice-rei ordena que o governador prenda o arpoador e o mande para a capital.

Data do documento: 14 de agosto de 1784

Local: Rio de Janeiro

Folhas: 177 e 178

¹⁸ A partir das informações concedidas por Célia Maria e Silva nossa pesquisa encontrou os registros oficiais da prisão do arpoador José Pereira Ruivo no Arquivo Nacional e que está disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4870:ementas-pesca-da-baleia-na-colonia&catid=89&Itemid=215 . Acessado em 28/01/2022.

O pedido de prisão conforme consta no Arquivo Nacional foi feito pelo administrador do contrato. Presume-se que a “desordem” deva ter alcançado grandes proporções de modo a justificar sua prisão, transferência para o Rio de Janeiro e tortura. O caso de Ruivo, a mansão em Jurerê Internacional, os “haoles”, são exemplos para ilustrar diversificadamente o conjunto das multiplicidades dos conflitos, suas naturezas e história. A disputa pelo território de Florianópolis sofre um longo trajeto de conflitos. De lugar aprazível, de economia natural para seus habitantes, migrou para cidade turística internacional. O uso privilegiado da orla, antes destinados aos nativos, suas embarcações, consertos de apetrechos da pesca, seus ranchos, bem como, espaço para a produção de renda de bilro para a rendeira a sombra de uma árvore, ou mesmo para cavalos e gados foi deslocado para outros fins. Hoje, a cobiçada orla florianopolitana se voltou para espaços de alta renda: hotéis e resorts, beach club, restaurantes, luxuosas residências ou casas de veraneio foram assumindo o lugar. Esse processo que bem foi relatado pelo professor Nazareno José de Campos em “Terras comunais na Ilha de Santa Catarina” (CAMPOS, 1993) não aconteceu de maneira pacífica. A conversão dos usos também se deu de forma conflitiva com suas múltiplas manifestações.

O nascimento e perpetuação do capitalismo se dá de forma conflitiva, por vezes violenta e sangrenta. Sua expansão pode ser interpretada como elemento de vitalidade, mas também, de um processo que por suas contradições, vai ao longo do tempo lhe exaurindo. Segundo David Harvey em “A produção capitalista do Espaço” Marx assim entende o capitalismo:

Constitui uma força em revolução permanente, varrendo todas as formas de vida mais antiga, desatrelando recursos imensos para expandir a produtividade do trabalho social. No entanto, também contém dentro de si as sementes da própria negação, sementes que crescem e, no fim, racham as próprias bases em que estão enraizadas. (HARVEY, 2006, p. 126)

Convém aqui frisar que a “força revolucionária” contida no DNA do capital, encontra na política e na organização social sua resistência. apontam desafios para superar a perversidade neoliberal que contagiou as cidades. A cidade-mercado enfrenta resistências e tem na cidade-direito o seu antípoda. O conflito está estabelecido e ganha vários campos de batalha. Ao discorrer sobre a situação das cidades brasileiras contemporâneas no artigo: “Desafios da Questão Urbana na Perspectiva do Direito à Cidade” os professores Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior vislumbram situação positiva na constituição de agentes de resistência na medida em que algumas das batalhas vão sendo vencidas:

pode-se falar da emergência de uma questão urbana no Brasil, uma vez que a dinâmica de formação, crescimento e transformação das nossas cidades sintetiza duas questões nacionais cruciais: por um lado, a questão democrática, traduzida na consolidação da cidadania ativa capaz de substituir a coalizão de interesses que sustentou o processo de acumulação urbana de forma desigual, por um regime político republicano capaz de assegurar a todos o direito de cidade, isto é, o direito à participação nos processos deliberativos que dizem respeito à cidade e a adoção do universalismo de procedimentos como padrão de deliberação da coletividade urbana sobre seus destinos; por outro lado, a questão distributiva traduzida na quebra do controle excludente do acesso à riqueza, à renda e às oportunidades geradas no (e pelo) uso e ocupação do solo urbano, assegurando a todos o direito à cidade como riqueza social em contraposição a sua mercantilização. São estas as questões que foram traduzidas em movimento social organizado em torno da bandeira da reforma urbana e no arcabouço institucional denominado Estatuto da Cidade. (RIBEIRO e JÚNIOR, 2011, p.11).

O processo de mobilização de movimentos sociais que assegurou um determinado patamar do direito à cidade, institucionalizado, deve progredir para sua implementação. Mesmo que em lei haja alguma conquista, transformá-la em ação efetiva é uma continuidade da mesma luta contra a cidade-mercado. É insistir na constituição de um estágio político-cultural superior. Para isso, uma atualização dos próximos passos e a organização de uma agenda é apresentada pelos professores Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior no referido artigo.

Essa atualização da agenda da reforma urbana, expressando o ideário do direito à cidade, deve ser capaz de propor mecanismos de um novo tipo de coesão social baseado na negação da segregação social, na promoção da função social da cidade e da propriedade, na gestão democrática, e na difusão de uma nova cultura social, territorial e ambiental que promova padrões de sociabilidade com base na solidariedade, na construção de identidades e na representação de interesses coletivos. Entre esses mecanismos destacamos a criação de esferas públicas efetivamente democráticas de gestão das políticas públicas (tais como os conselhos das cidades) que ultrapassem os limites das instituições da democracia representativa liberal e possibilitem a visibilização, interação, conflito e negociação entre os diferentes agentes sociais e entre esses e o poder público, de forma que a tomada de decisões seja resultado desse conflito e negociação.

Ao mesmo tempo, essa agenda exige um agente social capaz de expressar esse projeto e esse programa. Com efeito, o movimento da reforma urbana está desafiado a intervir programaticamente na cidade na forma de uma rebeldia criativa, buscando promover universos sociais nos quais possam surgir e se desenvolver práticas educativas, políticas públicas e novas linguagens culturais geradoras da desmercantilização da cidade e da promoção do direito à cidade, buscando romper, desta forma, com a hegemonia do neoliberalismo empreendedorista. (RIBEIRO e JÚNIOR, 2011, p. 15 e 16).

O uso do território não é de livre arbítrio do capital. Há mediações, composições e em boa medida o Estado é acionado para assegurar interesses diversos de propriedade. O esboroamento das formas clássicas de dominação do capital são também revolucionarizadas pelos movimentos sociais. A luta contra as opressões, pela habitação, por direitos humanos, por transporte como no caso do projeto Tarifa Zero¹⁹ (já implantado em algumas experiências no Brasil e no exterior), são formas contemporâneas de resistências, braços a curvar no local as flechas lançadas pelo capital.

¹⁹ A respeito da Tarifa Zero, ler o importante livro organizado por Lúcio Gregori: “Tarifa Zero – a cidade sem catracas” lançado em 2020 pela Autonomia Literária.

II.5. NOVAS LEIS, NOVA INSTITUCIONALIDADE DA POLÍTICA URBANA BRASILEIRA

As cidades que vivemos no mundo contemporâneo, são cidades envolvidas num emaranhado de regulações de caráter diverso. Nesse emaranhado temos regulações próprias, específicas, interiores às cidades e regulações que emanam de outras esferas e sendo assim, assumem múltiplas governanças interativas entre si. No caso brasileiro, temos regulações derivadas de necessidades regionais, setoriais, estaduais e de caráter nacional. A título de ilustração podemos apontar as regulações tributárias, econômicas, territoriais, segurança pública, trânsito, transporte, comércio, etc. que a partir do princípio federativo assumem características de autonomias relativas entre si com cooperação e conflito. Faz parte desta complexidade de regulações, as leis federais, de alcance e caráter nacional, e que incidem sobre as cidades brasileiras. Vamos dar destaque às relações urbanísticas com especial foco no tema plano diretor.

Nos interessa destacar a legislação sobre o plano diretor vez que, para o nosso estudo do caso florianopolitano os agentes locais (políticos de determinado viés ideológico, alguns empresários, especialistas, e agentes públicos), agem em consonância entre si e em uma “coalizão política e empresarial”, buscam forjar um distanciamento sobre elas, principalmente, no tocante ao processo de participação social. Essa busca se dá pela negação de espaços efetivamente democráticos e transparentes sendo que, para assegurá-los tem havido a necessidade de judicializações, principalmente por parte dos que se encontram fora dos grupos hegemônicos.

Percebe-se ao decorrer da história recente que enorme energia é despendida por “forças da resistência” para assegurar aquilo que já está garantido e amparado pela legislação, ou seja, a busca pelo método participativo ganha centralidade e acaba substituindo o debate sobre o conteúdo. Sendo assim, concluímos que há enorme dificuldade para colocar em prática aquilo que é interpretado como avanço brasileiro para a produção de política urbana.

Conforme descreve Luis Felipe Cunha em seu artigo “A construção da esfera pública e os planos diretores participativos” no livro organizado pelo professor Elson Manoel Pereira e

intitulado “A alegoria da participação - Planos Diretores Participativos pós-Estatuto da Cidade”

temos que:

Até as décadas de 1980 e 1990 o planejamento urbano exercido no Brasil foi resultante de um saber embasado em conhecimentos essencialmente técnicos e realizado sob a tutela estatal-burocrática. Os planos diretores de modo geral foram elaborados sem que a sociedade civil fosse (sequer) informada ou consultada pelo Estado, de tal maneira que estes instrumentos por muitos anos serviram aos interesses das elites, especialmente através da política de zoneamento. As ações emanadas de setores da sociedade civil organizada, notadamente na luta pela Reforma Urbana nacional, demandaram uma reversão neste fluxo, procurando pautar um projeto de Reforma Urbana, o qual acabou resultando na possibilidade de que as populações locais participem dos processos de elaboração destes planos. (CUNHA, 2015. p. 87)

Ainda sobre a citação de Cunha, entendemos que o autor bem localiza que foi no bojo da luta pela Reforma Urbana nacional que surgem novo cenário. No entanto, se é verdade que institucionalmente houve uma “reversão no fluxo”, na execução prática do exercício participacionista, o fluxo quase sempre se encontra obstruído conforme o capítulo que discorre sobre a Revisão do Plano Diretor.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, mais especificamente pelo o que foi disposto em seus artigos 182 e 183 e pela regulamentação dada pela Lei Federal Nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) se encerra, no Brasil, institucionalmente falando, uma época. Esta nova época ou nova institucionalidade assim foi registrada pelo professor Elson Manoel Pereira em “A Política Urbana Brasileira e o Ideário Crítico da Reforma Urbana Introduzido na Constituição de 1988²⁰” fazendo referência aos artigos constitucionais supra citados que não eram autoaplicáveis.

Em 2001, eles são regulamentados pelo Estatuto da Cidade que trouxe inovações fundamentais para o quadro jurídico nacional como, por exemplo, o princípio da função social da propriedade. Uma conjuntura política favorável permitiu uma nova institucionalização para a política urbana brasileira baseada nos princípios da Reforma Urbana, trazendo a participação da sociedade como elemento consubstantivo da elaboração e gestão das ações públicas na(s) cidade(s). (PEREIRA, 2018, p. 74)

²⁰ Disponível em <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34560/19964> . Acessado em 25/01/2022.

Antes de avançar nos elementos constitutivos dessa nova institucionalidade, é necessário registrar que ela é resultado de um rico e amplo processo liderado pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU). Mas, frisamos que ela (a nova institucionalidade) não nasce sozinha e tem em outros processos, parentes. Com relação ao parentesco estamos a nos referir sobre a experiências inovadoras na prática da gestão do orçamento municipal com a implantação de Orçamentos Participativos (OP) e constituição de Conselhos de diversas áreas em especial no setor de saúde, como bem registrou o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Leonardo Avritzer, em seu artigo publicado em 2008, intitulado “Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático”.

Ao mesmo tempo em que o orçamento participativo surgiu em Porto Alegre e se estendeu para mais de 170 cidades surgiram também duas outras formas adicionais de participação no Brasil democrático resultantes do processo constituinte e sua posterior regulamentação. Os conselhos de políticas surgiram como resultado da Lei Orgânica da Saúde (LOS) e da assistência social (LOAS) e, como resultado do capítulo das políticas urbanas do processo constituinte e sua regulamentação em 2001 através do Estatuto da Cidade, começaram a proliferar durante a última década os assim chamados “Planos Diretores Municipais”. Estes últimos se tornaram obrigatórios em todas as cidades com mais de 20.000 habitantes. Assim, temos hoje no país o que podemos denominar de uma infra-estrutura da participação bastante diversificada na sua forma e no seu desenho. (AVRITZER, 2008, p. 44)

Também importante aludir ao artigo do professor Leonardo Avritzer vez que ele ao fazer uma análise comparada dos três processos apontados acima (orçamento participativo, conselhos e planos diretores) os classifica por assumirem características e naturezas diversas. No caso dos planos diretores ele os classifica como: desenho institucional de ratificação pública. Vejamos:

Quando analisamos detalhadamente os orçamentos participativos, os conselhos de políticas e os planos diretores municipais visualizamos uma variedade de instituições participativas expressa através de desenhos institucionais diferenciados. No caso dos orçamentos participativos, eles constituem aquilo que a literatura denomina de desenhos participativos de baixo para cima (FUNG e WRIGHT, 2003; BAIOCCHI, 2003). Eles são uma forma aberta de livre entrada e participação de atores sociais capaz de gerar mecanismos de representação da participação. No caso dos conselhos de políticas, eles constituem desenhos institucionais de partilha do poder e são constituídos pelo próprio Estado, com representação mista de atores da sociedade civil e atores estatais. E, por fim, os planos diretores municipais, através da obrigatoriedade das audiências públicas constituem um terceiro tipo que denominamos desenho institucional de ratificação. (AVRITZER, 2008, p.44)

Foquemos agora na construção do processo que instituiu a participação no processo dos planos diretores. Especialistas indiciam a gênese do MNRU²¹ no início dos anos 60 do século passado e dão especial ênfase ao processo de articulação em torno o “Encontro do Quitandinha” realizado em Petrópolis/RJ em 1963.

Em artigo publicado no *site* Vitruvius, a professora Ana Paula Koury assim enaltece a importância do Encontro de Quitandinha.

Além das propostas concretas apresentadas como resultado do Seminário de 1963, o encontro de Quitandinha demonstra a capacidade política dos técnicos, em diversas instituições brasileiras, de articular os setores sociais envolvidos no projeto de reforma urbana em direção à ampliação da base social de seu desenvolvimento econômico. Este parece ter sido um ponto importante do mítico encontro sobre política urbana brasileira que brotou da utopia de um desenvolvimento moderno e socialmente incluyente em uma forma política democrática e autodeterminada. (KOURY, 2013)

Também o professor Avritzer contextualiza o cenário político do encontro ocorrido em 1963 no Hotel Quitandinha em Petrópolis/RJ, e sua relação com o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, vejamos:

Os Planos Diretores Municipais são a terceira forma de participação surgida no Brasil democrático. Sua origem se assenta na formação do MNRU, Movimento Nacional pela Reforma Urbana. O MNRU se formou ainda durante a primeira experiência democrática brasileira quando ocorreu uma primeira reunião nacional pela reforma urbana em 1963 no Hotel Quitandinha em Petrópolis. O movimento foi interrompido pelo golpe militar de 1964 e só voltou a se formar em 1982 no contexto da redemocratização (SILVA, 1991). Na sua composição inicial o MNRU foi o primeiro movimento nacional da sociedade civil brasileira e expressou uma ampla aliança formada por associações de bairro, sindicatos, ONG's e associações profissionais [...], (AVRITZER, 2008, p.56).

Localizamos a partir dos apontamentos da professora Koury e o professor Avritzer importantes articulações do debate sobre o desenvolvimento urbano brasileiro, o surgimento do MNRU, a interrupção devido ao golpe militar de 1964 e sua retomada no contexto da luta pela

²¹ Para melhor conhecer o contexto das origens do Movimento Nacional da Reforma Urbana, ler o importante artigo de Ana Paula Koury é professora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Pesquisa da Universidade São Judas Tadeu em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.159/4846> .Acessado em 24/01/2022.

redemocratização brasileira. Na retomada do debate no contexto da constituinte que culminou na Constituição Federal de 1988 (CF88) o MNRU atuou de modo a influenciar no texto da Carta Magna apresentando proposta redacionais a exemplo, direito à cidade, participação popular nas decisões urbanas, direito de preempção, imposto urbano progressivo e outorga onerosa (AVRITZER 2008). O importante MNRU se reconfigurou e se tornou Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e atuou com intensidade nos anos de 1980. Em artigo intitulado “As ideias fora do lugar e o lugar das ideias” a professora Ermínia Maricato aponta o contexto, a influência e a base que constituiu o FNRU, vejamos:

Durante os anos de 1970 e 1980, até mesmo grande parte da produção acadêmica que fazia oposição ao regime militar esteve mais voltada para aquilo que se passava nos Estados Unidos e na Europa do que no Brasil urbano que crescia, comprometendo fortemente o meio ambiente e as condições de vida da maior parte da população. Os debates dos urbanistas que se opunham ao regime ditatorial concentravam-se na discussão técnica sobre os instrumentos urbanísticos. Ganhava destaque especial, como a proposta mais importante, o “solo criado”, com o qual se esperava captar a valorização imobiliária decorrente de atividades imobiliárias especulativas, para que o poder público promovesse a urbanização para todos. O Fórum de Reforma Urbana, entidade criada por a) setores da Igreja Católica de tendência progressista, b) setores não-governamentais e técnicos de assessoria aos movimentos sociais urbanos e c) pelas próprias lideranças de movimentos urbanos, permaneceu bastante ativo nos anos 1980, na defesa de uma agenda de Reforma Urbana que sempre priorizou, entre outras, a figura jurídica do “solo criado”. O FNRU foi um dos responsáveis pela inserção na Constituição de 1988 de algumas conquistas relacionadas à ampliação do direito à cidade. No entanto, ele cometeu o equívoco de centrar o eixo de sua atuação em proposta formais legislativas, como se a principal causa da exclusão social urbana decorresse da ausência de novas leis ou novos instrumentos urbanísticos para controlar o mercado, quando grande parte da população está e continuaria fora do mercado ou sem outras alternativas legais e modernas (isto é, sem segurança e sem padrão mínimo de qualidade). (MARICATO, 2000, p. 143)

Os registros apontados acima decorrentes dos estudos e/ou vivência do professor Avritzer, ou das professoras Koury e Maricato, são ricos e preciosos e servem para mostrar que a regulamentação institucional por meio de dispositivos constitucionais e infra-constitucionais é um processo vivo, histórico e de contextos de altos e baixos no processo político da democracia brasileira. Não assumiu uma relação linear e é produto de um complexo processo de relacionamento entre sociedade civil e sociedade política. Ainda o professor Elson Manoel Pereira em artigo supra citado, de modo a colaborar com a descrição no tocante aos fatos de retrocessos e desacumulações assim registrou:

Em 2016, o processo de Impeachment da Presidente Dilma Rousseff foi um duro golpe à democracia. Mas, o golpe não foi apenas contra a presidente da República; foi amplo e, alcançou muitos direitos contidos na Constituição de 1988. A questão urbana não ficou de fora; os investimentos de curto e médio prazo foram cortados e, sobretudo, o modus operandi de construção e gestão das políticas públicas ligadas às cidades foi atingido: o governo do presidente Temer tem procurado enfraquecer o papel participativo dos Conselhos das Cidades e do Conselho Gestor do FNHIS e não realizou a 6ª Conferência das Cidades prevista para 2016. (PEREIRA, p.74, 2018)

Não obstante os registros sobre a institucionalização da política urbana brasileira colecionados até aqui, é possível concluir que esta relação entre movimentos e o Estado brasileiro produziu um outro tipo de acumulação decorrente da necessidade de dar consequência prática aos dispositivos conquistados para instituir a política urbana no Brasil. Dentre eles destacamos: instrumentos de política urbana municipal; planos diretores municipais; estruturas administrativas de planejamento e controle em escalas municipais, regionais, estaduais e nacional; espaços democratizantes como conferências e audiências públicas bem como, uma variedade de legislações próprias e específicas. A título de melhor qualificar o conjunto de instrumentos de política urbana municipal disponíveis para a prática da política urbana, apresentamos nos termos do livro da professora Ermínia Maricato “Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana” o que segue:

Institutos tributários e financeiros:

- imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
- contribuição de melhoria;
- incentivos e benefícios fiscais e financeiros.

Institutos jurídicos e políticos:

- desapropriação;
- servidão administrativa;
- limitações administrativas;
- tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;
- instituição de unidades de conservação;
- instituição de zonas especiais de interesse social;
- concessão de direito real de uso;
- concessão de uso especial para fins de moradia;
- parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- usucapião especial de imóvel urbano;
- direito de superfície;
- direito de preempção;
- outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- transferência do direito de construir;

- operações urbanas consorciadas;
- regularização fundiária;
- assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- referendo popular e plebiscito. (MARICATO, 2001, p. 106)

Esse conjunto de ferramentas não são autoaplicáveis, estão relacionados também a outros fatores e especialmente de ordem política e social. O chamado interesse político dos agentes públicos (secretários de governo de todas as instâncias, ministros, técnicos, assessores, prefeitos, governadores, vereadores, para citar alguns) bem como, o estágio de organização da sociedade em geral e seus aparelhos privados de hegemonia são decisivos para mobilizar e dar efetividade aos instrumentos. No entanto, é necessário aqui destacar que todo esse processo que é produto de interesses conflitantes e está conectado a dinâmica sócio-espacial capitalista, não existe política urbana e ponto. Deve-se perguntar como ela se define? Que correlação de forças está dada entre classes sociais e agentes conflitantes? A quem ela interessa? Apenas para ilustrar o seu conteúdo político vale ainda mencionar Maricato:

“O antigo PL do Desenvolvimento Urbano também inspirou parte do texto do capítulo da Política Urbana. A vitória não foi completa. O tratamento dado à implementação da função social da propriedade dificultou muito sua aplicação. (MARICATO, p. 101, 2001)

O período posterior ao regime implantado a partir de 1964 denominado comumente como Nova República e bem definido por Florestan Fernandes como “nascida de uma costela da ditadura” (FERNANDES, 1986, p.7) culminou com a Constituição Federal de 1988 (CF88). No Brasil, havia uma corrente popular que impulsionou uma ampla e forte campanha nacional, em 1985, em favor das eleições diretas com vários setores de amplos espectros políticos. Mesmo que o regime ditatorial estivesse com seus dias contados, as forças que lhe deram sustentação durante seu período de existência, não foram completamente varridas do cenário político brasileiro. Ao contrário, estiveram fortemente presentes na elaboração da CF88. Este setor ficou conhecido como Centrão e atuou de modo a bloquear maiores avanços constitucionais, inclusive no tocante a regulação urbanística brasileira.

Quando a arquiteta Ermínia Maricato diz que “a reforma não foi completa” (MARICATO, 2010), está se referindo exatamente as dificuldades políticas encontradas em razão da forte atuação desse setor parlamentar (o Centrão) que atuou conectadamente com os interesses das elites empresarias locais e do setor imobiliário. Na ocasião, estavam em disputa estratégias de regulações diferentes. De um lado, aqueles que pretendiam uma política urbana de caráter nacionalizado expressa pelo conjunto do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), uma espécie de SUS das cidades brasileiras. De outro lado, o Centrão, que atuou para impedir o alcance nacional de uma regulação urbana e operou para prevalecer a fragmentação municipal e atender regulações ao sabor das elites locais.

O processo de conceber e colocar em prática uma política urbana com suas regulamentações e institucionalizações é um processo que envolve interesses conflitantes. A cidade que vivemos é a cidade do capital. Sobre sua hegemonia funciona a lógica que busca viabilizá-lo, mas que também sofre resistências derivadas de outras necessidades e de outras lógicas. David Harvey em seu artigo “O direito à cidade” bem localiza a lógica que preside e compõe a relação entre capital e urbanização:

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. (HARVEY, p. 74, 2012)

Nossa conclusão a partir dos apontamentos arrolados acima é de que, a despeito das limitações de uma regulamentação urbanística institucionalizada nos marcos da sociedade brasileira, há historicamente um relativo avanço. No entanto, podemos constatar que este processo, que envolveu e envolve um leque de grande variedade de agentes sociais, esteve sempre tencionado por paradigmas diferentes com relação a seguinte questão sobre a regulação: Qual o limite da participação social na busca da construção de uma nova institucionalidade no Brasil? No campo da

resposta encontramos de um lado o MNRU, que mais recentemente se transformou em Frente Nacional pela Reforma Urbana, que busca ampliar os espaços de participação e de outro, forças políticas e empresariais tensionando para reduzir, estreitar. Desse tensionamento, historicamente se construiu uma síntese que nos permite afirmar então, em avanços relativos. No caso florianopolitano, do ponto de vista prático, há uma insistente tentativa de negar esses avanços (governos municipais, representantes parlamentares e elite empresarial local). Esta tentativa encontra forças que antagonizam (movimentos sociais, alguns partidos de esquerda e ação parlamentar) e buscam garantir e ampliar o acúmulo institucionalmente conquistado em âmbito nacional. Podemos dizer que o avanço reside do fato de se ter institucionalmente construído um sistema nacional voltado para a elaboração e execução de uma política urbana. É integrante deste sistema, a estruturação de vários Conselhos das Cidades em todas as escalas (municipal, estadual e nacional). O Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), por exemplo, foi instituído com poderes deliberativos e consultivos e criou por meio de Resoluções um conjunto de regulamentações importantes para dar consequência as políticas públicas urbanas. Também compõe o sistema as Conferências das Cidades com seus níveis municipal, estadual e nacional. As conferências se constituem em um processo de participação com eleição de delegados representativos, inicialmente por municípios, e posteriormente para os estágios subsequentes sucessivamente. A busca de princípios participacionistas em favor do espírito republicano tem auxiliado na integração de políticas nacionalizantes como contra peso aos poderes fortalecidos das elites locais e do empresariado do setor imobiliário principalmente. Não obstante, outras regulamentações como a revisão do código florestal têm assumido papel importante no debate das regulamentações e institucionalização das políticas urbanas ampliando a complexidade da luta em termos nacionais.

III. FLORIANÓPOLIS: OCIDENTALIZAÇÃO E APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA

É uma contribuição. Não esgotamos aqui a riqueza do processo que constitui a Formação Econômica e Social de Florianópolis. No entanto, o leitor encontrará neste capítulo um trabalho que por meio de estudos do seu pretérito permite ampliar a percepção sobre os valores e perspectivas do pensamento da classe hegemônica florianopolitana. Os conceitos desenvolvidos pelo intelectual marxista Antonio Gramsci auxiliam sobremaneira para atualização da interpretação do pensamento da elite hegemônica da quadra histórica presente.

III.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS – TEORIA E HISTÓRIA

Nada seremos capazes de alcançar enquanto aceitarmos,
mesmo que implicitamente, que não há nada
que se possa fazer.

Daniel Singer

Discorrer sobre a Formação Econômica e Social de Florianópolis implica inicialmente fazer escolhas de uma determinada ordem metodológica. Partimos do entendimento de que nas características do presente há formas, funções, estruturas e conteúdos nascidos no passado e que persistem até os dias atuais. Mas ao reconhecer que o presente contém passado, também afirmamos que nele estão possibilidades e potencialidades de futuro. Logo, contém dinâmicas de transformações, mudanças e desconstruções. Ademais, caracterizar é um ato descritivo e também de opção metodológica. Chamamos a atenção para a orientação metodológica de Karl Marx²² onde afirma:

Refletir sobre as formas da vida humana e analisá-las cientificamente é seguir rota oposta à do seu verdadeiro desenvolvimento histórico. Começa-se depois do fato consumado, quando estão concluídos os resultados do processo de desenvolvimento. (MARX, p. 97, 2001)

²² O Capital -Crítica da Economia Política – Livro I – volume 1 – capítulo I Editora Civilização Brasileira.

O resultado “concluído” do município de Florianópolis (nosso Estudo de Caso) condensa elementos particulares, próprios que serão aqui tratados. Elementos que constituem uma totalidade de múltiplas determinações. No entanto, chamamos desde já atenção para que não se confunda o método de pesquisa com a divulgação de seus resultados.

Vale aqui apresentar o entendimento de Milton Santos sobre Totalidade que inclusive a define como “...uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se refazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar de novo, um outro todo.” (SANTOS, p. 117, 2008)

Vejamos de maneira mais precisa e detalhada a definição de Milton Santos em seu livro “A Natureza do Espaço”.

A noção de Totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa idéia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes. ...

Eis por que se diz que o Todo é maior que a soma de suas partes. Tomemos o caso de uma dada sociedade, uma Formação Social. O que caracteriza no Tempo 1 não é aquilo que a define no Tempo 2. Imaginemos que ela dispõe de uma população global em crescimento, de uma população urbana em crescimento e de uma produção industrial também em crescimento. No tempo 2, encontraremos situações diferentes daquelas do Tempo 1. A população total já não é a mesma; a população urbana já não é a mesma; a produção industrial já não é a mesma. Assim, no momento B, imediatamente consecutivo ao momento A, o Todo é diferente do Todo anterior. Mas trata-se de outra entidade? Ou estaremos diante da mesma sociedade em movimento? (SANTOS, p. 115 e 116, 2002).

É com essa predisposição de apresentar o estágio de desenvolvimento, analisar e descrever a formação social florianopolitana que trazemos a lume esta contribuição. Nesta parte de nossa pesquisa também encontraremos a identificação de importantes agentes sociais e suas estratégias de ação ao longo da história, elementos que definem o atual modelo de cidade, bem como os principais conflitos e entraves sociais para a viabilização do pensamento hegemônico.

Não partiremos de uma escolha aleatória, randômica. Mas buscaremos definir sua caracterização considerando-a como resultado historicamente construído por fatores e elementos

específicos, próprios, mas também gerais e universais. Antes, porém apresentaremos o conceito de Formação Econômica e Social enquanto premissa conceitual.

Premissa conceitual

O conceito de **Formação Econômica e Social (FES)** assume centralidade para elucidar elementos determinantes da realidade que vivenciamos. O referido conceito tem um longo trajeto, sua produção é original em Marx e Engels e tem atualizações e aplicações enriquecidas por uma série de autores e agentes políticos relevantes. Desde já, apontamos que nosso objetivo não é a discussão conceitual em sentido estreito e sim, o uso do conceito como elemento de apreensão da realidade. Para tanto, adotaremos como uma das referências, o clássico artigo do professor Milton Santos publicado no Boletim Paulista de Geografia em 1977²³. O conceito de Formação Econômica e Social tem sua aplicação para as sociedades específicas, friso no plural, historicamente datadas e concretas. Não trata de sociedade em geral. Por isso, é distinto, não se confunde com conceitos mais amplos que buscam alcançar vários momentos e espaços gerais datando-os em largas escalas temporais. Sendo assim, para precisar a conveniência e a aplicabilidade conceitual em seu sentido dinâmico e processual o professor Milton Santos esclarece:

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliadas à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. (SANTOS, 1977, p. 81)

A cidade, desde sua primeira formação, é uma produção social complexa e que ao passar do tempo amplia cada vez mais sua complexidade. Quem a vê como obra humana, não obtém de

²³ O referido artigo leva o seguinte título: Sociedade e Espaço – A Formação Social como Teoria e como Método. Disponível em <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949> acessado em 13/07/2021.

imediatamente a explicação de sua gênese, da rede causal que a produziu, suas motivações, sejam elas subjetivas, emocionais, culturais, econômicas, políticas, sociais e ideológicas, nem mesmo, por exemplo, suas determinantes estruturais morfológicas ou o nível do desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção a ela constitutiva.

Também apontamos aqui: somente a partir de determinado entendimento do conjunto entrelaçado das causas e seus dinamismos é que se construirá a possibilidade de ação efetiva e técnico-politicamente consequente, bem como, de sua direcionalidade no sentido da superação dos problemas que nela (cidade) consiste, mesmo sabendo que seu final é aberto. Em outras palavras, o mundo da “aparência” é elemento constitutivo da explicação, mas não explica suficientemente a produção social complexa por inteiro e em especial de uma cidade. É necessário atravessar o mundo da aparência que sempre é capitado pelos sentidos animais numa primeira apreciação (visão, audição, olfato, paladar e tato) para penetrar, no entanto, no sexto sentido, aqui entendido como cognição, saber, teoria ou conhecimento. Voltamos a frisar e defender: a aparência faz parte da explicação, mas sem invadir o mundo da essência não se obtém a indispensável percepção para uma melhor explicação. Aí a importância da ciência e em especial a ciência social para nosso estudo do caso florianopolitano. Como bem apontou Marx: Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária (MARX, 1983)

O conceito de FES está neste campo último mencionado. É um conceito indispensável para penetrar o mundo da essência e dele (o conceito) pretendemos tirar proveito para melhor compreender a disputa de ideias e hegemonia em Florianópolis.

Seguimos. Mais à frente o eminente professor Milton Santos sustenta:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. (SANTOS, 1977, p. 84)

Apontamentos de fatos históricos influentes

O Município de Florianópolis é composto por um arquipélago e por uma porção continental. Do arquipélago destaca-se a Ilha de Santa Catarina por ser historicamente referência e gênese do processo de urbanização. A Ilha maior, sofreu lentamente seu processo de ocupação e em sua literária “Descrição da Ilha de Santa Catarina”²⁴ Amédée François Frézier, engenheiro militar francês, assim descreveu o que encontrou em 1712.

Em seu distrito então havia 147 brancos, alguns índios e negros libertos, dos quais uma parte acha-se dispersa pela orla da terra firme. Suas armas comuns são os facões de caça, flechas e machados; possuem poucas espingardas e raramente pólvora; estão, no entanto, suficientemente defendidos pelas matas onde uma infinidade de espinheiros de toda espécie as torna quase que impenetráveis, de sorte que, tendo sempre a retirada segura e pouco equipamento a transportar, vivem tranquilamente, sem o medo de verem suas riquezas arrebatadas. (FRÉZIER, p.23, 1984)

Já na mesma coletânea de relatos, encontra-se os escritos do ano de 1803 do russo Adam Johann von Krusenstern que ao visitar a Ilha de Santa Catarina, dentre um conjunto de constatações e inclusive de relações entre a localidade da colônia e a metrópole assim anotou:

O quanto Portugal subestima as vantagens que poderá obter de suas colônias nesta parte do mundo é um fato por demais conhecido para merecer repetição. De todo o Brasil, a Ilha de Santa Catarina, juntamente com a parte do continente em suas proximidades, é talvez aquela que menos tem atraído a atenção do governo português, tanto como deveria merecer, em vista de sua localização, seu clima saudável, seu solo fértil, e seus valiosos produtos...

... A cidade que está situada em local muito agradável, consiste de cerca de 100 casas mal construídas, e é habitada por 2.000 ou 3.000 portugueses pobres e escravos negros. (KRUSENSTERN, p. 138 e 139, 1984)

Note-se, no contraste entre os dados de Frézier e os de Krusenstern a expansão demográfica que no intervalo de quase um século mudou sua composição e também as escassas condições de vida da população local, além do abandono da metrópole que já estava as vésperas da chegada da família real ao Brasil mediante o ataque de Napoleão a Portugal. O curioso é que tanto os relatos

²⁴ A Assembleia Legislativa de Santa Catarina publicou “Ilha de Santa Catarina - relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX” em 1984 (2ª edição) pela Editora da UFSC, onde encontra-se vários relatos e dentre eles o de Amédée François Frézier.

dos viajantes como a opinião dos historiadores contemporâneos, insistem em afirmar na importância geográfica da Ilha de Santa Catarina no contexto das relações comerciais e militares entre Rio de Janeiro e Buenos Aires a época.

A título de registro histórico e das características das relações sociais de produção e reprodução da vida na Ilha de Santa Catarina e suas cicatrizes ainda vale trazer o relato do médico e naturalista alemão que acompanhou a expedição de 1803, Georg Heinrich von Langsdorff.

A quantidade de escravos negros de ambos os sexos que se vêem aqui é estranha aos olhos desacostumados de um europeu qualquer. Despertou-me uma revolta especial quando vim pela primeira vez a Nossa Senhora do Desterro e vi um grande número destas criaturas abandonadas, nuas, deitadas frente às portas de ruas laterais e oferecidas à venda. Apenas as regiões púbias estavam cobertas com um velho pano rasgado que após alguns dias eram substituídos por um grosseiro tecido azulado. É público que anualmente são mandados grandes carregamentos de escravos negros de possessões portuguesas na África, principalmente de Angola, Benguela, Moçambique, etc. para os portos brasileiros. Sob estas condições, estas pobres criaturas foram trazidas para o Rio de Janeiro e de lá enviadas para cá, certamente para alcançar melhor preço. (LANGSDORFF, p. 167 e 168 – 1984)

Temos em nossa formação econômica social, vínculos profundos com as relações internacionais de tráfico de escravos. Porém, o lucro que moveu a incipiente economia local, não ficava reduzido a atividade comercial de tráfico de homens, mulheres e crianças. A mão de obra escrava era empregada em uma relação social produtiva (razão objetiva da comercialização de escravos) e o preço transacionado, era definido também pelos aspectos saudáveis, idade e capacidades produtivas na lavoura, na pesca, em especial da baleia, ou outro ofício bem como, pelas possibilidades reprodutivas em termos biológico na geração de crianças (novos escravos).

Para apoiar a informação sobre a importância da atividade da pesca da baleia e o uso intenso da mão de obra escrava recorreremos aos registros de Fernando Henrique Cardoso em seu livro “Negros em Florianópolis – relações sociais e econômicas”. Vejamos:

Em toda a zona litorânea de Santa Catarina sempre se praticou a pesca, e essa atividade desempenhou uma função essencial nos quadros da economia de subsistência da região. Esse tipo de pesca continuou naturalmente a existir durante o período que estamos considerando. Contudo, com a progressiva integração de Santa Catarina à economia colonial, a pesca passou de atividade de subsistência a atividade lucrativa, acarretando crescente interesse pela industrialização do peixe. A conservação do peixe pela salga e sua exportação para outras regiões da Colônia, bem como a exploração da pesca da baleia e de alguns dos seus derivados logo se firmaram como um dos primeiros núcleos de expansão da economia catarinense. Mas é o desenvolvimento da pesca da baleia que nos vai interessar especialmente por duas razões: de um lado, porque foi nessa atividade que

se concentraram os maiores capitais utilizados na pesca, inclusive grande número de escravos. De outro, porque se fundou um estabelecimento de pesca desse cetáceo nas costas da própria Ilha de Santa Catarina. (CARDOSO, p. 59 e 60, 2000)

Segundo as conclusões de Cardoso, a mão de obra escrava não era empregada propriamente ao abate da baleia. Por “inspirarem mais confiança”, o cerco da baleia era efetuado por homens livres (lavradores pobres) que eram remunerados de acordo com o ritmo de abate dos mamíferos em proporções previamente estabelecidas entre os membros da lancha que arpoava (arpoadores e remadores), aos patrões do barco de pesca e aos membros da lancha de socorro. Recorrendo a Saint-Hilaire²⁵ Cardoso demonstra que o trabalho executado pela mão de obra escrava estava reservado para o desempenho nas armações em terra firme, como por exemplo, na produção do óleo da baleia (CARDOSO, p. 62, 2000).

No entanto, ao descrever em maior detalhe a divisão parcelar do trabalho após a captura da baleia, Célia Maria e Silva²⁶ deixa esmiuçada outras formas de participação da mão de obra escrava.

Cessadas as atividades em alto mar, voltavam os trabalhadores com o animal amarrado à embarcação, sendo recepcionados por trabalhadores que, numa outra canoa, os ajudavam na condução da baleia até o trapiche. Daí para frente o trabalho consistia em dividir e esquartejar a baleia em largas tiras de mais de 100 quilos. Ao nível da divisão técnica do trabalho, esta era tarefa de trabalhadores-escravos, na condição de cortadores de cima da baleia, supervisionados pelo feitor da praia. Após longas horas sobre o cachalote, também trabalhadores-escravos, conduziam o material, nas costas ou em carretões, até o engenho de frigar para beneficiamento do produto. Tarefa dura e pesada consistia em transporte! Não raras vezes causou danos de diversas ordens naqueles trabalhadores, um dos motivos pelos quais, em 1816, 65 deles aparecem como inválidos (quebrados, decrépitos, aleijados...) num universo de 170 trabalhadores, somente em Armação de Piedade. (SILVA, p. 59, 1990)

Ainda para fortalecer os registros do uso da mão de obra escrava em nossa formação econômica e social, vamos recorrer também a informações contidas nos estudos de Célia Maria e Silva, que para além de identificar a presença de escravos, registra existir um modo de produção escravista na região, vejamos:

²⁵ O livro que serviu de informações para detalhar a divisão do trabalho da pesca da baleia para Fernando Henrique Cardoso foi: Viagem a Província de Santa Catarina (1820) de Auguste Saint-Hilaire da Col. Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.

²⁶ Em excepcional trabalho de pesquisa de Célia Maria e Silva encontramos a descrição do desenvolvimento da formação social do litoral catarinense. O livro: Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Editora da UFSC, 1990, Vale ler.

Ao lado das atividades de pequenos produtores mercantis tem-se a partir de meados do século XVIII, o estabelecimento, no território de Piedade, de um modo de produção escravista destinado a transformar os derivados da baleia, produzindo valores de troca destinados ao comércio internacional. (SILVA, p. 46, 1990)

Vale destacar que a própria fundação da póvoa em 1673 pelo vicentista Dias Velho foi acompanhada por um coletivo de escravos indígenas e que o emprego da mão de obra escrava indígena se deu para outros fins. Cardoso também alude a este aspecto.

É provável que a escravaria indígena, no início do povoamento, tenha desempenhado um papel importante no desbravamento da Ilha e sobretudo na sua defesa. Mas pouco se pode adiantar quanto ao seu aproveitamento nas atividades produtivas. (CARDOSO, p. 47, 2000)

A dinamização da incipiente economia local ganha novos contornos a partir de meados do século XVIII. Atribui-se ao brigadeiro José da Silva Paes a responsabilidade de estimular a colonização da região por imigrantes açorianos. Esta responsabilização se deve ao fato de Portugal querer estrategicamente controlar militarmente o sul do continente (disputado com a Espanha) incumbindo ao brigadeiro a missão de fortificá-la e o exercício do cargo de governador.

O brigadeiro Silva Paes chegou ao Brasil em 1734 e com objetivo de repelir os ataques espanhóis na região sul continental (Colônia do Sacramento). Foi ele o responsável por fazer chegar à Ilha o primeiro contingente militar com propósito de guarnecê-la. Silva Paes ao instalar seu governo (1738), definiu a Ilha como sendo sua capital passando a se chamar freguesia de Nossa Senhora do Desterro. Na época sua população conforme registrado na obra de Oswaldo Antônio Furlan, “Influência Açoriana no Português do Brasil”, era composta por menos de mil pessoas, entre elas, “indígenas aculturados, escravos africanos, descendentes de vicentistas, alguns portugueses continentais e um grupo de madeirenses, além daquele diminuto grupo de militares - 64 pessoas.” (FURLAN, p. 33, 1989). Falando-se dos novos contornos da economia local, ela ganha novo alento quando:

Silva Paes, a partir de 1742, passou a insistir junto ao Governo da Metrópole que propiciasse a vinda de casais açorianos. Na mesma época muitos moradores das ilhas açorianas pediam a El-Rei autorização e apoio para migrar. Com o parecer favorável do Conselho Ultramarino, a 01-08-1746, o Rei determinou que se procedesse ao alistamento e ao envio ao Pará, ao Maranhão e a Santa Catarina. (FURLAN, p. 33, 1989)

Na valiosa obra organizada por Roberto Toner e Mário Mendonça de Oliveira e que divulga na íntegra o relatório de José Correia Rangel intitulada “As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786²⁷” temos o registro do papel desempenhado por José da Silva Paes.

No calor dessas disputas, a Ilha de Santa Catarina – ancoradouro abrigado onde as embarcações podiam reabastecer de água, víveres e lenha, e receber reparos -, último porto seguro e amplo o suficiente entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, passou a representar um ponto estratégico para Portugal. A Coroa necessitava garantir a posse da Ilha pela sua efetiva ocupação, fortificações e utilização como base de apoio à navegação e às operações militares de longa distância. Para isso, o governo português criou, em 1738, a Capitania Subalterna da Ilha de Santa Catarina (com jurisdição também sobre os territórios do Rio Grande do Sul) e nomeou seu primeiro governador o mesmo Silva Paes fundador de Rio Grande, militar experiente e engenheiro militar autor também de fortes em São Paulo e Rio de Janeiro. Ao chegar a Ilha em março de 1739, o brigadeiro assumiu o governo, projetando e dando início à construção de um sistema defensivo composto de quatro fortalezas e que viria a ser ampliado com outras fortificações menores até o fim do século XVIII. (TONERA, OLIVEIRAA. p. 25, 2015)

A consumação do chamamento de habitantes do Arquipélago dos Açores para terras brasileiras que se deu por meio de edital lançado em agosto de 1746 (ver Figura 1²⁸) mudou a configuração social e econômica da freguesia. Segundo Furlan:

A imigração dos Açores ao Brasil nos séculos 17/19 acrescentou, em 1748/1756, 6.071 açorianos aos 4.197 catarinenses, provocando imediato aumento demográfico de 144,6%, índice que superou a de cada uma das demais Capitânicas. (FURLAN, p. 17, 1989)

²⁷ As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel, engenheiro militar (1786-1789) é um relatório que contém a descrição de armamentos e trajes de tropas bem como, tabelas e foi publicado integralmente em bela brochura no ano de 2015 em sua segunda edição pela editora da UFSC, organizada pelo arquiteto Roberto Toner e por Mário Mendonça de Oliveira.

²⁸ Cópia do edital está disponível em: <http://ilhasc.blogspot.com/2012/07/edital-de-convocacao-aos-acorianos-para.html> . Acessado em 30/01/2022.

Figura 01: Edital de Imigração – Açores

LREYNOSSO SENHOR,
 attendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que lhe tem pedido mande tirar dellas o numero de cazas, que for servido, e transportallos a America, donde resultará às ditas Ilhas grande alivio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males, que traz consigo a indigencia, em que vivem, e ao Brasil hum grande beneficio em fornecer de cultores alguma parte dos vastos dominios do dito Estado: *foy servido* por resolução de 31. de Agosto do presente anno, posta em Consulta do seu Conselho Ultramarino de 8. do mesmo mez, fazer mercê aos cazas das ditas Ilhas, que se quizerem hir estabelecer no Brasil de lhes facilitar o transporte, e estabelecimento, mandando-os transportar à custa da Real Fazenda, não só por mar, mas tambem por terra até os sitios, que se lhes destinarem para as suas habitações, não sendo os homens de mais de 40. annos de idade, e não sendo as mulheres de mais de 30. E logo que chegarem a desembarcar no Brasil, a cada mulher, que para elle for das Ilhas de mais de 12. annos, e de menos de 25. cazada, ou solteira, se dará dois mil e quatrocentos reis de ajuda de custo, e aos cazas, que levarem filhos se lhes dará para ajuda de os vestirem mil reis por cada filho; E logo que chegarem aos sitios, que há de habitar, se dará a cada casal huma espigarda, duas enxadas, hum machado, hum enxada, hum martello, hum facho, duas facas, duas thelouras, duas verrugas, huma cerra com sua lima, e travadoira, dois alqueires de sementes, duas vacas, e huma egua, e no primeiro anno se lhes dará a fazenda, que se entende basta para o sustento, que são tres quartas de alqueire da terra por mez para cada pessoa, assim dos homens, como das mulheres, mas não às crianças, que não tiverem sete annos; e aos que os tiverem até os 14. se lhes dará quarta e meya para cada mez. Os homens, que passarem por conta de Sua Magestade, ficarão izentos de o servir nas tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois annos nos sitios, que se lhes destinarem; e onde se dará a cada casal hum quarto de legoa em quadra para principiar a sua cultura, sem que se lhe levem direitos, nem salario algum por esta selmaria, e quando pelo tempo a diante tenhaõ familia, com que possaõ cultivar mais terra, a poderão pedir ao Governador do districto, que lha concederá na forma das ordens, que tem nesta materia.

E aos cazas naturais das Ilhas, que quizerem hir deste Reyno, por se acharem nêlles, se lhes fará as mesmas conveniencias, como tambem aos cazas de Estrangeiros, que não forem Vassallos de Soberanos, que tenhaõ dominios na America, a que possaõ passar-se, e aos que forem Artifices se lhes dará huma ajuda de custo, conforme os requisitos que tiverem.

Toda a que se quizerem aproveitar da dita mercê nesta Corte não assinas-se nas segundas, e quintas feiras de manhã na casa do Desembargador Jozé da Costa Ribeiro, Executor do Conselho Ultramarino que mora na rua da Freguesia de S. Jozé de tres da Igreja da Anunciada.

Para a freguesia de Nossa Senhora do Desterro, entre 1748 e 1756, chegaram intercaladamente cinco embarcações totalizando 4.929 açorianos transportados²⁹. A distribuição dos imigrantes criou nova conformação na ocupação espacial da Ilha de Santa Catarina. Além da alocação de açorianos na freguesia, núcleos de povoamento foram constituídos na Lagoa da Conceição, em Santo Antônio de Lisboa e no Ribeirão da Ilha inicialmente e foram se estendendo gradativamente para outras localidades (Canasvieiras, Trindade dentre outras). Entre pesquisadores há concordância que Silva Paes provocou conscientemente uma completa transformação daquela

²⁹ Para ambientar-se sobre a travessia na longa viagem, vale ler o romance Rocamaranha de Almiro Caldeira.

realidade. Assim observou Mariléa Martins Leal Caruso em “O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais”:

De uma povoação humilde, nos começos de 1700, que dependia basicamente dos alimentos oferecido espontaneamente pela natureza, e com uma população “que vivia exclusivamente da pesca, em suas águas piscosas, de caça, de que as florestas da Ilha eram fartas e de frutos nativos” numa atividade de que se aproximava muito da simples coleta sem modificar em quase nada a superfície do lugar, o panorama da Ilha muda radicalmente em poucos anos. (CARUSO, p. 85, 1990).

Uma vez registrada a presença de escravos nos termos dos relatos dos viajantes, e de estudiosos, e mais do que isso, segundo Célia Maria e Silva a presença de um típico modo de produção escravista (MPE), devemos concluir que este estágio organizativo caiu em decadência. Porém, dada as circunstâncias concretas do desenvolvimento brasileiro, vale apontar as conclusões de Silva:

É oportuno registrar que, se por um lado, uma das faces desses capitais manufatureiros portugueses realizavam a intermediação com o processo industrial europeu, por outro lado, articulavam-se ao interior do Brasil colônia, entrelaçando modos de produção bastante complexos e heterogêneos. Em particular, no litoral catarinense, utilizavam-se uma concessão de terras em sesmarias, o que fornece a primeira evidência de um modo de produção feudal, cuja manifestação realizava-se entre “o donatário e o rei em relações de suserania e vassalagem”.

Com efeito, eram nessas terras concedidas em regime de sesmaria pela coroa portuguesa, que se imprimia um modo de produção escravista, combinado com o trabalho de pequenos produtores. Estes, em conjunto, é que se constituíam na força de trabalho necessária ao desenvolvimento das forças produtivas no processo manufatureiro ligado à produção baleeira. Desta forma, a articulação desses modos de produção, no interior do processo produtivo propriamente, ratificam o entendimento de Rangel, que diz que o feudalismo surgido no Brasil tinha um conteúdo não-feudal, pois comportava outras formas de produzir.

Por estes parâmetros, pode-se dizer a formação social do litoral catarinense, em sua fase inicial, já apresentava essas faces, imbricando diferentes modos de produção: escravismo e pequenos produtores submetidos aos interesses feudais (donatários das terras e a Coroa portuguesa), apresentando-se com uma face mercantil que, em última instância intermediava a acumulação primitiva do capital na Europa. (SILVA, p. 56, 1990).

A relação em que o Brasil estava submetido no plano internacional criou condições para ampliação das capacidades de desenvolvimento e dominação da metrópole portuguesa, a relação específica do litoral catarinense por meio da pesca da baleia, nada trouxe de desenvolvimento das

forças produtivas locais constituindo tão somente em exploração e transferência de riqueza. Os laços umbilicais brasileiros com a metrópole imprimiam um dinamismo econômico enquanto base de exploração. No dizer de Caio Prado Júnior bem localizado por Newton Bignoto em “O Brasil à procura da democracia - da proclamação da República ao século XXI (1889-2018)” temos:

Caio Prado procurou mais uma vez demonstrar a tese que lhe era cara: a colônia nada mais era do que uma máquina de produzir riqueza para a metrópole. De suas contradições internas nasceu a força para a sua transformação. Tudo se passou como se uma nova ordem tivesse nascido dos impasses da vida colonial, que se imporia à distância e na continuidade da velha ordem. (BIGNOTO, p. 112, 2020)

A estratégia de implantação dos povoados com os imigrantes açorianos, que coube a Silva Paes desenvolver enquanto governador, deveria conciliar as capacidades produtivas de subsistência, a pesca da baleia com suas determinações geográficas bem como, a própria estratégia de defesa da região. Foi esta última, a razão que levou a alocação desses recursos humanos também para a orla continental. Há a grosso modo uma diferenciação entre povoar e colonizar. Quanto ao povoamento, trata-se de uma estratégia de ocupação para assegurar o domínio efetivo do local, vez que os tratados via de regra eram desrespeitados e quase nada valia o que estava escrito no papel, prevalecendo a propriedade por meio da efetiva ocupação. Já a colonização é algo mais robusto na medida em que exigia instalação de infraestrutura por parte de quem era o colonizador (moradia, estrutura para a saúde, quartéis etc.).

Como experiente militar que era, Silva Paes notou da necessidade de constituir tropas terrestres para guarnecer a região. Em nosso entender foi essa a motivação maior que o fez insistir junto a Coroa para que acontecesse a imigração açoriana. Por óbvio, as consequências da decisão do Conselho Ultramarino ultrapassam em muito a motivação maior do brigadeiro. Mas em que sentido estamos fazendo esta afirmação? Nossa conclusão decorre dos registros encontrados no relatório de Rangel e bem analisados na introdução do livro organizado por Toner e Oliveira. Vejamos:

Em relação às tropas terrestres luso-brasileiras existentes em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e descritas por Rangel em 1786/89, diremos somente que eram divididas em três categorias: regulares, auxiliares (posteriormente denominadas de *milícias* e ordenanças, As forças regulares eram o exército oficial, digamos assim, chamado de

primeira linha, mantido pela Coroa Portuguesa e formado por tropas permanentes, profissionais e remuneradas.

As tropas auxiliares (de segunda linha) e as de ordenanças (de terceira linha), por sua vez, eram forças paramilitares ou civis em regra geral, Não remuneradas, formadas pelo recrutamento compulsório entre todos aqueles aptos a lutar pela defesa da terra quando necessário e requisitado pela Coroa...

...Essas forças deveriam receber treinamento militar oficial, embora isso geralmente ocorresse de forma muito precária e sem a regularidade estabelecida nos regulamentos reais, sendo comum também encontrar essas guarnições quase sempre desprovidas de armamentos e uniformes. Ambas as forças se estabeleciam na sede das vilas e nos seus distritos e freguesias mais importantes. As tropas auxiliares eram utilizadas para complementar o contingente dos exércitos regulares nos momentos de enfrentamentos militar, para conter invasões estrangeiras nas áreas de fronteira ou mesmo para a manutenção da ordem interna. As tropas de ordenança tinham uma atuação ainda mais eventual, quase sempre restrita às próprias localidades em que residiam seus integrantes. (TONERA e OLIVEIRA, p. 77, 2015)

Tonera e Oliveira seguem com detalhamento das funções das três categorias e suas formas organizativas. No entanto, para o Estudo do Caso florianopolitano e sua formação econômica e social, consideramos suficiente a citação acima para entender que a ocupação da Ilha de Santa Catarina e arredores deveu-se principalmente por necessidade dos conflitos e ameaças estrangeiras. As chamadas ordenanças (exército de terceira linha) era o conjunto da população local e acionado eventualmente no caso de ataque estrangeiro. A arte do povoamento deveria então conciliar o conjunto dos elementos alimentares, geográficos e militares. Logo, concluiu-se que aos imigrantes açorianos foi dada a tarefa de agricultar a terra, pescar e caçar para saciar as necessidades alimentares de suas subsistências mas, também das tropas, dada as suas funções estritamente militares e não produtivas.

O professor José Messias Bastos em artigo publicado no ano de 2000 “Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina” vincula a estratégia de povoamento em características distintas e próprias de outras regiões brasileiras. Vale atentar:

Como decorrência das atividades econômicas em implantação, havia necessidade de promover efetivo povoamento do território próximo às áreas da pesca, como também a defesa do território, esse fato levou à construção de uma série de fortificações, principalmente na Ilha de Santa Catarina, e condições naturais favoráveis à defesa e ao povoamento foi estrategicamente escolhida pelos comerciantes portugueses. A colônia de povoamento que se estabelecia estava alicerçada na pequena propriedade familiar, distinguindo-se neste aspecto do restante do território brasileiro onde a tônica era a

exploração monocultora de enormes glebas de terras utilizando a mão-de-obra escrava. O colono açoriano, diferentemente do escravo, tinha a liberdade de praticar uma policultura de subsistência e utilizar seu excedente na melhoria de sua propriedade. (BASTOS, p. 129, 2000)

Os apontamentos históricos aqui apresentados demonstram a influência e determinação de fatores internos e externos na formação social florianopolitana. Julgamos necessário apresentá-los para melhor compreender o processo de urbanização e para não cair no erro de descrever o que está posto como se fosse consequência e determinação exclusiva da dinâmica capitalista. Ao analisar a formação econômica e social florianopolitana no estágio de desenvolvimento deve-se alcançar maior dimensão de análise. Não desprezando ou esquecendo, buscamos entender esse processo também pelas determinações econômicas, sociais, políticas, militares pré-capitalistas. A dinâmica presidida pela lógica do capital tomou o lugar enquanto “motor” do processo, mas não apagou as influências e determinações que estruturaram a ocupação territorial e que persistem sobremaneira até os dias atuais com suas manifestações de toda a ordem sejam elas culturais, políticas, religiosas ou urbanas. Em nosso entender, é indispensável compreender que os modos de produção antigos deixaram condicionamentos que direcionaram a urbanização e marcaram a vida na região como bem descreve Eliane Veras da Veiga em “Florianópolis Memória Urbana³⁰”. O passado está no presente.

Contexto da urbanização em Florianópolis

A formação social florianopolitana estabelecida até então, que se engendrou com características próprias e determinadas, notadamente pela relação entre colônia e metrópole, definiu. É sabido que se não ocorre um processo de ruptura por meio de revoluções que põem fim a determinado estágio de desenvolvimento social e abrindo uma nova fase com algo que substitua o que existia, as mudanças, só ocorrerão após longo e extenuante processo histórico. Foi assim com a transição da sociedade feudal para com o advento do capitalismo e com as formas

³⁰ Em edição revisada e ampliada a arquiteta Eliane Veras da Veiga publicou pela Fundação Cultural de Florianópolis – Franklin Cascaes em 2008 um livro de profundos estudos e registros denominados “Florianópolis – Memória Urbana”.

sociais anteriores. Sim, porque uma revolução é aquela que além de ter forças para desconstruir o estágio social vigente, tem que construir nova formação social que convença a necessidade dessa passagem perenemente ao conjunto da sociedade. Um sistema social, é composto por uma combinação de elementos complexos que no âmbito do marxismo se define como infraestrutura e superestrutura (bloco histórico no dizer de Antonio Gramsci). Essas duas esferas se relacionam e interagem entre si. A infraestrutura é sua base material, objetiva, econômica e a superestrutura os elementos culturais, ideológicos, políticos, formas de pensamento, estruturas jurídicas, religiosidade etc. Se a revolução atinge primeiramente uma das esferas estruturais, ela deve resolver no conjunto o processo de sua superação. Este fenômeno revolucionário não aconteceu no Brasil. Logo, a história do desenvolvimento de Florianópolis, esteve vinculada a este processo brasileiro que é historicamente longo e acompanhou a cadência e ritmo internacional. Não havendo no sentido clássico revoluções, restou evoluções.

Em Florianópolis, buscando decifrar o fenômeno da urbanização, o professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina José Messias Bastos, considerou em artigo “Urbanização, Comércio e Pequena Produção Mercantil Pesqueira na Ilha de Santa Catarina” uma classificação em linhas gerais três grande fases no processo de desenvolvimento urbano. Vejamos:

A primeira urbanização está vinculada à ascensão da pequena produção mercantil açoriana que na virada do século XVIII para o século XIX tornara-se exportadora de gêneros alimentícios como a farinha de mandioca, óleo de peixe, peixe salgado etc. Essa fase está relacionada também ao estabelecimento das milícias portuguesas do Brasil meridional e à função administrativa de capital da Província. A segunda, iniciada a partir do último quartel do século passado, quando, então, Florianópolis é promovida a condição de praça comercial importadora que vai abastecer as emergentes colônias de alemães e italianos recém instaladas nos vales atlânticos catarinenses. A última fase está relacionada ao processo de inserção da capital catarinense no contexto do capitalismo industrial brasileiro e catarinense que ocorre com mais vigor a partir da segunda metade dos anos 50 e transforma radicalmente a cidade. Florianópolis, assim, readquire funções de nível estadual que havia perdido com a decadência da pequena produção açoriana e após Revolução de 30 quando então as principais empresas comerciais florianopolitanas teimam em permanecer vinculadas ao esquema econômico-territorial anterior à referida revolução. (BASTOS, p.127, 2000).

Citando resumidamente o sociólogo Francisco de Oliveira, o então professor de arquitetura da UFSC Nelson Popini Vaz, descreveu uma periodização da economia brasileira que nos interessa

encadear com a considerações do professor José Messias Bastos. O desenvolvimento econômico brasileiro, com suas mudanças de modelo agrário exportador para substituição de importações e mais recentemente em sua desindustrialização, certamente produziu impactos na rede urbana do país. Consideramos a contribuição de Oliveira importante para contextualizar as mudanças que influenciaram também a nova situação geral que Florianópolis passou a viver. Situação geral vez que, Florianópolis por não estar no centro do dinamismo econômico nacional, não sofreu diretamente as consequências e nem foram elas imediatas e intensas. Vamos a periodização:

- a) Inicialmente, durante os primeiros tempos da colonização e até a independência em 1822, os interesses comerciais locais eram intermediados pela Coroa portuguesa, através da exploração extrativa centralizada em núcleos litorâneos. A urbanização do País é, neste contexto pobre e incipiente.
- b) Ensaia-se a formação de uma burguesia local ligada à produção agrícola monocultora e exportadora (de açúcar, de café) e extrativa (ouro) organizada de forma autárquica, isto é, através de empreendimentos agrícolas ou extrativistas auto-suficientes e dirigidos do Exterior. Ocorre principalmente na segunda metade do século XIX, quando a rede urbana brasileira amplia suas ligações com o exterior pela intensificação das exportações.
- c) A passagem da hegemonia do capital comercial para o industrial ocorre em 1930 em diante, quando a burguesia comercial e exportadora cede poder à burguesia industrial. Esta assume a direção do Estado, conduzindo uma política de irrestrito apoio ao capital industrial, identificada como *substituição de importações*: trata-se de transferir excedentes do setor agroexportador para o setor industrial e, ao mesmo tempo, regulamentar as relações capita-trabalho em âmbito urbano. As cidades tornam-se mercado de mão-de-obra para a indústria e para serviços de apoio.
- d) A transferência da hegemonia política para um setor social dominado pelos interesses do capital internacional a partir de 1950 e sobretudo após 1964, dá-se em nome do capitalismo monopolista tendo como consequência a formação das classes médias urbanas e a ampliação do terciário. (VAZ, p. 31 e 32, 1991)

Como já apontado, a estratégia de povoamento desenvolvida pelo brigadeiro Silva Paes, alcançou o entorno continental da Ilha de Santa Catarina. Vale registrar que com a inauguração da Ponte Hercílio Luz em 1926 (até então a travessia se dava via marítima por meio de catraia), a relação Ilha-Continente modificou bastante. É possível afirmar que a Ponte mais ligou a Ilha ao Continente do que o Continente à Ilha. Já nos anos 50 do século passado, a porção continental passou a abrigar as residências de veraneio de expressivo contingente de famílias que possuíam suas residências fixas na Ilha de Santa Catarina por decorrência da proximidade com o centro de Florianópolis, serem de mais fácil aquisição os lotes e as pequenas propriedades e sobretudo a exuberância de suas praias tais como, Coqueiros, Bom Abrigo, da Saudade, Balneário do Estreito dentre outras que ainda eram límpidas, cristalinas e inodoras.

No livro organizado por Iaponan Soares, “Estreito – vida e memória” temos uma passagem no capítulo “Aspectos da evolução histórica do Estreito” que bem localiza já nos anos de 1960, os impactos na ocupação territorial da região continental florianopolitana decorrente dos elementos apontados nas periodizações de Francisco Oliveira e José Messias Bastos como reflexo distante.

A década de 60 marcava uma nova fase do desenvolvimento de Florianópolis. A velha cidade fundada por Francisco Dias Velho começou a mudar de fisionomia, impulsionada pela corrida imobiliária que progressivamente foi modificando (e transfigurando, para muitos) sua feição provinciana. Nos bairros do continente, esse desenvolvimento fez-se de forma desordenada, assumindo conotações de um verdadeiro caos urbano, pois lhes faltava a estruturação de um Plano Diretor compatível com a nova realidade.

No Estreito, por ser o bairro mais populoso de Florianópolis, os problemas avolumavam-se em proporções geométricas, sobretudo pela ausência de componentes urbanísticos, contendo, no mínimo, definição de traçados de ruas, pavimentação, calçamento, drenagem, esgoto, escolas, postos de saúde e áreas de lazer. (SOARES, p.21, 1990)

A imagem da Figura 2, é um registro fotográfico dos anos de 1950/60 que serve para comprovar as constatações de Soares. Na fotografia se observa ao fundo a Baía Norte e o maciço do morro que aos seus pés estão Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa na Ilha de Santa Catarina. No plano continental aparece a Igreja Nossa Senhora de Fátima (fundos) e a sua esquerda a Rua Afonso Pena. Importante o registro fotográfico vez que ele mostra na porção continental as casas e suas cercas de madeira, o posteamento da rede elétrica também em madeira, o traçado da rua ainda não bem definido, não há calçadas e muitos terrenos ainda baldios.

Figura 02: Anos 1950/60 onde hoje é a rua Afonso Pena no Estreito.



Fonte: arquivo do autor

Ainda sobre a porção continental do município de Florianópolis, o CECA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania em 1996 lança o livro “Uma cidade numa ilha – relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina” e assim considera a expansão urbana continental num contexto maior.

Florianópolis tendo nascido na Ilha como centro político-militar-administrativo, a partir de 1926 com a construção da primeira ponte, a Hercílio Luz, ligando a Ilha ao Continente, passou a expandir o seu centro urbano em direção à área continental. Esse processo acentuou-se ainda mais com o desenvolvimento e melhoria do sistema viário estadual e interestadual, que possibilitou o aumento do fluxo migratório e a fixação de parte dos novos moradores na área continental, principalmente em função dos custos dos terrenos e da possibilidade de ocupação de terrenos públicos ou pouco valorizados. A área continental do município adquiriu então a fisionomia atual, caracterizada por uma ocupação extensiva, na qual deixaram de existir vazios urbanos, espaços naturais ou sequer praças e áreas de lazer. Dando a região da cidade a fisionomia de espaços suburbanos de grande metrópole. (CECA, p. 110, 1996)

A expansão urbana dirigida para o continente, sem infraestrutura necessária, foi gradativamente comprometendo aquela ocupação. O aprazível espaço continental, com suas praias, clubes, restaurantes, boates e badalada vida noturna foi gradativamente perdendo seu *status* de balneário até que definitivamente com a poluição decorrente principalmente da falta de saneamento básico e consequente perda de balneabilidade das praias (anos 1970/80) a ocupação mudou de características, ou seja, as residências de veraneio passaram a ser residências fixas seja porque foram vendidas e mudaram os seus usos ou porque houve partilha de bens entre familiares. No entanto, cabe frisar que imediatamente o norte da ilha assumiu a preferência e nos anos de 1970/80 se inicia um processo de ocupação (uma segunda onda de balneários) para Canasvieiras principalmente. A construção da SC 401 (governo Celso Ramos – 1961/66) e sua pavimentação asfáltica (governo Colombo Salles – 1971/75) favoreceram e aceleraram aquela dinâmica ocupacional do território que repetiu a precariedade dos investimentos em infraestrutura notadamente em saneamento básico. Um grande investimento em malha viária foi deslocado para a região norte da Ilha de Santa Catarina, mais como estímulo ao desenvolvimento do que para atender a demanda efetiva. Não haviam estradas. O que se tinha eram caminhos muito precários voltados principalmente para o trânsito de carroças e carros de boi. Não havia ônibus e um caminhão adaptado com bancos de madeira fazia o transporte de passageiros. O transporte de frutos do mar do interior da ilha para o Mercado Público era feito por embarcações a vela e remo. Muitos são os relatos que se tem de que quando o “vento virava” e dificultava sobremaneira a navegação, os barqueiros acabavam dormindo no ancoradouro do Mercado Público no centro de Florianópolis até que se criasse as condições de navegação. Os caminhos ou trilhas também eram percorridos a pé por diversas necessidades: acesso a serviços de saúde, pequenas compras, visitas aos parentes etc..

Com o acesso rodoviário facilitado e com o advento da indústria automobilística no Brasil, com as medidas de proibição de importação de veículos já montados e alta taxaço de peças importáveis, (governo Getúlio Vargas) o Brasil implantava em São Bernardo do Campo/SP, em 1959, sua primeira fábrica Volkswagen (governo Juscelino Kubitschek), foram sendo gestadas as condições para a Florianópolis turística. As rodovias estaduais abriram espaços para esta nova atividade econômica que foi gradativamente se implantando e com o apoio de políticas públicas de financiamento de atividades turísticas, notadamente a implantação de hotelaria, foi se consolidando e mudando as características da Ilha de Santa Catarina. Mudanças nos hábitos e usos das praias

foram ocorrendo. Durante um longo período prevaleceu uma escassez de infraestrutura turística voltada para a exploração dos balneários. Diante da ostensiva mudança das características, principalmente do interior da Ilha, preocupações com relação a degradação ambiental apareceram com maior intensidade.

Isoladamente se empreendeu um primeiro equipamento na praia de Canasvieiras conforme registrado no livro de Débora Lima “Ilha de Santa Catarina – desenvolvimento urbano e meio ambiente”. Vejamos:

O Hotel Balneário, na praia de Canasvieiras (extremo norte da Ilha), foi criado como um espaço sofisticado para o lazer à beira-mar. Sua construção, efetivada em 1930, obviamente restringia bastante os seus freqüentadores; afinal, não havia na época, a energia elétrica no interior da Ilha, e as estradas eram péssimas, sendo a viagem do centro ao balneário demorada e perigosa. (LIMA, p. 133, 2007)

A expansão da rede de hotéis em Florianópolis foi registrada por Helton Ricardo Ouriques que sistematiza dados colhidos da Secretaria de Urbanismo e Serviço Público da Prefeitura Municipal de Florianópolis e apresenta em seu livro “Turismo em Florianópolis – uma crítica à indústria pós-moderna” apresentando-os na tabela a seguir.

Tabela 1: Expansão da oferta de leitos em Florianópolis

Situação	1985	1990	1995
Classificados	2.812	4.748	4.919
Não classificados	2.217	3.830	5.363
Total	5.029	8.578	10.282

Fonte: SUSP (OURIQUES, p. 68, 1998)

Importante sublinhar que outra dinâmica também se desenvolvia paralelamente ao processo de desenvolvimento da atividade turística em Florianópolis. A implantação do Campus Universitário na Trindade da UFSC, a instalação da Eletrosul e Telesc, o aterro da Baía Sul, o Terminal Rodoviário Rita Maria, a segunda e mais tarde a terceira ponte foram incrementando o processo de urbanização puxado pelo Estado, definindo o perfil da formação econômica

florianopolitana e consolidando o município como centro administrativo do estado de Santa Catarina.

Segundo o professor José Messias Bastos, em razão da nova situação política que o Brasil passou a viver a partir de 1930, onde se operou um novo pacto político nacional, Florianópolis sofreu um processo de arrefecimento de seu desenvolvimento e que foi ser retomado mais de 30 anos depois. Vejamos:

Foi com a Revolução de 30 que a capital catarinense sofreu cisão definitiva no seu relacionamento com a estrutura política brasileira que significou a chegada ao poder de camadas sociais nacionalistas, a 3ª dualidade no dizer de Rangel, que se constituía num pacto de poder entre Latifundiário feudal (ligado ao mercado interno do Rio Grande do Sul, do Sertão nordestino e de Minas Gerais) e burguesia industrial, apeando do poder os comerciantes de exportação e importação aos quais os capitais comerciais de Florianópolis estavam ligados. Essa nova situação política e econômica passou a imprimir a partir de então a aceleração do processo de industrialização e a integração do território nacional via estradas de rodagem, com São Paulo no comando.

Neste momento os principais comerciantes de Florianópolis estavam atrelados ao esquema anterior a Revolução de 30, continuaram vinculados aos capitais tradicionais do Rio de Janeiro, pelo transporte de cabotagem. Dessa forma não acompanham as profundas mudanças na divisão territorial do trabalho imprimidas pelas relações de produção capitalista em implantação, o que contribuiu de maneira ainda mais decisiva, como já se assinalou, para o longo período de estagnação econômica da capital catarinense. (BASTOS, p. 133, 2000)

Com profundas mudanças no cenário nacional e o descompasso com o município de Florianópolis, aconteceu na capital dos catarinenses, um período de certa estagnação. Cabe anotar, que enquanto emergia aceleradamente no Brasil centro urbanos fortemente instalados o mesmo ritmo não aconteceu na Ilha de Santa Catarina e arredores. Esse processo, pelo seu relativo atraso, acabou produzindo efeitos preservacionistas com relação ao conjunto arquitetônico, traços culturais, atividade econômica etc., que a partir dos anos de 1960 foram sendo alterados. Um impulso na indústria da construção civil e a gradativa afirmação da “vocação turística” do município produziu nova perspectiva de perfil da cidade. A Casa da Memória de Florianópolis produziu um livro eletr nico³¹ que dada a rica iconografia nos auxilia a constatar o “ponto de

³¹ O livro eletrônico organizado pela Casa da Memória de Florianópolis e intitulado “Memórias da quarentena” e que reúne uma sele o de fotografias devidamente avaliadas por seletos convidados está disponível em:

partida” das mudanças decorridas a partir da década de 1960. Abaixo a foto da década de 1960 com comentário feito pelo museólogo Felipe Andrade encontrada no referido livro eletrônico.

Figura 03: Fotografia do centro de Florianópolis década de 1960



Fonte: casa da memória

Uma foto da década de 1960: Podemos fazer de conta que somos o fotógrafo que fez o registro, e pelo seu olhar, analisar a cidade e seus entornos. Podemos observar a muralha de pedra a que barra as águas ondulantes da Baía Sul dos espaços de tráfego. Vemos também todo o conjunto arquitetônico vigente da época, os edifícios espigões, surgindo como lírios de concretos querendo ganhar os céus, como uma disputa do passado com o futuro. Nessa época, o presente era cheio de expectativas sobre a modernização. É notável na imagem, que a Catedral Metropolitana se confunde com tanta transformação, porém, ainda assentada majestosamente em sua função religiosa. O Miramar se ostenta nos seus últimos momentos, como um cidadão que espera a hora do adeus, de sua genitora cidade. Rodeado pelas marolas, por onde a vida marítima ainda encontra algum refúgio, e as poucas embarcações que aguardando por alguns últimos traslados náuticos, no espaço prestes a ser aterrado. A imagem nos revela um instante congelado em um tempo, uma parte da cidade olhada, amada, eternizada na memória do observador. Um último suspiro de um derradeiro canto das ninfas do mar, as sereias, se despedem desse pedacinho de terra coberto ainda pelas marés. Assim como o presente nos traz as dúvidas de momentos incertos com a Covid-19, assim também, outrora o progresso nos trouxe angústia em

file:///C:/BACKUP/discoC/Doutorado%20Agosto%202020/Fotos_Floripa_Antiga_E-book_Mem%C3%B3rias_na_Quarentena.pdf e acessado 08 de fevereiro de 2022.

espaços de asfalto e arranha céus, nos trazendo incertezas sobre como ficaria nossa Ilha, tão bem memorizada por Franklin Cascaes, Virgílio Várzea entre outros nativos que cuidaram de relatar as belezas ímpares desses espaços insulares. Felipe Andrade Museólogo e pesquisador do Centro de Documentação e Pesquisa Casa da Memória. (ABREU, p. 48 e 49, 2020)

O processo de industrialização e por conseguinte toda a repercussão na rede urbana brasileira exigiu algumas providências à época. Era sabido que iríamos entrar em uma nova era. Uma economia baseada no modelo agrário exportador estava com seus dias contados e o planejamento estatal voltado para criar as condições para a instalação da infraestrutura (rodovias, ferrovias, hidroelétricas, telecomunicações etc.) para a industrialização que estava a pleno vapor (Plano de Metas de Juscelino Kubitschek – cinquenta anos em cinco)³².

Impensável deixar o espaço urbano sem regramento. Neste contexto, o primeiro Plano Diretor foi aprovado em 1955 pela Lei nº 246³³ e sancionado pelo então prefeito Osmar Cunha.

Não há como estudar a urbanização brasileira sem reconhecer que ela está diretamente associada ao processo de industrialização. No Brasil, a necessidade de compor a demanda de força de trabalho para atender a indústria propriamente dita e também para atender a construção de infraestruturas, produziu um acelerado deslocamento e por conseguinte um inchaço populacional para os centros urbanos. Esta nova situação dos centros urbanos não estava previamente preparada para o gigantesco fluxo migratório e nem acompanhou o ritmo em que aconteceu. Cidades com alta densidade populacional, concentração de desigualdades, condições desumanas de moradia, precariedade no transporte de passageiros e falta de saneamento básico passou a ser a tônica. Ora, se os grandes centros urbanos não receberam adequadamente a nova situação que emergiu no Brasil, com um enorme contingente populacional se transferindo do espaço rural para as cidades, quem dera então, a periferia desse processo como no caso de Florianópolis que nem foi receptáculo desta avalanche populacional e nem investiu em infraestrutura mínima. O fato de haver esforços para planejar não significa que houve capacidade de implantação do plano. Aí reside razões de relativa estagnação da urbanização florianopolitana.

³² Para melhor conhecer o contexto brasileiro em que se deu o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek leia-se o livro de Argemiro J. Brum “Desenvolvimento Econômico Brasileiro” editora Vozes e editora UNIJUI, 1999.

³³ O Código de Obras do Município de Florianópolis sancionado pelo então prefeito Osmar Cunha em 1955 é composto por somente dois artigos da lei nº 246 de 15 de novembro daquele ano. O regramento encontra-se em um anexo. A lei está disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1955/24/246/lei-ordinaria-n-246-1955-aprova-o-codigo-municipal> . E foi acessada em 08 de fevereiro de 2022.

Turismo em Florianópolis: materialidade e idealidade

No entanto, a partir de interesses empresariais locais e do poder público, por meio de uma escalada de planos derivados dos governos estadual e municipal (Plameg, I e II Plano de Metas, Plano de Desenvolvimento Integrado da Microregião de Florianópolis, Plano Diretor e planejamentos setoriais), iniciou-se um esforço para criar condições para o desenvolvimento impulsionado da atividade turística enquanto motor econômico do município de Florianópolis. As primeiras argumentações trataram de naturalizar a atividade turística a título de vocação. Um dos eixos para justificar o turismo como motor econômico estava baseado em características objetivas, materiais e o *slogan* “Terra de Sol e Mar” bem representou esta estratégia. Não obstante, segundo os agentes interessados nessa estratégia, havia necessidade de combater as características culturais da região. Um tensionamento entre cidade estagnada *versus* progresso haveria de suplantiar o estilo de vida da população local. O “Manézinho”, com seu modo de ser, pensar, falar, se vestir bem como, os hábitos de convivência comunitária precisariam ser desfeitos. O ataque ao “provincianismo” estava alinhado a uma concepção de desenvolvimento econômico que precisaria ser implantado. A professora Maria Helena Lenzi bem destacou esse aspecto em sua tese de doutoramento “A invenção de Florianópolis como cidade turística – discursos, paisagens e relações de poder”, vejamos:

Meu argumento é de que essa paisagem é significada e, assim, instituída não por constatações técnicas e descritivas, mas por meio de relações de poder constituídas em torno de interesses simbólicos-materiais que buscam limitar as formas de “ver” Florianópolis e que abordam o turismo como salvação econômica da cidade – argumento presente nos planos e jornais – além, de seu desígnio natural. (LENZI, p. 142 e 143, 2016)

Para dar consequência e implantar o novo motor econômico no município de Florianópolis um longo processo foi engendrado articulando o desejo empresarial de uma elite local; os interesses da indústria da construção civil vez que ainda estava “tudo” a ser construído, sobretudo em relação aos balneários situados ao norte da Ilha de Santa Catarina; bem como interesses políticos e da própria mídia local. Nossa conclusão é de que ao se observar a implantação da atividade turística em Florianópolis, não se pode deixar de considerar os elementos definidores de novas instalações administrativas empreendidas pelo Estado. Sempre houve quem questionasse a chamada monocultura do turismo em Florianópolis vez que, aquecia exclusivamente no período de

temporada de verão (janeiro, fevereiro e março), e estava a exigir a alocação de vultosos recursos públicos para tão estreito período. Mas, também acontecia paralelamente uma mudança substantiva em outros espaços. Conforme constatou Débora Lima em “Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento urbano e meio ambiente” atentamos:

Foi, então, com mais intensidade da década de 1960 em diante, que a cidade se firmou como cidade de serviços, consolidando-se tal especialização nos anos de 1980, quando a maior parte das poucas indústrias existentes se transferiu para o continente, e os novos empreendimentos industriais procuraram a área conurbada, principalmente nas margens da BR-101.

...

A cidade cresceu consideravelmente, para o alto, para os lados, sobrepondo-se à cidade antiga com uma ferocidade que iria transformar definitivamente, e principalmente, o núcleo gerador da expansão urbana, mas também as várias localidades espalhadas pelo interior da Ilha. Com a abertura de novas atividades, novas áreas de expansão na cidade foram surgindo (o bairro da Trindade, onde se localizou o campus, por exemplo). O afluxo da “nova” população universitária (professores, alunos provenientes de todo o Estado catarinense e dos Estados vizinhos) configuraria, também, transformação estrutural no perfil cultural e social da cidade. (LIMA, p. 146, 2007)

Argemiro Jacob Brum em “Desenvolvimento Econômico Brasileiro” assim caracterizou o processo de industrialização brasileiro:

... a industrialização no Brasil não se deu pela via evolutiva, com base na iniciativa privada, como nas nações pioneiras. Aqui, ela foi induzida e em grande parte pelo Estado. Ao chamar a si a tarefa, o Estado brasileiro reuniu os capitais indispensáveis, utilizando ao máximo a poupança interna; criou empresas estatais nos setores básicos; direcionou os investimentos privados; “estabeleceu reservas de mercado para proteger a indústria nascente; proporcionou estímulos. Subsídios, isenções e incentivos fiscais; patrocinou a formação de mercado interno”. Esse favorecimento à iniciativa privada é importante na fase inicial do processo de industrialização, principalmente nos países retardatários na revolução industrial, pois permite aos empresários acelerar o processo de acumulação primitiva do capital. (BRUM, p.206, 1999)

Em Florianópolis, a busca pela instalação do modelo econômico baseado na “indústria do turismo” também aconteceu induzido e apoiado pelo Estado. A iniciativa privada disposta a fazer o grande giro na atividade econômica era fraca e precisou ser alavancada com forte participação do Estado.

Ao apresentar seu entendimento sobre o processo de produção do capital no Livro I, volume 2 de “O Capital – crítica da economia política”, mais precisamente no capítulo XXIV, Karl Marx

se predispõe a desvendar o que ele chamou de segredo da acumulação primitiva. A acumulação primitiva amplamente descrita neste capítulo é apontada como “uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida.” (MARX, p.827, 2001). Sendo assim, o capital é anterior ao capitalismo e nasceu do útero dos modos de produção antigos. Estes perderam energia e vitalidade econômica sendo que social e politicamente foram sucumbindo-se e do seu interior germinou o “vírus” que gradativamente lhe matou, o capital. Esta conclusão marxiana que demonstra que o capital para se consolidar adotou uma série de instrumentos de ordem violenta para consagrar a expropriação, de formas visíveis tais como roubo, nos termos do próprio Marx, “O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo.” (MARX, p. 838, 2001). A usurpação foi consolidada por meio de ações de violência, subjugações e uso da força do próprio Estado. Estas observações nos auxiliam também no entendimento da formação social florianopolitana. O professor Nazareno José de Campos em “Terras comunais na Ilha de Santa Catarina”, descreve o entrelaçamento de interesses particularistas auxiliados pela ação do Estado em desfavor do interesse social e coletivo. A obra de Campos é um relato do uso de instrumentos descritos por Marx no solo da Ilha de Santa Catarina. A apropriação de terras de uso comum por parte de um processo privatizante é exemplarmente bem descrita. Nosso convencimento é de que a Chamada Acumulação Primitiva enquanto método também esteve e está em vigor como instrumento de auxílio ao capital. Em nosso entender, o conceito de Primitivo ganha outra aplicação, ou seja, não se refere somente ao passado longínquo, sendo que está presente enquanto metodologia nos dias atuais. Se o capital nasce de uma acumulação não capitalista, sua reprodução por sua vez também não dispensa métodos de roubo, sonegações de impostos, fraudes contratuais, violência, incentivos fiscais com o apoio e beneplácito do Estado capitalista. Como relata o professor Nazareno José de Campos:

Os mais poderosos conseguiram, através da Câmara Municipal, dos Juizes de Paz, das Intendências, etc. documento de posse ou escritura definitiva, muitas vezes ilicitamente.

As práticas ilícitas tornavam-se com o tempo usuais e aceitas pela sociedade, como sendo normais. Logo, muitas das apropriações acabaram sendo aceitas pacificamente, principalmente se fossem por parte de certa autoridade, seja político-econômica ou militar. Aliás, o medo e/ou respeito à autoridade ou “aos grandes” como ainda falam os mais antigos, sempre foi comum ao pequeno produtor açoriano, sendo parte integrante de sua própria constituição cultural. (CAMPOS, p. 124, 1991)

Em Florianópolis, o apoio de ações estatais em favor do turismo reveste-se de características metodológicas descritas acima. A cadeia turística foi e é apoiada pela “mão do Estado” sendo que a relação iniciativa privada *versus* Estado vem acompanhada do discurso de progresso, modernidade, crescimento, desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda etc. Toda esta narrativa visando justificar a intervenção estatal na modelagem econômica é defendida e alicerçada pela coalizão político-empresarial constituída pela PROTUR (Fundação Pró-turismo de Florianópolis) criada em 1988 pelo empresário e político Fernando Marcondes de Mattos e por uma ampla rede de entidades denominada regionalmente “Trade Turístico”.

Sendo o objetivo geral deste trabalho o de analisar os elementos constitutivos do pensamento de desenvolvimento urbano hegemônico e decorrentemente o modelo de cidade apontando como eles foram sendo construídos historicamente podemos afirmar que a PROTUR foi entidade (Aparelho Privado de Hegemonia Empresarial) importante na elaboração e promoção do projeto Florianópolis cidade turística. Este projeto produziu articuladamente com veículos de comunicação de massa, governos e empresários uma ideologia (a ideologia do turismo) em que se afirma ser o turismo uma vocação natural de Florianópolis, gerador de emprego e renda, aquecedor do comércio e produtor de uma espiral crescimentista. Entenda-se aqui como construção ideológica o disposto no artigo de Flávio Villaça publicado na revista Margem Esquerda – ensaios marxistas nº 24. Vejamos:

...pensamentos difundidos pela classe dominante e que se tornam dominantes visando a tornar a dominação mais palatável e aceita pelos dominados. A mídia falada e escrita é, no Brasil, um grande difusor da ideologia dominante. Esse pensamento aparece na própria concepção da cidade e seus elementos. (VILLAÇA, p. 35, 2015)

Buscamos até aqui percorrer historicamente o processo que engendrou a Formação Econômica e Social florianopolitana. Localizamos no tempo-espço as determinações deste processo de desenvolvimento: a póvoa de Nossa Senhora do Desterro, sua localização geográfica, o processo de povoamento, a pequena produção mercantil açoriana, a pesca da baleia, a presença do modo de produção escravista, a relação com a Coroa Portuguesa, a imigração açoriana, a implantação das fortalezas na Ilha de Santa Catarina e seu entorno, a “mão do Estado” no incentivo à industrialização brasileira e a constituição de uma rede urbana no Brasil, as mutações políticas regionais decorrentes da Revolução de 1930, a degradação ambiental, a economia de subsistência, o desenvolvimento das atividades turísticas, os planos e planejamentos setoriais e seus impactos na

economia local, ou seja, determinações originadas por dinamismos internos e externos. No entanto, hoje, ao se metamorfosear ao longo de sua história, Florianópolis é uma cidade do capital.

III.2. EPISÓDIOS PRETÉRITOS QUE REVELAM A AÇÃO CONSERVADORA EM FPOLIS

Para fortalecer nosso entendimento de que é latente o conflito de ideias posto no debate sobre o futuro da cidade de Florianópolis, prosseguiremos na leitura do manifesto “Os Ventos do Século XXI” (Anexo D) do Movimento Floripa Sustentável que ainda conclui: “A Cidade está sitiada há duas décadas. Os ventos do século XXI dizem que é hora de clamar por liberdade.” O aludido Manifesto, foi publicado no Jornal Diário Catarinense que circulou em 08 de novembro de 2018. Por óbvio, “o vento” que o Manifesto se refere e saúda está relacionado a vitória eleitoral do presidente Bolsonaro, consagrada no segundo turno (28 de outubro de 2018) e toda a onda conservadora que ascendeu eleitoralmente naquele pleito. A estrutura do texto localiza um conjunto de temas, projetos e iniciativas que os subscritores entendem serem afetadas por uma espécie de força do mal que atrapalha e retarda indevidamente o desenvolvimento da cidade. Dentre estas iniciativas vale apontar:

- a. Marina da Barra da Lagoa
- b. Beach Clubes de Jurerê
- c. Projeto da Ponta do Coral (hotel)
- d. Costão Golf
- e. Plano Diretor (atraso na atualização e aprimoramento)
- f. Acessos ao novo aeroporto

Como se percebe, a lista acima é composta por uma variedade de projetos que certamente devem ter suas razões legais, ambientais, culturais e políticas distintas, próprias e independentes. No entanto, o Manifesto trás consigo a ideia de existir uma força inimiga responsável pelo “conjunto da obra” e que estava sendo derrotada naquela eleição. É textual: “Neste novo tempo que estamos agora a viver, quer a cidade manifestar, com eloquência, sua crença de que terá condições, por suas próprias forças e seus órgãos instituídos, de **transformar-se numa das cidades mais interessantes para viver no planeta** (grifo nosso)” (Manifesto Os ventos do século XXI, 2018, DC p. 13). Para mostrar o estreito vínculo deste movimento com o empresariado vale notar

que consta no *site*³⁴ do Movimento Floripa Sustentável o apoio da ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis), CDL Florianópolis (Câmara de Dirigentes Lojistas), ACATE (Associação Catarinense de Tecnologia), FloripAmanhã (Associação FloripAmanhã), FECOMERCIO (Federação do Comércio de Santa Catarina) e FIESC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina).

É importante registrar que esse pensamento pautado em ideias ultraconservadoras, apoiado em xenofobia e inimigos externos não é a primeira vez que se manifesta com intensidade em Florianópolis. O jornalista Salim Miguel em seu livro *Primeiro de Abril – Narrativas da Cadeia*³⁵ registrou um episódio que marcou a história do município de Florianópolis. Em resumidas quatro páginas expôs a intolerância de um pequeno grupo que planejou o ataque à livraria Anita Garibaldi localizada na esquina da rua Conselheiro Mafra com a praça XV de Novembro “...com furor e ódio, aos berros de fogo-fogo, os livros vão sendo arrancados das prateleiras...” (MIGUEL, 1994, p. 25). Ainda segundo o jornalista, que veio a ser mais tarde (1993-1996) presidente da fundação cultural do município de Florianópolis (Fundação Franklin Cascaes) o acontecido,

É uma vergonhosa mancha a marcar indelevelmente aquele dia, aquela hora, aquele momento de trevas. Interessa registrar o fato concreto: ali se estava cometendo um crime contra a liberdade de expressão, de circulação de ideias, um crime contra a cultura, um crime contra o direito do cidadão escolher o que deseja ler ou o que quer pensar e de que maneira lhe agrada agir, atuar, indo seu direito de liberdade até a liberdade do outro. (MIGUEL, 1994, p. 27)

O incêndio aconteceu num anoitecer logo após o golpe de 1964.

Rubras as chamas balouçam, fagulhas explodem, batida pela aragem a negra fumaça se eleva e lambe folhas de arbustos, pessoas assustadas recuam, olhares pasmos diante do que ocorre. Centenas de livros dos mais variados gêneros e procedências, tendências e colorações continuam chegando, são atirados à fogueira. Ainda se pode entrever: lado a lado ali estão, folhas se confundindo-consumindo, *O Capital* de Karl Marx e *A Capital* do Eça de Queirós, *O Vermelho* de Machado de Assis e *Memórias do cárcere* do Graciliano Ramos, *O príncipe* de Maquiavel e *Pinocchio* do Collodi, todos sem dúvida subversivos... os incendiários trocam palavras de ordem, comandam, provocam, açulam, buscam incentivar os que ali se detêm para que participem, vamos, ajudem a trazer mais livros. Atraídos pelas chamas, pela fumaça, pelos estalidos, por gritos e acenos constantes de andem, carreguem, joguem tudo no fogo, rápido, não deve sobrar nada deste lixo imundo. Liderados por meia dúzia, são em torno de vinte. O número de curiosos aumenta.

³⁴ Conhecer o *site* no link disponível: <https://floripasustentavel.com.br/> acessado em 08 de janeiro de 2022.

³⁵ MIGUEL, Salim. *Primeiro de Abril – Narrativas da Cadeia*. José Olympio Editora, São Carlos - São Paulo, 1994.

Alguns observam indiferentes, sem compreender direito o que ocorre; outros indignados, sentem-se impotentes diante do que estão presenciando. Raros esboçam um gesto de repulsa, mas são contidos diante da fúria demonstrada. É um espetáculo insano, macabro. (MIGUEL, 1994, p. 25)

Neste episódio, pitoresco por ter acontecido em uma pequena cidade ao sul do Brasil e por isso talvez pouco destacado, temos a oportunidade de conhecer uma das várias maneiras de se lidar com as ideias. Refiro-me como o atear fogo no acervo de uma livraria, em praça pública, cujo nome Anita Garibaldi já era por si expressivo e frequentada por funcionários públicos, professores, jornalistas, operários, estudantes, enfim, por parte representativa do contingente cultural florianopolitano é simbólico. Lançar na fogueira obras de uma livraria demonstra a não disposição de conviver com ideias que não as suas. Há um segmento que não aceita conviver com a diversidade e pluralidade de ideias. Por óbvio que o objetivo foi mostrar força e intimidar. Vivia-se no ano de 1964 e nos primeiros dias da ditadura. No entanto, ninguém aniquila as ideias de Marx, Cervantes, Machado de Assis etc. numa fogueira, apenas queimam alguns exemplares, papéis. Mas foi para o espaço diminuto, concentrado e difusor de ideias de uma livraria que foi arquitetado o ataque. A intenção era dar visibilidade ao desejo de confrontar e aniquilar as ideias opostas. Esta postura é típica de grupos organizados e movimentos inspirados no fascismo italiano. Ressalta-se que como corrente de ação o fascismo ultrapassou a fronteira italiana como se observa na caracterização feita por um dos grandes expoentes do mundo jurídico soviético Evguiéni B. Pachukanis:

Ainda antes da tomada de poder, os 'êxitos' ideológicos e organizativos do *f. italiano* converteram-se em patrimônio da reação internacional e encontraram apoiadores e imitadores em uma série de países. *O.f.* e o movimento fascista adquiriram, dessa maneira, um significado geral europeu e até mundial; esse termo passou a designar quaisquer tipos de reações organizadas, direcionando a luta contra o movimento operário, em especial contra o comunismo, e valendo-se de ações violentas. (PACHUKANIS 2020, pág. 57 e 58)

Pachukanis desenvolveu uma elevada análise da situação vivida em sua época. É sabido entre os historiadores que decifrar os fenômenos políticos e sociais no mesmo momento histórico em que acontecem é algo com profunda dificuldade, isto porque os seus desdobramentos e consequências ainda não aconteceram em plenitude e por conseguinte não produziram os seus efeitos. No entanto, com apurado rigor, Pachukanis identificou o fascismo italiano, seu nascimento, evolução e o caracterizou como fenômeno político e social. Consideramos necessário nos reportar Pachukanis para também descrever alguns acontecimentos ocorridos em Florianópolis com viés fascista. No texto já citado e um pouco mais a frente o referido jurista e filósofo ainda detalha:

Em sua tática, o *f.* não se orienta pela vitória por meio dos votos, mas pela conquista direta do poder. Na relação com opositores políticos, emprega toda e qualquer forma de violência, desde espancamentos e todos os tipos de intimidação até assassinatos e destruição de casas e sedes das organizações (sindicatos, cooperativas de trabalhadores, bolsas de trabalho). Os fascistas italianos levaram a cabo por tal meio a luta contra o movimento operário. Ao se tornar o partido dirigente, não renunciaram a esses métodos, passando a complementá-los com o terror arbitrário das repressões governamentais (o assassinato do deputado socialista [Giacomo] Matteotti, os ferozes *pogroms* cometidos depois do quarto atentado contra Mussolini). As organizações fascistas de outros países também organizam o assassinato de seus oponentes políticos e represálias armadas contra os trabalhadores revolucionários. (PACHUKANIS 2020 pág. 59)

Essas características de atuação estiveram presentes e muito acentuadamente em Florianópolis. Um importante levantamento de ações agressivas contra “livros” está registrado no laborioso artigo intitulado, Entre chamas e labaredas: histórias de impressos em Florianópolis no século XX. Este artigo é de autoria de Felipe Matos (Doutor em História Cultural pela UFSC) e da professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Maria Teresa Santos Cunha.³⁶ No referido artigo, os autores relatam três episódios de destruição de livros na capital dos catarinenses. Esses episódios demonstram o método de liquidar com ideias que desconfortam determinados agentes sociais e revelam o grau de violência no contexto específico. Não há similitude entre os protagonistas, sendo que o sujeito do episódio é distinto, no entanto, expressam o uso de mesmo método. Vejamos:

“Em 1917, com a queima de livros da biblioteca de um clube germânico, em meio aos temores que emergiram com a Primeira Guerra Mundial; em 1950, quando no seio de uma tradicional escola católica da cidade seus alunos promoveram uma fogueira de revistas consideradas leituras perniciosas; e, por fim, mais detalhadamente o caso ocorrido em 1964, quando a Livraria Anita Garibaldi foi invadida, saqueada e seus livros incinerados dias após o golpe civil-militar.” (MATOS e CUNHA, 2018, p. 300)

³⁶ Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/76581> visitado em 10 de janeiro de 2021.

III.3. AÇÕES ESTRUTURADAS PARA A FORMAÇÃO DE UM PENSAMENTO HEGEMÔNICO CONSERVADOR

O professor de história da Universidade da Califórnia, Los Angeles, EUA, Perry Anderson, em importante artigo intitulado: “As ideias e a ação política na mudança histórica”, questiona e defende o que segue:

Quão importante foi o papel das idéias nas convulsões políticas que marcaram grandes mudanças históricas? São elas meros epifenômenos de material de grande profundidade e processos sociais, ou possuem um poder autônomo decisivo como forças de mobilização política? Contrariamente as aparências, as respostas dadas a estas perguntas não dividem fortemente a esquerda da direita. Muitos conservadores e liberais exaltaram, naturalmente, a significação sobressalente de nobres ideias e valores morais na história, denunciando aqueles radicais que insistem que as contradições econômicas são o motor da mudança histórica, como sustentam os materialistas. [...] A mesma bifurcação, no entanto, pode ser encontrada na esquerda. Se observarmos grandes historiadores modernos da esquerda, encontraremos uma completa indiferença ao papel das idéias em Fernand Braudel contrastada com um apego apaixonado a elas em R. H. Tawney. [...] Se prestarmos atenção a líderes políticos vemos que a mesma oposição repete-se ainda mais enfaticamente. (ANDERSON, 2007. p. 365-366).

Mais à frente ele adverte:

Quais são as lições desta história para a esquerda? Primeiro e principal, que as idéias contam no balanço da ação política e dos resultados da mudança histórica. Nos três grandes casos de impacto ideológico moderno: Iluminismo, marxismo, neoliberalismo, o padrão foi o mesmo. Em cada caso desenvolveu-se um sistema de idéias, com um alto grau de sofisticação, em condições de isolamento inicial do – e tensão com – entorno político circundante e com pouca ou sem nenhuma esperança de influência imediata. Foi somente ao produzir-se o estalido de uma crise objetiva muito importante, pela qual nenhum destes sistemas foi responsável, que recursos intelectuais subjetivos acumulados gradualmente nas margens de calmas condições adquiriram subitamente uma força intensa como ideologias capazes de ingerir diretamente sobre o curso dos acontecimentos. (ANDERSON, 2007. p. 376).

Sendo assim, localizamos dois fatores importantes e que são confluentes neste período para Florianópolis. De um lado, um modelo econômico em escala municipal com definição ainda imprecisa e não consolidada, mas em disputa pelos setores do capital na busca de uma supremacia

predominante entre eles (disputa entre capitais) e de outro, uma crise no plano das ideias entre as formulações sobre o modelo urbanístico a ser adotado.

As ideias e valores que erigem a cidade neoliberal cresceram de exponencialmente. O neoliberalismo alcançou força e influência em razão da crise que acometeu o keynesianismo³⁷. O consumo, a produção, a circulação, a ideologia, a cultura, etc. foram neoliberalizados. Para sustentar o triunfo da doutrina neoliberal e sua invasão em todos os cantos e profundezas Perry Anderson concluiu: “Quaisquer que sejam as limitações que persistam contra sua prática, o neoliberalismo, como um conjunto de princípio, reina soberano por todo o globo: a ideologia mais bem-sucedida da história mundial”. (ANDERSON 2000 p. 18)

Cedo ou tarde, com força, chegaria a vez das cidades. A cidade em si tornou-se mercadoria a ser comprada e a ser vendida. Segundo Carlos Vainer:

A adoção das diretrizes e concepções neoliberais que reconfiguraram as relações entre capital, Estado e sociedade a partir da última década do século passado teve profundas repercussões a respeito do lugar e do papel da cidade no processo de acumulação. Sob a égide do consenso keynesiano, a cidade deveria ser regida por necessidades mais gerais de acumulação e circulação do capital, cabendo ao planejamento (moderno) a tarefa da racionalização e funcionalização espacial através de instrumentos que se generalizaram a partir da Segunda Guerra Mundial, colocando planos diretores, e zoneamento em primeiro lugar. [...] Agora, sob a égide do Consenso de Washington, a cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização e financeirização do capital. Concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando a capitais cada vez mais móveis (*foot loose*) recursos públicos (subsídios, terras, isenções). (VAINER, 2013. p. 37)

É crescente entre a multiplicidade de agentes sociais o reconhecimento da importância do poder local e por esta razão, atuam na perspectiva da busca da condição de dirigente (direta ou indiretamente) do governo municipal - vez que o município veio crescendo em termos de poder e autonomia na definição da ocupação e uso de solo desde a nova Constituição Federal de 1988. Para alcançar tal intento, um processo de aprimoramento e capacitação de lideranças se impõem como necessidade. Viagens nacionais e internacionais, seminários, troca de experiências, grupos de trabalho e estudos etc. são constituídos para elevar as capacidades cognitivas de um seletivo grupo

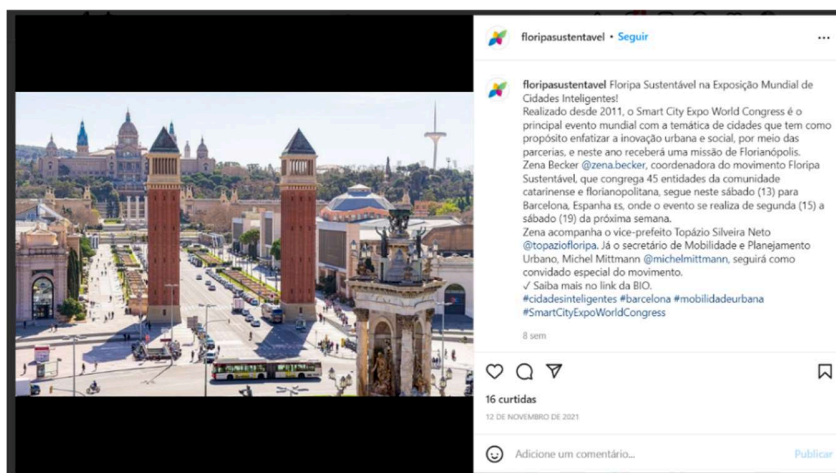
³⁷ Para melhor compreender a ascensão e queda da revolução keynesiana importante ler “Brasil Delivery” de Leda Paulani em especial o capítulo: O projeto neoliberal para a sociedade brasileira – sua dinâmica e seus impasses (PAULANI, 2008).

de dirigentes orgânicos ao empresariado local.³⁸ São ilustrativos desse esforço de capacitação os eventos apontados na Figura 04 e na Figura 05 do Movimento Floripa Sustentável.

Figura 04: Evento de capacitação do Movimento Floripa Sustentável



Figura 05: Viagem Internacional de lideranças de Florianópolis



Ermínia Maricato, professora titular de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo destaca que:

³⁸ Para ilustrar nossa afirmação ver como exemplo a iniciativa do Movimento Floripa Sustentável disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVf-j6kp-kg/> acessado em 08 de janeiro de 2022.

No amplo arcabouço da legislação urbanística existente, estão disponíveis aos governos municipais instrumentos para: a) ampliar a arrecadação de recursos para o financiamentos das cidades; b) regular o mercado visando baratear o custo da moradia; c) a captação da valorização fundiária e imobiliária; d) a recuperação de investimentos em infra-estrutura; e) regularizar e urbanizar áreas ocupadas irregularmente, com exceção de parte das áreas públicas; f) constituir estoque de terras para a promoção pública de moradias; g) garantir a preservação ambiental e o crescimento urbano sustentável; h) garantir a preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico. Enfim, mesmo antes da aprovação do Estatuto da Cidade, havia instrumentos para cumprir a promessa de todo o Plano Diretor, de garantir um desenvolvimento urbano “equilibrado”, “harmônico” “sustentável” e outros adjetivos semelhantes que invariavelmente são apresentados nas introduções dos PDs. (MARICATO, 2001, p. 95)

Novos agentes políticos surgem na esfera municipal. Grupos sociais se interessam efetivamente por obter a supremacia e se organizam para tal. Não há mais a espera passiva pelas decisões derivadas dos governantes, da vontade dos políticos. O poder descola-se da sociedade política e obtém maior equilíbrio com a sociedade civil. O desejo e/ou necessidade de influenciar e participar do centro decisório do poder está posto e alcança todos os segmentos sociais. É ao nosso entender, resultado do processo de ocidentalização³⁹ – mesmo que precário – da sociedade florianopolitana. A destinação quanto ao uso da Ponta do Coral⁴⁰, defendido por movimentos sociais de um lado para lazer e cultura e por outro, pelo capital turístico, para edificação de luxuoso hotel; da construção na orla insular do Parque Marina da Beira-mar; na aplicação de recursos voltados para a infraestrutura em favor do transporte individual ou coletivo de massa, são tensionamentos que a partir do debate mesmo que pontual refletem e reverberam, em síntese, o debate maior sobre o modelo de cidade. No encarte do Jornal Notícias do Dia do Grupo RIC, lançado no dia 23 de março de 2019 chamado de “Dossiê”, podemos encontrar opinião que ao defender o Projeto Parque Marina da Beira-mar, discorre sobre o modelo de cidade que nos referimos acima. Vejamos:

³⁹ Antonio Gramsci desenvolveu e atualizou teoricamente o momento histórico que sofreu profundas mudanças desde a contribuição decisiva de Marx e Engels. Percebeu existir uma nova materialidade em determinados países. Uma situação complexa que produziu diferenças nas formações sociais que não se reduzem ao geográfico, mas alcança o cultural, o político, econômico enfim são diferenças históricas. Identifica a mudança ocorrida no Estado (Estado amplo - Ocidente) e por conseguinte postula a ideia de revolução processual (guerra de posição) o que se contrapõe a situação do Oriente (Estado estrito) e decorrentemente a estratégia de revolução explosiva (guerra de movimento, manobra, frontal) a exemplo do que ocorrera em 1917 na Rússia.

⁴⁰ Para melhor compreender a importância e história da Ponta do Coral ler: disponível em: <https://pt.scribd.com/document/270687958/Historico-Ponta-Do-Coral> . Acesso em: 30 abr. 2018.

Sem gastar recursos públicos – o projeto foi criado a partir de iniciativas privadas – o empreendimento prevê a construção de uma marina privada para 624 embarcações e 60 vagas públicas, além de um parque urbano com 123 m². Será possível sonhar com uma cidade voltada para o mar e que possa explorar seu potencial náutico e de lazer, inserindo Florianópolis no centro turístico náutico mundial, um segmento que atrai tanto visitantes, quanto novos investimentos. Além disso, o projeto prevê opções para a melhoria da mobilidade urbana, como a integração com uma quarta ponte e um trem de superfície.

O empreendimento também incentivará a construção de outras marinas na ilha. Há centenas de exemplos semelhantes a esse ao redor do mundo e Florianópolis não pode continuar eternamente de costas para o mar, refém de grupos minoritários e atrasados. Todos que já tiveram a oportunidade de visitar outros países ficam espantados com a quantidade de marinas e barcos de todos os tipos circulando.

O Grupo RIC apoia essa nova realidade, que vai gerar empregos, trazer desenvolvimento econômico e colocar a cidade em pé de igualdade com as demais capitais turísticas mundiais.

Cabe destacar a aprovação em 24 de setembro de 2018, do projeto de lei 16.707 de 2016⁴¹ de origem do poder executivo municipal, que autoriza a concessão onerosa de bem público (também ver a redação final no Diário Oficial do Município/DOM de 26 de setembro de 2018, Lei nº 10.437 – ANEXO A) para a construção do Parque Marina da Beira-mar Norte⁴². Para os objetivos a que nos propomos neste trabalho o empreendimento é objeto de necessária e indispensável observação. Em primeiro lugar, por que o tema em si produziu a revelação de concepções sobre o ordenamento sócio-espacial do município de Florianópolis e em segundo lugar, revela também como a relação do poder público e o interesse privado se define, se estabelece.⁴³

Em nosso entender, a escolha da localização de um Parque Marina as margens da Avenida Rubens de Arruda Ramos, mais conhecida como Avenida Beira-mar Norte, está diretamente associada ao interesse imobiliário. Um dos interesses é valorizar ainda mais os imóveis de um dos espaços mais caros e cobiçados da Ilha de Santa Catarina. O empreendimento alcançará 123.000 metros quadrados de área total com 684 vagas para barcos, além de espaço para bares, restaurantes

⁴¹ Disponível em <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/projeto-do-parque-marina-beira-mar-norte-e-aprovado-na-camara-de-vereadores> . Acessado em 18/10/2018.

⁴² A redação da lei do Parque Marina Beira-mar foi publicada no Diário Oficial do Município. Disponível em http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/26_09_2018_18.41.24.c0c98c59bf5984df3774a765887d92e1.pdf acessado em outubro de 2019.

⁴³ A audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Florianópolis comprova o estreito vínculo entre poder público e setor privado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=797fH8j-3EI> acessado em 11/11/2021.

e estacionamento. Em 20 de setembro de 2018 a Câmara Municipal realizou audiência pública⁴⁴ onde o projeto foi defendido e apresentado para tomada de conhecimento. É possível deduzir que o esforço argumentativo vai ao encontro de valores urbanísticos e imobiliários predominantes em detrimento do tema náutico propriamente dito. Na ocasião ressaltou-se ser objetivo do empreendimento o que segue:

- ❖ Resgatar a relação da Cidade com o Mar;
- ❖ Ampliar as opções de lazer na região de maior densidade demográfica da cidade;
- ❖ Gerar empregos e oportunidades com os novos negócios a serem implantados;
- ❖ Favorecer o desenvolvimento náutico do Município;
- ❖ Promover a integração de modais de transporte, como os futuros BRT e transporte marítimo;
- ❖ Incrementar o turismo;
- ❖ Atender a demanda reprimida por este tipo de equipamento que hoje não existe na cidade;
- ❖ Fortalecer as atividades econômicas existentes no entorno como estabelecimentos comerciais, educacionais, de hotelaria, serviços e gastronomia⁴⁵.

Sendo assim, percebe-se que não há nenhuma justificativa que leve em conta e defenda a escolha da localização orientadamente pela primazia do aspecto náutico. Na referida Audiência Pública da Câmara Municipal, representantes da prática do remo, por exemplo, manifestaram o descaso da prefeitura e em especial do IPUF na elaboração do projeto para com o secular esporte náutico do remo. A ideia prevalecente é o interesse, ou ainda, o interesse é a ideia. Os objetivos elencados sustentariam o empreendimento em qualquer outro lugar, município, estado ou país. Fica oculto, na apresentação, o verdadeiro interesse: a supervalorização dos imóveis e da região. O equipamento quando concedido pelo poder público para a iniciativa privada, terá a sua

⁴⁴ Disponível em <http://www.cmf.sc.gov.br/content/audiencia-publica-76> . Acessado em 18 /10/2018.

⁴⁵ Objetivos apresentados na audiência pública de 20 de setembro de 2018 na Câmara Municipal.

infraestrutura de mobilidade urbana instalada em ritmo menor ao do próprio empreendimento. As chamadas “condições gerais” não estarão disponíveis para as exigências requeridas pelo impacto e anunciadas como indispensáveis para seu funcionamento, como mostra historicamente a implantação da infraestrutura urbana em Florianópolis. Isto posto, a região tende a entrar em colapso. A precariedade da instalação do Parque Marina da Beira-mar⁴⁶, sem a devida infraestrutura, consolida a lógica de um método de trabalho cujo princípio está na apropriação privada dos benefícios e na socialização dos ônus, na transferência para a sociedade do caos que gradativamente vai se instalando, empreendimento após empreendimento. A falta de conexão e do relacionamento da infraestrutura urbana se submete ao interesse imperioso do empreendimento privado.

Figura 06: Parque Urbano e Marina da Beiramar/ Florianópolis



Fonte: IPUF.

O debate de ideias sobre o modelo de cidade alcança várias dimensões e inclusive, ganhou espaço nas disputas eleitorais com relevada importância. Nos pleitos de 2012, 2016 e 2020 há um revezamento dos projetos partidários em Florianópolis sem, contudo, quebrar o paradigma conservador e elitista. Exceção feita pela ocasião da vitória da Frente Popular (1992) cujo governo

⁴⁶ Um dos veículos de comunicação repercutiu a declaração do prefeito Gean Loureiro a respeito do Parque Marina da Beira-mar. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/anderson-silva/marina-da-beira-mar-de-florianopolis-tera-beach-clubs-e-area-de-esportes> acessado em 08 de janeiro de 2022.

decorreu entre os anos de 1993 a 1996. A característica marcante do governo popular a despeito dos projetos desenvolvidos em áreas como, cultura, saúde, educação, transporte, saneamento etc., foi o alargamento do processo de participação popular enquanto política de governo; a diminuição efetiva da distância entre o governante e o governado. Este processo teve como “carro chefe” o Orçamento Participativo (OP) e que o professor de Ciência Política da UFSC Remy Fontana bem captou sua importância na introdução do livro organizado pelo ex-prefeito Sérgio Grandó intitulado Florianópolis de Todos:

[...] O Orçamento Participativo não é apenas a desprivatização/publicização do orçamento estatal. Pretende ser uma nova forma de ser da organização de massas, um novo instrumento autônomo da luta política popular”. Reconheça-se ser este processo ainda incipiente, dar-se num plano reduzido, quase laboratorial; entretanto, o que ele porta como promessa de incorporação institucional das massas e de socialização da política e do poder, poderá abrir caminhos para a construção de uma nova hegemonia. Esta se constrói na prática. E desta prática, os orçamentos participativos tem se constituído num dos principais instrumentos de confronto e alargamento dos estreitos limites da democracia representativa, e de instituição progressista da democracia participativa. (FONTANA 2000, p. 42-43).

No entanto, os governos que sucederam a Administração Popular (1993-1996) não deram continuidade à experiência de participação social por meio do Orçamento Participativo.

O debate sobre o modelo de cidade esteve largamente exposto na disputa eleitoral de 2012. Por exemplo, o candidato vitorioso (César Souza Jr. – PSD), assumiu abertamente a bandeira contra o processo de urbanização verticalizado e desenfreado. Constituiu, por conseguinte, um elo programático com interesse difuso de um contingente social expressivo disposto a refletir sobre os impactos ambientais do processo de urbanização. A campanha eleitoral saiu do trivial saúde, educação e segurança para também atingir elementos outros, definidores da qualidade de vida como mobilidade urbana e ocupação e uso do solo. Atentemos para o trecho do programa de televisão do candidato vitorioso no pleito de 2012.

Florianópolis, uma cidade linda que cresce sem controle. A cada dia novas dúvidas surgem no horizonte. Como preparar a cidade para o futuro? Será possível crescer sem perder qualidade de vida? A cidade quer se desenvolver, mas sem perder sua identidade. Porém nos últimos anos assiste impotente a um outro cenário. A construção civil toma conta de todos os espaços que encontra. O concreto avança. As áreas de lazer desaparecem. A violência toma conta. O trânsito trava. Morar passa a ser um problema. Os imóveis ficam cada vez mais caros e cada vez menores. Obrigando milhares de pessoas a morar em lugares cada vez mais distantes e menos seguros. Não há estudos para medir o impacto que essa exploração provoca nas ruas, no saneamento, no abastecimento de água. Não há fiscalização, controle. Apesar disso, em 2011, a prefeitura autoriza a construção de 147

novos prédios na cidade. 147 em um só ano. É o maior volume de toda a nossa história. A cidade, próxima de seu limite quer mudança. Um novo rumo. Uma nova atitude. Florianópolis quer voltar a ser uma cidade verdadeiramente mais humana” (Programa César Souza, 2012)⁴⁷

É curioso como um “plano de marketing eleitoral” assume uma concepção de cidade que propõe a sua humanização quando, a história dos vínculos políticos e econômicos do candidato e dos partidos que compunham a coligação eleitoral são bastante adversos do conteúdo da propaganda televisiva. Ideias certas na política errada?

Em suma, a ideia é influente no fazer da cidade e elemento indispensável para compreender a história e a específica realidade florianopolitana. E se na cidade há capital acumulado em grande escala e vastos elementos componentes das condições gerais para a sua acumulação, há também nas ideias que disputam a cidade um conteúdo de classe. Mesmo quando as ideias que movimentam o interesse do capital são ideias imediatas, relacionadas ao “interesse raso” da valorização do capital e sem um conhecimento mais amplo e profundo, essas ideias expressam a necessidade intrínseca da valorização capitalista. Não porque tratadas de maneira fragmentada, setorizada, curtoprazistas, desconexas e eminentemente anárquicas deixam de expressar a ideia do capital. Ao contrário, a natureza do capital é a anarquia da produção e por decorrência tenciona para uma anarquia também urbana. Se o Estado cumpre função contratendente na dinâmica do capital, a ele também é imputada importância estratégica na função reguladora da cidade. Nos dias atuais, quando o capital está em crise, a situação se agrava decorrente da crise não menos importante do urbanismo. Perguntar o que fazer com a iminência do colapso das cidades se confunde com perguntar o que fazer para evitar o colapso do capital.

A disputa de ideias decorre também no desenvolvimento de campanhas, pautas e projetos. São exemplos recentes dessas campanhas, pautas e projetos o incessante ataque à empresa pública municipal de Florianópolis de coleta de resíduos sólidos – COMCAP (Companhia de Melhoramentos da Capital)⁴⁸, que foi transformada em 2017 em autarquia e desmantelada por sucessivas ações do governo municipal abrindo espaço para privatização do serviço de coleta de

⁴⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rByRSxqgeMc> acessado em: 16 de fevereiro de 2018.

⁴⁸ O Jornal Notícias do Dia do Grupo RIC lançou em 23 de março de 2019 um documento cujo título é: Dossiê. Neste caderno de encarte, mais precisamente no seu Editorial – A Cidade que Precisamos Ser, temos: “Também não podemos continuar refêns de uma autarquia como a Comcap, responsável por um déficit mensal nas contas do município, fazendo com que cada morador pague caro pelo prejuízo de um modelo de empresa pública vencido.”.

resíduos sólidos para a empresa Amazon Fort⁴⁹. A grande mídia⁵⁰ atuou de maneira a promover a ideia de serviço caro, ineficiente e de que o município se tornou refém das greves promovidas pela categoria com seu sindicato (SINTRASEM) e apoiou e pressionou o governo municipal em favor da privatização, o que até a presente data (janeiro de 2022) alcançou parcialmente o objetivo.

Outra campanha que convém apontar e vem sendo desenvolvida desde meados dos anos 80 é a produção no imaginário popular de que a cidade de Florianópolis sempre esteve de costas para o mar. Esta campanha traz consigo o desejo de setores do empresariado em estabelecer grandes empreendimentos hoteleiros a exemplos do Costão do Santinho Resort⁵¹ na orla da Ilha de Santa Catarina principalmente.

Convém também ressaltar que as estratégias para a acumulação capitalista e de promoção do ideário burguês tratam de trabalhar, promover a noção de futuro. Esse esforço é produzido a partir de narrativas de desenvolvimento que deve ser alcançado para o “bem de todos” vez que, o resultado seria compartilhado com impulsionamento de pequenos negócios, geração de emprego, crescimento da arrecadação de impostos etc. Exemplos dessa estratégia, de a partir do presente projetar o futuro, é o Projeto Jurerê Internacional 2050⁵² bem como, o próprio documento coordenado pela Associação FloripAmanhã cuja publicação é resultado dos esforços de projeção do futuro a partir de 2008 e revisto em 2016 intitulado Floripa 2030 (Figura 07).

⁴⁹ Para conhecer o grupo empresarial que gradativamente se instala em Florianópolis para substituir a COMCAP acessar seu próprio *site*: disponível em <https://grupoamazonfort.com.br/> acessado em 12 de dezembro de 2021.

⁵⁰ O jornal Notícias do Dia produziu e publicou em 28 de outubro de 2015 um dossiê sobre a COMCAP disponível em <https://ndmais.com.br/noticias/dossie-comcap-empresa-e-mais-cara-e-menos-eficiente-em-comparacao-com-outras-em-santa-catarina/> acessado em 12 de dezembro de 2021.

⁵¹ O *site* do Costão do Santinho Resort se visitado permite entender as dimensões do empreendimento. Disponível <https://www.costao.com.br/o-resort> acessado em dezembro de 2021.

⁵² O projeto Jurerê Internacional 2050 pode ser visto a partir da projeção de uma animação gráfica disponível em https://www.youtube.com/watch?v=tw_1ELFLYJo acessado em 12 de dezembro de 2021.

Figura 07: Praia de Jurerê Internacional



Figura 08: Projeção do Projeto Jurerê Internacional 2050



As imagens projetadas na animação eletrônica do mega empreendimento do Grupo Habitasul, disponível no canal do YouTube veem acompanhadas de uma trilha sonora e um texto promocional falando em ecossistema equilibrado, harmonia, azul do mar, verde da mata. Ou seja,

valores, ambientes e estilos de vida cada vez mais ameaçados e ao mesmo tempo elitizados em vias de uma guetização burguesa.

Figura 09: Capa do documento Floripa 2030

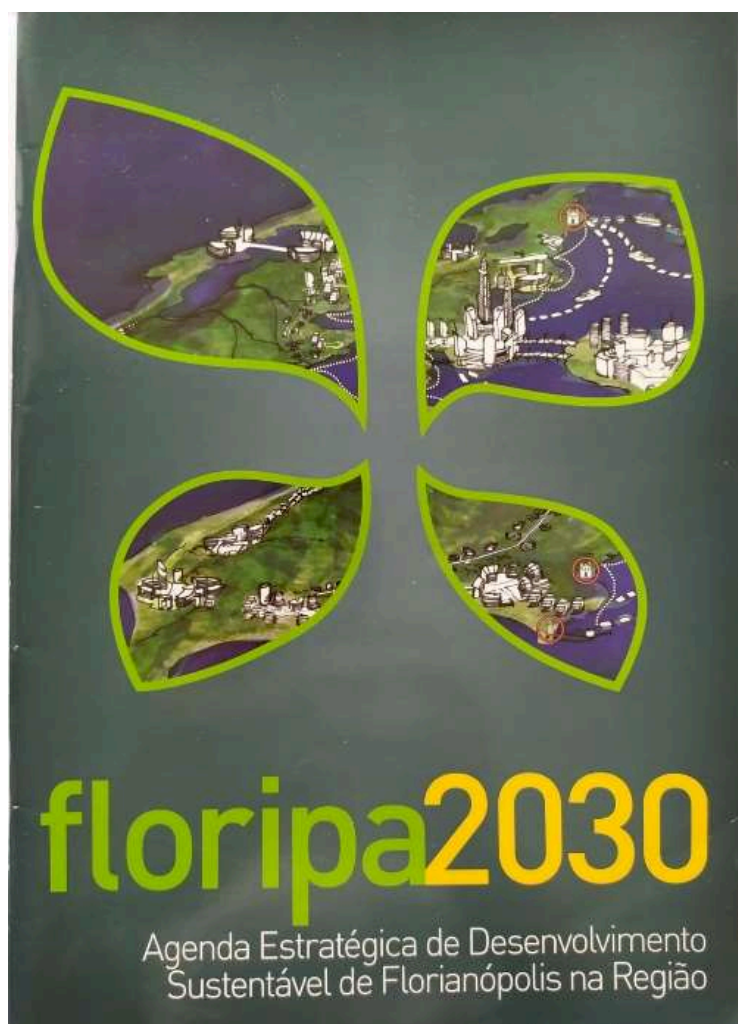


Figura 10: Vista panorâmica do Costão do Santinho Resort



Fonte: Costão do Santinho Resort

III.4. O PENSAMENTO DA CLASSE HEGEMÔNICA EM FLORIANÓPOLIS POR SEUS AGENTES

O Laboratório de Planejamento Urbano - Cidade e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), produziu uma série de entrevistas com agentes sociais relevantes que incidem no processo de desenvolvimento político, econômico, social e urbano do município de Florianópolis. Estas entrevistas seguiram o mesmo questionário, com as mesmas perguntas dirigidas aos entrevistados e ocorreram no primeiro quadrimestre de 2021. Tivemos acesso a três destas entrevistas com importantes personagens florianopolitanas. São elas: Zena Becker (entrevistada em 25 de fevereiro). Carlos Berenhauser Leite (entrevistado em 23 de março) e Anita Pires (entrevistada em 08 de abril). Na ocasião em que as entrevistas foram realizadas as referidas personalidades ocupavam os seguintes cargos respectivamente, Coordenação do Movimento Floripa Sustentável, Diretor de Desenvolvimento Urbano do SINDUSCON, Presidente da Associação FloripAmanhã.

Como se observa, o referido Questionário é composto por nove perguntas⁵³ que foram formuladas com o propósito de colher a maneira de pensar e agir sobre o curso do desenvolvimento do município de Florianópolis. Percebe-se que são perguntas que abordam questões abertas e relativas a vários aspectos tais como a importância das instituições públicas (Câmara de Vereadores, Prefeitura e outros); questões sobre o meio ambiente; sobre os limites do crescimento do município; o conflito entre os diversos agentes sociais, suas interações e alianças e inclusive a forma de entender e projetar o motor econômico do município. Dele se obteve um resultado precioso de três importantes personagens referências que lideram Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial. Representam a um só tempo o acúmulo coletivo de suas instituições mas também suas próprias ideias e convicções forjadas em suas militâncias. Pelo o grau de articulação política, econômica e social, os três entrevistados representam de forma sintética e historicamente determinada o pensamento da classe hegemônica. Aí reside a motivação de nossa pesquisa. Afinal, nosso objeto de trabalho é um estudo de caso sobre a forma de pensar, sobre os impasses e perspectivas das concepções de cidade em Florianópolis.

Perguntas, respostas e análise

O Roteiro de Perguntas (RP) abre com uma questão importante no sentido de questionar o Estado da Arte sobre o pensamento de agentes vinculados a alguns APHEs constitutivos da sociedade florianopolitana.

A primeira pergunta foi: O (A) Senhor(a) tem pensado sobre o futuro de Florianópolis e quais são suas conclusões? A resposta para esta pergunta foi variada. Enquanto as representantes da Associação FloripAmanhã (Anita Pires) e do Movimento Floripa Sustentável (Zena Becker) se ativeram em expor os processos de aglutinação de especialistas de todos setores e construção de redes para trabalhar e pensar planos para a cidade e ao mesmo tempo apontando alguns resultados, o diretor do Sinduscon (Carlos Leite) preferiu fazer um balanço do desenvolvimento da cidade nos últimos 50 anos. Observemos.

Zena Becker afirma que:

⁵³ O questionário em sua íntegra encontra-se no APÊNDICE E.

[...] Já em 2007 a gente fez uma oficina de desenho urbano para desenhar a orla. Nós reunimos cerca de 70 arquitetos, dois finais de semana inteiro, um deles inclusive na UFSC, já para desenhar e pensar a orla para que quando o poder público vai fazer alguma interferência a gente tem pelo menos um conceito do que foi sugerido pela aquela equipe. Isso tem sido não obedecido, que não é a palavra correta, mas tem sido respeitado bastante as ideias que a gente pôs naquela época [...]

[...] A gente dividiu a cidade em cinco segmentos, a costa na verdade, e foram feitas oficinas e definidos naquela área o que a população queria [...]

[...] quando eu fui para a Secretaria de Turismo, e fiz a BMI do projeto da marina que hoje já tá começando e eu realmente fiz a BMI e o projeto, a licitação, botei a lei na Câmara e o Gean então aprovou a lei e fez a licitação [...]

Por sua vez a presidente da Associação FloripAmanhã, senhora Anita Pires, ao responder a mesma pergunta afirma:

[...] A FloripAmanhã e a gente fazendo parte da coordenação dessa OSIP, que já vai fazer 17 anos e foi fundada para ser um laboratório para pensar a cidade. Então isso sempre nos joga para pensar o futuro. [...]

[...] O primeiro exercício que a gente conseguiu registrar desse processo para pensar o futuro é o Floripa 2030 que está publicado no *site* do FloripAmanhã. Faz mais de dez anos, não me lembro bem, a conseguiu pensar Floripa 2030 com mais ou menos umas cem entidades públicas e privadas e com o auxílio de uma consultoria muito boa na área de desenvolvimento regional foi escrito então essa pequena revista que é muito importante se tomar conhecimento dela. Ali a gente trabalhou as fragilidades e também os grandes potenciais que Florianópolis tem. [...]

O diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil, Carlos Berenhauser Leite, diante da pergunta inicia fazendo uma contextualização do processo de desenvolvimento do município de Florianópolis. Avalia os diferentes momentos de desenvolvimento, demonstra seu entendimento a respeito da sucessão de leis municipais de regulação fundiária em especial os Planos Diretores. Vejamos:

[...] Florianópolis tinha uma outra dinâmica a 40, 50 anos atrás. E hoje quando se enxerga Florianópolis com mais de 500 mil habitantes fazendo parte de uma região metropolitana conurbada com mais de um milhão de habitantes seguramente, se vê que em 40 anos mudou muita coisa. E o que acabou acontecendo? Nós de alguma maneira não soubemos aproveitar esse momento dessa transformação e organizar o nosso futuro de hoje que é o nosso presente[...]

[...] Esqueceram de enxergar a realidade fundiária do município. Eram grandes propriedades principalmente naquela região dos Ingleses e Rio Vermelho de famílias da região e que naquela época as famílias tinham na média 5, 6, 7 algumas com 10 filhos e qual era a tendência? A partir do falecimento do pai se abria um processo de sucessão e tinha que ser feita uma divisão de terras e em alguns momentos, eram feitas em vida, e

qual era o critério? Olha, tem que deixar um pedaço de terra para cada um dos filhos então pega um terreno, divide em dez e todos tem que ter frente pra rua. Então, ficaram uma série de tiras de terra. [...]

[...] Além do que Florianópolis começou efetivamente a ser conhecida e a procura pela ilha começou aumentar e isso é um movimento inexorável, não adianta, por mais que as pessoas queiram dizer que se consegue regerar mercado com legislação, isso aí se consegue regerar mas não se consegue parar e a pressão para a necessidade de novas moradias na ilha acabou acontecendo e nós perdemos uma oportunidade de fazer com essas regiões pudessem ser desenvolvidas dentro de um regramento que fosse razoável, ou que fosse compatível com aquilo que realmente estava acontecendo e que iria acontecer e que efetivamente aconteceu na ilha. [...]

Analisando as respostas é possível perceber características diferentes entre os entrevistados. No entanto, ressalta-nos que partem de um ângulo de percepção bastante similar. As representações da Associação FloripAmanhã, do Movimento Floripa Sustentável, bem como, do Sinduscon pensam e falam querendo se colocar na condição de representantes universal da sociedade. Porém, as primeiras são bem mais ofensivas e sofisticadas no exercício da exposição de suas ideias. Sofisticadas porque lidam no tênue limite de uma contradição profunda da sociedade capitalista vez que, exercem uma retórica supra classes sociais buscando afirmar suas ações como se fosse para o bem geral de todos. Tanto a Associação como o Movimento, colocam-se como centros de aglutinação de inteligência, portadores de capacidades organizativas e construtoras de redes amplas da sociedade.

Outra pergunta feita e que consideramos importante as respostas foi: O (A) Senhor (a) reconhece existir limites para o crescimento do município? E se existem, quais maneiras de conter esse crescimento?

Zena Becker

[...] Nós não temos dúvida nenhuma que ter limites é organizar as centralidades e verticalizar. O mundo inteiro está fazendo isso. Em 2019 eu reuni um grupo de arquitetos e empresários que foram fazer um passeio em Kopenhagen, o Ghel, o Ghel hoje é o arquiteto mais renomado no mundo, ele é um senhor já de 80 anos, e ele recebeu essa equipe, eu não pude ir porque meu marido estava na lista de transplante e eu não podia sair de Florianópolis, mas organizei o grupo e o grupo foi, foi a esposa do prefeito que é arquiteta e tal e na época eu não tava podendo viajar; pra eles olhares como que faz a moradia interferindo com o meio ambiente adensando, porque se a gente não adensar, não tem como Florianópolis continuar como tá o sul da ilha com residência baixa, fica muito, muito cara a infraestrutura, né? De posto de saúde, de escola, de estradas, de segurança, de recolhimento de lixo, esgoto, isso fica caro demais e mata o meio ambiente, porque se você pega um terreno, vamos aqui simular, de 1000 metros quadrados e diz assim, aqui pode ser construído 10%, cem metros, e você pode fazer até cinco andares, o entorno tem que ser todo preservado com mínimo possível de asfalto para poder ter a drenagem, nas

normas tá? A hora que tu adensa tu vai morar num prédio, é verdade, só que tu tem aí 900 metros de área preservada né? Isso que a população precisa entender, que o adensamento e a verticalização é indispensável prum desenvolvimento sustentável, indispensável, porque vai morar mais pessoas em menor espaço preservando mais o meio ambiente. [...]

Carlos Berenhauser Leite

[...]Óbvio que tudo tem que ter um limite, não tenho dúvidas. Só que para nós entendermos qual é o nosso limite precisamos conhecer a nossa cidade, as nossas necessidades, as demandas e as alternativas possíveis de serem utilizadas para organizar esse desenvolvimento e permitir chegar no limite daquilo que realmente é o limite real das coisas e não o limite imaginário que alguém posso querer impor pela sua vontade. [...]

[...] Quando nós fazemos um aterro como o Aterro da Baía Sul depois o Aterro da Via Expressa Sul o tipo de utilização que hoje é dado ali é uma subutilização onde a priorização é só para como sistema viário, quando outras atividades poderiam estar sendo desenvolvidas ali para melhorar a nossa condição de vida. Olha o aterro da Baía Sul e olha o Maciço do Morro da Cruz. Nós temos um monte de gente amontoadada embaixo que poderia ser área de lazer dessas pessoas e não é. Por quê? Porque tem uma desconexão, está faltando fazer essa ligação. Uma das coisas que me preocupa é o Aterro da Via Expressa Sul será que nós vamos repetir o mesmo erro que acabou sendo repetido aqui. [...]

[...] A questão dos limites para Florianópolis sem dúvida, em algum momento vai ter que ter um limite. Mas qual é esse limite? Isso é que tem que ser discutido. [...]

[...] A lei 482/2014 abriu a janela de oportunidades para que se possa pensar a continuidade de desenvolvimento da ilha. Não é essa questão que vai crescer ou não. Que vai crescer não tem dúvida. [...]

[...] Então, a discussão que se tem que ter é em relação: existem Áreas de Urbanização Especial no município que tem um objetivo previsto lá no Plano Diretor então a discussão do que vai ser feito, como vai ser feito, como essas áreas serão ocupadas é que tem que ser aquela questão que eu falo, discutir o conteúdo em detrimento as vezes da forma porque a grande oportunidade que nós temos agora é isso, inclusive essas Áreas de Urbanização Especial se forem cotejadas com Plano Diretor dos Balneários, muitas delas eram as antigas Áreas de Exploração Rural que existiam naquele plano ainda da década de oitenta, o Plano Diretor dos Balneários de 1985. Acho que esse é o ponto. Nós temos que pensar o futuro, não é que ele está vindo, ele já chegou. E o que nós temos que decidir é de que maneira nós vamos enfrentar esse futuro, vamos estar preparado para esse futuro, o crescimento é inexorável. [...]

[...] não cabe a nós dizer quanto vai crescer ou não. Cabe a nós estarmos preparados para deixar a cidade de receber esse crescimento. Hoje nós temos uma milhão de habitantes na região metropolitana, boa parte desses habitantes onde vão ter seus momentos de lazer? Nas praias de Florianópolis, nas praias insulares. O que acontece? Olha esses congestionamentos monstros que nós temos, as pessoas vem trabalhar em Florianópolis, a questão do próprio planejamento urbano de Florianópolis transcende o município de Florianópolis e de alguma maneira tem que efetivamente a começar a ser feito pensando na região metropolitana principalmente nas áreas já conurbadas e preferencialmente também pensando nas áreas que ainda não estão conurbadas mas que um dia estarão. Antigamente ir a Tijucas era uma viagem hoje praticamente tu estás quase dentro da cidade. Pelo menos até ali a quase lá São Miguel e chegando na entrada de Governador Celso Ramos é quase tudo a mesma coisa e antes era uma viagem ir a Tijucas. [...]

O **roteiro de perguntas** segue questionando elementos importantes de uma cidade viva, real. Uma das perguntas que suscitou desta vez uma resposta uníssona entre as (o) entrevistadas (o) foi: O(A) Senhor(a) vê forças políticas e sociais que se opõem a esse entendimento de futuro? Quais as principais divergências e quais essas forças sociais e políticas?

Zena Becker

[...]Tem, tem umas forças sim. Temos grupos e algumas entidades, poucas, muito poucas, que entendem que a cidade não pode crescer mais, não deve sair da horizontalidade, o problema é que assim, se continuarmos com essa teoria de não fazer mais nada, de Florianópolis não crescer seus filhos e seus netos não teriam onde trabalhar e onde morar é isso que a gente quer? Aí é que tá, uma das coisas que eu sempre briguei, nós precisamos do Plano Diretor definir o que eu quero ser quando eu crescer. Eu quero ser uma cidade bucólica? Pequena? Não entrar mais ninguém, mas também não ter emprego e renda? Perfeito. Eu quero ser uma cidade turística? Preciso planejar esse turismo. Eu quero ser uma cidade tecnológica? Tecnologia e turismo se aliam juntos perfeitamente porque tecnologia não faz volume, o turismo faz volume, né? Então, pode caminhar juntos perfeitamente bem, mas para isso, eu preciso definir o que eu quero. Não pode meia dúzia dizer que tem que ser pro turismo e uma outra meia dúzia ficar puxando para trás e maltratando o turista e dizendo que o turismo não é bom. [...]

Anita Pires

[...] Bom, a gente já teve uma situação muito pior. Nós tivemos durante muitos anos os a favor e os contra o desenvolvimento. Existem pessoas que chegaram aqui, atravessaram suas casas lá no interior da ilha, as vezes até em lugares que não podiam e hoje são contra a chegada de outras pessoas, são contra o desenvolvimento, contra o turismo, porque o turismo atrapalha, o supermercado fica mais caro, a cidade fica cheia de gente enfim, e tem também o movimento que melhorou bastante, que acalmou vamos dizer assim, que é o dos ambientalistas radicais, ambientalistas todos nós somos, hoje não dá para você pensar um cidadão que não seja um ambientalista, mas tem os radicais que não querem nada, querem que a ilha continue sendo do jeito que tá, que não cresça e nós temos um debate muito grande no que diz respeito ao Plano Diretor que é a questão das edificações. Existem um grupo muito forte que não quer que Florianópolis tenha prédios com mais do que quatro andares. Se você não joga para cima, os prédios, que acolhem um número maior de moradores você começa a espriar a cidade e quando você espriar a cidade você passa a ter muitos problemas de locomoção de logística etc. [...]

Carlos Berenhauer Leite

[...] Durante muito tempo aqui em Florianópolis havia os que eram a favor e os que eram contra. A trinta anos atrás, inclusive, chegou a ser feita uma campanha os Contra Florianópolis, mas porque isso aí? Foi uma forma naquele momento de expressar de que havia um radicalismo em querer proibir tudo em Florianópolis, então quando existe um radicalismo de um lado acaba gerando oportunidade para um radicalismo do outro, quando na realidade, o que eu percebo e falo com muita tranquilidade, é que nós evoluímos muito nessa discussão porque todos nós queremos no fundo, no fundo a mesma coisa, viver da melhor maneira possível seja em relação ao meio ambiente, ninguém quer morar num lugar degradado, seja tendo condições econômicas e financeiras para isso aí. O objetivo é comum, o que existe provavelmente a forma de enxergar de como se chega lá. Tem gente

que acha que a maneira de chegar lá para ter uma vida tranquila é não deixar a cidade crescer mais.
[...]

A opinião dos entrevistados reconhece existir maneiras de conceber a cidade de maneira distinta. Desenvolvem uma narrativa a partir do entendimento de quem discorda de sua maneira de pensar é automaticamente taxado de ser contra o desenvolvimento da cidade, de ser radical, de proibir tudo etc. A campanha a que se refere Carlos Berenhauser Leite merece maior registro e detalhamento (ver Figuras 8 e 9). Ela foi lançada e patrocinada por um *pool* de entidade empresarias, amplamente veiculada nos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais e outdoors) e foi planejada pela agência de publicidade AS Propague. Um de seus proprietários era o famoso publicitário regional Roberto Costa que durante as comemorações do décimo aniversário da Associação Florianópolis em Sessão Especial no dia 12 de novembro de 2015 na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) também foi o orador oficial e assim relatou:

[...] No início da década de 90, algumas também dessas pessoas, estavam no auditório da Portobelo, ali na Rua Dib Mussi, pra criar um movimento chamado "Amigos de Florianópolis" que desenvolveu uma ampla campanha para cobrar os empreendimentos necessários para o crescimento sustentável da cidade. Empreendimentos que, naquela época, estavam travados em algumas esferas, comandadas pelos chamados "do contra". Os contra ao Centro de Convenções, contra as marinas, contra os hotéis da orla, contra a Beira Mar Sul, contra o Pólo de Informática, contra o Centro Desportivo do SESI, que acabamos perdendo para Blumenau. Enfim, foi uma campanha brilhante, com textos brilhantes do, outro apaixonado pela cidade, Sérgio da Costa Ramos, que mostrava outras cidades do mundo que tinham esses equipamentos e prosperavam em plena harmonia com o meio ambiente. Infelizmente alguns desses empreendimentos ainda continuam emperrados pelas forças ideológicas fundamentalistas, às vezes com desculpas histriônicas do tipo: "temos que proteger os golfinhos-cinza, os baiacus, as estrelinhas do mar, as piavinhas, os catadores de berbigão e os índios importados do Paraguai". Hoje, essas forças continuam agindo, seja impedindo que os nossos pescadores artesanais vendam peixe fresco para as peixarias, ou quando querem derrubar imóveis centenários, na beira da Lagoa como por exemplo o Restaurante Oliveira que tem. Está lá há 57 anos. Também cometem outros exageros que ameaçam e inibem os poderes constituídos e democraticamente eleitos pelo povo. (COSTA, 2015, TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO)

As peças publicitárias da agência de propaganda AS Propague tratavam de fazer comparações entre Florianópolis e outras cidades internacionais de modo a contrastar e escandalizar as realidades. A seguir, para exemplificar, vale atentar para duas dessas peças.

Figura 11: Peça publicitária AS Propague - Ponta do Coral

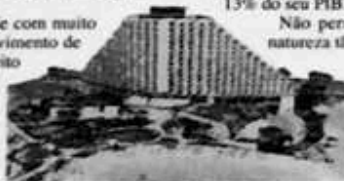
IMAGINE SE A PONTA DO CORAL MUDASSE PARA ACAPULCO.



Se, por uma licença geográfica, a Ponta do Coral se mudasse para Acapulco, à beira do Pacífico, com toda certeza teria deixado de ser um terreno baldio dominado pelo mato e pela margamália.

Em Acapulco, a comunidade defende com muito zelo o seu maior patrimônio: o desenvolvimento de uma rentável indústria do lazer, com respeito à natureza, distribuição de renda e nível de emprego sempre elevado.

A cada quilômetro de sua orla marítima, Acapulco tem um hotel internacional com todo o equipamento necessário ao saneamento e a preservação



ambiental.

Um caso de amor perfeito entre ecologia e indústria do turismo, que permite ao México faturar 35 bilhões de dólares, 13% do seu PIB.

Não permita a imobilidade do patrimônio que a natureza tão generosamente nos deu à Ilha.

Na conta corrente dos parasitas prevalece sempre o mato, o atraso e a indiferença. Como a Ponta do Coral, onde deveria estar o maior e mais importante hotel da cidade.

Fique a favor da cidade contra os que são do contra.



Assinatura de Florianópolis

Figura 12: Peça publicitária AS Propague – Ponte Hercílio Luz

O QUE HÁ EM COMUM ENTRE A HERCÍLIO LUZ E A GOLDEN GATE?



Ponte pênsil, cartão postal da cidade que fica entre o mar e as montanhas. Atravessa o estreito entre baías e liga o centro aos distritos. Mary Country é o "Estreito" de San Francisco. A ponte americana é cinquentona. A catarinense é sexagenária.

A vista da Hercílio Luz, observada do Morro da Cruz, é magnífica. Igual à Golden Gate vista do Telegraph Hill.

Como em San Francisco, é muito comum que os visitantes deixem seu coração em Florianópolis, fascinados por uma das mais atraentes cidades do mundo. Mas as semelhanças param por aí.

A Golden Gate está viva. A Hercílio Luz está aposentada. Em San Francisco, a indústria do turismo financia sua superior qualidade de vida.

Em Florianópolis, o obscurantismo conspira contra a indústria do lazer e contra a modernidade. Uma cidade é um importante pólo turístico e financeiro. Outras está ameaçada de se transformar num pólo de imobilismo.

Fique a favor da cidade contra os que são do contra: contra a Marina, contra o Centro de Convenções, contra os hotéis da orla, contra a Beira-Mar Sul, contra o Centro Desportivo do SESI, contra o Pólo de Informática.



Amigos de Florianópolis

III.5. A REVISÃO DO PLANO DIRETOR COMO MOMENTO ESPECIAL DE VIABILIZAÇÃO DO CAPITAL

No ano de 2020 no Brasil estavam programadas as eleições municipais para renovação dos gestores públicos tanto dos poderes executivos como também dos poderes legislativos de mais de cinco mil municípios. Em Florianópolis estiveram presentes várias alternativas, naquela disputa eleitoral. Desde a candidatura tradicional como no caso de Ângela Amin (PP) e seu candidato a vice-prefeito João Batista (PSDB) passando por uma aliança do campo democrático e popular (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB e Rede Sustentabilidade) com Elson do PSOL e Lino do PT como candidatos a prefeito e vice-prefeito respectivamente, até por candidatura de Pedrão pelo PL por exemplo e inclusive a candidatura do titular na época. O resultado foi a reeleição em primeiro turno do candidato do partido Democrata (DEM) Gean Marques Loureiro com seu vice-prefeito Topázio Neto (Republicano).

No entanto, não se tem registro que já no primeiro mês do novo mandato (2021-2024) um prefeito tenha feito convocação extraordinária do poder legislativo e na pauta inserido uma proposta de lei para a revisão do plano diretor de seu município. Porém, este fato aconteceu em Florianópolis em janeiro de 2021. O que move uma decisão dessa magnitude? A necessidade imperiosa de um município que por circunstâncias concretas deveria e a revelia de processos participativos e da legislação vigente aprovar nova legislação municipal para ordenamento territorial? Ou, aproveitar o resultado “quente” das urnas e atender imediatamente o compromisso assumido em campanha com determinados setores da sociedade? De qualquer sorte, o que sucedeu em Florianópolis a partir de janeiro de 2021 se constituiu em oportunidade ímpar para nossa pesquisa. Nela ficou acentuado o debate sobre as ideias em torno das propostas e concepções do desenvolvimento da cidade. Na proposta apresentada em janeiro de 2021 que chegou a ser votada na câmara municipal como também na minuta que passou a circular publicamente em dezembro de 2022 tem-se visões do que se pretende para o futuro da cidade. Podemos citar: uma proposta que prevê verticalização em vários lugares da cidade por meio de incentivos e aumentos de índices de construção; flexibilização no uso e ocupação do solo mantendo-se o zoneamento da lei anterior mas alterando os seus usos; enfraquecimento sobre maneira do poder dos técnicos em detrimento da centralização e aumento do poder nas mãos do Chefe do Poder Executivo; viabilização de

projetos empresariais específicos dentre outras questões. As ações que decorrem no período pós eleitoral no tocante as iniciativas para a Revisão do Plano Diretor acusam as relações e compromissos do prefeito reeleito com um seguimento empresarial ávido em desregular a legislação urbana municipal. A coalizão político empresarial vitoriosa na eleição, declarou por meio dos conteúdos das propostas sua adesão e inspiração ao ideário neoliberal. Aqui, vamos detalhar os “momentos chaves” desse processo apontando seus impasses políticos, administrativos e jurídicos. Vejamos o que aconteceu.

Compromissos e ilegalidades

A lei federal de número 10.257 de 10 de julho de 2001, também conhecida como Estatuto da Cidade, determina em seu parágrafo 3º do artigo 40 que: “a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.” (Estatuto da Cidade, 2001). Pois bem, em Florianópolis a lei que instituiu o plano diretor é a Lei Complementar de número 482 de 17 de janeiro de 2014. Sendo assim, o prazo estabelecido pelo Estatuto da Cidade impõe ao município de Florianópolis o prazo último de até 2024 para rever suas definições e diretrizes urbanas e espaciais. Estas são exigências e regulamentações fundamentais, mas que não terminam por aí. Ainda sobre a regulamentação para instituir ou revisar planos diretores dos municípios brasileiros há um conjunto de leis e resoluções infraconstitucionais. Dentre elas destacamos a Resolução nº 83 do Conselho da Cidade (ConCidades) de 08 de dezembro de 2009. Esta resolução merece especial destaque porque além de reforçar o que também está estabelecido em Resoluções anteriores, fala explicitamente sobre os casos de revisão de plano diretor em tempo menor do que dez anos. É o caso do que está disposto em seu artigo 6º vejamos:

“Art. 6º Quando houver interesse do Município em promover a revisão ou alteração da lei do Plano Diretor em prazo inferior ao estipulado em lei, recomenda-se que a proposta de revisão ou alteração seja precedida de estudos que justifiquem sua necessidade, atentando para o disposto no Estatuto da Cidade. (Resolução nº 83 ConCidades)

Quando o artigo 6º se refere em “atentando para o disposto no Estatuto da Cidade”, vale ressaltar dentre tantas questões relevantes nele contida, o processo participativo. Exatamente é

sobre a questão da participação popular que vamos nos ater. Essa questão é rica, fértil para elucidar o jogo e os interesses que se conflitam na disputa do território florianopolitano.

O tema plano diretor é por si complexo, vez que busca regulamentar o uso do território e nele (território) há conflito exposto de interesses variados. Mas além de sua natureza complexa, há uma tecnicidade embutida que impõe uma especial atenção, dedicação, tempo, conhecimento de regras legais e legislativas, bem como, um refinado acompanhamento do seu processo.

Em Florianópolis o debate sobre a Revisão do Plano Diretor (RPD) nasceu em janeiro de 2021 e de maneira controversa. Importante notar que também foi em janeiro de 2014, em pleno período de atividade da temporada de verão em Florianópolis e férias escolares, que a Lei Complementar 482 foi aprovada na Câmara Municipal. Nos atendo aos fatos recentes vamos descrever “momentos chaves” desse processo e que são reveladores da concepção de democracia, métodos de debates, compromissos e ilegalidades que envolveram agentes públicos e conceito de cidade principalmente.

O primeiro Momento

A primeira tentativa para viabilizar a Revisão do Plano Diretor (RPD) aconteceu em janeiro de 2021. Portanto, à revelia do processo democrático e participativo estabelecido em ampla base jurídica, vejamos: o reeleito em primeiro turno da eleição municipal florianopolitana de 2020, prefeito Gean Marques Loureiro (DEM), convocou extraordinariamente a Câmara Municipal de Florianópolis para sumariamente nos primeiros dias da nova legislatura (mês de janeiro de 2021) apreciar e votar seis projetos, dentre eles, a Revisão do Plano Diretor. Os vereadores estavam recém empossados (a posse aconteceu em 1º de janeiro de 2021) e se vivia em pleno período de Pandemia COVID 19; as sessões legislativas desde março de 2019 estavam regulamentadas por uma Resolução Especial para funcionamento virtual em período pandêmico, longe da pressão popular, e mesmo assim, com todas as dificuldades de funcionamento o prefeito tentou a aprovação da Revisão do Plano Diretor. O referido projeto de lei do prefeito Gean Loureiro (DEM) foi a voto precisamente em 27 de janeiro de 2021. A tramitação da matéria foi completamente irregular, ilegal. O Plano Diretor por ser matéria codificada e com exigência de tramitação em regime

especial, regulamentada inclusive pelo artigo 336 da própria Lei Complementar 482, recebeu em 19 de janeiro de 2021 Parecer Instrutivo da Procuradoria da Câmara Municipal de Florianópolis subscrito pelo Dr. Procurador Marcelo Machado (Anexo A) pela improcedência de tramitação cuja conclusão leva os seguintes termos:

Embora a matéria tenha sido encaminhada com várias tabelas que apontam para alterações pretendidas, não se observa, ao menos em análise superficial e apressada, o cumprimento das exigências relativas à alteração e revisão do Plano Diretor, bem como manifestação de organismos como o Conselho da Cidade (artigo 305 e seguintes da LC 482/2014), fato que impediria sua tramitação, mesmo em caráter excepcional como se pretende. Assim sendo, entendemos que a matéria deveria retornar ao Executivo para cumprimento das formalidades legais. É a manifestação. (Parecer da Procuradoria p. 54 e 55 do PLC 01837/2021)

Pois bem, mesmo em situação completamente excepcional e agravado com a recomendação da Procuradoria Geral que entendeu que a matéria deveria retornar ao poder executivo municipal para o cumprimento das formalidades legais, o então presidente da Câmara Municipal, vereador Roberto Katumi Oda (PSD), levou a matéria para votação no plenário. Matérias Codificadas como no caso do Plano Diretor são votadas em dois turnos com interstício de 30 dias. Ocorre que para sua aprovação são necessários em cada turno 2/3 dos votos dos membros da Câmara Municipal. Na data específica daquela votação (27 de janeiro de 2021), o projeto (PLC 01837/2021) não obteve o número legal para sua aprovação. Dos 16 votos necessários, a matéria, obteve 15 votos conforme o espelho de votação no Anexo B. Note-se que a recomendação do disposto no artigo 6º da Resolução nº 83 do ConCidades apontada acima foi completamente desconsiderada vez que toda a tramitação estava irregular comparativamente ao disposto na Lei Federal Estatuto da Cidade. Primeira derrota da tentativa de Revisão do Plano Diretor .

O Segundo momento

A descrição prossegue. Uma vez derrotada a matéria naquela convocação extraordinária de janeiro de 2021, a resposta imediata do prefeito municipal foi: vamos enviar em fevereiro de 2021 para nova consideração do legislativo municipal. Muita pressão sobre os vereadores e vereadoras recém empossados, além das fragilidades internas do próprio legislativo municipal vez que, as

equipes de gabinete para assessoria de alguns vereadores ainda sequer haviam sido compostas, as comissões permanentes também não haviam sido compostas por indicação dos respectivos líderes partidários resguardando as proporcionalidades nos termos regimentais, entrevistas em rádio, jornal e televisão de vários segmentos da sociedade em especial de agentes sociais organicamente relacionados com o mundo empresarial tratavam de repercutir a necessidade de votação da Revisão do Plano Diretor (RPD) de maneira urgente. Também de imediato, como contra-ponto, surgiu no legislativo municipal opinião discordante. Foi levantada a informação e interpretação de que o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal (LOM) impedia a votação na mesma Sessão Legislativa. Reparem que o tempo institucional para o parlamento brasileiro é dividido em três classificações assim estabelecidos e funcionais para todas as esferas sejam elas federal, estaduais ou municipais. Acompanhe:

- a) Legislatura – 4 anos (janeiro de 2021 a dezembro de 2024)
- b) Período Legislativo – 2 anos ((jan./2021 a dez./2022 – jan./2023 a dez./2024)
- c) Sessão Legislativa – 1 ano (...2021 – 2022 – 2023 – 2024...)

Sendo assim, o disposto na Lei Orgânica veda a reapresentação da matéria por parte do Poder Executivo Municipal na mesma Sessão Legislativa, ou seja, naquele mesmo ano de 2021. Vejamos:

A matéria constante no projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, se proposto pela maioria absoluta dos Vereadores. (Art. 59 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis)

O assunto tornou-se polêmico e foi tratado em reuniões de líderes de bancadas na Câmara Municipal, nas reuniões de comissões e inclusive no plenário da Câmara Municipal. Houve muita resistência por parte de interlocutores do executivo e de vereadores que compõem a base do governo pois não aceitavam a interpretação com relação ao disposto no artigo 59 da LOM e buscavam encontrar subterfúgios para não atender à exigência legal. O líder do governo a época,

vereador Renato Geske (PSDB) fendeu em tribuna a infeliz e inexecutável ideia de os vereadores da base subscreverem com 12 assinaturas a proposta de Revisão do Plano Diretor cuja prerrogativa de apresentação é exclusiva do chefe do Poder Executivo vez que o artigo 59 da LOM prevê uma exceção ou seja, “somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, se proposto pela maioria absoluta dos Vereadores”. Ocorre que esta possibilidade prevista não cabe para matéria cuja iniciativa é exclusiva do prefeito. Ora, como 12 vereadores poderão assumir o lugar do chefe do poder executivo municipal? Por óbvio, o objetivo era de “esquentar” uma fraude na tramitação e driblar o disposto na LOM.

O debate foi se arrastando. Após um relativo processo de desgaste político o prefeito resolveu acatar parcialmente o que determina a legislação encaminhando aquela minuta derrotada na Câmara Municipal para apreciação do Conselho Municipal da Cidade. Em importante artigo que discute o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, e intitulado “Os liberais também fazem planejamento urbano” o professor e economista Carlos Vainer também observou que no caso particular de sua análise e estudos, o Conselho da Cidade é fraco em termos de capacidade influente no processo decisório real. Vejamos:

A composição do Conselho da Cidade é ampla: mais de 300 membros. Dentre estes é possível contar cerca de 20 entidades associativas populares e sindicatos, bem como algumas instituições acadêmicas. Muitas empresas, o Lyons Club, a Liga Independente das Escolas de Samba, o Tijuca Tênis Clube, organizações não governamentais para todos os gostos... À primeira vista, temos aí uma razoável, embora não proporcional, representação do espectro social e cultural da cidade. Os critérios, no entanto, não são nada claros: há indivíduos (personalidades), empresas, entidades representativas, lado a lado.

Mas, ao final, é o que ficará evidente, isso não é muito importante: a função do Conselho da Cidade é meramente simbólica. Na verdade, “instância maior do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”, o conselho somente se reunirá para homologar documentos preparados pelo Comitê Executivo e previamente aprovados pelo Conselho Diretor. Homologatório, o Conselho da Cidade é suposto representar, a cada etapa do planejamento, a consolidação dos consensos. Os conselheiros não interferem nem na composição do Conselho Diretor, nem nas orientações e escolhas do Comitê Executivo. O Conselho não constitui, de fato, um organismo coletivo, mesmo porque, como esclareceu o Diretor Executivo em um debate público no qual foi interpelado acerca dos procedimentos e da falta de democracia no processo, seria “impossível administrar o debate num coletivo tão heterogêneo”. Com esta preocupação estritamente operacional, decidiu-se ficar a cargo de coletivos mais homogêneos: o Comitê Executivo e o Conselho Diretor. (VAINER, p. 109 e 110, 2000).

Em Florianópolis, o Conselho da Cidade , após longo período sem regulamentação e inativo, é composto por quarenta representantes e também foi “escanteado”.

Segundo momento : ato I

No primeiro momento (janeiro de 2021), visando aprovar na Câmara Municipal rapidamente a Revisão do Plano Diretor (RPD), o prefeito Gean Marques Loureiro (DEM) ignorou o Conselho da Cidade. Nesse primeiro momento o Conselho foi completamente desconsiderado e sequer teve conhecimento do teor do projeto de RPD que aportou na Câmara Municipal no início de 2021 conforme o exposto na Representação efetuada por alguns dos membros do Conselho da Cidade de Florianópolis perante o Ministério Público Federal em Santa Catarina vejamos:

Considerando que na Exposição de Motivos da Minuta de PLC que altera o LC 482/2014 textualiza em seu parágrafo 9º de que a “presente proposta de revisão do Plano Diretor, já vem sendo realizada por este Conselho em conjunto com a Administração Municipal desde 2016” deve ser veemente contestada por dois motivos: i) O Conselho da Cidade foi criado em 2018. Como o Conselho da Cidade poderia ter se manifestado sobre a proposta nos anos de 2016 e 2017 se ainda não existia? ii) Cabe ressaltar que o Conselho da Cidade, instituído no ano de 2018, analisou e emitiu parecer ao PLC 1715/2018 que propunha modificações no Plano Diretor, o qual foi exaustivamente debatido em 5 Comitês Técnicos, compostos por conselheiros e especialistas convidados, cuja solicitação de arquivamento foi feita pelo Prefeito Municipal de Florianópolis através do Ofício OE 3988/SMCC/DSGG/GLEG de 13 de dezembro de 2020. **De sorte que o Conselho da Cidade somente teve acesso a referida proposta no dia 23 de fevereiro de 2021.** (Grifo meu) (Representação de entidades ao MPF-SC)

Sendo assim, fica comprovado que o Conselho da Cidade só veio a tomar conhecimento do projeto de RPD depois que a Câmara Municipal já havia rejeitado a matéria (PLC 01837/2021) em 27 de janeiro de 2021 conforme o espelho de votação no Anexo B. É importante frisar que toda essa construção que assegura a interação entre a sociedade e os poderes executivo e legislativo por meio de instrumentos garantidos por legislações diversas, vem sendo sistematicamente desrespeitada e atacada.

É cultural a negação de participação efetiva do processo decisório da gestão pública. Há um reiterado bloqueio que acaba encontrando no processo de judicialização a maneira de destravar e

assegurar um direito de cidadania básico, ou seja, o direito de pensar e decidir participativamente sobre os destinos do município. Esse direito não é um favor concedido à população, é uma conquista social e institucionalizada que advém de um longo processo nacional e organizado pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) em busca de uma nova prática urbanística e participativa culminando com garantias asseguradas na Constituição Federal (CF) de 1988.⁵⁴

Segundo momento: ato II

Em um segundo momento da segunda tentativa de aprovação (23 de fevereiro de 2021), mesmo o Superintendente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, senhor Carlos Leonardo Costa Alvarenga, tendo encaminhado a minuta do projeto de lei para apreciação do Conselho da Cidade conforme Exposição de Motivos (Anexo C), sua análise foi feita de modo a quebrar e desrespeitar a paridade de representação assegurada inclusive pelo Regimento Interno do próprio Conselho da Cidade do município de Florianópolis, isto é, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) composto por apenas cinco pessoas que articuladamente foram indicados com a tarefa de analisar a minuta de RPD. Esta situação irregular levou a determinados membros do Conselho da Cidade a fazerem uma representação em março de 2021 junto ao Ministério Público Federal em Santa Catarina (MPF-SC) onde se pede a anulação do Grupo de Trabalho (GT). Como segue:

A anulação do Grupo de Trabalho formado na reunião do dia 22 de fevereiro de 2021 para análise e emissão de parecer da MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ALTERA O PLANO DIRETOR E LEI COMPLEMENTAR CÓDIGO DE OBRAS considerando que a LC 482/2014 foi desrespeitada pois em seu Art. 336, § 2 estabelece a necessidade do debate público e do parecer prévio do Conselho da Cidade, sendo pressuposto ouvir a comunidade e ato contínuo, diante de todo material, parecer do conselho, antes de ser encaminhado a Câmara Municipal de Vereadores e desrespeita a autonomia de escolhas dos segmentos ali representados, maculando, outrossim, a proporcionalidade estabelecida no art. 25 do Regimento do Conselho da Cidade para a formação de Comitês Técnico e Grupos de Trabalho.

Paralelamente a este conflituoso processo interno no Conselho da Cidade, o tensionamento e tentativa de reapresentação da matéria para votação da Câmara de Vereadores ainda no ano de 2021 continuava. Um conjunto de argumentos e documentos foram sendo reunidos e apresentados

⁵⁴ Conferir, PEREIRA (2018)

para o convencimento de que era ilegal o prefeito reapresentar matéria já debatida e não aprovada pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 59 da LOM. Dentre esses argumentos e documentos apresentados pesou a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul dentre outros. Segue:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL QUE PREVÊ A NÃO INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA IRREPETIBILIDADE PARA PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA PRIVADA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA IRREPETIBILIDADE, DA SIMETRIA E DA HARMONIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES.

É inconstitucional a Lei Municipal que excetua da previsão de que a matéria constante de projeto de lei rejeitado ou não promulgado, assim como a emenda à Lei Orgânica, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá constituir objeto de novo projeto no mesmo período legislativo mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores os projetos de lei de iniciativa privada do Prefeito Municipal. Violação aos princípios da irrepetibilidade, da simetria e da harmonia e independência dos Poderes. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e deste Tribunal. Possibilidade de modulação dos efeitos a fim de resguardar a segurança jurídica. Inteligência do art. 27da Lei nº 9.868/1999. ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70077724805, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: André Luiz Planella Villarinho, Julgado em 17/09/2018).

O governo de Gean Loureiro (DEM) e sua base de governo na Câmara Municipal composta por uma folgada margem de vereadores, sendo que em alguns casos foram atraídos para seu apoio por meio de indicações para ocupação de cargos, como manifestou em tribuna o vereador João Bericó (PSL) e foi registrado na coluna de Fábio Gadotti no jornal Notícias do Dia em 17 de novembro de 2021, enfrentaram também muita resistência, luta jurídica e política e foram gradativamente recuando e reconhecendo a interpretação apresentada por setores da oposição parlamentar na Câmara Municipal, especialistas e entidades associativas. Este recuo também foi registrado por meio de entrevista do presidente da Câmara Municipal, vereador Roberto Katumi Oda (PDS) e pelo secretário de mobilidade e planejamento urbano Michel Mittimann ao jornal Notícias do Dia . Este recuo e reconhecimento é a consolidação da segunda derrota na tentativa de Revisão do Plano Diretor por parte do prefeito Gean Marques Loureiro (DEM).

O Terceiro momento

Uma vez reconhecido, por parte de representantes do governo municipal, que não cabia a reapresentação para tramitação de matéria já vencida na mesma Sessão Legislativa, o prefeito Gean Marques Loureiro (DEM) ainda insistiu em práticas de atropelamento de processos e instâncias e por decorrência caiu na prática de ilegalidades. Com o propósito de agilizar a tramitação, o prefeito convocou entrevista coletiva para a imprensa, oportunidade em que foi apresentado pelo secretário de mobilidade e planejamento urbano Michel Mittimann noções gerais e conceituais sobre o conteúdo da RPD. Conforme registrou o colunista Fábio Gadotti, na entrevista coletiva ficou anunciado o desejo de acelerar a tramitação. Assim registrou o jornalista do Jornal Notícias do Dia: “A previsão é que a proposta seja encaminhada ao Legislativo em janeiro de 2022”.

Ora, se em coletiva com a imprensa realizada em 1º de dezembro de 2021 o governo municipal anuncia que iria encaminhar para tramitação na Câmara Municipal ainda em janeiro de 2022, exatamente no mês subsequente, cabe perguntar: onde fica a participação da sociedade no debate? Como o governo pretendia atender os dispositivos legais que asseguram a participação social? Na própria coletiva o governo municipal anunciou que estaria abrindo dois espaços de participação: uma audiência pública no dia 17 de dezembro e uma consulta pública via *on line*. Além disso argumentou que a Minuta que ora apresentava na coletiva de imprensa e que seria levada para apreciação do legislativo municipal já estava sendo discutida desde 2016 com amplo processo participativo. Aqui é necessário corrigir a informação apresentada pelo secretário Mittimann. O processo de Revisão desenvolvido a partir de 2016 culminou com a apresentação ao legislativo municipal como PLC 1715/2019 e foi arquivado por determinação do prefeito Gean Loureiro (DEM) sendo que a proposta apresentada na coletiva não guarda compromisso e nem correlação com seu conteúdo. Sendo assim, é enganoso usar para validar um projeto de RPD um processo de participação que não o legitimou. Ou seja, o secretário apresentou argumentação falaciosa com o propósito de driblar o processo participativo da nova Revisão do Plano Diretor que ele mesmo estava anunciando naquela coletiva.

Em importante livro organizado pelo professor de Planejamento Urbano do Departamento de Geociências da UFSC, Elson Manoel Pereira, intitulado: A Alegoria da Participação – Planos

Diretores Participativo pós-Estatuto da Cidade e cotejando com os estudos da professora Lígia Lüchmann (2003) no artigo “As condições para um Planejamento Urbano Participativo” que vai assinado pelo próprio professor Dr. Elson Manoel Pereira e pelo Doutor em Geografia pela UFSC André Luiz Santos temos importante constatação sobre as chamadas condições. Após apresentar os três elementos fundamentais apontados pela professora Lígia Lüchmann para que a participação da população seja considerada de qualidade no desenvolvimento de uma política pública, a saber: 1) A existência de tradição associativa na sociedade na qual foi desenvolvida a política pública participativa, 2) A existência de manifesta vontade política dos membros do governo para a participação e 3) A existência ou construção de condições institucionais para a participação, os autores trazem a inclusão de um quarto elemento que é oportuno apresentar. Vejamos:

Ao lado das três condições anteriormente descritas, apresentadas por Lüchmann, nossa pesquisa forneceu elementos que permitem afirmar que, no caso específico do planejamento urbano, uma quarta condição parece também concorrer para uma participação de qualidade em políticas locais de desenvolvimento urbano: o comprometimento dos técnicos envolvidos com o processo de planejamento com o princípio participativo. (PEREIRA, SANTOS p. 28, 2015).

Observando o caso específico de Florianópolis no processo recente de Revisão do Plano Diretor, atestamos a validade das condições apresentadas pela professora Lígia Lüchmann bem como, pela importante conclusão dos autores pela necessidade de se incluir a quarta condição: adesão dos técnicos de planejamento urbano à participação social na dinâmica de pensar, agir e decidir sobre o território. O atual governo municipal, ao negar o que está disposto na legislação enquanto conquista social também nega a própria inclusão de técnicos do serviço público do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF e a Fundação Municipal de Meio Ambiente - FLORAM conforme denunciou em seu *site* o Sintrasem – Sindicatos dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis . Vejamos:

DENÚNCIA: proposta de revisão do Plano Diretor do prefeito não envolveu técnicos da Floram e do IpuF

Profissionais capacitados tecnicamente não foram consultados

Além de tentar barrar a participação da população nas decisões do Plano Diretor – direito garantido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade -, o prefeito Gean Loureiro também vetou a participação dos trabalhadores efetivos do IPUF e da FLORAM na revisão da lei mais importante do município.

Em outubro, a prefeitura enviou uma revisão para a Câmara de Vereadores que não contava com a participação dos servidores capacitados tecnicamente para a elaboração do Plano Diretor. Os trabalhadores dos dois órgãos foram convidados a se inteirarem da proposta apenas no dia 7 de janeiro deste ano, quando a revisão já estava pronta.

Esse convite só veio depois da polêmica da falta de participação popular e a recomendação do Ministério Público para refazer as audiências públicas distritais.

O IPUF e a FLORAM são os órgãos técnicos responsáveis pela preservação do patrimônio natural, histórico e pelo licenciamento que autoriza as construções na cidade. Conforme previsto na Lei Orgânica do Município, são esses os técnicos responsáveis pela formulação de todas as etapas do Plano Diretor... (SINTRASEM)

Voltando para descrever o terceiro momento. A audiência pública anunciada na coletiva e prevista para acontecer no dia 17 de dezembro de 2021, encontrou divergências. Várias entidades consorciadas entre si, reivindicaram ao Ministério Público de Santa Catarina, mais precisamente junto a 28ª Promotoria posição a respeito da “metodologia” apresentada pelo governo municipal. Diante da Representação o Ministério Público por meio do Dr. Rogério Ponzi Seligman titular da 28ª Promotoria de Justiça da Capital lançou recomendação para que a prefeitura não resumisse o processo participativo a única audiência pública. Esta recomendação foi divulgada no dia 17 de dezembro de 2021 no *site* do Ministério Público de Santa Catarina e convém apresentar parte da notícia. Vejamos:

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) expediu recomendação ao Município de Florianópolis para que a audiência pública prevista para esta sexta-feira (17/12) não encerre a discussão em torno da revisão do Plano Diretor do Município. Para o Ministério Público, a audiência não supre a exigência de participação popular prevista na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica do Município.

A recomendação foi expedida pelo Promotor de Justiça Rogério Ponzi Seligman, titular da 28ª Promotoria de Justiça da Capital. No documento, ele recomenda ao Município que garanta a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade no processo de revisão do Plano Diretor, mediante a realização de 13 audiências distritais e uma audiência geral. (Ministério Público de Santa Catarina)

A audiência pública convocada para o dia 17 de dezembro aconteceu parcialmente em meio a protestos de representantes comunitários, parlamentares de oposição, cidadãos e inclusive técnicos e especialistas que questionavam a metodologia colocada em curso pela administração municipal. A referida audiência contou inclusive com a presença do promotor de justiça Dr. Rogério Ponzi Seligman que usou a palavra por mais de quinze minutos para explicar as razões da Recomendação do MPSC a respeito da realização de 13 audiências públicas e da audiência final. O prefeito Gean Marques Loureiro (DEM) foi o grande ausente e esteve representado pelo primeiro escalão da prefeitura (SMDU, IPUF e Procuradoria Geral do Município), além do vice-prefeito. Por falta de tempo, a audiência não foi concluída, mas foi encerrada às 22 horas sendo que, o vice-prefeito anunciou que em breve seria informado uma nova data para dar continuidade. A data foi marcada para o dia 27 de dezembro. Estava visível o desejo de acelerar e atropelar o processo participativo e sua legalidade. Afinal, fazer audiência pública em meio a um processo pandêmico ascendente com a variável Ômicron da Covid 19, entre natal e ano novo, em pleno recesso legislativo e do judiciário e em um município com as características da atividade econômica baseada em turismo de temporada como Florianópolis é apostar no esvaziamento no processo participativo. Por decorrência, a bancada do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) na Câmara Municipal ajuizou Mandado de Segurança requerendo liminar para suspender a continuidade da audiência pública. A liminar foi concedida e a juíza Taynara Goessel observou a necessidade de atender a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina. Vejamos o despacho:

À vista do exposto, CONCEDO a medida liminar para determinar a SUSPENSÃO da “Prorrogação de Audiência Pública” a ser realizada de forma virtual no dia 27/12/2021 às 15h00min, até observância da Recomendação 0004/2021/28PJ/CAP da 28ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital e dos prazos do art. 336 da Lei Complementar Municipal n. 482/2014. (Mandado de Segurança)

A concessão da liminar foi registrada pelo colunista Fábio Gadotti . Vejamos:

A juíza Taynara Goessel, do plantão do TJSC, suspendeu a prorrogação da audiência pública sobre o Plano Diretor de Florianópolis que estava prevista para a tarde desta segunda-feira (27). A decisão atendeu a um pedido feito em mandado de segurança protocolado pela bancada do PSol na Câmara de Vereadores.

No despacho, Taynara lembrou que a prefeitura “não atendeu orientação da 28ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital no sentido de garantir ampla participação popular no processo de revisão do plano diretor” e considerou “ilegal a convocação do poder público” para a audiência desta segunda-feira (27).

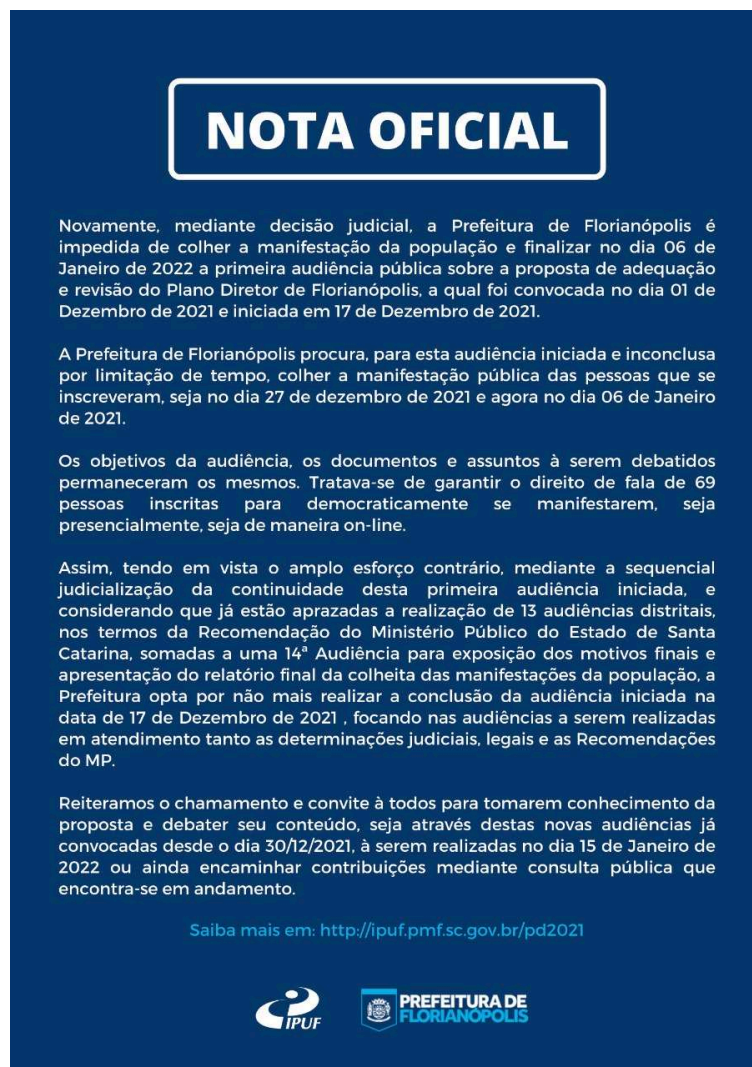
A recomendação feita pelo promotor Rogério Ponzi Seligman, do MPSC, é que sejam feitas 13 audiências distritais e uma reunião geral. Ele deu prazo de 10 dias para manifestação da Prefeitura de Florianópolis, o que deve ocorrer esta semana.

Um item do Mandado de Segurança impetrado pela bancada do PSOL que foi considerado pela juíza Taynara Goessel foi o fato de que a convocação para a continuidade da audiência pública no dia 17 dezembro na data de 27 de dezembro não respeitou a exigência legal de convocação com antecedência mínima de 15 dias. Ao fazer a nova convocação para o dia 06 de janeiro, o governo municipal fez uma errata no Diário Oficial do Município buscando aproveitar a convocação anterior. Essa errata, mera tentativa de ludibriar a legislação, também foi objeto de novo Mandado de Segurança impetrado pela bancada do PSOL. No Despacho/decisão, a juíza Daniela Vieira Soares exarou o que segue:

De fato, a liminar deixou de ser observada. Sob subterfúgio, na roupagem de uma "ERRATA", a autoridade apontada como coatora usou publicação anterior para reagendar a audiência pública que tratará do plano diretor sem interregno de 15 DIAS. Como a convocação anterior restou inadmitida, impõe-se NOVA convocação com os requisitos especificados quando da concessão da liminar. Independentemente do título ou nome da imprescindível reconvocação, a continuidade da audiência somente poderá suceder, para ser mais clara, após 15 dias da sua publicação. Impõe-se, então, a suspensão da audiência pública apazada para amanhã, cabendo a publicidade de novo ato, sob menção da existência deste mandado de segurança, na forma acima explicitada, sob pena de configuração de crime de desobediência (Lei 12016, art. 26). Cientifique-se a autoridade coatora, por oficial de justiça plantonista, se necessário. Depois, cumpra-se a decisão anterior integralmente. Intimem-se.

Em resposta a decisão judicial o IPUF lançou uma Nota Oficial na medida em que a justiça impede o processo de consulta e participação social. Segue a nota:

Figura 13: Nota Oficial do IPUF



NOTA OFICIAL

Novamente, mediante decisão judicial, a Prefeitura de Florianópolis é impedida de colher a manifestação da população e finalizar no dia 06 de Janeiro de 2022 a primeira audiência pública sobre a proposta de adequação e revisão do Plano Diretor de Florianópolis, a qual foi convocada no dia 01 de Dezembro de 2021 e iniciada em 17 de Dezembro de 2021.


A Prefeitura de Florianópolis procura, para esta audiência iniciada e inconclusa por limitação de tempo, colher a manifestação pública das pessoas que se inscreveram, seja no dia 27 de dezembro de 2021 e agora no dia 06 de Janeiro de 2021.

Os objetivos da audiência, os documentos e assuntos à serem debatidos permaneceram os mesmos. Tratava-se de garantir o direito de fala de 69 pessoas inscritas para democraticamente se manifestarem, seja presencialmente, seja de maneira on-line.

Assim, tendo em vista o amplo esforço contrário, mediante a sequencial judicialização da continuidade desta primeira audiência iniciada, e considerando que já estão apazadas a realização de 13 audiências distritais, nos termos da Recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, somadas a uma 14ª Audiência para exposição dos motivos finais e apresentação do relatório final da colheita das manifestações da população, a Prefeitura opta por não mais realizar a conclusão da audiência iniciada na data de 17 de Dezembro de 2021, focando nas audiências a serem realizadas em atendimento tanto as determinações judiciais, legais e as Recomendações do MP.

Reiteramos o chamamento e convite à todos para tomarem conhecimento da proposta e debater seu conteúdo, seja através destas novas audiências já convocadas desde o dia 30/12/2021, à serem realizadas no dia 15 de Janeiro de 2022 ou ainda encaminhar contribuições mediante consulta pública que encontra-se em andamento.

Saiba mais em: <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/pd2021>



Visando acelerar o processo para no momento subsequente, encaminhar e obter aprovação na Câmara Municipal, o prefeito Gean Marques Loureiro (DEM) engendrou uma estratégia de atropelamentos e ilegalidades e foi obtendo gradativamente uma sequência de derrotas judiciais. Reparem que no Despacho/decisão a juíza Daniela Vieira Soares considera inclusive a prática de crime de desobediência contra a ordem judicial.

O Quarto Momento

O detalhamento do processo para a Revisão do Plano Diretor que ora fazemos, é importante na medida que vai gradativamente desvelando o jogo de interesses e a dimensão que ele alcança. Torna-se perceptível o desconforto por parte de agentes políticos em aceitar e conviver com o processo participativo. Ademais, concluo que toda essa trama não seria colocada em curso se gestores públicos não houvessem interesses privados pactuados. O rito é certamente resultado de combinações da coalizão político empresarial que governa a cidade.

Diante do impasse e ao mesmo tempo buscando não desistir da estratégia de acelerar a Revisão do Plano Diretor, o governo municipal e agentes sociais interessados na tramitação relâmpago, começaram a pensar e “encontrar” caminhos para atender a Recomendação do Ministério Público e o Despacho/decisão judicial. Ao invés de atender a Recomendação do Ministério Público e a própria lei do Estatuto da Cidade, o governo passou a cogitar o cumprimento formal e meramente burocrático de realização de audiências públicas.

Exemplo deste malabarismo está no áudio que vazou de um grupo de WhatsApp contento uma orientação sugerida pelo arquiteto e diretor do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) senhor Ângelo Arruda. vejamos:

A minha sugestão é bastante simples, pessoal do Floripa. É fazer tudo ao mesmo tempo. A prefeitura monta uma guerra de guerrilha com trezentos funcionários, treze data-show, cada um num centro, num distrito, pega de uma segunda até a sexta, faz dois por dia. Pronto. Encerra e agora ninguém pode dizer mais que não conhece o conteúdo, né, porque o Michel apresentou o conteúdo. O conteúdo tá no site. Agora é a forma e a forma é essa aí. A Câmara de Vereadores tá desligada em janeiro, aproveita janeiro e faz isso, e resolve essa bucha. Boa noite gente! (ARRUDA, áudio).

No afã pela aceleração, o prefeito Gean Marques Loureiro (DEM), fez mais do que sugeriu o diretor do IAB. Decidiu fazer 13 (treze) audiências públicas todas no mesmo dia e as convocou simultaneamente para o dia 15 de janeiro de 2022 com início às 16h e encerramento às 20h e aprazou para o dia 22 de janeiro de 2022 outras treze audiências públicas distritais, em formato virtual eletrônico com início às 16h e encerramento às 20h. Para encerramento agendou uma

audiência pública geral final, para 24 de janeiro de 2022, com início previsto para às 18h e encerramento para às 22h. Percebe-se o desinteresse pela participação social efetiva mediante este “feirão de audiências públicas”. Uma simultaneidade de audiências feitas em treze lugares distintos não permitiria um debate integrado e que asseguraria a participação livre dos cidadãos e cidadãs florianopolitanos (as). Esta estratégia estava imbuída do mesmo objetivo de outras iniciativas descritas acima ou seja, obstruir o processo participativo e produzir um “faz de conta” de democracia. A promotora de justiça, exercendo a 28ª Promotoria de Justiça da Capital, Dra. Henriqueta Scharf Vieira, entendeu a pretensão do poder público municipal e cumpriu a promessa do Dr. Rogério Ponzi Seligman que presente na audiência pública do dia 17 de dezembro de 2022 assegurou que se a Recomendação do Ministério Público não fosse atendida pelo governo municipal ele, o promotor, não teria outra saída a não ser judicializar. Pois bem, a Dra. Henriqueta Scharf Vieira impetrou ação que foi recepcionada pelo juiz Rafael Sandi que sentenciou nos seguintes termos:

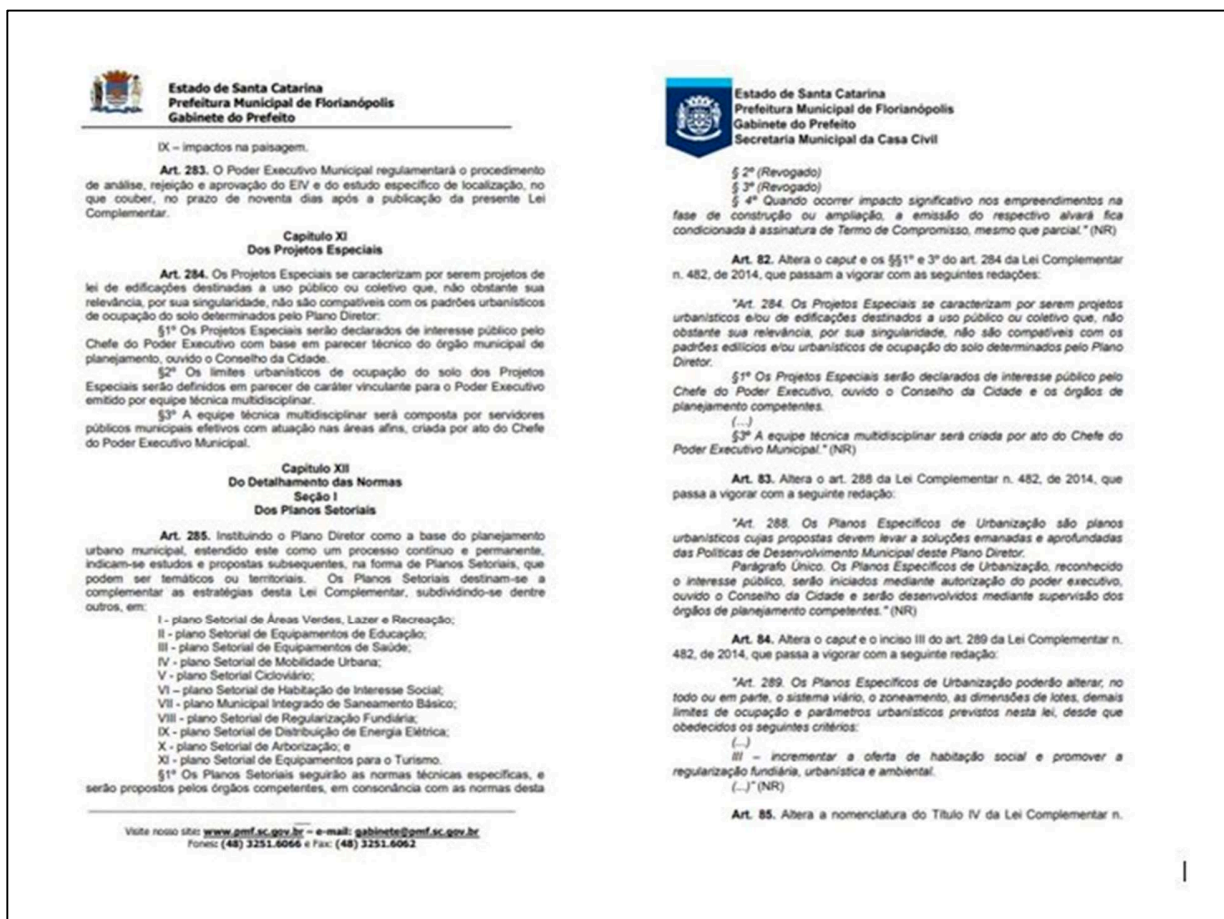
Ante o exposto, DEFIRO o requerimento de tutela cautelar em caráter antecedente (CPC, art. 300, caput e § 3º, c/c art. 305, caput) para o fim de SUSPENDER as audiências públicas distritais previstas para os dias 15 e 22 de janeiro de 2022, bem como aquela agendada para o dia 24 de janeiro de 2022 até que o Município de Florianópolis estabeleça cronograma de 13 audiências distritais em dias distintos, 1 audiência geral final, observando os prazos para publicação dos editais (LCM nº 482/2014, art. 336) e a Recomendação nº 0004/2021/28PJ/CAP da 28ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital, devendo tudo ser apresentado neste processo, sob pena de multa de 1 milhão de reais e de responsabilização pessoal dos agentes públicos envolvidos.

A sentença do juiz Rafael Sandi, exarada em 13 de janeiro de 2022, foi uma resposta para reestabelecer critérios e padrões dentro da legalidade na Revisão do Plano Diretor de Florianópolis.

É sabido que o modelo econômico do município de Florianópolis, condicionado, por sua formação sócio-espacial, está em aberto e é atualmente objeto de intenso e polêmico debate. Em nosso entender, o processo de Revisão do seu Plano Diretor (2021 e 2022) é um dos elementos condensadores. O debate sobre a Revisão do Plano Diretor tornou-se uma oportunidade especial para se conhecer com maior clareza as opiniões dos principais agentes sociais.

Encontramos no processo da Revisão do Plano Diretor uma situação rica e reveladora das perspectivas e concepções de cidade em disputa. Seguimos a investigação vez que metodologicamente a pesquisa está assentada na dinâmica do movimento vivo e real do espaço geográfico florianopolitano, em sua formação social e nas ações de agentes públicos e privados. Deparamo-nos então, com oportunidade ímpar, momento revelador de ideias. Ressurgiram no debate alguns projetos específicos de empreendimentos urbanos como o Hotel da Ponta do Coral ou a Marina da Barra da Lagoa. Para empreendimentos específicos a RPD é uma oportunidade para destravá-los e certamente a eles estão dirigidos. Mas não se resume a isso. A RPD trouxe um debate geral e macro sobre a definição do território. Na RPD também se concentra a disputa de hegemonia/contra-hegemonia e toda sua complexidade. No artigo 82 da minuta do projeto de Revisão do Plano Diretor, que pretende alterar o artigo 284 da Lei Complementar 482 de 2014 percebe-se uma alteração substantiva na redação pretendida. A LC 482/2014 abriga a possibilidade de se adotar Projetos Especiais não compatíveis com os padrões urbanísticos de ocupação do solo determinados pelo Plano Diretor. No entanto, com base em seu artigo 284, esses Projetos Especiais devem ser declarados de interesse público pelo Chefe do Poder Executivo com base em parecer técnico do órgão municipal de planejamento, ouvido o Conselho da Cidade em parecer de caráter vinculante para o Poder Executivo e emitido por equipe técnica multidisciplinar composta por servidores públicos municipais efetivos com atuação nas áreas afins. Por sua vez, a minuta apresentada pelo IPUF altera substantivamente o disposto na referida lei. Isto é, suprime poderes da equipe técnica, do corpo de funcionários efetivos dos órgãos competentes e politiza a decisão concentrando poderes na mão do chefe do poder executivo. Vejamos a figura comparativa de cotejamento da LC 482 e a Minuta do IPUF no tocante a alteração do artigo 284.

Figura 14: comparação da LC 482 com a Minuta do IPUF – artigo 284



No caso do artigo 284 da Lei Complementar, que no entender do IPUF, merece ser alterado, há algo de inusitado. O próprio órgão planejador está sugerindo seu enfraquecimento em termos de regulamentação do território que é de sua competência. Por decorrência, nota-se com facilidade, que as opiniões por parte de interlocutores oficiais e não oficiais, não são abertas nem transparentes. Pelo contrário, são veladas, ocultas e por parte de alguns destacados agentes sociais, e sendo assim, não é exclusividade da atual gestão a frente da prefeitura municipal de Florianópolis (2021-2024), tentou-se implementar uma estratégia que viabiliza dada concepção de cidade sem garantir nitidez e conhecimento social, ferindo nitidamente, todo o arcabouço legal. Para compreender o complexo jogo social da disputa sobre o município de Florianópolis produzimos o presente detalhamento comentado sobre o assunto.

IV. FLORIPAMANHÃ: APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA

Em uma publicação luxuosa e reeditada, distribuída em larga escala de maneira seletiva e de mão em mão, a Associação FloripaAmanhã vem apresentando sua estratégia discursiva e ao mesmo tempo se oferecendo como referência para a construção de uma “Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região – Floripa 2030”. Segundo consta na apresentação do documento (atualizado em 2016) cuja versão original foi lançada no ano de 2008 é a conclusão após...

[...] mais de seis meses de discussões com 148 participantes representando 84 entidades da Grande Florianópolis, com a coordenação da FloripaAmanhã. O resultado foi a primeira proposta de planejamento urbano construída colaborativamente para Florianópolis, um trabalho que tornou-se referência para pesquisadores, gestores públicos e investidores. (FLORIPAMANHÃ, 2016, p.2)

Como percebe-se, além de apontar para o futuro, o documento se coloca e a própria entidade de quem é emanado, como portador de uma orientação geral de desenvolvimento, produto de um processo colaborativo e com uma agenda estratégica de desenvolvimento sustentável para a capital dos catarinenses na região. Cabe, antes de analisarmos diretamente o documento, apresentar e caracterizar a Associação FloripaAmanhã.

IV .4.1. O DOCUMENTO FLORIPA2030: UMA VISÃO DE CIDADE IMPORTADA

Para a apresentação da Associação FloripaAmanhã é oportuno aludir ao que está posto na apresentação da própria entidade na aba “Quem Somos” de seu *site*:⁵⁵

A Associação FloripaAmanhã foi fundada em 2005 por iniciativa de cidadãos conscientes, dos mais diversos setores, que amam Florianópolis e desejam **tornar a cidade cada vez melhor**: preservada, planejada, inovadora, segura.

A FloripaAmanhã se propõe a ser a instância onde essa cidade – que todos nós queremos – será pensada e defendida.

Missão

Contribuir com estratégias para o desenvolvimento sustentável e construção da cidadania e bem-estar social.

⁵⁵ Disponível em: <http://floripamanha.org/quem-somos/> . Acesso em: 10 de dez. 2017.

Visão

Ser a principal instância não-governamental para pensar e propor soluções para a cidade (FLORIPAAMANHA, 2017)

A partir desta autoapresentação depreende-se que a Associação se atribui no item **Visão**, “ser a principal instância não-governamental para pensar e propor soluções para a cidade” (FLORIPAMANHÃ, 2017). Enquanto entidade não-governamental é visível o seu desejo de atuar em espaços tipicamente governamentais a exemplo do planejamento e da segurança dentre outros. É uma entidade expressão da elite dominante florianopolitana; pretensiosamente postada em um espaço superior e composta por cidadãos que se intitulam conscientes e amantes de Florianópolis.

Ainda se depreende que ao se afirmar como sendo uma entidade que: “se propõe a ser a instância onde essa cidade – que todos nós queremos – será pensada e defendida” (FloripAmanhã) ela não se coloca como um grupo social integrante do complexo e múltiplo processo de pensar e agir sobre a territorialidade e a sociodiversidade. Assume por si, por conta própria, ser expressão do pensar e agir de todos. Essa estratégia discursiva que nega ser governamental, mas pretende assumir atribuições típicas de governo como apontamos acima; e de não se reconhecer elemento integrante de uma sociedade plural, mas sim a síntese da totalidade é uma estratégia decorrente do objetivo de além de ser referência, obter o consentimento e o apoio para sua forma particular de conceber a cidade. Seu objetivo é hegemonizar o imaginário social com sua plataforma e valores sobre a cidade. Para obter sucesso neste objetivo, FloripAmanhã se vê forçada a não se assumir como entidade representativa de interesses empresariais, de um grupo social específico. Sem ser Estado se coloca na posição de expressão da vontade geral.

Em seu livro “O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história”, Virgínia Fontes, historiadora e professora da Universidade Federal Fluminense sintetiza o conceito gramsciano de aparelho privado de hegemonia, senão vejamos:

O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de *formas de ser*, adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativos), em direção a uma sociedade igualitária (“regulada”) na qual a eticidade prevaleceria, como o momento eticopolítico da contra-hegemonia). Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das

instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam totalmente muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social. Clubes, associações culturais ou recreativas tendem a considerar-se como desconectados do solo social no qual emergem e como distantes da organização política do conjunto da vida social. Certamente, os sindicatos – patronais ou de trabalhadores – sendo também formas associativas desse jaez enfatizam sua proximidade econômica e sua característica mais direta de defesa de interesses de tipo corporativo. Porém muitos partidos políticos e jornais – na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como a expressão da “unidade nacional” ou como porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente. Todos, porém são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural. (FONTES, 2010, p. 133).

Afinado o conceito, ele nos ilumina para em nossa pesquisa identificar, desde sua origem, a presença constante de empresários no seio da Associação. Como fundador e seu primeiro presidente (no ano de 2005) registra-se a presença de Alaor Francisco Tissot empresário que opera seus negócios em vários ramos dentre eles o comercial e a indústria da construção civil, foi presidente da ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis) e da FACISC (Federação das Associações Empresariais Comerciais e Industriais de Santa Catarina); substituindo-o temos Anita Pires, liderança política, candidata a prefeita de Florianópolis, em 1988 pelo PMDB, e candidata a vice-prefeita em 1982 e 1996, além de candidata a deputada federal e estadual em 1986 e 1990 respectivamente, sempre pelo PMDB. Anita foi reconduzida à presidência da associação em 2007 e para a gestão de 2008 a 2010 quando se licenciou para exercer o cargo de Presidente da Fundação Catarinense de Cultura no governo de Luiz Henrique da Silveira do PMDB. Atualmente é presidente (gestão 2018-2019). Além desses expoentes empresarial e político, deve-se atentar para uma composição que passa por arquitetos a exemplo de Andre Schimitt, a representantes de grupos empresariais a exemplo do grupo Habitasul na pessoa de Andrea Druck (filha do empresário Péricles Druck, presidente do Conselho de Administração da Celulose Irani e da Companhia Habitasul Participações) e Carlos Berenhauser Leite, além de Fernando Marcondes de Mattos

(empresário do setor industrial e turístico), Ronaldo Koerich (indústria da construção civil), Tarcísio Schimitt (Presidente do Sindicato dos Hotéis Bares e Restaurantes), Ney Walmor Hubener delegado da ADESG-SC (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), Hamilton Peluso (gestor público e empresário) dentre outros. Apresentamos no APÊNDICE A o quadro evolutivo de sua composição.

A Associação FloripAmanhã, objeto em análise, no documento Floripa 2030, expõe em sua página 13, o Grupo de Trabalho Ampliado (GTA) onde, segundo afirmações contidas no próprio texto consta “representações das instituições da região e de segmentos sociais, especialmente convidadas para comporem a grande equipe de formulação das propostas” (FLORIPAAMANHA, 2016 p.13). Apresentadas por ordem alfabética, consideramos necessária expô-las de modo a permitir ler com maior precisão o seu entendimento, racionalidade, da própria Associação, vez que a seletividade do convite denuncia em bom grau, a percepção e o interesse sobre a cidade, para tanto, as subdividimos em cinco grupos, a saber:

- 1) Representações do setor privado
- 2) Representações do setor público
- 3) Representações do setor comunitário
- 4) Representações do setor organização não governamental
- 5) e outras

Esta classificação está representada e composta no Quadro 1 a seguir.

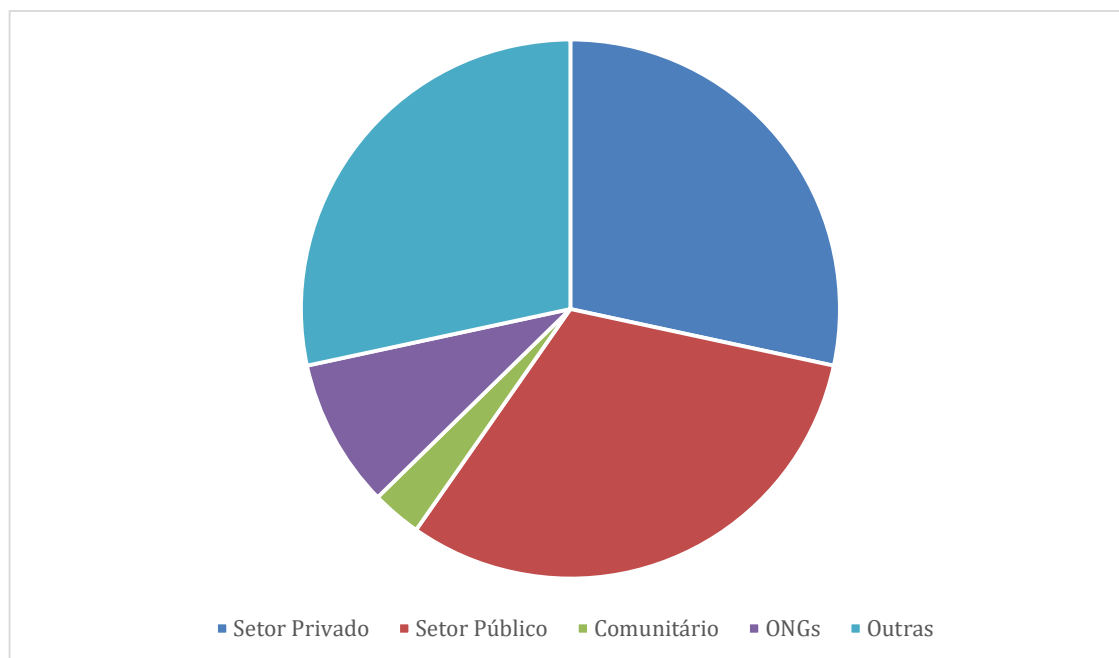
Quadro 1 - Principais Entidades do GTA (Grupo de Trabalho Ampliado) Floripa 2030

Privado	Público	Comunitário	ONG	Outras
Associação das Pousadas de Florianópolis - POUSAR	Associação dos Municípios da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS	Conselho Comunitário Jardim Cidade Universitária Florianópolis/SC – CONJARDIM	Fundação CEPA	Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura – AsBEA/SC
Becocastelo Construções e Imóveis LTDA	Câmara Municipal de Florianópolis	União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO	Instituto Ambiental ECOSUL	Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN
Câmara de Dirigentes Logistas de Florianópolis	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET/SC		Instituto Ambiental Ratonos – IAR	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC
Casas da Água Materiais para Construção LTDA	Departamento Estadual de Trânsito e Segurança Viária – DETRAN		Instituto Comunitário Grande Florianópolis – ICOM	Companhia Melhoramentos da Capital – COMCAP
Costão do Santinho Turismo de Lazer LTDA	Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG		Instituto Multidisciplinar de Meio Ambiente e Arqueoastronomia	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA/SC
DVA Automóveis LTDA	Fundação Catarinense de Cultura – FCC		Associação FloripAmanhã	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
Empreendimentos Imobiliários ZITA LTDA	Fundação da Educação da UDESC – FAED/UDESC			Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – Epagri/SC
Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC			Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/SC
Habitasul Empreendimentos Imobiliários LTDA – Jurerê Internacional	Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina – FEESC			Núcleo Distrital de Ingleses para o Plano Diretor Participativo
Eugênio Raulino Koerich S.A. Comércio e Indústria – Koerich Gente Nossa	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM			Núcleo Distrital de Ratonos para o Plano Diretor Participativo Continua...
Luminar	Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU/SC			Núcleo Distrital de Santinho para o Plano Diretor Participativo

RCD Empreendimentos S.A.	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF			Núcleo Distrital de Santo Antônio para o Plano Diretor Participativo
Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis - SINDUSCON	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/SC			Núcleo Distrital do Campeche para o Plano Diretor Participativo
Sindicato da Indústria da Pesca de Florianópolis	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis – SDR Grande Florianópolis			Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC
Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis – SHRBS	Secretaria de Estado do Planejamento			Santa Catarina Turismo – SANTUR
Solução Empreendimentos LTDA	Secretaria Municipal de Educação – SED			Sapiens Parque S.A.
Sul Catarinense Mineração, Artefato de Cimento, Britagem e Construção LTDA	Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental – SMHSA			Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de Santa Catarina – Sebrae/SC
Supermercados Imperatriz LTDA	Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN			Sub-Núcleo Distrital de Coqueiros para o Plano Diretor Participativo
TV O Estado de Florianópolis LTDA – RIC RECORD	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR			Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
	Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC			
	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC			

Fonte: do autor com base na revista Floripa2030, (2016).

Figura 15: distribuição das entidades do GTA Floripa 2030



Fonte:

Conclui-se, a partir da classificação acima, que as entidades especialmente convidadas pela FloripAmanhã possuem características de abrangência territorial concentrada no município de Florianópolis com forte representação de empresas e entidades do setor da indústria da construção civil; com representações do poder público nas esferas federal, estadual e municipal e de suas administrações direta, fundacionais e autárquicas. Importante salientar a participação das universidades UDESC, UFSC e UNISUL. Observando a lista de pessoas (páginas 14 e 15 do documento Floripa2030), no caso da UFSC, por exemplo, consta cinco participantes. Não está explícito se é representação oficial destas instituições universitárias.

Por sua vez, o movimento comunitário de Florianópolis cuja tradição é forte em debates sobre a ocupação, uso do solo e acumulou ao longo de anos uma concepção de cidade própria, se fez representar de maneira acanhada. Além de apenas duas entidades (Conselho Comunitário Jardim Cidade Universitária Florianópolis/SC - CONJARDIM e a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO) cada qual está na lista, representada por única pessoa Hélio Carvalho Filho e Jair Batista Ramos respectivamente.

Outrossim, percebe-se a ausência absoluta de representações importantes do movimento social ativo. Sindicatos de trabalhadores, movimento estudantil, assistência social, movimento cultural e movimentos ecológicos foram negligenciados pela seleta lista de convidados especiais da FloripAmanhã.

Buscando ampliar a caracterização da Associação FloripAmanhã, consideramos importante mencionar as palavras do Conselheiro e idealizador da FloripAmanhã, o empresário industrial e do setor turístico, proprietário do Costão do Santinho Resort, senhor Fernando Marcondes de Mattos em um segundo documento editado por ocasião da passagem do aniversário da Associação com o título “FLORIPAMANHÃ 10 Anos – Para fazer do futuro de Floripa nosso melhor presente”.

FloripAmanhã nasceu há dez anos com a vocação de trabalhar cenários de médio e longo prazo, portanto, relegando questões operacionais para se dedicar exclusivamente ao planejamento estratégico da cidade. Sempre teve consciência de que a história de uma cidade se escreve em décadas e não em anos. Nos seus cenários, FloripAmanhã teve plena consciência de que deveria ter um papel conciliador entre duas correntes antagônicas: a corrente dos que defendem a preservação do patrimônio ambiental de forma radical e irracional; e a corrente dos que querem o desenvolvimento econômico a qualquer custo. Nesse seu papel de agente conciliador, FloripAmanhã foi eloquente na defesa da tese de que o meio-ambiente e o desenvolvimento podem e devem ser parceiros na promoção de um crescimento sustentável que garanta para a posteridade as riquezas naturais e promova a geração de rendas e empregos, estes estimados em mais de 7.000 por ano em Florianópolis. [...] (MATTOS, 2016. p. 3).

Este texto, disposto na página 3 do documento de balanço da atividade da Associação, cujo título é “Papel Conciliador”, é demonstração de sua pretensão hegemônica, conceito este que a partir da abordagem gramsciana será apresentado mais à frente. A busca de uma posição conciliadora entre posições extremas, posições estas levantadas e qualificadas pelo próprio Marcondes, vez que considera a existência de uma vaga e abstrata corrente que defende a preservação do patrimônio ambiental de forma radical e irracional e outra que quer o desenvolvimento econômico a qualquer custo, é por sua vez, a negação das duas correntes e que em essência, é negando que se afirma como papel conciliador e espaço articulador de parcerias.

Mesmo contendo em seu GTA centros universitários de excelência, em nenhum momento se encontra academicamente, nos documentos analisados, a sustentação daquilo que Fernando Marcondes de Matos diz ser a Associação eloquente na defesa da tese: “[...] de que o meio-ambiente e o desenvolvimento podem e devem ser parceiros na promoção de um crescimento sustentável

que garanta para a posteridade as riquezas naturais e promova a geração de rendas e empregos [...]” (MATTOS, 2016. p.3). Falta apresentar, no documento, a defesa e a comprovação científica da tese, por outro lado, sobra retórica ideológica e doutrinação.

Continuando na caracterização e apresentação da Associação, não é desprezível, porém o fato de que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por ocasião da passagem do aniversário de dez anos da referida Associação, ter realizado uma Sessão Especial em sua homenagem em 12 de novembro de 2015. Na ocasião, foi orador oficial da aniversariante o publicitário Roberto Costa conhecido no meio político e empresarial catarinense. Na oportunidade, conforme transcrição que fizemos de seu pronunciamento (APÊNCICE C), Roberto Costa localiza com rigor o elemento central que impulsionou a criação da Associação. Neste pronunciamento o orador remonta ao início dos anos 90. Época em que um conjunto de entidades empresariais florianopolitanas financiaram uma forte e ampla campanha publicitária desenvolvida pela sua empresa Propague. Esta campanha tinha como propósito promover no imaginário social a ideia de que era indispensável seguir exemplos internacionais de desenvolvimento urbano e econômico. Apontava exemplos como Miami e Ibiza como modelos a serem seguidos. Mais do que isso. Operava um desmonte cultural. As características próprias e únicas de um modo de ser e viver foram atacadas. Em nome de uma modernidade repugnava o “provincianismo”. Sub-repticiamente trazia consigo um “pedido de desculpas” do que essencialmente é o nativo. A negação da autenticidade do modo de vida era um dos *fronts* do ataque, afinal o ideal e o correto estava lá fora, em outros países. Além do desdenhar, a campanha produziu uma forte ideia de que quem discordasse dos valores como o modelo econômico e a concepção de cidade que apregoavam eram enquadrados e reduzidos a dois rótulos, a saber: “inimigos da cidade” e do “contra tudo”. A campanha ficou conhecida como Campanha Do Contra.

Mais de vinte anos depois, o publicitário recupera a campanha sem, contudo, deixar de continuar entusiasta e mobilizado em seu favor.⁵⁶ Ao menos para ele, a Associação FloripAmanhã é uma nova roupagem da velha campanha. Vejamos:

⁵⁶Ler Apêndice C –Íntegra do pronunciamento de Roberto Costa na Sessão Especial pela passagem do aniversário da Associação FloripAmanhã - ALESC em 12 de novembro de 2015.

[...] No início da década de 90, algumas também dessas pessoas, estavam no auditório da Portobelo, ali na Rua DIB Mussi, pra criar um movimento chamado "Amigos de Florianópolis" que desenvolveu uma ampla campanha para cobrar os empreendimentos necessários para o crescimento sustentável da cidade. Empreendimentos que, naquela época, estavam travados em algumas esferas, comandadas pelos chamados "do contra". Os contra ao Centro de Convenções, contra as marinas, contra os hotéis da orla, contra a Beira Mar Sul, contra o Pólo de Informática, contra o Centro Desportivo do SESI, que acabamos perdendo para Blumenau. Enfim, foi uma campanha brilhante, com textos brilhantes do, outro apaixonado pela cidade, Sérgio da Costa Ramos, que mostrava outras cidades do mundo que tinham esses equipamentos e prosperavam em plena harmonia com o meio ambiente. Infelizmente alguns desses empreendimentos ainda continuam emperrados pelas forças ideológicas fundamentalistas, às vezes com desculpas histriônicas do tipo: "temos que proteger os golfinhos-cinza, os baiacus, as estrelinhas do mar, as piavinhas, os catadores de berbigão e os índios importados do Paraguai". Hoje, essas forças continuam agindo, seja impedindo que os nossos pescadores artesanais vendam peixe fresco para as peixarias, ou quando querem derrubar imóveis centenários, na beira da Lagoa como por exemplo o Restaurante Oliveira que tem. Está lá há 57 anos. Também cometem outros exageros que ameaçam e inibem os poderes constituídos e democraticamente eleitos pelo povo. (COSTA, 2015, TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO)

No entanto, o curioso é identificar em sua construção discursiva, uma abordagem simplificada de um tema tão complexo, e a busca de uma bipolaridade política (contra ou a favor; amigo ou inimigo; a favor ou contra as piavinhas). Deduz-se ser a maneira encontrada para desconstruir as opiniões divergentes sejam elas decorrentes de uma concepção distinta; de uma leitura do impedimento legal; do respeito à biodiversidade; da valorização de outras estratégias e do respeito a outros agentes sociais e econômicos. Relacionando as construções discursivas entre os empresários Roberto Costa e Fernando Marcondes de Mattos, encontramos pontos que se apoiam mutuamente. Enquanto Costa enfatiza a bipolarização (contra *versus* a favor, amigos *versus* inimigos), Marcondes oferece a mediação, o caminho da conciliação: a Associação FloripAmanhã.

O representante da FloripAmanhã (que também deve ter sido escolhido seletivamente), assume na sessão da ALESC, declaradamente uma caricatura de seus oponentes que além de ridicularizar, humilhar e diminuir, visa também eliminar ou guetizar qualquer interlocutor que não se submeta a opinião da Associação. Com facilidade, o representante da Associação atribui todos os seus desconfortos, ao que identifica como "forças ideológicas fundamentalistas". O objetivo é constituir uma versão dos fatos e da realidade reduzindo-os ao bem e ao mal em postura maniqueísta.

Em síntese, há largos registros que corroboram a existência na história de Florianópolis de entidades compostas predominantemente por empresários com participação de técnicos que se

constituíram com o propósito de dinamizar especificamente um setor econômico (turismo, construção civil, economia criativa, maricultura, pesca etc.), estas entidades, tinham e tem propósitos específicos e se assumem representantes de interesses particulares. É o caso por exemplo do Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil), ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis), CDL (Câmara de Diretores Lojistas), Fundação Pró-turismo (PROTUR) dentre outros. No entanto, a Associação FloripAmanhã tem característica distinta. É uma entidade ambiciosa que no dizer de Fernando Marcondes de Mattos nasceu para “[...] se dedicar exclusivamente ao planejamento estratégico da cidade” (FLORIPAMANHÃ, 2015, p.3)

Por sua vez, o empresário e Conselheiro Roberto Costa citando o artigo 4º do Estatuto da entidade define: “FloripAmanhã é uma entidade que nasceu com o propósito de fazer de Florianópolis e região um ambiente economicamente desenvolvido, socialmente justo e ecologicamente sustentável, com a preservação dos nossos patrimônios natural e cultural.” (FLORIPAMANHÃ, 2015, p 3)

Em resumo, a Associação FloripAmanhã, é uma entidade de tipo novo que nasce com objetivo de se construir referência da problemática urbana florianopolitana. Tem vínculos diretos e orgânicos com setores empresariais da atividade de construção civil e turística predominantemente. É expressão sintética do interesse de conservar e/ou promover a dinâmica econômica de um grupo social que pretende construir sua hegemonia formando alianças, influenciando o setor público e obtendo prestígio social para se tornar direção política por meio do consenso. FloripAmanhã é “aparelho privado de hegemonia”.

IV .4.2. UMA LEITURA DO DOCUMENTO FLORIPA 2030

Consideramos o documento “Floripa 2030 – Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região”, a principal produção da Associação FloripAmanhã. Quando analisa os cenários, mera especulação de tendência de desenvolvimento da cidade, o documento considera três possibilidades, a saber:

- 1 – Vancouver-Sydney – crescimento populacional e de atividades econômicas melhor distribuídas entre a ilha e o continente. Crescimento populacional direcionado ao continente com máxima qualidade turística e ambiental.
- 2 – Rio-Cingapura – máximo crescimento de habitantes na ilha e diversidade populacional com situações de alta densidade e conflito social; forte pressão sobre os ecossistemas naturais.

3 – Baixo crescimento e dispersão na ocupação territorial. Contrário ao padrão de investimento atual (verticalização) forçaria uma ocupação em áreas frágeis e valiosas (sonho da casa individual). (FLORIPAMANHÃ, 2016, p.36)

O documento “aposta” que o cenário mais provável é o cenário de número 2 (Rio-Cingapura). Esta conclusão decorre de ser “[...] o cenário das tendências de investimentos atuais, com grande riqueza de oportunidades econômicas e crescentes crises socioambientais.” (FLORIPAMANHÃ, 2016, p.36)

Ao vislumbrar o cenário “Rio-Cingapura” como o mais provável para Florianópolis o relatório prevê o máximo crescimento populacional na Ilha e elenca as seguintes ameaças (FLORIPAMANHÃ, 2016, p.37):

- a - aumento de congestionamento;
- b - aumento da dependência de recursos externos;
- c - possibilidade de dispersão no continente;
- d - dificulta a implantação da manutenção da reserva da biosfera em ambiente urbano porque descaracteriza os critérios;
- e - periferização no continente;
- f - intensa concentração de população;
- g - dificuldade de gestão.

Figura 16 - Florianópolis, população flutuante e residente por distrito, 2005-2030

Distrito	2005	2010	2020	2030
Sede Centro	188 999	221 207	291 706	348 441
Sede Continente	108 483	111 255	124 579	145 404
Barra da Lagoa	13 972	16 591	21 562	26 696
Cachoeira do Bom Jesus	66 713	81 960	103 780	123 828
Campeche	35 201	44 831	64 289	82 012
Canasvieiras	102 610	127 925	168 485	212 748
Inglese	80 650	104 827	142 074	178 960
Lagoa da Conceição	27 718	35 017	47 171	59 499
Pântano do Sul	10 250	11 964	14 589	16 926
Ratones	4 711	5 826	8 436	10 614
Ribeirão da Ilha	32 347	34 816	38 558	42 445
Rio Vermelho	14 516	19 932	30 347	41 743
Santo Antônio de Lisboa	8 015	9 109	11 484	13 801
Total	694 185	825 262	1 067 057	1 303 118

Fonte: FloripAmanhã 2016

A opinião final expressa no relatório Floripa 2030, é o prevalecimento de um cenário assustador. Este máximo crescimento populacional projetado para a Ilha de Santa Catarina aponta de acordo com estudos encomendados pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) que a população flutuante e residente deverá até o ano de 2030 aumentar 87,72% quando comparada com 2005, alcançando 1.303.118 (um milhão trezentos e três mil e cento e dezoito) habitantes.

No entanto, mesmo projetando um “cenário assustador” para o futuro florianopolitano, o documento não para aí sobre as questões sombrias que rondam nossa capital. Diz ele: “Como consequência, o crescimento populacional exige reconsiderar o padrão de ocupação atual. Com uma expectativa de 1.300.000 habitantes e a baixa capacidade de suporte ambiental da ilha, será necessário repensar e redirecionar a localização do acréscimo de população previsto”. (FLORIPAMANHÃ, 2016, p. 30)

Ora, neste particular o documento é o reconhecimento que o desenvolvimento posto em curso nas últimas décadas, obra dos “amigos” da cidade, trouxe consigo uma ameaça para o futuro como um todo. Afinal, na medida em que uma cidade não consegue ambientalmente suportar seu próprio crescimento ela tende ou a colapsar ou a transferir o ônus de seu possível colapso para outros locais. Esse redirecionamento sugerido significa “livrar” a Ilha de Santa Catarina de um

peso populacional atraído pelo próprio modelo projetado pela burguesia local e induzir esse crescimento para a porção continental florianopolitana ou ainda para municípios de sua vizinhança. Alguns dos expedientes usados para este intento deverão ser:

- a - a intensificação da supervalorização do preço da terra;
- b - o zoneamento e o uso do solo.

Em outras palavras, se nada for feito, se nenhum desvio de rota for desenvolvido, a tendência é a produção cada vez maior de um isolamento dos ricos na Ilha de Santa Catarina ou ainda uma “guetização burguesa” e conseqüentemente o despejo de contingentes populacionais crescentes no continente e região metropolitana. A transferência do adensamento populacional para a porção continental do município de Florianópolis, por meio da verticalização, tem sido defendida pelos diretores da Associação FloripAmanhã, Sinduscon e Movimento Floripa Sustentável (conforme entrevistas realizadas pelo Laboratório de Planejamento Urbano - Cidade e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e apresentadas no Capítulo 5) e pela equipe de governo da prefeitura municipal. Esta estratégia é apontada como a opção para salvar as Áreas de Preservação Permanente evitando uma horizontalização da expansão urbana e redução de investimentos na infraestrutura pública (escolas, centros de saúde, pavimentação, saneamento básico etc.).

Mais recentemente, dada a urbanização acentuada e ao polinucleamento da Ilha de Santa Catarina, criou-se uma narrativa em favor da criação de um “mercado de habitação popular” a ser estimulado com a Revisão do Plano Diretor⁵⁷ (Lei 482/2014). Há por parte de determinados agentes sociais (as entrevistas que apresentamos comprovam) o reconhecimento de que tornou-se insuportável as distâncias entre as necessidades de serviços de apoios (restaurantes, jardinagens, domésticos etc) e o conjunto dos trabalhadores que cada vez mais distanciam-se em termos de suas moradias em relação ao local de trabalho. Esse “mercado de moradias populares” seria produzido a partir de incentivos de potencial construtivo, ou seja, quem investir em moradia popular teria suas

⁵⁷ Elementos que compõem a estratégia de defesa da Revisão do Plano Diretor podem ser encontrados na entrevista do secretário de mobilidade e planejamento urbano de Florianópolis Michel Mittmann no “Programa SC no Ar” da empresa NDTV. Disponível em https://ndmais.com.br/infraestrutura/sc-no-ar-recebe-o-secretario-de-mobilidade-e-planejamento-urbano-de-florianopolis-michel-mittmann/?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=ndmais_share acessado em 05 de janeiro de 2022.

“recompensas” em termos de maior volume de construção. Essa estratégia além de falaciosa, tem como pano de fundo, incentivar a verticalização, justificando esse objetivo com ar caridoso a baixa renda e/ou um estilo de ocupação do território racional. Essa ideia decorre, ao nosso entender, do reconhecimento da existência do que o Documento Floripa 2030 convencionou chamar de ameaças. É uma tentativa de reversão/contenção da gentrificação urbana em Florianópolis. O objetivo na prática é inerente a necessidade de racionalização das atividades econômicas do município sobretudo, reduzindo o tempo de locomoção (moradia/trabalho/moradia) de um significativo contingente da força de trabalho de alguns municípios da região metropolitana (São José, Biguaçu, Palhoça) e nada tem a ver com combate às desigualdades e promoção do direito a cidade. No caderno Floripa 2030 no Passo 3 da matriz Síntese do Fluxo das Ideias, mais precisamente na página 34 do documento, fica explícita a preocupação quando se aponta como elemento de “causa e efeito” o que segue:

Figura 17: Síntese do Fluxo das Ideias



Fonte: elaboração do autor

Ao textualmente se analisar a Figura 12, é fácil perceber e concordar com a relação causa e efeito. No entanto, o documento é frágil na prognose. Essa fragilidade é inerente ao agente social que declara a existência da relação causa/efeito. No conjunto da minuta apresentada para efetuar a Revisão do Plano Diretor, onde este segmento social teve forte influência na elaboração e grande adesão ao documento, o que se percebe é mais do mesmo isto é, incentivos para ampliar o potencial construtivo para resolver um problema (falta de política habitacional). Se o setor da construção civil construir habitação popular haveria (na proposta de minuta) contrapartida em lei

do poder público para a iniciativa privada. Ao invés de o poder público elaborar um programa de moradia popular, ele se abstém e transfere a investimentos privados. É sabido que o “mercado” tem em sua natureza o processo de exclusão na medida em que só dialoga com quem tem dinheiro. Somente ações fortes do Estado são capazes de reverter o processo de exclusão a que estão submetidos um grande contingente social. Na ausência de ações efetivas e contratantes do Estado, a população pobre se vê forçada a ocupar áreas inseguras, impróprias para habitação e que colocam em risco a sua própria vida. Há um processo de marginalização social e territorial. Seria então, o Estado o instrumento para mitigar a desigualdade e não o mercado. Este último ao contrário, em sentido amplo e no contexto capitalista é a causa de todas as mazelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão central a que chegamos é de que Florianópolis alcançou a partir dos anos 80 até os dias atuais um estágio de qualidade superior na forma política organizativa de expressivo segmento empresarial. Este salto organizativo reside na mudança das relações, na esfera da superestrutura, entre a classe dominante local *versus* Estado (com suas políticas públicas) e *versus* a sociedade no seu todo. Estas relações migraram de “pauta de reivindicações” voltada ao poder público local para um nível superior, ou seja, estabelecimento de relações orgânicas e de influência direta no poder local constituído, ao mesmo tempo em que esta classe dominante local dirige um processo vivo, aberto e intenso de hegemonia na sociedade. Concluímos que o empresariado local constituiu, com o passar do tempo, um aparato organizativo vigoroso para defender e expandir seus próprios interesses, simulando falar em nome de todos. Este aparato organizativo é múltiplo e exerce influências amplas e variadas, engendrando conseqüentemente profundas alterações na superestrutura, mas não somente.

No âmbito da batalha de ideias, com suas casamatas, muitas delas invisíveis, mas efetivas e reais, instaladas no seio da sociedade civil, o empresariado local, derrama sobre as consciências valores que lhe dão cada vez mais, suporte para criar e consolidar suas relações de hegemonia e supremacia de poder. Com relativa capacidade sincrônica o empresariado local lança campanhas, pautas, projetos que atuam na busca da produção de convencimento da superioridade de suas ideologias, valores, cultura e utopias perante o conjunto da sociedade produzindo a cidade mercantilizada, a cidade de seus sonhos: a cidade-mercado. Esta capacidade de intervir vai criando as condições gerais necessárias para a produção e reprodução, não só, do capital autóctone, mais também de um capital metropolizado e internacionalizado.

Essas campanhas não são extemporâneas e nem guardam grandes distâncias temporais entre si, ao contrário, estão presentes no cotidiano social e são desenvolvidas por meio de uma variedade imensa de instrumentos comunicacionais e estratégias, dentre elas podemos citar o *branded content*⁵⁸; as entrevistas seletivas na programação diária dos veículos de rádio e televisão; as

⁵⁸ Para melhor entender a estratégia *branded content*, ler a matéria do blog de Eduardo Correia disponível em <https://br.sharpspring.com/blog/branded-content/> e acessado em 11 de dezembro de 2021.

matérias e coberturas provocadas a partir de *relises* de agências e equipes de assessoria de imprensa dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial (APHE) e também de extenso material publicitário pago para veiculação na grande mídia local, bem como, pela propaganda institucional dos poderes executivos (prefeitura e governo do estado principalmente) e dos poderes legislativos municipal e estadual, além do uso intenso das redes sociais.

A síntese do conjunto dessas estratégias é a descarga de uma massa de informações e formações oriundas do aparato midiático (mídia comercial) comprometido com sua própria sobrevivência e contaminado com a reprodução dos interesses dos agentes empresariais e políticos dominantes locais. O conjunto dessas estratégias também estão dirigidas para combater e isolar agentes políticos e sociais que atuam em suas contraposições especialmente universidades, sindicatos de trabalhadores e partidos políticos de esquerda. De todo esse conjunto, decorre uma acumulação que resulta cada vez mais em subjugação e acomodação de camadas populares e ampliação dos controles de um lado, gerando novo ciclo vicioso que reitera e reforça as capacidades dominantes criando condições renovadas para o avanço da doutrina neoliberal em sintonia com ascensão política e cultural conservadora de outro lado sem jamais prescindir dos instrumentos e ameaças coercitivas (hegemonia couraçada de coersão). Avanço este que vai produzindo no imaginário social de que é natural a desigualdade social, a poluição das praias (não tem muito o que se fazer), o desmatamento (em nome do progresso) etc. Neste diapasão, a cidade vai sendo mercantilizada, privatizando o lucro e socializando o prejuízo. A cidade-mercado se agiganta em detrimento do direito a cidade.

Não estamos reduzindo a superestrutura aos elementos comunicacionais. A hegemonia em dada sociedade, e em particular também na florianopolitana, é constituída por um complexo processo de múltiplos instrumentos e pela totalidade das relações sociais. Há uma estruturação objetiva de relações econômicas e sociais que se reproduzem pelas suas próprias dinâmicas e forças intrínsecas. Os instrumentos comunicacionais apoiam, reproduzem, e desenvolvem aperfeiçoamentos dos processos de dominação e hegemonização sem serem a razão única e definitiva. A superestrutura se eleva da base material e objetiva, e dialeticamente interage com a infraestrutura.

Para evitar conclusões economicistas na relação entre a base material da sociedade, economia (infraestrutura) e os elementos culturais, políticos, ideológicos, morais, sociais (superestrutura), Antônio Gramsci sem negar a determinação do segundo pelo primeiro e reconhecendo suas independências e determinações relativas, observou profundas modificações na dinâmica da sociedade e concluiu existir um maior alargamento entre as esferas da infra e da superestrutura, um espaço ampliado de liberdade do segundo para com o primeiro. Nosso trabalho trilhou como objeto de estudo o caso florianopolitano a partir desta situação constatada e teoricamente desenvolvida pelo marxista sardo. Sem abandonar a relação constitutiva das esferas (Bloco Histórico) focamos no estudo da maneira particular do empresariado em conceber a cidade e no seu comportamento na batalha de ideias para sua viabilização. A forma dele trabalhar o campo da subjetividade social para obter êxitos nas suas objetividades particulares. Neste sentido, focamos em um dos documentos organizados para expor suas ideias e conquistar opiniões. Nesse documento produzido pela Associação FloripAmanhã denominado “Floripa 2030” está previsto um cenário para o futuro florianopolitano que tende a ser desastroso. A saber: Rio-Cingapura – máximo crescimento de habitantes na ilha e diversidade populacional com situações de alta densidade e conflito social; forte pressão sobre os ecossistemas naturais. (FLORIPAMANHÃ. 2016 p.36)

Mesmo, não havendo um desenvolvimento detalhado sobre a caracterização desse cenário “Rio-Cingapura”, (Rio de Janeiro-Cingapura) está previsto, no entender da Associação, um impasse onde se prevê “alta densidade e conflito social” que inclusive é estimulado e desejado (dado como irrefreável) pelo vigente Plano Diretor do município (LC 482/2014), pelos mentores de sua revisão a partir de janeiro de 2021, e também pelo conjunto de palestras, seminários, entrevistas de autoridades e lideranças empresariais. De outro lado, há também previsão de “forte pressão sobre os ecossistemas naturais.”. O que vem a ser “forte pressão sobre os ecossistemas naturais”? Entre os seus estudos de três cenários a Associação FloripAmanhã entende ser o “Rio-Cingapura” o mais provável. A passagem que apresentamos acima do documento da FloripAmanhã é revelação do pensamento de setores organizados do empresariado local e corrobora com a afirmação que fizemos referente ao avanço das desigualdades sociais e do neoliberalismo. No entanto, quando este segmento demonstra ter ciência do que está por vir, não aponta o desvio de rota e nem oferece capacidades cognitivas, organizativas, financeiras e de políticas públicas para sua superação, ao contrário, é mais do mesmo ou mero adaptacionismo. Nosso entendimento leva

a conclusão de que os estudos sobre a projeção de possíveis cenários estão mais voltados para melhor localizar os investimentos, tirar proveito da tendência de futuro do que atuar para negar a possibilidade que ele se efetive.

Esse processo de construção de hegemonia a que nos referimos assume um caráter multifacetado. As entidades empresariais (APHE) aqui apontadas constroem cotidianamente no imaginário social a valoração de empresas, mercado e iniciativa privada como se fossem superiores, semi-deuses, em detrimento das estruturas públicas e Estatais ou de um outro modo de pensar e agir para a reprodução da vida fora dos seus padrões aceitáveis. O esforço está voltado para produzir uma pretensa superioridade em relação tanto ao modelo de sociedade capitalista em sentido amplo (produção, distribuição e consumo), como na suposta ineficiência das estruturas do setor público e na falência definitiva de qualquer outra forma que suplante a formação social burguesa.

Para dar consequência a este modelo de desenvolvimento foi necessário a estruturação de entidades de tipo novo nomeadamente por Antonio Gramsci de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), com redes de relação amplas e forte influência nos meios de comunicação de massa e também com vínculos políticos produzindo uma geração de lideranças e estilos de ação de caráter orgânico aos interesses do capital local. Decorrentemente passou a existir e se consolidou uma coalizão de forma mais intensa e uma vinculação estreita entre a tríade a) formas de poder local (prefeitura, Câmara de Vereadores e poder judiciário); b) veículos de comunicação de massa e c) Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial (APHEs). Este processo está longe de representar um processo democratizante e de reverberação dos interesses de variados segmentos da sociedade. Estrategicamente se desenvolveu novas relações intra e entre classes sociais de modo a fazer prevalecer a supremacia de um coletivo empresarial hegemônico local sem, contudo, transparecer o seu “rosto”.

O afã de “inventar a cidade de Florianópolis” sob a hegemonia burguesa não advém de mera adoração por sua territorialidade (características culturais ou paisagísticas, por exemplo). É mister perceber a invenção da cidade como decorrência de necessidades intrínsecas e imanentes do próprio capital. Marx e Engels concluíram em seus estudos que o capital produz excedentes de capital e enquanto valor-que-se-valoriza traz consigo necessidades de desconstruir e reconstruir

para seguir sua incessante, mas não infinita, marcha de acumulação. O turismo e/ou a construção civil, por exemplo, são materializações da necessidade da acumulação de capital. A cidade é “fabricada” porque o capital necessita reproduzir sua acumulação, sendo assim, torna-se indispensável engendrar uma formatação do modelo de cidade para atender à necessidade de reprodução do capital e negar suas crises e não o inverso como aparenta. A cidade tornou-se condição geral para o capital e ao mesmo tempo sua força produtiva. Tornou-se porque a cidade é anterior, é pré-capitalista. A urbe converteu-se ao capital, deu um giro, tornando-se ambiente indispensável por suas capacidades de concentração de força de trabalho, adensamento de moradia e racionalização dos investimentos em infraestrutura voltada à produção e circulação de mercadoria. O intenso processo de urbanização do planeta ganhou contornos em que o capital na origem dele (do processo de urbanização) se favoreceu e dialeticamente o converteu ao capitalismo. Ou seja, é o capital que precisa por sua essência de cidade e não necessariamente é a cidade que precisa de capital. Isso é hegemonia.

Esse processo, porém, esbarra em contradições que são inerentes as leis que regem a produção e reprodução do próprio capital. O capital enquanto valor-que-se-valoriza tem contradições que impõe dificuldades para se movimentar em direção de sua razão de existir. Contradições estas que criam possibilidades para sua superação, brechas que se abrem para a sua própria negação. A cidade neste contexto capitalista vive o mesmo impasse. É espaço para sua reprodução, é espaço de sua crise e espaço de possibilidade de sua superação por ser base material, e ter força objetiva e espaço de disputa de ideias e direcionalidades.

Ademais, reconhecemos como elemento limitador desse processo, as dificuldades que o sistema capitalista traz consigo no exercício efetivo da democracia. Limitador porque o sistema não absorve com radicalidade valores que ele mesmo exalta e promove. A transparência, a democracia, a participação, a liberdade são valores que não podem ser alargados e precisam ser inibidos e controlados no estreito limite de uma “ordem consentida” e sem ameaças. Florianópolis ocidentalizada reúne um contingente expressivos de Aparelhos Privados de Hegemonia que participam intensamente da disputa de hegemonia. É luta real e viva em busca de cidade sonhada por distintos atores sociais. Utopias disputadas.

A pesquisa exigiu que nos aproximasse de alguns aparelhos privados de hegemonia empresarial para melhor traçar suas convicções a respeito do desenvolvimento e perspectivas de futuro para Florianópolis. Em razão das características próprias do autor deste trabalho, características decorrentes sobretudo da posição de agente público exercendo a função de vereador no período da pesquisa, encontramos dificuldades para essa aproximação. Não fosse o trabalho do Laboratório de Planejamento Urbano – Cidade e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) talvez não tivéssemos chegado ao ponto que precisávamos. As dificuldades encontradas no curso da pesquisa também são de outra ordem. Sem haver dedicação exclusiva para o desempenho investigatório, a pesquisa se deu em meio ao trabalho intenso da atividade parlamentar e de militância político partidária. Reconhecemos que essa situação, em determinado aspecto favorece o grau de compreensão dos fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da pesquisa, no entanto, por outro lado, traz grandes dificuldades para a sistematização e a produção acadêmica propriamente dita, esta situação está melhor desenvolvida no Prólogo do presente trabalho.

O leitor atento ao trabalho que ora apresentamos, consegue perfeitamente perceber que há a possibilidade de ainda se “explorar” um campo enorme e aberto para a pesquisa. Qual o desfecho do processo de revisão do plano diretor de Florianópolis instituído pela LC 482/2014 que foi inaugurado a partir de janeiro de 2021? Além dessa questão que só poderá ser estudada após sua conclusão, isto é, com o passar do tempo, vez que ele está em franco curso de disputa, ainda apontamos uma outra linha de pesquisa: o estudo das percepções de aparelhos privados de hegemonia não empresarial sobre a forma de pensar o futuro da cidade de Florianópolis. Também, frisamos estarmos cientes que não esgotamos os estudos sobre os aparelhos privados de hegemonia empresarial florianopolitano. Ao contrário, sabemos que ainda temos muitas questões ocultas, estrategicamente preservadas pelos representantes empresariais que assumem a liderança da cena. No entanto, parece que este bloqueio faz parte do “jogo” e sempre haverá um certo grau de escuridão. Esta situação, também abre a necessidade de um acompanhamento vivo e real de seus desdobramentos, o tempo vai elucidando as informações e interesses reservados. Se este trabalho servir para o enfrentamento das mazelas e perversidades da cidade-mercado e a sua gestão neoliberal, que fique compreendido que não há conclusões definitivas. O conflito estará presente e a luta árdua será incessante.

Florianópolis, assim como outras cidades, vive momentos decisivos. Uma grande guerra de longo prazo, com altas e baixas intensidades, está acontecendo para mudar suas características e intensificar sua relação com o capital. A velocidade compulsória presente na dinâmica do capital em se reproduzir (sua rotação) impõe alucinadamente um ritmo para cada vez mais compor uma modelagem que lhe sacie, seja sua imagem e semelhança e para tal, destrói tudo que aparece pela frente, não perdoa. O crescimento da cidade, com verticalizações cada vez maiores e sem o correspondente em infraestrutura urbana, mesmo em nome do desenvolvimento, compromete a qualidade de vida. É uma volúpia. Para as elites locais hegemônicas a “sustentabilidade” do desenvolvimento é um verniz, uma retórica para empurrar com a barriga o colapso iminente. Esta retórica é uma das batalhas para almejar o objetivo da guerra. Concessões quando acontecem são raras e mínimas. O capital tem necessidades insaciáveis e não nos iludamos. Os aparelhos privados de hegemonia não empresarial estão desafiados a se conectarem com a agenda apresentada pelos professores Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior e apontada aqui no nosso trabalho. Afirmar um projeto alternativo ao sonho de cidade-mercado das elites empresariais locais é uma necessidade histórica. Quiçá, ao invés de as flechas se entortarem no local, possamos quebrá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Anderson Carlos Santos de (org.). **Memória na quarentena** - Livro eletrônico Florianópolis: Centro de Documentação e Pesquisa Casa da Memória, 2020.

ARRUDA, Ângelo. **Transcrição de áudio**.

AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs.) **A Teoria Marxista hoje – problemas e perspectivas**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

ANDERSON, Perry. **As ideias e a ação política na mudança histórica** – (in. BORON, Atilio A.;

ANDERSON, Perry. **Renovação**. Revista Praga – Estudos marxistas. São Paulo, n.9, p.7-26, jun. 2000.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (Orgs.) **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis RJ: Editora Vozes. 2000.

AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641267> .

BASTOS, José Messias. **Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina**. In: LINS, Hoyêdo Nunes, BASTOS, José Messias, CHEREM, Rosângela Miranda, SANTOS, Maurício Aurélio dos, Ensaio sobre Santa Catarina (Org.) Ensaio sobre Santa Catarina. Florianópolis/SC. Letras Contemporâneas, 2000.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo – de 1500 aos nossos dias**. Editora Brasiliense. São Paulo/SP 2004.

BIGNOTO, Newton. **O Brasil à procura da democracia - da proclamação da República ao século XXI (1889-2018)**. Editora Bazar do Tempo, Rio de Janeiro/RJ, 2020.

BOPPRÉ Afrânio. **Expansão Urbana em Florianópolis: conflito entre a cidade legal e a cidade real**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

BOPPRÉ, Afrânio. Capital de Marx: os que mais criticam são os que não leram, **Revista Socialismo e Liberdade**, n. 19. p. 52 – 53, 2017. Disponível em: <http://www.laurocampos.org.br/2017/08/22/revista-no-19-socialismo-e-liberdade-2017>. Acesso em: 20 dez 2017.

BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs.) **A Teoria Marxista hoje – problemas e perspectivas**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

BRUM, Argemiro Jacob. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Editora Vozes, 2012.

CAMPOS, Nazareno José. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis – relações sociais e econômicas**. Editora Insular 2000. Florianópolis SC.

CARUSO, Mariléa Martins Leal. **O Desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais**. 2ª edição revista. Editora da UFSC. Florianópolis – SC, 1990.

CARVALHO, Edmilson. **Totalidade como categoria central na dialética marxista**. Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/07/totalidade-como-categoria-central-da.html> . 2008.

CECA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha – relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina** – Editora Insular, Florianópolis/SC, 1996.

CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES. **Resolução Nº 83**. Brasília DF. 2009.

COSTA, Roberto. Transcrição de discurso proferido na ocasião 10 anos FloripAmanhã. ALESC. **Sessão Especial FloripAmanhã 10 anos**. Vídeo Compact Disc (CD). Em 12/11/2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: O marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política – a dualidade de poderes e outros ensaios**. Cortez Editora, São Paulo/SP, 1994.

COVELHO, Cristina. HORN FILHO, Norberto Olmiro e BRILHA, José , **A Geodiversidade do Município de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: Valores e Ameaças**. Revista do Departamento de Geografia, Volume Especial – Eixo 6 (2017) 104-111 2017.

CUNHA, Luis Felipe. **A construção da esfera pública e os planos diretores participativos**. In. Elson Manoel Pereira (org.) A Alegoria da Participação. Editora Insular.

DREIFUSS, Renê. **O Jogo da Direita**. Editora Vozes, 1989. São Paulo/SP.

DOBB, Maurice. **Uma réplica**. In. A transição do feudalismo para o capitalismo. Editora Paz e Terra. São Paulo/SP, 2004.

DOBB, Maurice. **Um comentário suplementar**. In. A transição do feudalismo para o capitalismo. Editora Paz e Terra. São Paulo/SP, 2004.

EVANGELISTA, Olinda. **I Seminário Educação, Estado Ampliado e Hegemonias**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BddFNa3NMQ4> .

FALCÃO, Luiz Felipe. **Quando os “nativos” e os “haoles” se encontram**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.- UDESC Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_92ccf83c8696181853bbcf45ccd712a0.pdf .

FERNANDES, Florestan, **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

FLORIPAMANHÃ. **10 Anos**: Para fazer do futuro de Floripa nosso melhor presente. Disponível em: <http://floripamanha.org>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

FLORIPAMANHÃ. **Floripa 2030**: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região. **FloripAmanhã**, n.2, p. 2, 2016.

FLORIPAMANHÃ. **Quem somos**. Disponível em: <http://floripamanha.org/quem-somos/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

FLORIPA SUSTENTÁVEL. **Os Ventos do Século XXI**. Disponível em: <http://floripasustentavel.com.br/manifesto-os-ventos-do-seculo-xxi/>. 2018.

FONTANA, Remy, **Uma novidade política**. Introdução. In: GRANDO, Sergio. **Florianópolis de todos**. (Org) Florianópolis: insular, 2000.

FONTES, Virgínia. **Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes?** In: Revista Outubro n. 31.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: Teoria e História, Rio de Janeiro – RJ: UFRJ Editora, 2010.

FRÉZIER, Amédée François. **Ilha de Santa Catarina - relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Editora UFSC, 1984.

FURLAN, Oswaldo Antônio. **Influência Açoriana no Português do Brasil**. Editora da UFSC – Florianópolis – SC, 1989.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia** – Editora Ática. São Paulo/ SP – 2000.

GRAMSCI, Antonio. A Revolução contra o Capital. In: COUTINHO Carlos Nelson (Org.) **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. Hegemonia, Guerra de Movimento, Guerra de Posição–guerra de posição e guerra manobrada ou frontal. In: COUTINHO Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

GREGORI, Lúcio. **Tarifa Zero – a cidade sem catracas**. São Paulo/SP. Autonomia Literária, 2020.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

HARO, Martim Afonso Palma de (Org.) **Ilha de Santa Catarina – Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Editora da UFSC. Florianópolis – SC, 1984.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. ANNABLUME Editora. São Paulo/SP, 2006.

- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Edições Loyola, São Paulo/SP, 2003.
- HILTON, Rodney. **Um comentário**. In. A transição do feudalismo para o capitalismo. Editora Paz e Terra. São Paulo/SP, 2004.
- HOBSBAWN, Eric John Ernest. **A crise geral da economia europeia do século XVII**. In. In. Capitalismo – Transição. Editora Moraes, SD.
- HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Do feudalismo para o capitalismo**. In. A transição do feudalismo para o capitalismo. Editora Paz e Terra. São Paulo/SP, 2004.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Editora LTC – São Paulo/SP, 1974.
- IANNI, Octávio. **Classe e Nação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.
- IANNI, Octávio. **O Ciclo da Revolução Burguesa**, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro – Inflação e Deflação**. Editora Nova Cultural.
- KONDER, Leandro. **O Marxismo na Batalha das Ideias**, São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.
- KOURY, Ana Paula. **A política urbana e a questão social: Quitandinha, o que restou?** Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.159/4846> .
- KRUSENSTEN, Adam Johann von. **Ilha de Santa Catarina - relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Editora UFSC, 1984.
- LABORATÓRIO DE PLANEJAMENTO URBANO – CIDADE E SOCIEDADE UFSC. **Entrevistas**. 2021.
- LANGSDORFF, Georg Heinrich von. **Ilha de Santa Catarina - relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Editora UFSC, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**, Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **Marxismo: uma breve introdução**, 2016 (Coleção L&PM POCKET).
- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Editora Ulisseia, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Editora Ulisseia, 1972.
- LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS. **Art. 59 LOM**.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **Que fazer?**. Editora Hucitec, 1979.
- LENZI, Maria Helena. **A invenção de Florianópolis como cidade turística – discursos, paisagens e relações de poder**. USP - São Paulo, 2016.

- LEPRE, Aurelio. **O Prisioneiro – A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro – RJ, 2001.
- LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento urbano e meio ambiente**, Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2007.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOUREIRO, Gean Marques. **Mensagem PMF – 2018. Proposta de Lei 17.536/2018**.
- MACHADO, Ewerton Vieira. **A Inserção de Florianópolis na Formação Socioespacial Brasileira Contemporânea**. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org.). **Território Brasileiro – Usos e Abusos**. Edições Territorial, 2003.
- MACHADO, Marcelo. **Parecer Procuradoria da Câmara Municipal de Florianópolis**. CMF – 2021.
- MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes. 2001.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Livraria Martins Fontes Editora LTDA. – São Paulo/SP. 1983.
- MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro – RJ. 2001.
- MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Martins Fontes, 1993.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. Editora Boitempo, 2020.
- MATOS, Felipe. Cunha Maria Teresa. **Entre chamas e labaredas: histórias de fogueiras de impressos em Florianópolis no século XX**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/76581> .
- MATTOS, Fernando Marcondes de. **Papel conciliador**. In: FLORIPAMANHA, 10 ANOS, 2016.
- MÉSZÁROS, István. **O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros**. Revista Crítica Marxista, São Paulo, v. 1, n. 2., 1995.
- MIGLIOLI, Jorge. **Dominação burguesa nas sociedades modernas**. Revista Crítica Marxista nº 22, Editora Revan. Campinas/SP, 2006.
- MIGUEL, Salim. **Primeiro de Abril – Narrativas da Cadeia**, Livraria José Olympio Editora SA, 1994.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **Recomendação**. Disponível em: <https://www.mpSC.mp.br/noticias/mpsc-recomenda-ampliacao-da-participacao-popular-na-revisao-do-plano-diretor-de-florianopolis-#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico%20de%20Santa,do%20Plano%20Direto>

[r%20do%20Munic%C3%ADpio](#) .

NASCIMENTO, Marcelo Vieira. **Orquídeas Nativas de Florianópolis – conhecimento, educação e conservação**. Edição do autor, 2021.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx uma biografia**. BOITEMPO Editorial. São Paulo/SP 2020.

NOTÍCIAS DO DIA. **Revisão do Plano Diretor de Florianópolis terá mais treze audiências públicas** – 04 de janeiro de 2022.

NOTÍCIAS DO DIA. **Dossiê**. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/projeto-do-parque-marina-beira-mar-norte-e-aprovado-na-camara-de-vereadores/> .

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis – uma crítica à indústria pós-moderna**. Editora da UFSC. Florianópolis/SC, 1998.

PACHUKANIS, Evguiéni Bronislávovitch. **Fascismo**. Editora Boitempo. São Paulo 2020.

PARAIN, Charles. **Evolução do sistema feudal europeu**. In. Capitalismo – Transição. Editora Moraes, SD.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo – SP: Boitempo Editorial, 2008.

PEREIRA, Elson Manoel. SANTOS, André Luiz. **As condições para um planejamento urbano participativo**. 2015.

PEREIRA, Elson Manoel. CONFLUÊNCIAS | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Vol. 20, nº 2, 2018. pp. 73-87

PEREIRA, Elson Manoel. **Planos Diretores Participativos pós-Estatuto da Cidade**. Editora Insular. Florianópolis, 2015.

PEREIRA, Elson Manoel. Planejamento Urbano em Florianópolis e cidade contemporânea. In: PEREIRA e DIAS (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil. Passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011.

PEREIRA, Elson Manoel. **Insurgência em espaços institucionais: entre interesses do capital e o espaço banal**. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis. No Prelo.

PEREIRA, Elson Manoel. Política Urbana Brasileira e o Ideário Crítico da da Reforma Urbana Introduzido na Constituição de 1988. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34560/19964> .

PLEKHANOV, Guiorgui Valentinovitch. **O Papel do Indivíduo na História**. Editora Expressão Popular LTDA. São Paulo – SP. 2006.

PROCACCI, Giuliano. **Uma sinopse do debate**. In. A transição do feudalismo para o capitalismo. Editora Paz e Terra. São Paulo/SP, 2004.

PROGRAMA 01. **TV Cesar Souza Junior**. Florianópolis: 22 de agosto de 2012. Programa de TV.

REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL JUNTO AO MPSC. 2021.

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA v. 25, n. 48 p. 299-326, dez 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Edusp – Editora da Universidade de São Paulo – 2008.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. Revista Observatório Social da América Latina (OSAL – CLACSO) – nº16, 2005.

SANTOS, Milton. **A formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia Nº 54, 1977.

SANTOS, Samuel Steiner. **Entre transformações e permanências: os institutos de planejamento urbano de Florianópolis e Joinville, 2015**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves e RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Desafios da questão urbana na perspectiva do Direito à Cidade**. IN: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos, CHRISTOVÃO, Ana Carolina, NOVAES, Patrícia Ramos organizadores. **Políticas públicas e direito à cidade : programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais** - Rio de Janeiro : Letra Capital: Observatório das Metrôpoles : IPPUR/UFRJ, 2011.

SILVA, Célia Maria. Ganchos/SC – **Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Editora da UFSC, 1990.

SINTRASEM. **Denúncia: proposta de revisão do prefeito não envolveu técnicos da FLORAM e IPUF**. 2021.

SOARES, Iaponan (Org.) - **Estreito – vida e memória**. Fundação Franklin Cascaes, Florianópolis/SC, 1990.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**. Editora Consequência, 2015. Rio de Janeiro/RJ.

SWEEZY, Paul. **Uma crítica**. In. A transição do feudalismo para o capitalismo. Editora Paz e Terra. São Paulo/SP, 2004.

THOMAS, S. Kuhn. **A estrutura das revoluções científicas**. Editora Perspectiva S.A. São Paulo, SP – 2000.

TONERA, Roberto. OLIVEIRA, Mário Mendonça. **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786**. Editora da UFSC, Santa Catarina – Florianópolis, 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **ADI 70077724805**. 17/09/2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Sentença sobre Revisão Plano Diretor**. 27/12/2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Sentença sobre Revisão Plano Diretor**. 06/01/2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Sentença sobre Revisão Plano Diretor**. 13/01/2022.

TV JURERE. **Entrevista com Andrea Druck e Carlos Leite** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P2yG9NUB2JQ>. Acesso em: 16 jan. 2018.

VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia, ARANTES, Otilia. **As ideias fora do lugar e o lugar das ideias** In. A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos. Editora Vozes, Petrópolis, RJ – 2000.

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas**. Cidades rebeldes – Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, 2013. Boitempo Editorial – Carta Maior. São Paulo – SP.

VAZ, Nelson Popini. **O Centro Histórico de Florianópolis – espaço público do ritual**. Editora da UFSC, Florianópolis/SC, 1991.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **O valor do socialismo**. Editora Expressão Popular, São Paulo/SP, 2010.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis – Memória Urbana**. Editora Fundação Franklin Cascaes, Florianópolis/SC, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **O território e a dominação social**. In. Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas nº 24. São Paulo/SP, 2015.

VOOS, Charles Henrique. **Quem manda na cidade – Poder e rent seeking urbano**. Curitiba – PR: Appris Editora. 2018.

Wikipedia. **Operação Ave de Rapina**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Operação_Ave_de_Rapina acessado em 03/11/2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Composição da diretoria FloripAmanhã de 2005 até 2012.

Fundadores 2005	Gestão 2005	Gestão 2006	Gestão 2007	Gestão 2008/2010	Gestão 2010 / 2012
<ul style="list-style-type: none"> - Alaor Francisco Tissot - André Freysleben Ferreira - Teodoro Rogério Vahl - Rainoldo Uessler - Heraldo Blum S. Thiago 	<ul style="list-style-type: none"> - Alaor Tissot/Presidente - André Freysleben Ferreira/Vice-presidente - Teodoro Rogério Vahl/Diretor Administrativo - Rainoldo Uessler/Diretor Financeiro - Heraldo Blum S. Thiago/ Diretor de Comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> - Anita Pires/Presidente - Zena Becker/Vice-presidente - Teodoro Rogério Vahl/Diretor Administrativo - Rainoldo Uessler/Diretor Financeiro - Heraldo Blum S. Thiago/Diretor de Comunicação <p>Conselho Consultivo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alaor Francisco Tissot/Presidente - Fernando Marcondes de Mattos/Vice-presidente 	<ul style="list-style-type: none"> - Anita Pires/Presidente - Zena Becker/Vice-presidente - João Eduardo A. Moritz/Diretor Administrativo - Hamilton Peluso/Diretor Financeiro - Frederico Guitel Filho/Diretor Financeiro Adjunto - Dorvalino Furtado Filho/Diretor de Comunicação <p>Conselho Consultivo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alaor Francisco Tissot/Presidente - Fernando Marcondes de Mattos /Vice-presidente 	<ul style="list-style-type: none"> - Zena Becker/Presidente - Otávio Ferrari/Vice presidente * - Antonio de Pádua Barbosa Pinto/Diretor Administrativo * e Coordenador da Câmara de Turismo - Alair Odete Ribeiro/Diretora Administrativa Adjunta * - Hamilton Peluso/ Diretor Financeiro - José Carlos Furtado Schultz/Diretor Financeiro Adjunto * - Acari Amorim – Diretor de Comunicação Adjunto - Lígia Pinto da Luz – Diretora Jurídica Adjunta * <p>Conselho Fiscal Gestão 2008/2010 Titular</p> <ul style="list-style-type: none"> - Flávio Antunes De Figueiredo 	<ul style="list-style-type: none"> - Zena Becker/Presidente - Otávio Ferrari Filho/Vice-Presidente - Antônio de Pádua/Diretor Administrativo - Barbosa Pinto/Diretor Administrativo Adjunto - Alair Odete Quintino Ribeiro/Diretor Financeiro - Solange Borguesan Diretor Financeiro Adjunto - Maurício Iost* Diretor Jurídico - Thiago Silva Schutz** Diretor Jurídico Adjunto*** - Diretor de Comunicação Cargo momentaneamente vago. **** - Angelo Savini Filho/Diretor de Comunicação Adjunto <p style="text-align: center;">Continua...</p>

				<p>- Ney Walmor Hubener</p> <p>- Teodoro Rogério Vahl</p> <p>Suplente</p> <p>- Carmen Maria Peters</p> <p>Conselho Consultivo 2008/2010</p> <p>- Alaor Tissot</p> <p>- Andrea Druck</p> <p>- Anita Pires</p> <p>- Arno Bollmann</p> <p>- Dorvalino Furtado Filho</p> <p>- Éder Vieira Couto</p> <p>- Fernando Marcondes</p> <p>- João Eduardo A. Moritz</p> <p>- Roberto Costa</p> <p>- Ronaldo Koerich</p> <p>- Tarcisio Schmidt</p>	<p>CONSELHO FISCAL GESTÃO 2010/2012</p> <p>Titulares:</p> <p>Ney Walmor Hubner Carmen Maria Peters Flávio Antunes de Figueiredo</p> <p>Suplentes:</p> <p>João Leite Paulo Rocha</p> <p>CONSELHO</p> <p>CONSULTIVO GESTÃO 2010/2012</p> <p>Alaor Tissot Andrea Druck Arno Bollmann Dorvalino Furtado Filho Éder Vieira Couto Fernando Marcondes João Eduardo A. Moritz Roberto Costa Ronaldo Koerich Tarcisio Schmidt</p>
--	--	--	--	--	---

APÊNDICE B - Composição da diretoria Floripamanha de 2012 até 2019.

Gestão 2012 / 2014	Gestão 2014 / 2015	Gestão 2016 / 2017	Gestão 2018/2019
<p>- Presidente: Zena Becker - Vice Presidente: Anita Pires - Diretor Administrativo: Antônio de Pádua Barbosa Pinto - Diretor Administrativo Adjunto: Cleber Acauan Pizzato - Diretor Financeiro: Solange Natalina Borguesan - Diretor Financeiro Adjunto: Heitor S. Thiago - Diretor de Comunicação: Eurides Antunes Severo - Diretor de Comunicação Adjunto: Ana Lavratti - Diretor Jurídico: Thiago Silva Schutz - Diretor Jurídico Adjunto: Vanessa Bueno</p> <p align="center">CONSELHO FISCAL GESTÃO 2012/2014</p> <p align="center">Titulares:</p> <p>Roberto Bispo Pereira – PRESIDENTE Paulo Roberto Rocha Sebastião dos Reis Salvador</p>	<p>- Presidente: Anita Pires (ex-presidente Zena Becker renuncia ao cargo em março de 2015 para assumir a Secretaria Municipal de Turismo de Florianópolis). - Vice Presidente: Joseli de Almeida Cintra. - Diretoria de Inovação: Eduardo Barroso - Diretor de Relações Institucionais: Antonio Barbosa - Diretora de Relações Institucionais Adjuntas: Andrea do Amaral Ferrari - Diretor Administrativo Adjunto: João Filippin - Diretora Financeira: Solange Borguesan - Diretor Financeiro Adjunto: Sandro João da Silva (renunciou para assumir em 31/agosto/2014 o cargo de Fiscal de Tributos na Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz). - Diretor de Desenvolvimento Náutico: Leandro Mané Ferrari - Diretor de Desenvolvimento Náutico Adjunto: Farid Othman - Diretor de Comunicação: Roger Bitencourt - Diretor de Comunicação Adjunto: Flavio Jacques - Diretor Jurídico: Thiago Silva Schutz - Diretor Jurídico Adjunto: André Aldo Pereira - Diretor de Planejamento: Carlos Berenhauser Leite - Diretor de Planejamento Adjunto: Luiz Henrique Pellegrini</p> <p align="center">CONSELHO FISCAL GESTÃO 2014 / 2015</p> <p align="center">Titulares</p> <p align="center">- Roberto Bispo Pereira/Presidente - Paulo Roberto Rocha - Sebastião dos Reis Salvador</p> <p align="center">Suplentes</p>	<p>- Presidente: Anita Pires - Vice-presidente: Thiago Schutz - Diretor Administrativo: Carlos Leite - Diretor Administrativo adjunto: Ricardo Domingues - Diretor Financeiro: Ray Martins - Diretora Financeiro adjunta: Solange Borguesan - Diretora de Comunicação: Karin Verzbickas - Diretora de Comunicação adjunta: Ana Lavratti - Diretor de Jurídico: Aldo Pereira</p> <p align="center">CONSELHO FISCAL GESTÃO 2016 / 2017</p> <p align="center">Titulares:</p> <p>Paulo Rocha Angelo Savini Eurides Antunes Severo</p> <p align="center">Suplentes:</p> <p>Ney Walmor Hubener Gerson Wanderley Leal Roberto Bispo Pereira.</p> <p align="center">Coordenadores GTS</p> <p align="center">- GT da Costa da Lagoa: Nélida Hartmann - GT de Revitalização de Espaços Urbanos e Meio Ambiente: Salomão Mattos Sobrinho e Oreste Mello</p>	<p>- Presidente: Anita Pires - Vice presidente: Salomão Mattos Sobrinho - Diretor Administrativo: Carlos B. Leite - Diretor Administrativo ADJ: Max Thiermann - Diretora Financeiro: Solange N. Borguesan - Diretor Financeiro ADJ: Luciano Santa Rita - Diretora de Comunicação: Karin Verbickas - Diretor de Comunicação ADJ: Rafael Martini - Diretor Jurídico: Francisco E. C. Ferreira - Diretor Jurídico ADJ: Jorge Henrique G. S. Martins</p> <p align="center">Coordenadores de Grupos de Trabalho</p> <p align="center">Inovação</p> <p>Carlos Roberto De Rolt Otávio Ferrari Gestão Litorânea Zena Becker Alexandre Mazzer Costa da Lagoa Nélida Hartmann</p>

<p>Suplentes:</p> <p>Carmen Maria Peters Nei Walmor Hubener Angelo Savini Filho</p> <p>CONSELHO CONSULTIVO GESTÃO 2012/2014</p> <p>Alaor Tissot Andre Schmitt Andrea do Amaral Ferrari Andrea Druck Antônio Diomário de Queiroz Arnaldo Severiano Oliveira Aroldo Boschetti Soster Carlos Alberto Schneider Carlos Leite Dulce Magalhães Emilio Cerri Fernando Marcondes de Matos Gerson Wanderley Leal Ildo Rosa João Eduardo Amaral Moritz Joaquim Inácio Campos Nóbrega Júnior José Luis Netto Menezes Marcelo Guimarães Marcos Vinícius Anatócles S. Ferreira Otávio Ferrari Filho Paulo Aragão Raul Zucatto – Presidente Roberto Costa</p>	<p>- Ney Walmor Hubener - Angelo Savini Filho</p> <p>CONSELHO CONSULTIVO GESTÃO 2014 / 2015</p> <p>Raul Zucatto- Presidente Alaor Tissot Andre Schmitt Andrea Druck Antônio Diomário de Queiroz Aroldo Boschetti Soster Carlos Alberto Schneider Dulce Magalhães Eurides Antunes Severo Fernando Marcondes de Matos Gerson Wanderley Leal Heitor S. Thiago João Eduardo Amaral Moritz Jorge Campos José Luis Netto Menezes Marcelo Guimarães Otávio Ferrari Filho Paulo Aragão Roberto Costa Ronaldo Koerich Tarcísio Schimidt</p>	<p>- GT Gestão Litorânea: Alexandre Mazzer - GT Segurança Jurídica – Coordenadora Rode Martins - GT Gestão Pública – Coordenador Ivo Sostizzo</p> <p>Conselho Consultivo</p> <p>Alaor Tissot Andre Schmitt Andrea Druck Antonio Barbosa Antônio Diomário de Queiroz Aroldo Boschetti Soster Carlos Alberto Schneider Elizenia Prado Becker Fernando Marcondes de Matos Heitor S. Thiago Ildo Rosa João Eduardo Amaral Moritz Joseli Ulhoa Cintra José Eduardo Azevedo Fiates José Luis Netto Menezes Marcelo Guimarães Marius Bagnati Otávio Ferrari Filho Paulo Aragão Raul Zucatto Roberto Costa Ronaldo Koerich Saulo Vieira Tarcísio Schmitt Zena Becker</p>	<p>Revitalização de Espaços Públicos e Meio Ambiente</p> <p>Salomão Mattos Sobrinho</p> <p>Continua...</p> <p>Segurança Jurídica Francisco Ferreira Rode Martins stão Pública</p> <p>Ivo Sostizzo Projetos Hilton Barreto Aliator Silveira</p> <p>Conselho Consultivo</p> <p>Alaor Tissot Andre Schmitt Andrea Druck Carlos Alberto Schneider Cesar Floriano Dora Orth Elizenia Prado Becker Fernando Marcondes de Matos Gerson Wanderley de Leal Hamilton Peluso Heitor S. Thiago João Eduardo Amaral Moritz Joceli Cintra José Eduardo Azevedo Fiates José Luis Netto Menezes Marius Bagnatti Otávio Ferrari Filho Paulo Aragão Raul Zucatto Roberto Costa Ronaldo Koerich</p>
--	---	---	--

<p>Ronaldo Koerich Saulo Vieira Tarcisio Schmitt Tito Schmitt Wilson Sanches Rodrigues</p>			<p>Saulo Vieira Silvia Lenzi Tarcisio Schmitt</p> <p>Suplentes</p> <p>Ney Walmor Hubener Francisco Yukio Hayashi Carlos Stadler</p>
--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa

Gestão 2020/2021

Presidente: Anita Pires
Vice-presidente: Salomão Mattos Sobrinho
Diretor Administrativo: Carlos B. Leite
Diretor Administrativo ADJ: Max Thiermann
Diretora Financeiro: Solange N. Borguesan
Diretora de Comunicação: Karin Verbickas
Diretor de Comunicação ADJ: Fábio Gadotti
Diretor Jurídico: Jaime de Souza
Diretor Jurídico ADJ – José Luís Netto Menezes
Diretor Financeiro ADJ: Hamilton Peluso

Coordenadores de Grupos de Trabalho

Inovação:
Otávio Ferrari Filho e Carlos Roberto de Rolt
Revitalização de Espaços Públicos e Meio Ambiente:
Salomão Mattos Sobrinho
Saúde da Cidade:
Joaquim Inácio Campos Nóbrega Júnior
Ver a Cidade:
Ivo Sostizzo

Conselho Consultivo

Alaor Tissot
Andrea Druck
Carlos Alberto Schneider
Cesar Floriano dos Santos
Clarissa Lira
Dora Orth
Emerilson Emerin
Elizenia Prado Becker (Presidente do Conselho)
Estanislau Emílio Bresolin
Fernando Marcondes de Mattos

Heitor S. Thiago
Ivo Sostizzo
João Eduardo Amaral Moritz
Joceli Cintra
José Eduardo Azevedo Fiates
Lorena Babot
Leo M. Xavier Filho
Luis Salomão Ribas
Marius Bagnatti
Neri dos Santos
Paulo Aragão
Raul Zucatto
Roberto Costa
Rode Martins
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Ronaldo Koerich
Sérgio Luiz Gargioni
Soraya Tonelli
Silvia Ribeiro Lenzi
Orlando Koerich Neto

Conselho Fiscal – Conselheiros Fiscais Titulares

Aliator Silveira
Paulo Roberto Rocha
Joaquim I. C. Nóbrega Jr.

Conselho Fiscal – Conselheiros Suplentes

Carlos Stadler
Ney Walmor Hubner
Otávio Ferrari Filho

APÊNDICE C - Transcrição Íntegra Do Pronunciamento na Alesc De Roberto Costa

Eu costumo dizer, que todos que tem o privilégio de viver e morar em Florianópolis, um lugar tão paradisíaco, deveriam pagar um pedágio. Esse pedágio não precisa ser em espécie, é melhor que não seja, porque de taxa e impostos nós já pagamos muito. Mas, pode ser, e deve ser, um pedágio de algum tipo de trabalho pela cidade. E isso acontece especialmente com as diretorias da Floripa Amanhã, e aqui a gente registra os seus ex-presidentes, temos dois aqui, tanto a Zena como a atual, a Anita. Os membros da diretoria, de uma maneira geral, que voluntariamente trabalham pela entidade, os conselheiros e os participantes da entidade. Todos pagam o pedágio com muito gosto. Porque são todos apaixonados por Florianópolis.

E foram cento e doze desses apaixonados pela cidade, que se reuniram no dia 17 de agosto de 2005, para fundar uma ONG. Floripa amanhã, como o próprio nome diz, nascia com o compromisso de pensar e cuidar da cidade para o futuro. Naquela sala do Hotel Magestic, liderados por Fernando Marcondes de Matos, estavam algumas pessoas que também participaram de outras entidades e movimentos em defesa da cidade. Como por exemplo a PROTUR, Fundação Pró-Turismo, criada em 1987 para estimular o desenvolvimento do turismo na cidade. Mais tarde a PROTUR virou o primeiro ----- de Santa Catarina. Também o Fernando Marcondes *tava* naquela ocasião. Outro que estava na ocasião e também foi um executivo e que tocou muito bem a entidade foi o nosso Peluzo, que *tá* aqui presente.

No início da década de 90, algumas também dessas pessoas, estavam no auditório da Portobelo, ali na Rua Dibimussi, pra criar um movimento chamado "Amigos de Florianópolis" que desenvolveu uma ampla campanha para cobrar os empreendimentos necessários para o crescimento sustentável da cidade. Empreendimentos que, naquela época, estavam travados em algumas esferas, comandadas pelos chamados "do contra". Os contra ao Centro de Convenções, contra as marinas, contra os hotéis da orla, contra a Beira Mar Sul, contra o Pólo de Informática, contra o Centro Desportivo do SESI, que acabamos perdendo para Blumenau... Enfim, foi uma campanha brilhante, com textos brilhantes do, outro apaixonado pela cidade, Sérgio da Costa Ramos, que mostrava outras cidades do mundo que tinham esses equipamentos e prosperavam em plena harmonia com o meio ambiente.

Infelizmente alguns desses empreendimentos ainda continuam emperrados pelas forças ideológicas fundamentalistas, às vezes com desculpas histriônicas do tipo: "temos que proteger os golfinhos-cinza, os baiacus, as estrelinhas do mar, as piavinhas, os catadores de berbigão e os índios importados do Paraguai". Hoje, essas forças continuam agindo, seja impedindo que os nossos pescadores artesanais vendam peixe fresco para as peixarias, ou quando querem derrubar imóveis centenários, na beira da Lagoa como por exemplo o Restaurante Oliveira que tem... Está lá há 57 anos. Também cometem outros exageros que ameaçam e inibem os poderes constituídos e democraticamente eleitos pelo povo.

É claro, que nós da Floripa Amanhã, não estamos a favor dos malfeitos em qualquer esfera, seja na política, seja na área empresarial. E nem somos contra a preservação ambiental, que é o nosso maior patrimônio e que felizmente, mais de 50% ainda nossa ilha tem a cobertura de Mata Atlântica. Hoje vi uma matéria em que era a segunda cidade brasileira com maior cobertura de Mata Atlântica. Agora, nós não podemos nos conformar e aceitar todos os tipos de entraves que atrasam muito as obras necessárias para a nossa infraestrutura. Como o novo terminal do Aeroporto de Florianópolis, que estava previsto para estar pronto em 2008 e que hoje está completamente superado e estamos agora esperando que ele seja privatizado no ano que vem. Também não podemos nos conformar que a Ponte Hercílio Luz esteja há 33 anos aguardando solução. E agora, que estamos perto dessa solução, muitos, desinformados, misturando "alhos com bugalhos", pregam a sua derrubada. O nosso maior símbolo do estado, não só de Florianópolis. Numa pesquisa da MAPA, deste ano, a Ponte Hercílio Luz, a nível estadual, teve 37,9%, contra 5,3 da Serra do Rio do Rastro. E em Florianópolis esse número subiu para 71%. Também não somos a favor que se gaste dinheiro público em vão para a restauração da ponte, mas entendemos que ela é absolutamente necessária não só como solução de mobilidade urbana, mas sobretudo para a manutenção do patrimônio histórico, já que ela é um patrimônio histórico tombado a nível estadual, municipal e nacional. Porque temos ainda muitas demandas, não realizadas, é que se torna relevante a atuação de uma entidade como a Floripa Amanhã.

A nossa entidade, nasceu com um propósito de fazer de Florianópolis e região um ambiente economicamente desenvolvido, socialmente justo e ecologicamente sustentável, com a preservação dos nossos patrimônios naturais e culturais. Este foi o primeiro dos oito objetivos escritos no quarto artigo dos estatutos da nossa entidade. Revendo esses objetivos abrangentes, ambiciosos, é possível constatar que todos os itens propostos foram trabalhados. E mesmo que ainda haja muito por fazer, a Floripa Amanhã conseguiu contribuir significativamente para tornar a nossa cidade um lugar melhor para se viver. É claro que a entidade não tem poderes para interferir nas administrações públicas, mas sempre procurou influenciar e contribuir com as suas ideias e programas.

São muitos projetos e ações para se destacar nesses dez anos. A maioria nós vimos aqui nesse vídeo que passou anteriormente. Eu pessoalmente, gostaria de destacar o que eu considero o mais importante, que foi o Floripa 2030. Poucas cidades brasileiras tem um planejamento a longo prazo. A nossa tem um, proposto pela sociedade civil. Um planejamento que foi desenvolvido com a participação de 84 entidades da Grande Florianópolis, e que é o primeiro depois do que aconteceu na década de 60, que foi idealizado pelo arquiteto Luiz Felipe Gama D'êça, que propunha o direcionamento da cidade para o Sul da Ilha, na época da administração do prefeito Acácio Garibaldi Santiago.

Esse plano que nós propusemos, às vezes alguns prefeitos desconsideraram, mas hoje, ele serve pra balizar importantes planos de governo, incluindo o novo Plano Diretor do município. Não vou citar os outros exemplos, que já foram colocados aqui, né... Mas queria finalizar dizendo que a Floripa Amanhã é uma parte da sociedade fazendo a sua parte. Porque não podemos ficar de braços cruzados só criticando e esperando que os governos resolvam tudo. Porque definitivamente, isso não vai acontecer. Muito obrigado.

APÊNDICE D - Transcrição - Diário Catarinense dia 17 de novembro de 2017

Uma vitória da Cidade – Floripa Sustentável

Florianópolis vem enfrentando há alguns anos a interferência de algumas instituições federais em decisões importantes que dizem respeito a vida de todos que residem em nossa cidade. O resultado dessa ação vemos em nossas ruas: pessoas morando embaixo de marquises, falta de recursos públicos para investimentos, aumento exponencial da violência urbana.

A ausência de investimentos privados, por absoluta insegurança jurídica, e a não geração de empregos são as razões do empobrecimento da nossa capital e de todos os males que estamos vivendo. Florianópolis está paralisada. E precisa voltar a crescer.

A vitória da Prefeitura de Florianópolis no julgamento do último dia 07 no STJ (Superior Tribunal de Justiça) recuperou para o município o direito de gerir o seu destino. E foi um passo importante para que consigamos efetivamente uma Floripa Sustentável. Mas temos outros desafios, como:

- a) **Participação efetiva da sociedade** na produção das normas, o que requer desde logo a regulamentação da participação popular neste processo, evitando que um determinado grupo ou mesmo os chamados ING (Indivíduo não Governamental), apenas pelo ardor e frequência de sua atuação, transformem-se em representantes autênticos da sociedade;
- b) **Fortalecimento do IPUF**, sem o qual o planejamento será insuficiente ou ineficaz;
- c) **Aumento da fiscalização de combate à clandestinidade;**
- d) **Regulamentação com critério técnico** da legislação urbanística e ambiental, evitando a discricionariedade e a conseqüente insegurança;
- e) **Diálogo permanente dos órgãos públicos com as entidades que representam a sociedade.**

Não bastassem todos os prejuízos causados à cidade por anos de insegurança jurídica, vimos com muita preocupação a recente manifestação generalizada que acusa “os empresários” pelo crescimento “desordenado e degradador” da cidade. Certamente o crescimento desordenado e degradador é fruto de 11 anos de marchas, contramarchas e decisões contraditórias que retardam a conclusão de um processo que é imprescindível para que a cidade tenha sua própria constituição, que defina o que deseja ser no futuro. Um futuro que seja planejado por técnicos e urbanistas, pessoas especializadas e gabaritadas para essa função.

Nesta semana, a esperança venceu o medo. Seguimos confiantes de que podemos resolver todos os nossos anseios dentro dos limites municipais. Temos competência técnica e um profundo desejo que nossa cidade cresça economicamente promovendo Justiça social para todos e, principalmente, preserve o patrimônio ambiental de Florianópolis. Temos certeza também que a instituição Ministério Público PE compromissada com os valores do Estado Democrático de Direito, entre os quais o respeito às competências de cada ente federado, o desenvolvimento sustentável e a segurança pública jurídica.

APÊNDICE E – Questionário aplicado nas entrevistas

QUESTIONÁRIO I

Entrevistado _____

Entrevistador _____

Data ___ / ___ / ___

Local _____

- 1) O (A) senhor (a) tem pensado sobre o futuro de Florianópolis? Quais suas conclusões?
- 2) Suas ideias e conclusões são expostas e debatidas em algum fórum? Onde? Com quem? Qual recepção? Estão referenciadas em alguma base teórica?
- 3) Suas ideias são publicadas (revistas, sites, redes sociais, jornais etc.)?
- 4) O (A) senhor (a) tem buscado implantá-las? De que maneira?
- 5) Que papel o senhor (a) atribui aos agentes públicos (Câmara de Vereadores, PMF e outros)?
- 6) O (A) Senhor (a) percebe ameaças ao meio ambiente no município? Quais ameaças? (se perceber) Quais as causas em seu entender? Quais consequências?
- 7) O (A) Senhor (a) reconhece existir limites ao crescimento do município? Quais as maneiras de conter o crescimento?
- 8) O (A) senhor(a) vê forças sociais que se opõem ao seu entendimento sobre o futuro de Florianópolis? Quais forças? Quais as principais divergências? Quais aliados dessas ideias?
- 9) Como o(a) senhor(a) entende que deva ser o motor econômico do município? Por quê?

ANEXO A – Redação Final da lei Parque Marina da Beira-mar



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2282

Florianópolis/SC, quarta-feira, 26 de setembro de 2018

pg. 1

Sumário:

Órgãos Municipais	Pg.
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	4
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	4
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	8
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	8
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS	12
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS	12
ANEXOS	14

(clique nos itens para consulta)

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

LEI N. 10.437, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018 - AUTORIZA A CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO SITUADO NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Faça saber, a todos os habitantes do município de Florianópolis, que a Câmara Municipal de Florianópolis aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a concessão onerosa de uso de bem público localizado entre as coordenadas 27º35'10.27"S e 48º33'13.31"O, correspondentes à área da praça de Portugal estendendo-se até a praça Sesquicentenário, adentrando trezentos metros o mar, incluindo aterro e espaço aquático com profundidade médias de um virgula cinco metros a quatro metros, na avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, conhecida como avenida Beira-mar Norte. §1º A concessão prevista no caput deste artigo objetiva a construção, operação e manutenção de parque urbano com marina, destinado à atracação de embarcações de pequeno e médio porte, estacionamento e áreas recreativas terrestres. §2º São de responsabilidade dos concessionários todos os investimentos e despesas diretas ou indiretas, para regularização, construção, operação e manutenção do empreendimento. §3º As despesas de que trata o parágrafo anterior compreendem além das já citadas também aquelas relacionadas à realização de aterro, drenagem e diques de proteção, piers, edificações e modificações do sistema viário e

todas as demais correlatas ao empreendimento. Art. 2º É de inteira responsabilidade do concessionário a obtenção de todas as licenças legais pertinentes a espécie indispensáveis a concretização do empreendimento, não sendo a municipalidade responsável por quaisquer dessas licenças. Parágrafo único. A critério da municipalidade, e em atendimento ao princípio da primazia do interesse público, naquilo que convier, poderá o município proceder a realização de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) com a finalidade de subsidiar a administração pública na estruturação de empreendimentos objeto da concessão. Art. 3º A concessão de uso, execução de obras e operação nos termos referidos no art. 1º desta Lei deverão respeitar a legislação correlata, em especial: I – processo licitatório de acordo com a Lei n. 8.666, de 1993; II – licenciamento ambiental de acordo com a orientação dos órgãos competentes; III – autorização da Secretaria de Patrimônio da União em Santa Catarina; e IV – Lei n. 8.987, de 1995. Art. 4º O prazo da concessão referida no art. 1º desta Lei será de até trinta anos a contar do termo inicial da operação da marina, admitida prorrogação por no máximo igual período. §1º A entidade concessionária deverá iniciar a obra mencionada no art. 1º desta Lei no prazo de trinta dias após a emissão de todas as licenças exigidas legalmente, e contará com prazo de cinco anos para a conclusão das obras não prorrogáveis, exceto nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 8º da Lei n. 8.666, de 1993. §2º A concessão de uso terá fim nas hipóteses do art. 35 da Lei n. 8.987, de 1995, retornando ao domínio municipal com a incorporação das benfeitorias e independente de qualquer indenização. §3º Expirado o prazo previsto no caput deste artigo e não cumpridas as condições para prorrogação previstas no contrato de concessão, a área deverá retornar ao domínio do Município independente de qualquer tipo de indenização pelas benfeitorias efetuadas. Art. 5º Deverá o concessionário deixar na área náutica percentual mínimo e nunca inferior a quinze por cento das vagas para nautistas em trânsito, devendo da mesma forma reservar no mínimo dez vagas para os órgãos competentes, a título exemplificativo: IBAMA, FATMA, Polícia Federal, Prefeitura Municipal dentre outros. Parágrafo único. Desde já fica destinado, da mesma forma, espaço definido por Procedimento de Manifestação de Interesse ou estudo técnico idôneo definido pelo Município para a atracação de embarcações destinadas ao transporte coletivo de passageiros. Art. 6º As tarifas cobradas pela marina serão fixadas por meio de tarifa módica nos termos do §1º do art. 6º da Lei n. 8.987, de 1995.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria Municipal da Casa Civil
Divisão de Governo Eletrônico

Secretário: Bruno Oliveira e
Controlador: Thaisa Malta

Rua Tenente Sêneca, 83, 5º Andar - Centro - 88033-330 - Florianópolis / SC
Fone: (48) 3214-1000 - 3214-1002
Órgão Oficial: <http://www.floripa.gov.br/informacoes-da-divisao-de-governo-eletronico/>

pg. 1

Continua



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2282

Florianópolis/SC, quarta-feira, 26 de setembro de 2018

pg. 2

Parágrafo único. O valor será determinado em comum acordo entre o Município e concessionário para fins de respeitar o equilíbrio econômico-financeiro da operação. Art. 7º A obra e todas as benfeitorias realizadas desde seu início ficam imediatamente incorporadas ao patrimônio do Município, não cabendo qualquer ressarcimento por parte do erário municipal ao término da concessão ou pela rescisão dessa em decorrência de descumprimento das premissas legais por parte do concessionário. Art. 8º Poderá a municipalidade extinguir a concessão, desde que amparada em fundamento legal ou contratual, havendo pagamento de indenização ao concessionário, caso cabível. Art. 9º Com o termo final da concessão, a área e todas as benfeitorias feitas serão automaticamente incorporadas ao patrimônio do Município, sem que haja ao concessionário qualquer direito e retenção tampouco pagamento de indenização seja ela a qual título for. Parágrafo único. Nos termos do caput poderá o Município assumir a operação ou da mesma forma, por meio de nova concessão ceder a terceiros para fins de garantir a operação do parque público e marina. Art. 10. Ficam revogadas as Leis n.º 2.856, de 1988, 3.181, de 1989 e 3.450, de 1990. Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 26 de setembro de 2018. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL BRUNO RODOLFO DE OLIVEIRA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL e.e.

DECRETO N. 18.992, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

- - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO DE 2018. O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições e em conformidade com o parágrafo único do artigo 2º, combinado com o artigo 32, da Lei n. 10.321/2017, de 28 de dezembro de 2017, e ainda Considerando, os dispositivos contidos nos parágrafos do artigo 33 da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2018, aprovada pela Lei n. 10.275/2017, de 22 de setembro de 2017, DECRETA: Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de Florianópolis para o exercício de 2018, a seguir especificada: 23.00 – Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico 23.01 – Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico 2301.04.122.110.2621 - Programa de Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico 0632 3.3.90.47.00.00.0080 – Obrigações Tributárias e

Contributivas, 0080 – Recurso Próprios R\$ 17.000,00 Total desta Atividade R\$ 17.000,00 Total do Órgão R\$ 17.000,00 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 17.000,00 Art. 2º Em atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, fica anulada a importância de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de Florianópolis para o exercício de 2018, a seguir especificada: 23.00 – Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico 23.01 – Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico 2301.04.122.110.2621 - Programa de Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico 0630 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica, 0080 – Recurso Próprios R\$ 17.000,00 Total desta Atividade R\$ 17.000,00 Total do Órgão R\$ 17.000,00 Total da Anulação R\$ 17.000,00 Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 20 de setembro de 2018. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL BRUNO RODOLFO DE OLIVEIRA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL e.e. LEANDRO DOMINGUES SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA e.e.

DECRETO N. 19.002, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

- - ALTERA O ANEXO II, III E IV DO DECRETO N. 18.667, DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A SOLICITAÇÃO, A AUTORIZAÇÃO, A CONCESSÃO, A UTILIZAÇÃO, O PAGAMENTO E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS. O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 74, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: Art. 1º Alterar o Anexo II, III e IV do Decreto n. 18.667, de 2018, que passa a vigorar conforme Anexo Único deste Decreto. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 24 de setembro de 2018. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL BRUNO RODOLFO DE OLIVEIRA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL e.e. (CONSULTAR ANEXO AO FINAL DESTA EDIÇÃO)

DECRETO N. 19.003, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

- - ALTERA O INCISO XXI DO §2º DO ART. 1º DO DECRETO N. 18.454, DE 2018, QUE DESIGNA MEMBROS PARA INTEGRAR O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS. O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 74 da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: Art. 1º



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria Municipal da Casa Civil
Divisão de Assessoria Jurídica

Assessor: Bruno Oliveira eir
Qualificação: Thaisa Rêgo

Rua Venâncio Minato, 40 - 1º Andar - Centro - 88010-000 - Florianópolis/SC
Fone: (48) 3201-4000 - 3201-4000
E-mail: dca@fla.sc.gov.br

pg. 2

ANEXO B – Manifesto Floripa Sustentável / Uma Vitória Da Cidade

SEGUNDA-FEIRA 19
15 DE NOVEMBRO DE 2017

MUNDO

Mais de 50 civis mortos em bombardeios na Síria

Pelo menos 50 civis morreram em bombardeios, principalmente por parte da Força Aérea russa, contra dois campos de deslocados e setores contíguos do leste da Síria desde sexta-feira à noite, informou o Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH).

Desse total, 20 seriam crianças. Eles foram mortos em ataques aéreos feitos sobre dois campos e aldeias que abrigam civis que fugiram de Bukamal, o último reduto controlado pelo grupo Estado Islâmico (EI). A cidade fica perto da fronteira com o Iraque. No sábado, a ONG já havia anunciado a morte de 26 civis. O balanço foi revisado ontem, depois que 13 vítimas não resistiram aos ferimentos e morreram, acrescentou o Observatório.

Além disso, 11 civis perderam a vida em novos bombardeios russos ontem contra dois pontos de passagem usados pela população para cruzar o Estreito.

VIOLÊNCIA

Soldados birmaneses cometeram estupros

As forças armadas birmanesas praticaram sistematicamente estupros coletivos em mulheres do grupo étnico rohíngya, declarou ontem a representante especial da ONU, Pramila Patten. Ela reuniu depoimentos de mulheres no sudeste de Bangladesh, onde se refugiaram membros dessa minoria muçulmana.

A encarregada de investigar a violência sexual contra as rohíngyas visitou a região de Cox's Bazar, para onde seguraram 610 mil pessoas nas últimas 10 semanas. Os testemunhos das sobreviventes dão conta de "estupros coletivos cometidos por vários soldados", de humilhações, de mulheres "obrigadas a se despir em público" e de "escravidão sexual em cativeiro". Entre os responsáveis, também se encontram policiais de fronteira birmaneses.

Cerca de 900 mil muçulmanos rohíngyas de Mianmar – do total de um milhão que viviam no estado de Rakain – fugiram do país para se refugiar em Bangladesh.

UMA VITÓRIA DA CIDADE

Florianópolis vem enfrentando há alguns anos a interferência de algumas instituições federais em decisões importantes que dizem respeito a vida de todos que residem em nossa cidade. O resultado dessa ação vemos em nossas ruas: pessoas morando embaixo de marquises, falta de recursos públicos para investimentos, aumento exponencial da violência urbana.

A ausência de investimentos privados, por absoluta insegurança jurídica, e a não geração de empregos são as razões do empobrecimento de nossa capital e de todos os males que estamos vivendo. Florianópolis está paralisada.


E precisa voltar a crescer.

A vitória da Prefeitura de Florianópolis no julgamento do último dia 07 no STJ (Superior Tribunal de Justiça) recuperou para o município o direito de gerir o seu destino. E foi um passo importante para que consigamos efetivamente uma Floripa Sustentável. Mas temos outros desafios, como:

- a) participação efetiva da sociedade na produção das normas, o que requer desde logo a regulamentação da participação popular neste processo, evitando que um determinado grupo ou mesmo os chamados ING (Indivíduo não governamental), apenas pelo ardor e frequência de sua atuação, transformem-se em representantes autênticos da sociedade;
- b) fortalecimento do IPUF, sem o qual o planejamento será insuficiente ou ineficaz;
- c) aumento da fiscalização de combate à clandestinidade;
- d) regulamentação com critério técnico da legislação urbanística e ambiental, evitando a discricionariedade e a consequente insegurança;
- e) diálogo permanente dos órgãos públicos com as entidades que representam a sociedade.

Não bastassem todos os prejuízos causados à cidade por anos de insegurança jurídica, vimos com muita preocupação a recente manifestação generalista que acusa "os empresários" pelo crescimento "desordenado e degradador" da cidade. Certamente o crescimento desordenado e degradador é fruto de 11 anos de marchas, contramarchas e decisões contraditórias que retardaram a conclusão de um processo que é imprescindível para que a cidade tenha sua própria constituição, que defina o que deseja ser no futuro. Um futuro que seja planejado por técnicos e urbanistas, pessoas especializadas e gabaritadas para essa função.

Nesta semana, a esperança venceu o medo. Seguimos confiantes de que podemos resolver todos os nossos anseios dentro dos limites municipais. Temos competência técnica e um profundo desejo que nossa cidade cresça economicamente promovendo justiça social para todos e, principalmente, preserve o patrimônio ambiental de Florianópolis. Temos certeza também que a instituição Ministério Público é compromissada com os valores do Estado Democrático de Direito, entre os quais o respeito às competências de cada ente federado, o desenvolvimento sustentável e a segurança jurídica.



FloripaSustentável

f i y

Venha debater com a gente nas redes sociais

ANEXO C – Diário Catarinense/ Um Futuro Melhor Para Florianópolis

DIÁRIO CATARINENSE, QUARTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2017
2

UM FUTURO MELHOR PARA FLORIANÓPOLIS

Florianópolis está empobrecendo. A cidade não produz riquezas para melhorar a renda das famílias. Não cria os 10 mil empregos anuais exigidos pela população. Como consequência, alastra-se o desemprego, a desagregação das famílias, a miséria e a marginalização.

Acreditamos que o desenvolvimento econômico é o caminho para as melhorias sociais e que, bem administrado, como se espera, é o melhor aliado da preservação e valorização do nosso rico patrimônio ambiental e cultural.

Entendemos que o plano diretor da cidade, além de ser o instrumento fundamental para organizar a ocupação espacial do território, deve ser a mais importante ferramenta estratégica para orientar as forças econômicas.

Defendemos uma gestão municipal eficiente como condição para reorientar os rumos da cidade para um cenário de crescimento sustentável e melhorias sociais. Para isso, muitas vezes se faz necessário a adoção de medidas econômicas com caráter impactante, que visam alcançar resultados imediatos a fim de vencer os desafios impostos à cidade.

Apoiamos a manutenção do plano diretor aprovado pela Câmara dos Vereadores em 17 de janeiro de 2014, através da Lei Complementar nº 482, e a fixação do prazo de até 180 dias para que a nova gestão possa aprimorá-lo, por meio das contribuições enviadas pela sociedade e com o apoio técnico de entidades representativas de urbanistas, arquitetos e engenheiros.

Não podemos permitir que Florianópolis tenha o mesmo destino de grande parte das capitais brasileiras. As forças produtivas da cidade, aqui representadas pelas entidades signatárias, respondem por aproximadamente 80% da geração de riqueza da cidade e por 60% dos empregos formais. Juntos, neste momento, buscamos soluções que garantam a qualidade de vida para todos os que aqui vivem.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2017.

FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FECOMERCIO/SC - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina
SEBRAE/SC - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina
ACATE - Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia de Santa Catarina
ABAV/SC - Associação Brasileira de Agências de Viagens de Santa Catarina
ASBEA/SC - Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura de Santa Catarina
ACE - Associação Catarinense de Engenheiros
ABEDEC/SC - Associação Brasileira de Empresas de Eventos de Santa Catarina
ABIH/SC - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Santa Catarina
ABRASEL/SC - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes Seccional Santa Catarina

ACATMAR - Associação Náutica Brasileira
ACIF - Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
AMPE - Associação dos Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais da Região Metropolitana de Florianópolis
COMDES - Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis
CREA/SC - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
CRECI/SC - Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina
FCCAVB - Federação Catarinense dos Conventions & Visitors Bureau
PHORESC - Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Santa Catarina

SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis
SENGE/SC - Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina
SHRBS - Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis
SECOVI/SC - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais de Santa Catarina
SINDIMÓVEIS/SC - Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina
SINDETUR/SC - Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Santa Catarina
SINDEPARK/SC - Sindicato Intermunicipal dos Estabelecimentos de Garagens, Estacionamentos, Limpeza e Conservação de Veículos

SESCON/SC - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Santa Catarina
CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis
IAB/SC - Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAPE/SC - Instituto Catarinense de Engenharia de Avaliações e Perícias
FLORIPAMANHÁ
FLORIPA CONVENTION & VISITORS BUREAU
FORTUR - Fórum de Turismo de Florianópolis
FÓRUM DO SETOR IMOBILIÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

ANEXO D – Manifesto Floripasustentável – Os Ventos Do Século XXI

A PEDIDO

OS VENTOS DO SÉCULO XXI

As últimas eleições nacionais mostraram que os ventos do século XXI são outros e que a sociedade cansou-se da tutela do Estado e quer ser protagonista.

Os mesmos ventos dizem que é a hora de Florianópolis dar um basta às forças externas que vêm retardando o seu desenvolvimento; de afirmar que deseja ser soberana para decidir suas questões simples e complexas; de proclamar que tem quadros competentes e responsabilidade social e ambiental para administrar o seu destino.

Florianópolis rejeita que decisões distantes das suas idiossincrasias queiram modelar os seus verdadeiros interesses. Eis que há duas décadas a intromissão indevida de agentes estrangeiros e a insegurança jurídica bloqueiam a viabilização dos seus grandes projetos.

São incontáveis as iniciativas afetadas, mas algumas são emblemáticas.

O belo projeto da marina na Barra da Lagoa não vence os obstáculos que lhe são impostos, já passados 20 anos.

A manutenção dos beach clubs de Jurerê, que projetam Florianópolis a nível internacional, só foi decidida em Porto Alegre em decisão de segunda instância, exigindo um esforço extraordinário.

O projeto da Ponta do Coral aguarda ventos mais sensatos para sair da prancheta.

A sôrdida ação civil pública contra a instalação do Costão Golfe paralisou o empreendimento por alguns anos por conta de uma possível contaminação do lençol freático. Depois, as análises atestaram que as suposições eram frágeis, mas o mal já estava feito e as perdas ocorridas.

Os ranchos e o restaurante que criavam um importante ponto turístico no canto sul da Praia dos Ingleses foram brutalmente demolidos. Transformada a exuberante área em abrigo para drogados e depósito de lixo, deixando o Museu dos Brunidores sem padrinho.

O projeto SOS Cárdio, reconhecido como de maior importância para o atendimento médico da população florianopolitana, é outro exemplo dessa nefasta interferência externa. Localizado junto à SC-401, recebeu uma ação pública para embargo, acusado indevidamente de invadir Área de Preservação Permanente, que lhe causou desgastes e custos, somente vencida graças a uma forte pressão da opinião pública.

O Plano Diretor da cidade, por mais de 10 anos sofreu uma influência externa dominadora, atrasando suas atualizações e aprimoramentos, fundamentais para a orientação do desenvolvimento urbano, econômico, social e ambiental da cidade, até que o Superior Tribunal de Justiça decidiu que cabe aos órgãos locais a absoluta exclusividade nessas decisões.

Impede-se que os ranchos de pesca do Costão do Santinho sejam usados pelo público, turistas e proprietários, depois de consolidado esse uso de quase 30 anos, impactando a sua atividade econômica como resort de projeção internacional e referência ambiental. Um acordo judicial que garantiu a permanência dos ranchos está sendo pretexto para impedir um uso consorciado, inobstante autorização administrativa calcada na lei municipal.

Ordens de demolição de ranchos e bares assustam os quatro cantos da Ilha, não se percebendo critérios de sensatez na análise dos aspectos social e econômico envolvidos. Pequenos empresários perdem suas empresas numa guilhotina insensível. Pescadores sofrem na Barra da Lagoa e clamam pela liberação da Ponte da Barra. Reclamam que estão reféns da miopia de uma casta de servidores, sob o pretenso manto da preservação ambiental. Restaurantes e bares - sustento de muitas famílias - embora alguns possam estar muito irregulares, outros, todavia, compõem o desenho urbano principalmente por estarem em áreas pesqueiras.

Nem obras públicas da maior importância, como os acessos para o novo aeroporto, escapam de posicionamentos que prejudicam os interesses da cidade. A inauguração do aeroporto está praticamente garantida para agosto de 2019 e, quanto aos acessos, o governo estadual gasta todos os seus esforços para cumprir a sua parte, depois de um sem número de paralizações, e mesmo assim talvez os acessos não possam estar lá no dia da inauguração.

Neste novo tempo que estamos agora a viver, quer a cidade manifestar, com eloquência, sua crença de que terá condições, por suas próprias forças e seus órgãos instituídos, de transformar-se numa das cidades mais interessantes para viver no planeta. Não lhe faltam atributos: sua memória histórica representada por prédios, museus e monumentos; sítios arqueológicos pré-históricos; fortalezas, conjuntos arquitetônicos, casarões geminados e igrejas do período colonial; práticas artesanais tradicionais; manifestações trazidas por povos indígenas, europeus, africanos e, marcadamente, pelos colonizadores açorianos; tradicionais manifestações religiosas; ilha de singular beleza com excepcional conteúdo geográfico e ambiental, e rica flora que cobre mais de 50% do território; fauna representada por moluscos, mamíferos aquáticos, mamíferos silvestres e polo gastronômico já reconhecido pela UNESCO.

Num processo consorciado, de mãos cívicas atadas, o turismo, a gastronomia, a música, as artes, as confecções, os clusters de tecnologia limpa, de educação e conhecimento, e a valorização dos distritos históricos, em especial o centro da cidade, Ribeirão da Ilha, Santo Antônio, Cacupé e Sambaqui, vão transformar Florianópolis numa cidade criativa, vocacionada a desempenhar um papel destacado e único como cidade de influência nacional e continental.

A cidade está sitiada há duas décadas. Os ventos do século XXI dizem que é hora de clamar por liberdade.

Dada a relevância dos assuntos aqui tratados, este manifesto será encaminhado às autoridades constituídas a nível federal, estadual e municipal para o devido conhecimento.



Movimento apartidário que defende soluções criativas e inteligentes para melhorar o futuro da cidade, reunindo entidades de classe, ONGs, profissionais liberais, estudantes, sindicatos e empresas.

ⁱ O livro da Fundação Astrogildo Pereira denominado *Grando Presente*, reúne uma série de artigos que bem registram o alcance e significado da Administração Popular de Florianópolis (1993-1996). Para maiores esclarecimentos também vale ler duas outras obras: *Florianópolis de Todos* organizado pelo próprio Sérgio Grando e *Esperança Interrompida – cenários e bastidores de uma disputa com a direita em Florianópolis*, de minha autoria. Ambos lançados pela Editora Insular.